

**REVISTA DA
ACADEMIA
BRASILEIRA
DE FILOGIA**



**N.º XIV
NOVA FASE
2014
Primeiro Semestre**

REVISTA DA
**ACADEMIA BRASILEIRA
DE FILOGIA**

Nova Fase
N.º XIV - 2014
Primeiro Semestre

EXPEDIENTE

Diretor

Antônio Martins de Araújo

Coordenador executivo

Claudio Cezar Henriques

Redator-chefe

Manoel Pinto Ribeiro

Secretário

Amós Coêlho da Silva

Divulgação e publicidade

Antônio Martins de Araújo

CONSELHO HONORÍFICO

Constituído por todos os sócios-correspondentes da
Academia Brasileira de Filologia

CONSELHO TÉCNICO

Antônio Martins de Araújo, Carlos Eduardo Falcão Uchôa,
Castelar de Carvalho, Evanildo Bechara, Marina Machado Rodrigues,
Maximiano de Carvalho e Silva, Ricardo Stavola Cavaliere
e Rosalvo do Valle

A Academia Brasileira de Filologia não se responsabiliza
por conceitos emitidos em artigos assinados.

Diretoria
Academia Brasileira de Filologia

Biênio: maio de 2014 a maio de 2016

Presidente
Antônio Martins de Araújo

Vice-Presidente
Deonísio da Silva

Primeiro Secretário
Amós Coêlho da Silva

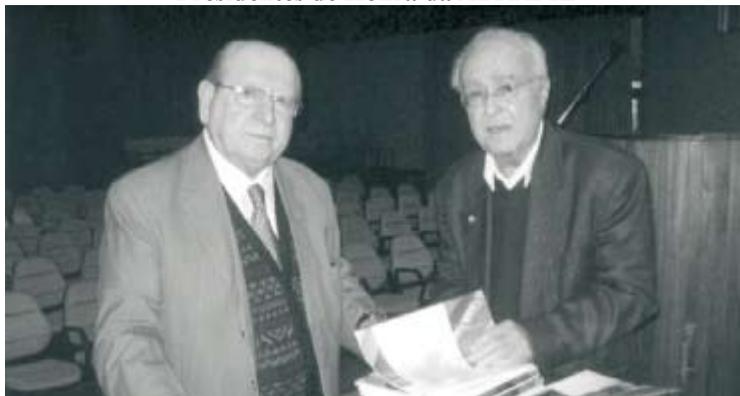
Segundo Secretário
José Geraldo Paredes

Tesoureiro
Agostinho Dias Carneiro

Bibliotecário
Francisco Venceslau dos Santos

Relações-Públicas
Claudio Cezar Henriques

Presidentes de Honra da ABRAFIL



Professores Evanildo Bechara e Leodegário A. de Azevedo Filho



SUMÁRIO

EDITORIAL	7
------------------------	---

HOMENAGENS A ANTENOR NASCENTES

ANTENOR NASCENTES – Wilson Choeri	8
ANTENOR NASCENTES – ROMANISTA – Evanildo Bechara	22
PALESTRA – Olmar Guterres da Silveira	31
ANTENOR NASCENTES E A FILOLOGIA BRASILEIRA – Joaquim Mattoso Camara Jr	37
ESTUDOS FILOLÓGICOS – COLEÇÃO ANTÔNIO DE MORAES E SILVA DA ABL	
APRESENTAÇÃO – Evanildo Bechara	41
A PROPÓSITO DA 2. ^a E 3. ^a SÉRIES DESTES ESTUDOS FILOLÓGICOS – Raimundo Barbadinho Neto	43
APÊNDICE – Prefácio de Meyer Lübke	48
RESULTADOS BIBLIOMÉTRICOS DA PRODUÇÃO INTELECTUAL - Ana Maria da Silva	51
PREITO AOS ESTUDOS FILOLÓGICOS DE ANTENOR NASCENTES – Amós Coelho da Silva	67
A TRADIÇÃO GRAMATICAL NO OCIDENTE: baseada no pensamento (filosofia) ou na literatura? – Marcelo Moraes Caetano	74
O PIONEIRISMO DE NASCENTES E A INAUGURAÇÃO DOS DEBATES LINGUÍSTICOS NO BRASIL – Michele Gomes Alonso Domingues/Claudio Cezar Henriques	93

ENSAIOS

LITERATURA E VIAGENS A SANTUÁRIOS LITERÁRIOS – Ana Lúcia Souza Henriques	102
EM DEZEMBRO DE 2014, CEM ANOS DE ODYLO COSTA FILHO – Antônio Martins de Araújo	112
SUJEITO SINTÁTICO E REFERENCIAÇÃO INDETERMINADA – Antônio José dos Santos Júnior	124
O FUTEBOL COMO PALCO EM NELSON RODRIGUES - Der Fussball als Bühne bei Nelson Rodrigues – MARCEL VEJMEKKA	138
INTERTEXTUALIDADE E LEITURA CRÍTICA: proposta de reflexão a partir da leitura do conto machadiano “O CÔNEGO” – Maria Angélica Freire de Carvalho/ Raimundo José Rodrigues de Moura	163

ENTREVISTAS

ENTREVISTA DE ANTENOR NASCENTES AO DIÁRIO DE NOTÍCIAS – Carioca fala o melhor português do país	178
ENTREVISTA DE ROBERTO ACÍZELO DE SOUZA	181

RESENHA

MARCOS PASCHE – Historiografia da Literatura Brasileira: textos, de Roberto Acízelo de Souza	185
---	-----

HOMENAGENS PÓSTUMAS

ANTENOR NASCENTES – Olmar Guterres da Silveira	189
--	-----

MEMÓRIA

ASPECTOS BIBLIOGRÁFICOS DE ANTENOR NASCENTES – Ana Maria da Silva	191
FAUSTO CARLOS BARRETO – O REFORMADOR DOS ESTUDOS DA LÍNGUA PORTUGUESA – Antônio Nunes Malveira	196

EDITORIAL

A revista da Academia Brasileira de Filologia, neste número, homenageia um dos maiores nomes dos estudos linguísticos e filológicos de nosso país: ANTENOR DE VERAS NASCENTES. É também, sem dúvida, uma homenagem ao Colégio Pedro II, do qual foi aluno, tendo dedicado uma parte significativa de seu trabalho e estudos constantes ao educandário considerado de ensino padrão.

Foi aluno de Fausto Barreto, um dos renovadores do programa de língua portuguesa no Brasil. Procurou sempre acompanhar a evolução dos estudos em variados aspectos. Não se descuidou de observar a variedade de linguagem que ocorre em todas as línguas, o que constitui um avanço, numa época em que a tradição gramatical era muito comum e muitos ainda não se tinham livrado da influência portuguesa.

Na seção inicial desta revista, citam-se vários depoimentos sobre o mestre Nascentes. Reproduzimos palavras de Wilson Choeri, Evanildo Bechara, Raimundo Barbadinho Neto, Olmar Guterres da Silveira, professores que conviveram longo tempo com o nosso homenageado.

No Colégio Pedro II, seção de São Cristóvão, há um grupo de trabalho que se dedica à preservação da memória de Nascentes. Os professores Wilson Choeri e Aloysio Jorge dos Rios Barbosa foram incumbidos, inicialmente, por Olavo Nascentes de receber todo o acervo da biblioteca. Em 25 de agosto de 1992, foi inaugurado o Centro de Estudos Linguísticos em São Cristóvão. Hoje o Centro de Estudos encontra-se subordinado ao Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II, instituído através da portaria 4231, de 4 agosto de 2014, assinada pelo Magnífico Reitor Oscar Halac, e objetiva “resgatar, organizar, conservar, digitalizar e divulgar o acervo manuscrito, iconográfico, bibliográfico e documental da história do Colégio Pedro II.”

Por isso, transcrevemos trabalho de Ana Maria da Silva, funcionária documentalista do Pedro II, que, numa dissertação de mestrado na UFRJ (Resultados bibliométricos da produção intelectual de Antenor Nascentes), mostra toda a produção intelectual do excepcional mestre, no período de 1908 a 1971.

Também tive a felicidade de ser aluno de Nascentes, em 1960, na antiga UERJ, por isso o grande empenho e entusiasmo em produzir este número.

Completamos esta homenagem com palavras de Wilson Choeri: “Morreu com oitenta e seis anos, tendo vivido oitenta e seis anos. Durar não é o mesmo que viver. Alguns duram muitos anos, sem tê-los efetivamente vivido. Ele, todo o tempo em que durou, sempre viveu escrevendo, pesquisando, educando e semeando novas ideias e novos conceitos. Assemelha-se às estrelas que no espaço sideral sem fim continuam a brilhar, mesmo quando já cessaram, há séculos, de existir. O seu cintilar continua a nos encantar”.

Manoel P. Ribeiro
-Editor-chefe-

HOMENAGENS A ANTENOR NASCENTES

Nesta seção, situamos vários textos que lembram a obra de ANTENOR NASCENTES. Iniciamos com uma mensagem do Prof. WILSON CHOERI, ex-aluno do grande mestre, que foi incumbido por Olavo Nascentes de receber em doação toda a obra de Nascentes. Como se verá adiante, foi criado, então, o Centro Filológico Antenor Nascentes, numa portaria do Diretor-Geral da época, Prof. Antônio José Chediak, com todo o acervo e fichários doados ao colégio Pedro II, seção de São Cristóvão. Raul Choeri, muito emocionado, nos autorizou a publicar o texto.

ANTENOR NASCENTES (WILSON CHOERI - COLÉGIO PEDRO II)

O texto que se segue a estas linhas foi escrito por Wilson Choeri, um dos grandes nomes do magistério brasileiro. Ex-diretor geral do Colégio Pedro II, Choeri faleceu há cerca de um ano, exatamente no dia 13 de agosto de 2013, após uma existência longa e produtiva. Sua presença na vida educacional brasileira, as marcas de sua memória e de seu testemunho ao longo de tantas décadas dedicadas à causa da Educação impõem a elaboração de uma biografia que, decerto, traria muita luz sobre o percurso sociopolítico do Brasil no século XX. Dono de personalidade marcante, que lhe rendeu muitos admiradores e não poucos oponentes, Choeri conviveu com vários mestres que construíram a notável reputação do Colégio Pedro II, a par de ter ele próprio contribuído para o enriquecimento de nosso “colégio padrão”, seja como aluno, seja como docente de Matemática e Física, seja como historiador das sendas trilhadas pelo educandário fundado por Bernardo Pereira de Vasconcelos. Wilson Choeri teve também íntima ligação com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, instituição de que foi reitor e em que atuou como professor catedrático de Estatística Geral e Aplicada.

Integra a coletânea de textos esparsos escritos por Wilson Choeri sobre o Colégio Pedro II uma referência reiterada a nomes ilustres que circularam pelos corredores do tradicional colégio carioca. No texto que trazemos agora a lume, que, cremos, goza ainda de ineditismo editorial, Choeri nos brinda com um delicioso relato de sua convivência com Antenor Nascentes, de quem foi aluno em seus primeiros anos escolares, trabalho em que muito revela

da personalidade, do caráter e da índole educativa que traçavam o perfil do grande filólogo brasileiro. O texto tem um aqueloutro tom de prosa ficcional, revestida por manto historiográfico, fato que torna sua leitura a um tempo prazerosa e informativa.

Esse trabalho de Wilson Choeri chegou-nos às mãos em consulta aos arquivos de Fernando Segismundo outro proeminente professor do Colégio Pedro II, destacado jornalista e historiador dedicado à causa da Educação. Nossa intervenção limitou-se à atualização ortográfica, inclusive quanto à disposição dos parágrafos nos diálogos, e a algumas inserções que visam a corrigir erros óbvios de digitação. Preservam-se as preferências linguísticas do autor no tocante à estruturação do texto e ao estilo. Infelizmente, não temos notícia da datação deste precioso relato, em que tantos fatos e nomes relevantes da história educacional do Rio de Janeiro são citados em deliciosa referência.

Passemos, pois, à leitura desse testemunho que nos legou Wilson Choeri. Nossa leitura deve expressar um preito de gratidão a este grande brasileiro que tanto apreço dedicou à memória nacional e à causa da Educação.

Ricardo Cavaliere

ANTENOR NASCENTES

Ao ingressar no Colégio, na 1.^a série do curso ginásial, tive a grata satisfação de ter Antenor Nascentes como meu professor de português. A sua personalidade marcou-me até hoje e muitos dos seus ensinamentos me foram úteis.

A metade da nossa 1.^a série B aguardava a chegada do professor na sala 27, próxima da cantina. Estreita, com duas bancadas de carteiras, era uma das piores do Colégio, a sua única janela abria-se para a rua Camerino e por ela entrava o barulho ensurdecedor dos bondes e ônibus.

A classe estava em relativo silêncio, quando nos demos conta que o professor de português, que o inspetor Pederneiras nos havia anunciado, chegara.

Como era de praxe, todos nós saudamos o professor, nos levantando. Deparou-se-nos com um homem enxuto de carnes, desempenado, cabelo ralo e aparentando quase cinquenta anos. Dirigiu-se à turma sorrindo:

- Jovens, vamos dar início ao nosso curso de língua portuguesa. Chamo-me Antenor Nascentes e estudei aqui.

Muitos de nós já havíamos adquirido o livro “O Idioma Nacional” de autoria dele, adotado no Colégio.

- Pelo que vejo vocês já têm o livro texto. Aqueles que não o adquiriram, saibam que não estão obrigados a comprá-lo. Abram na primeira página e verão um soneto de Olavo Bilac, grande poeta parnasiano, sobre a língua portuguesa. Vamos hoje explicar esse belo soneto.

Apontando na direção do Orlando Alves, pergunta-lhe:

- Você sabe o que é um soneto?

- Não, professor.

- Quem de vocês sabe?

O Pedro Veloso Wanderley, colega nosso cearense tinha pendores literários, levantou o braço indicando que sabia.

- Vamos lá, jovem, explique.

- Soneto é uma forma poética constituída de dois quartetos iniciais e dois tercetos.

- Bravo, muito bem. Mais tarde, na 5.^a série, quando vocês tiverem aulas de literatura aprenderão os múltiplos gêneros e escolas literárias. Apontando para o Sebastião Campos mandou que lesse o soneto e todos acompanhassem.

- Quem sabe por que Olavo Bilac usa a expressão: “última flor do Lácio, inculta e bela”?

Em face do nosso silêncio, nos explica, minuciosamente e com simplicidade, a origem da língua portuguesa, porque a expressão última flor do Lácio e nos ensina que, na transição do latim para o português, houve uma forma chamada romanço. Explica-nos, também, que as conquistas dos romanos e sua fixação nas terras conquistadas difundiram o latim. Não o latim falado pelos patrícios, mas o da soldadesca, o latim vulgar.

- Jovens, anotem a tarefa para a próxima aula: deverão decorar o soneto para recitá-lo aqui; quero, também, que procurem, no dicionário, o significado e o sinônimo para as seguintes palavras do soneto: *inculta, esplendor, cascalho, vela, canga, tuba, clangor, singela, silvo, procela, exílio, amargo, tom, gênio, ventura*.

Na aula seguinte, tive a falta de sorte de ser escolhido para recitar o soneto. Havia-o decorado e comecei a cumprir a ordem. Entrando na adolescência a minha voz variava do grave ao tom em falsete ... Ao terminar, o professor me fez repetir, mas me interrompia, mostrando-nos como deveria dar a entoação e encontrar o ritmo certo. A seguir começou a interrogar, aleatoriamente, a turma sobre o sinônimo e significado das palavras contidas no poema.

Incrível, passados tantos anos, me dou conta de que aquele homem afeito a mergulhos abissais, erudito ser obrigado a ministrar aulas a garotos,

quando poderia estar desenvolvendo cursos e linha de pesquisa para professores. Porém, o mais espantoso é que, lidando com meninos, fosse capaz [de], sem empáfia, ou arrogância transmitir-lhes ensinamentos. Tudo nas aulas do Nascentes era motivo e aproveitado para transmitir conhecimentos. Em dada ocasião houve uma discussão entre o Aristeu e o Sebastião sobre a pronúncia do nome do Padre Anchieta. Era aula do Nascentes, e a ele coube o papel de dirimir a questão ... Lá veio a explicação:

- O Padre Anchieta era espanhol das Canárias. A pronúncia do *ch* tem o som de *x* e há também a forma grafada com *x*: *Anxieta*. A pronúncia se assemelha a do peixe de nome *enchova*. Se ele fosse italiano, a pronúncia seria *Anquieta*; o *ch* teria o som de *k*. A palavra *charitas* é italiana e deve ter a pronúncia “káritas”. Há uma praia em Niterói de nome *Charitas* e que o povo chama de “Xaritas”, erroneamente.

Na década de 1940 ainda havia um jornal chamado “Correio da Manhã” de grande circulação e famoso pelos seus editoriais. Numa edição que circulou no dia da aula de português apareceu como título de um de seus editoriais a palavra *boicotagem*. Mal o professor chegou, como sempre o fazia, Nascentes nos quinze minutos iniciais da aula, antes de abordar o tema central, indagava:

- Qual é a dúvida de hoje? Leram algum jornal?

Lá veio a pergunta do Pedro Wanderley:

- Professor, eu vi no Correio da Manhã como título a palavra *boicotagem*. O que quer dizer?

- Essa palavra é um estrangeirismo que foi incorporado ao nosso idioma. Significa fazer oposição, criar dificuldades e obstruir qualquer ação promovida por outros, represália. Prosseguindo na explicação e estendendo a informação acresceu:

- A palavra é um anglicismo que teve origem numa contenda entre lavradores escoceses assalariados e um fazendeiro de nome *Boycott*. Os lavradores cansados de serem maltratados entraram em choque com o fazendeiro, negando-se a trabalhar para ele e deixando de fazer a colheita do trigo e da cevada. O não trabalho assumido pelos lavradores passou a ser divulgado pela expressão “no, Boycott” e que se transformou e deu em português, *boicote*, *boicotagem*, *boicotar*.

O Nascentes além, muito além de professor era um educador. Procurava ampliar nossos horizontes culturais, induzir-nos a olhar e nos inteirmos ao nosso redor. Criou em muitos de nós o hábito de ir às sessões passatempo do “Cineac Trianon”. A televisão ainda não se divulgara e o referido cinema se especializava em passar jornais como “Les Actualités Françaises”, “Fox

Movietone”, UFA e múltiplas atividades no mundo dos esportes. Eram de sessenta minutos as sessões do Cineac e contínuas. O professor nos alertava:

- Vocês que não têm muito dinheiro para gastar devem ir a sessão das quatorze horas da quinta-feira. Verão o programa que está saindo de cartaz e a seguir ver a nova programação.

A rede de cinemas, no centro da cidade, possuía excelentes salas de exibição: Plaza, Metro, Palácio, Odeon, Império, Vitória, Alhambra e outros tantos.

Lembro-me que havia ido assistir, no Alhambra, o belíssimo filme, estrelado por Paul Muni, “Louis Pasteur”. Nos quinze minutos de perguntas da aula de português, perguntei se ele havia visto o filme e qual a sua opinião. Nascentes, como sempre não perdia a oportunidade de ampliar nossos horizontes culturais:

- A pronúncia do nome do cinema está errada; devem pronunciar *Alambra*. É um nome que tem origem árabe. É o nome dado a um castelo deixando pelos árabes, na Espanha, e construído durante a permanência deles, por oitocentos anos, na Península Ibérica. É uma bela construção em tijolos, sem emboço ou caiçação e daí ser vermelho. A palavra é feminina, quer dizer “o vermelho”; o *al* é o artigo em árabe e *hambra* significa “vermelho”. Prosseguindo, explicou-nos a importância de Louis Pasteur na descoberta da vacina contra a raiva e ensinou-nos que o nome da doença era *hidrofobia* (hidro = água; fobia = horror, rejeição).

Ao chegar a casa, conversando com meu pai, passei-lhe a explicação sobre a pronúncia da palavra *Alhambra*..., isto é, omitindo o *h*. Meu pai corrigiu-me, ensinando-me a pronúncia em árabe. Ao reencontrar o Nascentes, em aula, disse-lhe como meu pai me corrigira:

- Professor, meu pai disse que o *h* tem que ser pronunciado como *r* e o certo é dizer: *Al-Ramra*, o *b* não se pronuncia.

Outro professor qualquer teria se irritado e me reduzido à expressão mais simples. O grande filólogo, disse sorrindo:

- O *h* da língua árabe é muito difícil de se pronunciar, ele pronuncia-se aspirado, saindo o som do fundo da garganta. Ele, também, tem uma outra pronúncia forte como o *h* em inglês, na palavra *horse*.

Com uma simplicidade que ainda me comove, acrescentou:

- Não sabia que o *b* de *Al-Hambra* não se pronuncia. Vou pesquisar se procede...

Passados muitos anos, ao visitar a “Espanha árabe” e me deparar com a “Al-Hambra”, emocionado, comecei a chorar. Lembrei-me das explicações do meu professor. Ao percorrer os “Jardins de Generalife” veio à minha

memória a descrição que dele nos fizera: O castelo vermelho, sem reboco, é, por si só, belo. O seu interior mantém um ambiente fresco e encantador com os arabescos e esquadrias de madeira rendilhadas. Os jardins árabes que o circundam com os chafarizes espargindo água lhe dão leveza.

Nascentes explicou-nos alguns tipos de jardins que circundam palácios europeus, mostrou-nos as características dos jardins [de] padrão inglês, francês e árabe. Este enfatizou: são delicados, leves e graciosos, fazem uso de água em abundância; os ingleses imponentes e austeros com imensos gramados, lagos e pontes, tentam imitar a natureza; o francês com forma geométrica, labiríntica.

Vim a descobrir, anos mais tarde, que Nascentes, paradoxalmente, não respondia perguntas que lhe faziam certas pessoas sobre dúvidas de português. Desconfiava que queriam testá-lo. Respondia com ironia ou mandava-as pesquisar. Com os seus alunos era solícito; jamais deixou de ser rigoroso na aferição da aprendizagem.

A turma se alvoroçava quando programava para a aula seguinte torneio de perguntas entre as duas bancadas da sala vinte e sete.

- Jovens, na próxima aula o tema será “adjetivos pátrios ou gentílicos”. Vocês encontrarão, no livro texto uma relação deles. Após as minhas explicações realizaremos o torneio. A bancada da direita indicará cinco representantes e a da esquerda outros tantos.

- Professor, esse critério não é justo. A bancada da esquerda é ocupada pelos melhores da turma - ponderou um dos ocupantes da direita.

- O argumento não é consistente, vocês da direita estudem e derrotem os outros. Nada de capitularem.

Na aula seguinte todos estavam acesos à espera do torneio.

Nascentes iniciou a aula explicando o assunto, mostrou-nos a origem da palavra *gentílico* e teceu considerações sobre o tema.

- Vamos começar agora as perguntas.

Coube-me fazer a primeira pergunta a um dos integrantes da bancada mais forte:

- Pergunta para o Orlando Alves. Qual é o gentílico de quem nasce na ilha de Madagascar?

A resposta veio pronta:

- Malgaxe.

Na réplica o atingido, do meu lado, foi o Aristeu. Perguntou-lhe o Sebastião: qual é o nome de quem nasce em Jerusalém?

Ele não titubeou: hierosolimita. O torneio continuou com indagações

de lado a lado. Três Corações, São Paulo (cidade), São Paulo (estado) e outros locais foram aparecendo nas perguntas. A situação tomou-se hilariante quando, de forma moleque, o Ondino, ao responder à pergunta que lhe fora feita sobre o gentílico referente à cidade do Porto. Categórico, afirmou: tripeiro. O Nascentes esboçou um sorriso, acalmou os que queriam considerar haver o Ondino errado.

- Ele deve ser filho de portugueses, usou a expressão popular e está galhofando com vocês. Ele sabe a forma não popular. Ondino, diga o que está registrado no livro.

A resposta veio certa: portuense. O professor aproveitou o incidente como motivação para enriquecer a aula.

- Os naturais da cidade do Porto são jocosamente apelidados de tripeiros em razão do prato predileto e muito consumido no Porto ser “tripa de boi à lombeira” ou, como é mais conhecida, “à moda do Porto”. Os naturais de Lisboa são lisboetas, mas os outros os chamam de “alfacinhas”. Dizem que a causa tem origem nos lisboetas serem muito críticos e cheios de não me toques em relação aos nascidos noutros lugares. A Solange Vasconcelos, melhor aluna da turma indaga do professor.

- Por que quem nasce em Chaves é chamado flaviense?

O grande filólogo aplaude a pergunta e enriquece a aula. Começa, subliminarmente, a transmitir informações que serão mais tarde ampliadas e servirão de base para prosseguimento de nossos estudos.

- A palavra chave vem do latim *flavius*, o gentílico *flaviense* manteve a forma erudita, mais próxima do latim. Vejam, quem nasce no Estado do Rio de Janeiro é chamado de *fluminense*, pois rio em latim é *flumen*. O mesmo acontece com Três Corações que foi respondido por um de vocês como *tricardino*, coração em latim é *cardius*. Muitos genticos conservam a forma próxima do latim.

É incrível como um homem afeito a profundas pesquisas dialetológicas, etimológicas, também pudesse, em aulas ministradas a adolescentes mal saídos da escola primária, didaticamente, tomar um tema tão insípido e árido numa aula dinâmica e rica de informações. Hoje, poucos professores de português, “especialistas” em análise literária, são capazes de abordar o tema. Dirão: é inútil, é desnecessário ... Escondem suas insuficiências e enchem a boca que o importante é o que fazem: linguística. Não conhecem a estrutura da língua, a fonologia, mas escondem sua ignorância com pseudoconhecimentos de “linguística” e “estruturalismo”. Pobres coitados, mal conhecem a língua nacional, nem tampouco antropologia cultural, e se intitulam “especialistas em linguística” ou Levy Strauss. Muitos professores de hoje continuam,

passados tantos anos, a analisar o texto e o exaurem pelo aspecto gramatical. Nascentes, ao nos ministrar explicações, abordava os aspectos etimológicos, filológicos.

Outra passagem rica de ensinamentos foi ensejada pela leitura do texto “Digressão Filatélica” que Nascentes inseriu em *O Idioma Nacional*.

Alunos da primeira série ginasial jamais ouvimos falar em *digressão*. Antes de nos explicar o significado da palavra, o professor mandou-me ir para a frente das bancadas e recomendou-me:

- Vá andando na direção da janela. Obedeci à ordem e ao chegar quase próximo da parede, virei-me para a direita e retomei até a porta. Fui levado a repetir duas vezes a caminhada, ora virando para a direita, ora para a esquerda. O professor se deu por satisfeito, mandou-me voltar para o meu lugar; perguntou à turma:

- O que é digressão, jovens?

A resposta veio em coro: - mudar de direção, mudar de rumo.

- O autor do texto, ao usar a palavra *digressão* quis mostrar que, anteriormente, tinha um centro de interesse e, de repente, resolveu se tornar filatelista; logo fez uma digressão nos seus interesses.

Ao comentar o texto, nos ensinou o que era ser filatelista e nos estimulou a colecionar selos.

- Jovens, colecionar selos amplia os conhecimentos do colecionador. Aprende-se geografia, história, artes, costumes e principalmente propicia intercâmbio com outros colecionadores do país e do estrangeiro.

Levou-nos a conhecer os selos raros, aprendemos o valor da coleção “Olho de Boi”, editada no império. Explicitou-nos que a primeira emissão comemorativa feita pelos correios, quando carimbada ganhava importância. Aprendemos que alguns colecionadores de selos eram, também, aficionados pela numismática, a arte de colecionar moedas.

Aprendemos os significados dos adjetivos *ebúrneo*, *cinério*, *cuprino*, *sideral*, *argentino*, *plúmbeo* e outros tantos, quase sempre com a indicação da origem. Diferente de outros professores, ensinou-nos a análise lógica ou sintática de modo simples, sem esquemas ou diagramas. A análise lógica simplesmente objetivava o entendimento do texto, decodificá-lo. Fora disso seria perda de tempo. Recomendava-nos redigir com simplicidade, evitar lugares comuns, não fazer frases longas e ter um texto linear. Exemplificava: por que escrever “o astro-rei despontava no horizonte” se era muito mais elegante dizer: *amanhecia*. Ironicamente, rindo lembrava que o tal astro-rei nada mais era que simples estrela de quinta grandeza e arrematava: só é possível ao sol despontar no horizonte.

Muitos anos passados, já privando de sua amizade, tive a comprovação da sua forma de se exprimir. Ao receber um belo postal de uma das suas múltiplas viagens pela Europa ele só anotara: “Choeri, abraços Nascentes”. Por que descrever a paisagem, se a imagem era autossuficiente, a indicação do lugar estava impressa. Nada de esparramento.

Tenho em um de seus livros a seguinte dedicatória: “Ao Choeri: Nascentes”. O laconismo nas dedicatórias exprimia consideração e afeto por parte dele.

Faltando um mês para o término do ano letivo, Nascentes que sempre fora assíduo e pontual desapareceu. O inspetor Pederneiras nos deu a notícia de que ele havia sofrido sério descolamento de retina. Pagava o tributo de muito ler e forçar a visão em suas pesquisas. Eu e o Orlando Alves, em nome da turma, lhe enviamos um sentido telegrama. Ao se restabelecer, já cursávamos a segunda série. Numa aula do professor Modesto de Abreu, foi nos agradecer dizendo: “você me comoveram, delicadeza nesta casa é gesto raríssimo”. Modesto de Abreu, após Nascentes se retirar, comentou:

- Nunca vi o professor Nascentes procurar alguém e falar com tanta emoção. Ele é tido como frio, quase álgido.

Na época em que fui seu aluno, quase sempre tomávamos o mesmo bonde para regressarmos a casa. Jamais, nem ele ou eu ficávamos no ponto final, no abrigo da Praça Tiradentes. Íamos para o ponto defronte ao Teatro Carlos Gomes. Ele, entretanto, ia caminhando para as proximidades da Inspetoria de Veículos a fim de tomá-lo em movimento e garantir um bom lugar. Jamais imitei meu mestre, o bonde naquele trecho vinha com boa velocidade. Ele agilmente escolhia sempre o carro reboque e, não raro, ao alcançar o estribo compensava a velocidade, caminhando na direção contrária ao deslocamento do veículo. Tomar o bonde andando exigia, além de agilidade ter golpe de vista para não se chocar com o condutor ou outro passageiro pendurado no estribo.

Nascentes era de origem bem humilde; teve na professora D. Amália Fernandes da Costa uma protetora e apreciadora de sua inteligência que lhe custeou parte de seus estudos iniciais. Não precisou fazer exame de admissão para ingressar no Colégio Pedro 11. Era praxe ao melhor aluno da rede primária do Distrito Federal ter matrícula compulsória. Concluintes do ensino primário só receberiam a certificação após rigoroso exame. Submetido à mais longa inquirição, perto de uma hora, nas disciplinas de português, geografia, aritmética, história do Brasil, logrou a nota máxima, garantindo assim ingresso gratuito no Colégio Nacional, nome que a República passara a chamar o Colégio Pedro II.

Foi um aluno brilhante e teve como condiscípulos Manuel Bandeira, Souza da Silveira, Arthur Moses, Alarico de Freitas. Ao término do curso obteve o Prêmio Pantheon, destinado ao aluno que houvesse participado sempre do primeiro lugar no banco de honra.

Ao se bacharelar não teve dificuldades em passar em concurso público para oficial da Secretaria de Justiça, conquistando o primeiro lugar.

Retornou ao Colégio Pedro II como professor para lecionar grego e espanhol. Logo veio a oportunidade de se candidatar à cátedra de espanhol que estava vaga. O concurso foi disputadíssimo entre ele e David José Perez. Ambos os candidatos produziram brilhantes provas. A Congregação ao se reunir para homologar o concurso deu o primeiro lugar ao seu bacharel e prêmio Pantheon. Lecionou a disciplina por seis anos; tornando-se ela optativa e o aluno demonstrando pouco empenho, em face de não haver exames que os pudessem inabilitar, ao ser desdobra da cátedra de português, preferiu para ela se transferir, em 1927. Antes de se transferir já havia publicado a série *O idioma nacional*, de 1926/1928, muito bem aceita.

Àqueles que o criticavam por haver sido homologada a sua transferência para português, sem que tivesse de se submeter a novo concurso, respondeu com a publicação do *Dicionário etimológico*, em 1932. Calou os murmuradores. O *Dicionário etimológico* foi fruto de anos de pesquisa e realizado sem a colaboração de outros professores. Ele se constituiu em trabalho pioneiro e veio a se tornar em fonte para os que passaram a pesquisar e estudar filologia românica. Foi prefaciado por Meyer-Lübke, o grande filólogo alemão.

Jamais respondia às críticas que lhe faziam; ouvi-o, na Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UERJ, dizer: “Quando me jogam lama, não me apresso em limpá-la, deixo-a secar e lhe dou um peteleco, removendo-a sem deixar nódoa”. Aos que lhe enviavam, de modo reservado, sugestões de possíveis equívocos que cometera sempre acolhia e agradecia. Àqueles que queriam se promover às suas custas, individualmente ou em grupos, os ignorava.

Em 1939, ao ser criada a Faculdade Nacional de Filosofia, após a extinção da 1.^a UDF, criada por Lourenço Filho e outros educadores, Nascentes foi convidado, diretamente, pelo Ministro Gustavo Capanema para integrar o corpo docente da mesma. Não se deixou seduzir e nem optar em deixar o Colégio Pedro II; na época a Constituição de 1937 vedava qualquer acumulação. Não fez como o Souza Silveira, Manuel Bandeira e outros tantos que deixaram o Colégio.

Olavo Aníbal Nascentes, seu filho, disse-me que ele escrevera declinando do convite; o fez de forma elegante. Aos amigos, discípulos e

colaboradores explicava a sua atitude, confidenciou: “Como deixar a minha cátedra no Pedro II, onde estudei como aluno grátis. Trocar cem anos de tradição por uma faculdade que ia se iniciar. Jamais o faria”.

Reencontrei meu mestre, alguns anos passados, na Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette, hoje integrando a UERJ.

Tive a honra singular de compor, como catedrático, a mesma congregação onde ele era um mito. Tinha por mim carinho especial. Após haver concluído o concurso para a cátedra de Estatística Geral e Aplicada, no dia em que seria recebido pela Congregação, deparei com ele que, sorrindo, foi me dizendo:

-Choeri, não vou à tua posse, sabes que não tolero discursos; mas sabes qual a verdadeira razão de não ficar? Hoje é aniversário de uma velha amiga de mais de cinquenta anos. Não posso perder os doces que ela faz à moda antiga e lembram os que minha mãe fazia e são colocados naquelas compoteiras de “bico de jaca”. Perder doce de mamão verde com coco, doce de jaca, quindim, bom-bocado? Não. Felicidades.

Ao assumir as funções de diretor do Departamento Cultural da UEG, hoje UERJ, o professor Nascentes, já aposentado, me visitou inúmeras vezes, acompanhado do filho Olavo Nascentes. Expunha o que queria, quase sempre informações sobre ajustamento de sua aposentadoria ou o pagamento de cursos que havia ministrado e que a burocracia universitária retardava.

Ria quando eu e o Olavo discutíamos sobre o magistério particular ou contávamos casos ocorridos com alguns professores em sala de aula. Diante de meu velho mestre, voltava a ser o aluno ginasiano e o enchia de perguntas. Provocava-o para que recontasse algumas de suas viagens, principalmente a que fizera ao norte da Escandinávia. Descrever a sensação que sentira ao ver “o sol da meia-noite” e a insônia que adquirira ao voltar para o Brasil.

Havia ocasião em que o consultava sobre as visitas de eminentes professores portugueses que viriam, sob o patrocínio da embaixada de Portugal, ministrar palestras na UEG/UERJ. Jamais opinava quando os palestrantes eram historiadores ou geógrafos, relutava, também, quando eram da sua área. Disse-lhe, certa vez, que o professor Paiva Boléo, provavelmente, viria ao Brasil.

- Não virá, disse Nascentes. Ele não tolera o Brasil e tem pouco apreço aos nossos intelectuais; não deixará a França. É a tônica da maioria dos acadêmicos e professores de além-mar. Fazem-nos restrições injustificadas e imaginam que aqui não há pesquisa ou erudição. Nós conhecemos a literatura

clássica e moderna portuguesa, nossos estudos linguísticos e fonéticos são mais avançados do que os deles. Alguns raros conhecem nossa literatura e pesquisas.

Pouco antes da eleição para a Academia Brasileira de Letras visitou-me. Indiretamente, através do Olavo Nascentes, procurei conhecer a sua expectativa sobre a certeza da sua escolha. Sorrindo, antes que o filho se pronunciasse, disse-me:

- O povo diz que em cabeça de juiz, pata de cavalos e bumbum de crianças não se há de confiar. Eu acrescento, em voto de acadêmicos, também não ...

Passados uns dias, a mídia anunciava a eleição de Adonias Filho e a preterição do Nascentes.

Aos dicionaristas, ao filólogo, ao homem que tantos serviços prestava à Academia e a lastreara, com densa erudição, múltiplos de seus projetos, ela pagou-lhe com a moeda da ingratidão. Jamais pleiteara, quer moço, quer na meia idade ou na velhice, um lugar entre os imortais. Cedeu aos amigos que se sentiam constrangidos em não ver o mestre entre eles.

A troca de favores políticos, interesses regionais e a mediocridade militante não perdoaram a modéstia, a erudição e o talento.

O tempo é grande sabedor em sua marcha inexorável, levará a maioria dos imortais a serem totalmente esquecidos. Pela imortalidade de Antenor Nascentes falarão o *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, o *Linguajar Carioca*, a série de *O idioma nacional*, o dicionário da ABL e, principalmente, enquanto houver estudiosos de língua portuguesa falada no Brasil. A imortalidade acadêmica não a conquistou, mas obteve-a na admiração de uma plêiade de discípulos do porte de Celso Cunha, Antônio Houaiss, Evanildo Bechara, Leodegário Amarante Azevedo e outros tantos ...

Passados alguns meses da sua preterição acadêmica voltei a revê-lo. Havia sofrido ligeiro espasmo cerebral. Em sua última visita ao Departamento Cultural da Universidade, manteve-se silencioso, enquanto eu e o Olavo conversávamos; parecia alheio a tudo. O “velho jequitibá” começara a morrer, suas raízes profundas já não mais recolhiam a seiva irrigadora do lenho e das folhas.

Morreu com oitenta e seis anos, tendo vivido oitenta e seis anos. Durar não é o mesmo que viver. Alguns duram muitos anos, sem tê-los efetivamente vivido. Ele, todo o tempo em que durou, sempre viveu escrevendo, pesquisando, educando e semeando novas ideias e novos conceitos. Assemelha-se às estrelas que no espaço sideral sem fim continuam a brilhar, mesmo quando já cessaram, há séculos, de existir. O seu cintilar continua a nos encantar.

Olavo Nascentes, após a morte do pai, não mais entrou em sua biblioteca e não admitia que alguém nela penetrasse. A sua identificação era tal que se emocionava ao dele falar. Funcionava como seu assistente, discutia e sugeria modificações no que ele escrevia, possuía luz própria. Aos que indagavam por que não publicava as suas pesquisas e estudos, invariavelmente respondia: “Para quê? Vão dizer que apanhei fichas do velho ou usei suas pesquisas para me promover”.

Na época em que dirigia a Secretaria de Ensino do Colégio Pedro II, atendi um dos seus telefonemas.

- Choeri, meu pai, quando vivo, demonstrou desejo de doar sua biblioteca ao Colégio. Eu e meus irmãos só a doaremos com uma condição: você será o responsável pela sua preservação e a manterá unificada. Pode dar um pulo aqui em casa?

Inteirei-me das condições que Olavo impunha: cederiam os direitos autorais de tudo que resultasse das pesquisas feitas nos fichários e material deixado pelo pai; das novas edições, também, seriam cedidos.

Foram aceitas e o acervo e fichários transportados para o Colégio Pedro II.

Foi criado o Centro Filológico Professor Antenor Nascentes por portaria do diretor-geral da época, professor Antonio José Chediak.

Os professores Raimundo Barbadinho Neto e Aloysio Jorge do Rio Barbosa incumbiram-se de selecionar, classificar e arquivar adequadamente a correspondência, fichas e artigos escritos em revistas de modo que futuros pesquisadores da obra do mestre possam a vir mensurar em verdadeira grandeza o homem, o intelectual e o educador. O trabalho dos referidos professores foi cuidadoso, exaustivo, pois leram centenas de correspondência e artigos; não colocaram o material nas pastas-arquivos aleatoriamente. Deve-se a eles se ter preservado o acervo que estava se deteriorando.

Olavo Nascentes, homem de poucos recursos, vivendo de aposentadoria ínfima e tendo a esposa entrevada, há anos na cama, abriu mão de vender a biblioteca do pai; o seu exemplo foi seguido pela família. Olavo Nascentes que tinha seus livros separados dos do pai, vendeu-os para minorar suas dificuldades. Não querendo parodiar Camões poderíamos dele dizer: “De tal pai, tal filho se esperava”.

O professor Escragnole Doria, que era espírita, ofertou ao Nascentes o “Livro dos Espíritos” que por ele foi lido totalmente e registrou na contracapa: “Seria tão bom que fosse verdade”. Talvez o mestre imaginasse o quão bom seria reencontrar Fausto Barreto, Said Ali, Carlos de Laet, Silva Ramos e outros de seu afeto e voltarem a trocar ideias.

Os professores Antenor Nascentes, José de Oiticica e Quintino do Valle constituíam o trio famoso e temido pelos alunos do Colégio. Catedráticos de língua portuguesa, os dois primeiros, no Externato, e o outro, no Internato. Possuíam características didático-pedagógicas diferentes; em comum, só a elevada cultura, a erudição e a capacidade de fazerem os alunos estudar o idioma nacional. Quem deles viesse a tê-los como professores só possuiria, como alternativa, estudar e ser aprovado ou reprovação inexorável. Cabia-lhes escolher as turmas nas quais dariam aulas. Nascentes e Oiticica exigiram da direção a designação para as primeiras séries do curso ginásial e o direito de acompanhá-las nos anos subsequentes. Relutavam em aceitar dar aulas em turmas que já houvessem tido outro professor de português.

ANTENOR NASCENTES - ROMANISTA

EVANILDO BECHARA (ABL, ABRAFIL, UERJ, UFF)

Prefaciando a tradução espanhola do *Cours de linguistique Générale* do genial Ferdinand de Saussure, declarou Amado Alonso que um sábio se torna ilustre tanto pelos problemas que estuda e resolve como pelos que obriga seus colegas e sucessores a reestudar e resolver. Antenor Nascentes se quadra perfeitamente no rol destes últimos, pois que sua obra vale não só pelo que apresenta de resultados positivos de pesquisa, mas também pelo estímulo e acesa curiosidade que, aos seus colegas, discípulos e sucessores, incitam a continuar a estrada, mais amena e mais clara, graças ao esforço do heroico sapatador. Como diz ele próprio: “Nisto, como em tudo, no começo é que está a dificuldade. Apareçam os aperfeiçoadores” (*Linguajar carioca*, 207, 2 ed.).

Um perpassar d’olhos por toda a extensa produção de Antenor Nascentes percebe, sem grande esforço, temas novos e palpitantes que aflora ou aprofunda em artigos e livros, deixando aí o toque de sua originalidade e o caminho aberto a novas pesquisas; estudar esta linda bibliografia é tarefa que se pode distribuir por vários capítulos, razão por que me limitarei à atividade do romanista. Mas, mesmo assim, quero aqui deixar assinalado que a modernidade de Antenor Nascentes não se enfeixa na sua obra científica ou literária; ela se estende à sua figura humana, possibilitando-lhe um diálogo franco e alegre com velhos e moços.

Antes de mais nada, cabe-nos aqui indagar o que mestre Nascentes entende por filologia românica e como se patenteia a vantagem que experimenta a pesquisa em português, por exemplo, empreendida à luz da visão românica.

Ensina-nos o autor num dos capítulos dos seus *Elementos de filologia românica* p. 19):

“O problema da filologia românica é explicar as mudanças do latim nas línguas românicas e delimitá-las no tempo e no espaço. No tempo: dada uma forma latina, chegar à forma românica resultante nas várias línguas, ou dada uma forma românica, chegar à forma latina correspondente.

Ex.: lat. *patre*

port.

esp. ***padre***

prov.

it.

fr. *père*

pai

paire

padre

port. ontem < lat. ad nocte(m).

No espaço, dado um fenômeno, caracterizá-lo nas várias línguas e depois sistematizá-los. Assim, estudando-se as transformações das explosivas surdas intervocálicas nas várias línguas, chega-se à conclusão de que a Itália Setentrional e a Balcano-România as conservam, e o resto da România as sonoriza”.

Pela lição aí exarada, pode-se concluir a vantagem de ordem prática que, pelo menos, se tira da consideração de uma língua românica sem desprezar a realidade por que passaram suas irmãs, experimentando condições idênticas ou semelhantes; e a vantagem é esta: serve a Romanística de um seguro elemento controlador de pesquisa. Evita ao estudioso uma visão parcial do problema, que pode truncar a realidade. Às vezes, uma hipótese se nos afigura sedutora porque convém às transformações fonéticas do português, ou se ajusta à área semântica dos vocábulos em latim e português, mas a comparação com o mundo românico é que nos patenteia, em geral, a plausibilidade da hipótese ou o seu desolador engano.

Daí, talvez, derive a afirmação de Antenor Nascentes, segundo a qual “a filologia românica é a sobremesa”, isto é, é o remate, é o toque final. Sem a sobremesa, ainda que modesta, a refeição será incompleta; transplantada a comparação para a nossa seara, sem a filologia românica, a pesquisa, sobre estar incompleta, poderá ser enganosa.

Não era outro o pensamento do autor, muitos anos antes dos citados *Elementos*, pois que, numa lição inaugural da cadeira, em 19 de julho de 1937, comentava nesses termos a importância da filologia românica.

“Uma Faculdade de Letras onde se estudam o português e o francês ao lado do latim, não se poderia compreender sem o cultivo da filologia românica. A mesma necessidade que sente o latinista de conhecer as várias línguas indo-europeias, irmãs do latim, experimenta o estudioso do português e do francês em relação ao conhecimento das demais línguas românicas. Filhas do mesmo tronco, estas línguas se ajudam mutuamente na elucidação de seus problemas particulares, esclarecendo os casos difíceis e os duvidosos. Uma vez trata-se de uma questão de fonética: o *h* de hediondo, por exemplo, o *ch* de chapéu, o *pi* de piano. A filologia românica revela a origem destes vocábulos, indicando apenas o tratamento recebido pelo *f* inicial espanhol, pelo *c* francês diante de a, pelo *pi* italiano. Outras vezes trata-se de uma etimologia e o subsídio românico se torna indispensável. Assim, por exemplo, achar no sudoeste da Europa, vai encontrar no oriente, passando pelo francês *trouver* e pelo italiano *trovare*, pelo provençal *trobar* e pelo ladino *sobresselvano truva*, vai encontrar

o seu paralelo no romeno *ală*” (p. 71-72).

Antenor Nascentes, pelo que se depreende dos trechos aqui citados, onde se patenteia a influência de Meyer-Lübke, chegou à Romanística trazido pelos princípios do método-histórico-comparativo, como, aliás, aconteceu com todos os brasileiros que, interessando-se pelos estudos linguísticos, procuraram acompanhar o progresso por que passava a ciência do séc. XIX para o XX. Desde cedo, apetrechou-se com o latim e o grego, deste último, segundo o seu testemunho, preparando-se para um concurso de catedrático, que não veio, fazia exercício diário de tradução de 150 versos da *Iliada* ou da *Odisseia*. Fruto deste estudo é sem dúvida o curso que, no Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, ministrou sobre o imortal Homero. Cedo também lhe ficaram familiares as línguas literárias modernas da Europa, sendo que o francês ele dominava como se fosse sua segunda língua materna. O alemão deu-lhe a carta de maioridade na Romanística: através dele ficaram-lhe familiares a *Grammatik der portugiesischen Sprache* de J. Cornu e R.E.W. de Meyer-Lübke, com quem se carteceu e de quem mereceu o prefácio ao prestantíssimo *Dicionário Etimológico*, que, apesar dos seus muitos anos de saído à luz, não foi desbancado pelo trabalho do operoso José Pedro Machado. A partir de 1966, rejuvenesceu-se através do *Dicionário Etimológico Resumido*, à semelhança do que fez Corominas — para o espanhol —, obra que publicou o Instituto Nacional do Livro e que precisa agora ser reeditada. Antes, em 1952, já nos tinha dado o tomo II do *Dicionário Etimológico*, relativo aos nomes próprios.

Não lhe faltaram, outrossim, no seu curso de humanidades no Colégio Pedro II, realizado sempre em lugar de honra, o conforto e estímulo de grandes professores, dos quais quatro, durante e mesmo depois do bacharelato, contribuíram fortemente para a formação do futuro filólogo: Fausto Barreto, Vicente de Sousa, Said Ali, Silva Ramos. Sua dívida de gratidão se espelha em referências elogiosas através de toda sua obra e, especialmente, a Fausto Barreto e Vicente de Sousa na dedicatória do *Dicionário Etimológico*, e a Said Ali na *Miscelânea*, que, em sua honra, valentemente conseguiu editar, em 1938, constituindo, aliás, a primeira que, na esfera da filologia, se publicava no Brasil. É interessante observar que a sede de palmilhar novas trilhas não agasalhou, em nenhum momento de sua atividade, qualquer ressentimento ou inveja aos que queriam trabalhar e desbravar a *selva selvaggia*. É um rasgo inerente ao homem de caráter íntegro que Antenor Nascentes se esmerou por ser, não lhe faltando aquela seriedade e pontualidade no cumprimento das obrigações que bem mereciam o adjetivo que lhe era tão grato, “europeias”.

Estava, assim, Antenor Nascentes com meio caminho andado

para desincumbir-se satisfatoriamente de sua missão de romanista, pois o filólogo ou linguista não pode limitar-se ao sossegado recanto teórico de seu gabinete; parodiando Goethe, um olho deve estar voltado para a Ciência e o outro para a Vida. E Nascentes viveu intensamente a vida, que se fez refletir nos títulos de sugestivos artigos e livros que escreveu ou estimulou que escrevessem. Os antigos e modernos lhe mereceram a mesma consideração: os torneios clássicos e a gíria do povo foram fichados com a mesma devoção e interesse. Nenhum setor da gama complexíssima dos usos linguísticos que vêm constituir a abstração unitária e global que se chama língua portuguesa, passou despercebido a essa atenta curiosidade científica, como se a ele pertencesse aquilo de Terêncio: *Homo sum: humani nihil a me alienum puto* (Heautontimorurnenos, a. 1, c. 1, v. 25).

A exemplo de notáveis romanistas — Pidal, Fouché, Bourciez, Millardet, Leite de Vasconcelos, Said Ali, Amado Alonso, d'Ovídio e tantos outros — volta sua atenção particularmente para a língua materna. Nesta linha de estudos, além dos três dicionários etimológicos e trabalhos de duas palestras, cabe-me lembrar aqui, sem falar dos livros didáticos:

- 1) El tratamiento de señor en el Brasil (Anales de la Facultad de Fiosofia y Educacion de la Universidad de Chile), 1938;
- 2) Difusión de la lengua portuguesa en el Brasil, 1944;
- 3) Fórmulas de tratamento no Brasil nos séculos XIX e XX (Revista Portuguesa de Filologia), 1950;
- 4) Adolfo Coelho e a etimologia (Miscelânea Adolfo Coelho), 1950;
- 5) A gíria brasileira, 1953;
- 6) A saudade portuguesa na toponímia brasileira (Atas do III Colloquium Internacional de Estudos Brasileiros), 1957;
- 7) A pronúncia brasileira da língua portuguesa (Miscelânea Mário Roques), 1952;
- 8) A preposição do agente da passiva (Saggi Ettore i Gotti), 1962;
- 9) O problema da regência (3.^a ed. 1967)
- 10) Tesouro da fraseologia brasileira (3.^a ed. 1986)
- 11) O linguajar carioca em 1922 (2.^a ed. 1953)
- 12) Estudos filológicos (1.^a série), 1939.

Destas doze obras, peço licença para deter-me nas quatro últimas e ressaltar-lhes o valor, já que a extensa bibliografia do Prof. Antenor Nascentes exige esta escolha para que não fiquem ultrapassados os limites deste estudo.

No livro *O problema da regência*, comparado com seus congêneres, notam-se qualidades que se devem pôr em destaque:

Primo: a riqueza da citação de autores modernos brasileiros, principalmente, no dizer do Autor, “os que escrevem artisticamente, mas sem preocupações de purismo nem de classicismo”;

Secundo: a filiação inteligente com o latim; pois partindo da *regência exigida* pelo étimo, estuda as variações de regência conforme as significações e chega, quando necessário, ao confronto com as línguas românicas.

Tertio: introduz o conceito de posvérbio de cuja significação na regência ainda não se beneficiaram os estudos de língua portuguesa no Brasil.

A respeito do *Tesouro da fraseologia brasileira* bastaria, para sua consagração, o alto conceito que dele fazem Alwin Kuhn na 1.^a parte da sua *Romanische Philologie* (Berna, 1951, p. 452) e Gerhard Rohlfs no *Manual de filología hispánica* (p. 335), para satisfazer o gosto dos que só acreditam nas referências elogiosas proferidas por mestres estrangeiros.

Quanto ao livro *O linguajar carioca* em 1922, quem conhece a bibliografia românica o põe a ombrear-se com a *Italienische Umgangssprache* de Leo Spitzer (Bonn e Leipzig, 1939), a *Spanische Umgangssprache* de Werner Beinhaner (Berlin e Bonn, 1930, já traduzida para a Biblioteca Hispânica da Gredos) e principalmente com *Die Entwicklung des neuesten Französischen* (Bielefeld e Leipzig, 1933), da ilustre Elise Richter. O interesse que tais estudos despertam nos meios científicos estrangeiros sem dúvida motivou que Meyer-Lübke, em carta a Antenor Nascentes, lhe pedisse “informações a respeito das alterações sofridas no Brasil pela língua portuguesa”, dando ensejo, assim, ao aparecimento do livro em 1922.

Numa época em que a grande preocupação consistia no purismo gramatical, o livro era como que um crime de lesa-pátria. O autor disto tinha certeza e alertava o incauto com contundentes afirmações: “Conhecemos bem o nosso meio; não ignoramos os remoques que hão de trazer os estudos de patologia linguística que empreendemos. Paciência. Nosso trabalho não é para a geração atual; daqui a cem anos, os estudiosos encontrarão nele uma fotografia do estado da língua e neste ponto serão mais felizes do que nós, que nada encontramos do falar de 1822” (Prefácio da 1.^a ed.).

Finalmente a 1.^a série dos *Estudos Filológicos* reúne onze estudos, dos quais ponho a dois em relevo: Instituto de Filologia (p. 6 1-70) e Lição inaugural da cadeira de Filologia Românica (p. 7 1-88). No primeiro, saúde, em 1935, a fundação de um Instituto de Filologia, na faculdade de Filosofia, graças aos esforços do Dr. Rebelo Gonçalves, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e então contratado por aquela Faculdade brasileira. Já nessa época fazia uma declaração da qual, entre nós, só há bem pouco se vem tomando consciência: são as revistas especializadas um dos

principais instrumentos de trabalho para que se possa acompanhar o progresso da ciência.

Com a sua aula inaugural, a 19 de julho de 1937, proferida na presença de um dos ilustres romanistas da época — Georges Millardet —, instalava-se na Universidade do então Distrito Federal a cadeira de Filologia Românica para o glorioso destino que lhe reserva o futuro do Brasil, multiplicada pelas numerosas faculdades hoje existentes. Guindava-se, dessarte, Antenor Nascentes à história dessa cadeira em nosso país.

Depois da Filologia Portuguesa, a Espanhola é a que mais tem atraído a atenção do nosso romanista. Nesta seara escreveu:

- 1) Esbozo de comparación del español con el portugués (Anales de la Facultad de Filosofía y Educación de la Universidad de Chile), 1936.
- 2) Gramática da língua espanhola (51ª ed. 1943)
- 3) Tradução de “El Buscapié” atribuído a Cervantes (Anuário do Colégio Pedro II para 1928)
- 4) Antologia espanhola e hispano-americana (Rio, 1943)
- 5) Um ensaio de fonética diferencial luso-castelhana. Dos elementos gregos que se encontram em espanhol (tese de concurso), 1919.

Desta lista, detenho-me na sua tese de concurso, com a qual conquistou a cátedra do Colégio Pedro II. Na realidade, encerra dois estudos independentes. No primeiro focaliza assunto que hoje representa uma das tônicas da filologia hispânica: os pontos coincidentes e diferenciais dos dois idiomas, a fim de que, numa ampliação de propósitos, se tracem a formação e desenvolvimento dos domínios linguísticos na Península Ibéria, para aproveitar aqui o título do substancioso livro do romanista alemão Kurt Baldinger, na tradução espanhola para a Biblioteca Hispânica de Grados.

O outro, ainda hoje não menos palpitante, é o estudo da presença de helenismos, quer hereditários — já incorporados ao latim originário responsável pelo romance hispânico, quer através de empréstimos posteriores, como vocábulos de civilização.

Em ambos, o autor se mostra a par da ciência linguística, quando, por exemplo, dos problemas das leis fonéticas, e senhor dos princípios básicos da filologia românica. Foi, aliás, o que lhe disse Meyer-Ltibke num cartão em que comenta a leitura desta tese.

No domínio francês, afora as referências que se observam através de quase toda obra científica, cabe uma referência à tradução do Teatro de Beaumarchais (Gamier, 1923) convite de Mário Barreto.

Sua atividade de catedrático de Filologia Românica da UERJ e da UFF levou-o a escrever, para uso de seus alunos, os *Elementos de filologia*

românica (Rio, 1954), que, além do mérito “de ser o primeiro compêndio que sobre o assunto se publica em nosso país”, tem contribuído pelo Brasil em fora para que a disciplina possa ser honestamente ministrada em faculdades a que não chegam compêndios europeus mais substanciosos. É um “abrége” dos dois voluminhos da *Romanische Sprachwissenschaft* de Zauner que, apesar do progresso da disciplina e de substituídos na coleção ‘Göschel’ pela obra de Lausberg, continuam citados nos mais recentes manuais estrangeiros.

Embora o livro — na opinião de um mestre português — se constitua de “lições professada pelo Autor e dirigidas a um público pouco exigente” (RPF, 7, 1956, p. 495), a verdade é que resgata alguns problemas científicos e pedagógicos de apresentação da Filologia Românica e do seu ensino em nível de alunos universitários, que convém aqui ressaltar. Em longo artigo de quase cem páginas, o Prof. Yakov Malkiel, da Universidade da Califórnia, deu-nos uma tipologia das gramáticas históricas das línguas românicas, que encerra uma visão retrospectiva do assunto e um convite dirigido aos romanistas, incitando-os a tomar parte de um renascimento da gramática histórica das línguas românicas. Para Malkiel, o romanista está mais bem aparelhado do que qualquer outro colega especialista em outros domínios linguísticos, já que possui, à sua disposição, um largo conhecimento do ponto de origem — o latim — o que reduz ao mínimo as hipóteses — e do ponto de chegada refletido numa dúzia de línguas românicas — o que permite toda sorte de estudos comparativos, ressaltando e explicando os aspectos diferenciais e os desenvolvimentos paralelos. Temos dois procedimentos na feitura desses manuais, que não só diferem na sua exterioridade; tais diferenças ultrapassam os aspectos pedagógicos de disposição da matéria, e estão intimamente ligados a problemas de ordem técnica. Um dos procedimentos é o adotado por Bourciez, nos *Eléments de linguistique romane*, onde temos urna série de histórias linguísticas românicas individuais justapostas, diante das quais o próprio leitor deve estabelecer as comparações necessárias. O outro procedimento é o já adotado por Diez e repetido por Meyer-Lübke, em que a propósito de cada forma gramatical ou de cada fenômeno sintático se entretetece o fio condutor da comparação entre os vários testemunhos das línguas românicas. Diante desses dois modelos, e de um novo que também estava surgindo e que não pretendia propriamente traçar a gramática das línguas românicas — porém os grandes problemas de história interna e externa que aí estão inseridos, como se vê nos manuais de Tagliavini e Vidos —, mestre Nascentes optou pelo modelo alemão de Diez, de Meyer-Lübke e que naturalmente está na raiz dos manuais de Zauner e Lausberg.

Portanto, os *Elementos* do Prof. Nascentes, diferindo dos *Éléments* de

Bourciez, fincaram pé num tipo de orientação científica que aponta a linha da Filologia Românica do autor brasileiro.

Apesar de um manual para alunos que só fazem um ano de Filologia Românica, Nascentes não abriu mão de comparar as formas gramaticais e os fatos sintáticos entre o latim e as línguas românicas que podiam dar uma cabal amostra do percurso que a disciplina cabe abarcar; assim dispôs os representantes neolatinos numa ordem pedagogicamente impecável, partindo, naturalmente, do modelo latino: português, espanhol, provençal, italiano, francês e romeno. Da lista em geral seguida por Zauner - seu modelo, como vimos — Nascentes dispensa o sardo e, só quando necessário, contrasta o francês antigo com o francês moderno, o que no autor alemão aparece com mais frequência. Por outro lado, também quando estritamente necessário, o professor brasileiro compara o português de Portugal com o do Brasil.

Esta escolha de Nascentes demonstra que os *Elementos* não são uma simples adaptação do manual de Zauner; a relação dos idiomas adotada por Nascentes não macula o fenômeno linguístico no âmbito românico. Afora isto, a disposição deles é pedagogicamente irrepreensível: percebe-se em Nascentes uma orientação geográfica, na direção da România ocidental (português, espanhol, provençal e francês) para a România oriental (italiano e romeno), e dentro da România ocidental uma orientação do domínio mais conservador da tradição latina tomando como ponto de referência a língua nativa dos alunos brasileiros (português, espanhol, provençal) para o domínio mais inovador e diferenciado (o francês). Aparente exceção a esta ordem de ideias parece haver na colocação do italiano antes do francês; mais uma vez a intuição pedagógica do nosso mestre se patenteia, pois, em geral, a forma italiana está mais evidente ao aluno brasileiro, quando comparada com o português, do que o francês.

Como sabemos, para Nascentes a indicação das mudanças gramaticais não deveria esgotar o âmbito de um curso, ainda que sumário, de Filologia Românica; é atividade importante o comentário de textos, e nesse sentido há uma pequena antologia com dez textos representativos do português, galego, espanhol, provençal, italiano, francês, rético, romeno, sardo e dalmata. Infelizmente, nosso autor não chegou a deixar escrito nenhum comentário que nos indicasse o modelo que seguiria; mas não deveria ser muito diferente dos normalmente usados nos manuais de línguas românicas da coleção dirigida por Meyer-Lübke para a editora universitária Carl' de Heidelberg. Entre nós, esses comentários, mais desenvolvidos, nos diversos textos comentados pelo Pe. Augusto Magne e por Sousa da Silveira, especialmente este último ao fazer anotações a um texto do francês antigo, durante duas aulas em que

substituiu G. Mtilardet num curso de Filologia Românica que ministrava na então recente Faculdade.

Aí temos um pouco da atividade de Antenor Nascentes como romanista, atividade em que nada desmerece a posição de relevo que justamente ocupa no panorama dos estudos linguísticos e filológicos no Brasil.

PALESTRA lida, em 9 de setembro de 1965, numa série dedicada ao Professor Antenor Nascentes, antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da então Universidade do Distrito Federal – hoje UERJ – com a presença de S.S.^a, por **OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA**.

Dizia-me, poucos dias atrás, o Professor Nascentes: “Não me julguem latinista, helenista ou germanista, eis que meus conhecimentos de tais domínios do saber, profundos que sejam, não sobem acima de instrumentos de minha cultura; quando a ser tido como romanista – aí, sim – cabe-me o título.”

Fiquei a pensar dentro de mim se nesta declaração não se encontrava um lapidar conceito de humildade científica e de alta especialização; - assim me parece. E não se entendam fora de propósito tais palavras, à guisa de introdução, numa pequena palestra sobre atividade dialectológica de Antenor Nascentes; muito outro é o seu alcance, pois deixam demonstrado o valor do trabalho honesto, a que diuturno labor e estudo constante, pouco a pouco, foram emprestando solidez e segurança.

A primeira publicação de caráter dialectológico, fê-la Nascentes com um livro que acobertaram os bons fados, transformado em monumento pioneiro dos estudos da linguagem de nossa cidade (desta nossa cidade-estado, como agora se diz): é *O linguajar carioca em 1922*, cuja segunda edição, de 1953, teve o título encurtado, pois “perdeu agora a oportunidade” – diz o autor no Prefácio da segunda edição. De fato, a indicação daquela data corresponde quase apenas à homenagem que prestava ao primeiro centenário da Independência. Acrescido, emendado ou diminuído de pequenas observações, é hoje a obra retrato fiel da linguagem usada no Rio de Janeiro. Este livro tem bonita e honrosa história que nos transmite o pequeno Prefácio da primeira edição. Nasceu de uma carta em que “o grande mestre da Filologia Românica” – são palavras de Nascentes – “pediu-nos algumas informações a respeito das alterações sofridas no Brasil pela língua portuguesa”. Daí surgiu a publicação de notas sobre o assunto, aparecidas na excelente *Revista do Brasil*, e delas se originou este livro. Na publicação daquele periódico foi transcrita na íntegra a carta de Meyer-Lubke. *O linguajar carioca* é dedicado ao filólogo Amadeu Amaral, simpática figura da nossa tradição cultural e iniciador dos estudos objetivos, e de caráter sistemático, sobre a dialectologia do Português do Brasil; o livro do professor Antenor Nascentes seguiu com dignidade o mesmo caminho.

O trabalho do Mestre Nascentes começa, na sua segunda edição, por dois capítulos introdutórios, ampliação do capítulo único constante da primeira edição; e prossegue com as finas e sábias observações, que abrangem matéria de Fonética, de Morfologia, de Sintaxe e do Léxico. Enfim o programa de língua portuguesa que aqui se desenvolve oferece aos alunos a oportunidade de conhecer com relativa intimidade este livro.

Quero lembrar um ponto de alta significação no comportamento deste sábio - e o deduzi de um dos capítulos iniciais do livro. É o caso de que os trabalhos do Professor Nascentes lhe têm trazido diferentes espécies de críticas e amargas muitas delas; tem tido críticos e detratores Mestre Nascentes, e adota exemplar conduta, quando distingue uns dos outros, aceitando com acatamento a opinião daqueles e silenciando – somente silenciando – sobre a destes. “Não entro em polémica” – diz – “porque entre nós a polémica é sempre pasto de doestos e infâmias”. Vem isto ao caso porque Nascentes elaborou para a primeira edição de *O linguajar carioca* uma divisão dialetal do Brasil em quatro dialetos; criticado por Lindolfo Gomes, prontamente a alterou; criticado por Renato Mendonça, hoje diplomata, antigo aluno seu, defendeu-se e mostrou o erro do crítico; inteirado, mais tarde, das condições linguísticas do Brasil inteiro, refez novamente a classificação, e – notem – nos seguintes termos:

Hoje, que já realizei o meu ardente desejo de percorrer todo o Brasil, do Oiapoque ao Chuí, de Recife a Cuiabá, fiz nova divisão, que não considero nem posso considerar definitiva, mas sim um tanto próxima da verdade.

Cito ainda a ‘Carta ao Exm.º Sr. Dr. Antenor Nascentes’, extensa crítica que fez a *O linguajar carioca* o Professor Jorge Guimarães Daupiás, publicada na *Revista de filologia portuguesa*, de São Paulo, em quatro números: crítica elegante, ponderada e, principalmente, de carácter construtivo. A ela deu completa resposta o nosso homenageado sob a mesma forma nos números 8/9 daquela revista, isto em 1924. Estes exemplos, trago-os a esta conversa para que se veja: não cabe a Nascentes a acusação – frequente, embora sem fundamento real – de não aceitar críticas.

O interesse do dialectólogo andou sempre a passo igual com o estudo das influências indígena e africana; e não seria de outro modo no Brasil. O primeiro desses aspectos sem dúvida andava conquistando as atenções gerais e muito se escreveu a tal respeito aí pelos anos de vinte. Não é demais lembrar, como exemplo, que os concursos para as Cátedras do Colégio Pedro

II obrigavam, naquela época, à apresentação de suas teses, uma das quais indicada pela congregação; pois no ano de 1926 – ano em que se realizaram numerosos concursos – a tese obrigatória para os candidatos à Cátedra de Português foi ‘Da influência do tupi’, assunto magnificamente estudado na apresentação de dois dentre os candidatos: os saudosos Professores Quintino do Vale e Clóvis Monteiro.

Voltemos, porém, a Nascentes, preocupado com as influências indígena-africanas no português do Brasil.

Um glossário luso-americano e *El glosario de afronegrismos* de Fernando Ortiz’ (ambos de 1925) são trabalhos que iniciam uma série de publicações em que a orientação segura e conhecimento aprofundando apontam para correções, apuram as explicações. Não conheço o ‘Glossário de afronegrismos’; será com certeza valioso e substancial como outros trabalhos desse gênero: ‘Lexicografia luso-americana em dicionários portugueses’, inseridos na excelente revista *A língua portuguesa*, que Rodrigo Sá Nogueira manteve com dedicação exemplar, durante algum tempo em Lisboa. O primeiro desses trabalhos examina a dificuldade com que os dicionaristas portugueses consignavam termos americanos (isto é, brasileirismos): dificuldade assim qualitativa como quantitativa. Esta mesma preocupação levou o patricio Taunay a publicar duas ou três extensas coleções de deficiências, lacunas e imprecisões colhidas no dicionário (copioso, diga-se a bem da verdade) de Cândido de Figueiredo. O segundo trabalho desenvolve generalidades a respeito dos índios e do contacto inicial entre o Português e as línguas indígenas: estuda o tratamento fonológico e morfológico dos vocábulos adotados. Lastimavelmente, interrompeu-se a publicação, ficando incompleto um magistral estudo do elemento indígena. Alguma outra colaboração em periódicos cariocas representa a continuidade desses estudos, assim como a preparação de um livro – *El Portugués del Brasil* – para a coleção em boa parte programada pelo Instituto de Filologia de Buenos Aires: a biblioteca de Dialectologia Hispano-Americana. Não sei se realmente chegou a publicar-se: os belos volumes daquela série sempre foram raros entre nós e contingências várias dificultaram a aquisição daquelas publicações.

Chegamos por fim à contribuição de Nascentes para as *Mélanges de linguistique et de littérature romanes* oferecidas a Mario Roques, em cujo tomo III, com data de 1952, figura ‘A pronúncia brasileira da língua portuguesa’. Tudo isso vem mostrar o amor entranhado que devota a tais estudos o Professor Nascentes; dir-se-ia que a sua única preocupação não fosse conhecida, a gigantesca obra que noutros ramos da pesquisa linguística tem construído, o

que vai sendo apontado por outros colegas nesta série de palestras.

Escolhido para integrar a comissão que estabelecerá ‘as normas em que se deve basear a pronúncia da nossa língua nas escolas primárias, profissionais e normais do Distrito Federal’, foi o responsável pelo relatório final dos trabalhos. Este relatório está apenas tangencialmente ligado aos estudos a que me vinha referindo; quero citá-lo, principalmente pelo parágrafo último, que transcrevo do Boletim de educação pública, número 4, de dezembro de 1930:

Mais tarde também, quando estiver montado o Gabinete de Fonética Experimental do Colégio Pedro II, estes resultados poderão ser apreciados a fim de possam ser corrigidos em falhas que apresentarem.

Estas palavras nos mostram que também os grandes Mestres, com pés no chão, vez por outra se deixam embalar nas asas dos sonhos irrealizáveis.

Não é propósito de ninguém – e, creio, seria tarefa excessivamente árdua – estabelecer escala de importância para as obras de Nascentes; por um lado; a primeira haveria de ser o *Dicionário etimológico*, monumental na repercussão que provocou, na prestança que oferece; por outro lado, a qual caberia o segundo posto: ao *Linguajar carioca* ou ao *Idioma nacional*? Ao *Linguajar* – pensarão consigo muitos dos que me ouvem – porque é obra de cientista, em que os resultados da pesquisa foram postos a serviço da ampliação do conhecimento linguístico; não ao *O idioma nacional* que é obra de cunho didático, portanto prático, e destinado a alunos ginasianos.

Direi que se enganam: o compêndio está alicerçado em bases valiosas de conhecimento seguro e atualizado – aí está a matéria relativa à diacronia do Português e ao Português do Brasil, a que não falta o exemplo interessante da comparação de pronúncias à vista da estrofe camoniana, como fizera Gonçalves Viana.

O estudo da língua no Brasil mereceu a Nascentes constante atenção, como venho mostrando; não foi apenas motivo de simples compilação dos dados existentes, senão que coligiu – ele mesmo – muitas das observações. Olhos abertos e perspicazes, ouvido pronto, sutil, dotado de grande acuidade de sentido linguístico, estudou Nascentes a ‘Linguagem de teatro’, no Boletim de filologia, do Rio, e a expressão brasileira das fórmulas de tratamento, em dois artigos: um nos Anais da Faculdade de Filosofia e Educação da Universidade do Chile; outro na Revista portuguesa de filologia; e, ainda, A gíria brasileira, em boa hora incluída pela Livraria Acadêmica na sua Biblioteca Brasileira de Filologia.

Membro da Comissão de Filologia do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, redigiu as Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil, uma vez que essa tarefa competia, por ato decisório das autoridades, àquele Centro de Pesquisas. É ponto pacificamente adotado o de que a situação do Brasil, extremamente grande e grandemente pobre, não permite a realização integral, de uma vez, do seu atlas linguístico; a isto será preferível a organização de pesquisas regionais, cujos resultados se possam confrontar e somar. De qualquer forma, essa fragmentação de trabalho, cumpre esteja subordinada a um plano diretor, que oriente a atividade de pesquisadores, coordene os dados obtidos, escolha o questionário próprio e sugira os pontos de investigação cabíveis. Um atlas linguístico para cuja elaboração não se observem estas determinações estará fadado a propiciar interpretações falsas e a desservir a Ciência. Em nossa terra, estes trabalhos têm padecido as vicissitudes naturais dos grandes empreendimentos, e até agora não fincamos pé no terreno, apesar de ter vindo à luz da publicação o Atlas prévio dos falares bahianos, produto de pioneiros, sem dúvida, mas ainda longe das características que acabamos de enumerar.

Mestre Nascentes, que – já ficou dito – tem a ventura de haver corrido o Brasil de ponta a ponta, nas quatro direções dos pontos cardeais, pôde identificar com o ouvido extremamente sensível que Deus lhe deu o seguinte quadro, que aqui resumo:

Dividi o falar brasileiro em seis subfalares que reuni em dois grupos a que chamei do norte e sul.

O que caracteriza estes dois grupos é a cadência e a existência de protônicas abertas em vocábulos que não sejam diminutivos nem advérbios em –mente. Basta uma singela frase ou uma simples palavra para caracterizar as pessoas pertencentes a cada um destes grupos.

Eles estão separados por uma zona que ocupa uma posição mais ou menos equidistante dos extremos meridional e setentrional do país.

Esta zona se estende, mais ou menos, da foz do rio Mucuri, entre Espírito Santo e Bahia, até a cidade de Mato Grosso, no estado do mesmo nome, passando cerca de Teófilo Otoni, Minas Nova, Bocaiuva, Pirapora, Serra da Mata da Corda, Carmo do Paranaíba, Rio Paranaíba, rio São Marcos, Arrepíditos, Santa Luzia, Pirenópolis, rio das Almas, Pilar, foz do rio dos Araés, Cuiabá e Mato Grosso.

O questionário que serve de base para o inquérito linguístico é extenso e compreende diversos aspectos da língua falada: interessam-lhe aspectos fonéticos, morfológicos, sintáticos, e há de ser aplicado em pontos inteligentemente designados.

Permitam-me voltar, agora, às palavras antes ditas sobre a dificuldade de estabelecer gradação de valor sobre as obras de Nascentes: tenho para mim que não fica em plano inferior este trabalho de metodologia dialectológica, pelo que representa de solidez e profundidade de conhecimentos. Cumpre lembrar, ainda, para terminar, o artigo “Études dialectologiques au Brésil”, publicado em 1952 na revista *Orbis*, famoso periódico dedicado às pesquisas dialectológicas.

Terminam aqui as despreziosas palavras do antigo aluno, e mais antigo admirador, com um depoimento que gostosamente faço, pela boa recordação que me traz. Adolescente, aluno do Internato Pedro II, não conhecia pessoalmente este grande homem, mas privava como seu nome, que dele sempre faziam belas referências, sensatas e laudatórias os meus queridos Mestres Quintino do Vale e Clóvis Monteiro, este último compadre de Nascentes. Aumentava o conhecimento à proporção que me chegavam informações, curiosidades, julgamentos - de outros Professores do Colégio e de colegas mais antigos – sobre a atividade de Nascentes e sobre a “rivalidade” extrema que existiria entre ele e Oiticica (depois, bem mais tarde, compreendi a sem-razão do termo).

Outro antigo Professor, que considero responsável pelo meu encaminhamento para o magistério, e que iniciou esta série de palestras – o Professor João Baptista Mello e Souza - reunia em torno de si com paternal carinho alguns alunos, e a estes estimulava, levando-os a corrigir provas, examinar trabalhos, verificar provas tipográficas... Lembro-me bem da expressão corrente em que a ‘blague’ ameniza o desespero alheio: quando descobríamos qualquer palavra mal empregada, qualquer erro cabeludo e o comentávamos, dizia: ‘Ainda vou colecionar isto e dar ao Nascentes; nos dialetos ele é um bamba...’

Professor Nascentes, isto já tem mais de trinta anos...

Não lhe chamarei latinista, nem helenista, nem germanista, seguindo seu próprio conselho. Mas saúdo o Romanista e grande Dialectologista brasileiro.

(Apud FREITAS, Horácio Rolim. A OBRA DE OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA – sua contribuição aos estudos das línguas portuguesa e latina. *Metáfora*, 1996, pp. 236-241).

ANTENOR NASCENTES E A FILOLOGIA BRASILEIRA

JOAQUIM MATTOSO CAMARA JR.¹

O octogésimo aniversário natalício de Antenor Nascentes parece ocasião oportuna para um balanço crítico da obra e da ação dessa figura expressiva e influente da filologia brasileira no século XX.

Atendendo a um convite de *Vozes* vou tentar aqui essa apreciação, como representante - embora muito pouco significativo - da geração que se seguiu à dele.

A primeira grande contribuição de Nascentes para os estudos da língua portuguesa, no Brasil, está a meu ver, na série didática *O idioma nacional*², e aí, especialmente, na exposição fonética, contida no primeiro volume.

Para se lhe compreender o alcance, é preciso que nos lembremos do que era o tratamento do assunto nas gramáticas escolares dos seus predecessores. Não havia a percepção de uma língua oral, viva e cotidiana, nas pseudoexplicações fonéticas que em regra abriam aquelas gramáticas. Os autores focalizavam a língua escrita, como realidade primária, e faziam uma descrição e classificação das vogais e consoantes, vinculada às letras do alfabeto. As noções fonéticas se evocavam secundariamente, através do que a ortografia deixava delas transparecer, e, por isso, quando não eram falsas, eram fragmentárias e incertas.

É verdade que Nascentes não encontrou um terreno inexplorado. Nos primeiros anos do século XX, sob a inspiração do que fizera e fazia em Portugal Gonçalves Viana,³ o maranhense Felipe Franco de Sá abriu o caminho para os estudos fonéticos no Brasil com o primeiro volume, único composto, do seu tratado sobre *A língua portuguesa*, concebido e executado num ostracismo político mais ou menos voluntário, depois da queda da Monarquia.⁴

Nascentes inspirou-se bastante em Franco de Sá e até esposou muitas de suas ideias sobre o vocalismo do português padrão no Brasil. A

1- *Dispersos*. Rio de Janeiro: FGV, 1972, p.185-189, transcrito da *Revista Vozes*, Petrópolis, 60 (6): 459-62, 1966.

2- *O idioma nacional*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, 19927, 5 vol. (Enciclopédia Didática Brasileira, B)

3- *Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso dos nacionais e estrangeiros*. Lisboa, 1892.- *Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d'après de dialecte actuel de Lisbonne*. 2. ed. Lisboa, 1941. - *A Ortografia Nacional*, Lisboa, 1904.

4- *A língua portuguesa, dificuldades e dúvidas*. Maranhão, 1915.

sua formação fonética prende-se, porém, diretamente ao próprio Gonçalves Viana e à escola fonética europeia, a que Gonçalves Viana pertenceu: a do foneticismo naturalístico, desenvolvido da observação metódica e meticulosa da realidade da fala.

Daí a explicação lúcida e precisa que dedica à fonética portuguesa no primeiro volume de *O idioma nacional*, mais tarde refundida e revista numa síntese dos três primeiros volumes da obra, dedicados à gramática descritiva.⁵

Foi uma orientação pautada estritamente na fisiologia dos movimentos articulatórios e na física dos efeitos acústicos, à margem, portanto, da interpretação dos sons vocais como valores linguísticos, que por essa época já se fazia no Círculo de Praga e nas elucubrações de Sapir na América do Norte, mas só firmada a partir de *O idioma nacional* no Brasil. Outro estudioso brasileiro contemporâneo, José Oiticica, teve uma atuação menos expressiva, justamente porque não se situou plenamente no naturalismo fonético. Procurou uma ordenação de caráter gramatical, que foi prematura e o levou não raro a conclusões inexatas.⁶

Não quero dizer com isso que todas as asserções de Nascentes sobre a fonética do português do Brasil tenham sido exatas e incontrovertidas. Ele próprio sentiu a precariedade de algumas e pugnou pela instalação de laboratórios de fonética experimental, cuja técnica conhecia de literatura e lhe inspirava maior confiança que a observação auditiva.

Não é de lhe negar, porém, a justeza geral de doutrina e o alto mérito de introduzir na escola secundária a língua materna em sua realidade oral. Foi concomitantemente o primeiro ortoepista cabal do português do Brasil e o inspirador da primeira tentativa, entre nós, de padronização de pronúncia, consubstanciada nas conclusões do Primeiro Congresso de Língua Cantada em São Paulo.

Só numa sólida teoria fonética é que poderia assentar a gramática histórica, colocada desde cedo no nosso ensino escolar, pois o cerne desse estudo é o estabelecimento das “leis” fonéticas que regeram as mudanças históricas da língua. Por isso, os compêndios de gramática histórica no Brasil foram a princípio inseguros, incoerentes e confusos. E por isso a gramática histórica que constitui o quarto volume de *O idioma Nacional*, é, ao contrário, precisa e rigorosa.

No âmbito dos estudos históricos, Nascentes não se deteve, entretanto, no plano didático da escola secundária. Empreendeu uma obra de fôlego como

5- *O idioma nacional*. São Paulo, 1937.

6- *Estudos de fonologia*. Rio de Janeiro, 1916. (Teses de concurso)

o seu *Dicionário etimológico*,⁷ que foi, a bem dizer, o primeiro para a língua portuguesa, se excluirmos a tentativa preliminar de Adolfo Coelho.

Foi principalmente o Dicionário etimológico que projetou Nascentes no cenário filológico internacional, onde ele foi o primeiro dos filólogos brasileiros a ser conhecido e citado.

É uma obra em que predominam a probidade e a segurança da informação, obtida por uma cuidadosa e criteriosa consulta às fontes de que então poderia dispor. É intencionalmente expositiva. Nas etimologias controvertidas limita-se quase sempre a enumerar os étimos propostos, sem uma escolha explícita entre eles, e evita apresentar outras por conta própria. É, por outro lado, um dicionário estritamente etimológico, no sentido de investigação sobre a origem das formas, sem definições semânticas. Um e outro aspecto descoroçam à vezes o *general reader*, que não sabe distinguir o joio do trigo nos alvitreiros apresentados ou conceituam com clareza as palavras como entidades significativas. Para o professor de língua portuguesa tem sido, porém, um utilíssimo instrumento de trabalho, mesmo nos casos em que a informações já foram ultrapassadas por pesquisas posteriores no âmbito da etimologia românica.

Nem há dúvidas de que o método e a técnica de apresentação adotados são os mais aconselháveis para esse tipo de trabalho. Nesse particular, o Dicionário de José Pedro Machado,⁸ mais recente, em Portugal, marca um retrocesso, apesar de uma inovação valiosa, que é a tentativa de datar a entrada de cada termo na língua escrita.

Já temos, portanto, duas importantíssimas contribuições de Antenor Nascentes para a Filologia Portuguesa. Uma assinala nova etapa para esses estudos em geral, fornecendo o primeiro dicionário etimológico de suficiente plenitude para a língua portuguesa. Outra diz diretamente respeito ao português do Brasil, iniciando a pesquisa metódica das nossas características fonéticas, procurando firmar uma *received pronunciation* refazendo o ensino da língua com a dimensão imprescindível da realidade oral.

A terceira contribuição está na pesquisa dialectológica, em que ele imprimiu nova e salutar orientação.

Em *O linguajar carioca*,⁹ estabeleceu a primazia da fonologia e da gramática para caracterizar um dialeto, superando a fase da mera coleta de

7- *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, 1932.

8- *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados. Lisboa: Confluência, 1952 e seguintes (em fascículos).

9- *O linguajar carioca em 1922*. Rio de Janeiro, 1922. Há uma segunda edição “completamente refundida”, da Organização Simões, 1953.

termos regionais. Nesse sentido, a sua ação ainda foi mais importante que a de Amadeu Amaral, que não soube desvincular-se da indevida supremacia da lexicologia e relegou para uma breve “Introdução”, do *Dialeto caipira*, informações gramaticais e filológicas.¹⁰ Teve, por outro lado, um descortino amplo de dialectólogo, e esboçou, nesse mesmo *Linguajar carioca*, uma divisão dialetal do Brasil, que tem valido até hoje como heurística hipótese de trabalho. Foi nela, por exemplo, que se baseou Nelson Rossi para situar no quadro dialetal brasileiro os falares baianos, que pesquisou pelo método da Geografia Linguística.¹¹

Atente-se que a necessidade da adoção desse método na dialectologia brasileira foi um dos *leitmotive* da ação persuasiva de Antenor Nascentes, como foi a criação de laboratórios de fonética experimental para a investigação fonética. Está a ele ligado, esse inicial e promissor empreendimento.

Chegamos assim a um quarto aspecto da significação do velho mestre na filologia brasileira. É o de uma intensa contribuição indireta pela influência do exemplo, das sugestões e das atitudes.

A este propósito, quero destacar duas posições suas, que considero particularmente relevantes. Trouxe-nos uma melhor compreensão dos laços essenciais entre “a linguagem e a vida”, nos termos de Bally, e deu-nos uma visão românica, que coloca a filologia portuguesa no quadro geral das línguas neolatinas dentro de uma perspectiva nova.

Dessas duas atitudes, a primeira calou fundo no grande público em que Antenor Nascentes é o nosso filólogo de mais “livre trânsito”, e serviu de antídoto ao purismo convencional e míope, que perturba e desorienta o homem da rua nos seus esforços de expressão linguística. A segunda alargou os horizontes do estudo do português e propiciou o advento de especialistas gerais, se é lícito o aparente paradoxo. Eles assinalam a filologia brasileira das gerações posteriores à sua e em grande parte são devidos a seu exemplo.

Nesse sentido, nós todos que, da década de 30 em diante, nos dedicamos à língua portuguesa e ao seu ensino, somos devedores de Antenor Nascentes pelos horizontes largos, que, da janela generosamente aberta da sua obra, ele nos soube ver.

(Apud CAMARA JR., Joaquim Mattoso. DISPERSOS. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972, pp. 191-5)

10- *O dileto caipira*. São Paulo: Casa Editora O Livro, 1920.

11- *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963-5

**ESTUDOS FILOLÓGICOS – COLEÇÃO ANTÔNIO
DE MORAES E SILVA**

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS – 2.^a

EDIÇÃO, 2011

**Volume dedicado à memória de Antenor Nascentes
Organizado por Raimundo Barbadinho Neto**

O Prof. Evanildo Bechara nos remeteu a obra supramencionada e nos permitiu que transcrevêssemos alguns itens desse importante documento histórico, que se deve ao trabalho do Prof. Raimundo Barbadinho Neto, pesquisador incansável, ex-membro da Academia Brasileira de Filologia.

Primeiramente, temos a apresentação da obra por Evanildo Bechara. Em seguida, um depoimento de Raimundo Barbadinho Neto. Em terceiro plano, apresentamos o prefácio de Meyer-Lübke ao Dicionário Etimológico de Antenor Nascentes (vol. I), em tradução apresentada pelo acadêmico Hamilton Elia, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Filologia, em 3 de agosto de 1968. O Prof. Hamilton Elia agradece, no final desse texto, ao Prof. Bechara pelo cavalheirismo do conhecimento desse prefácio.

APRESENTAÇÃO

EVANILDO BECHARA (UERJ, ABRAFIL E ABL)

Esta série dos ESTUDOS FILOLÓGICOS, de Antenor Nascentes, graças ao zelo e dedicação do Prof. Raimundo Barbadinho Neto, traduz bem o espírito extraordinário da figura humana do grande Mestre, desaparecido há já alguns anos, mas sempre presente na memória e na saudade dos seus parentes, amigos e discípulos.

Nascentes pertencia à estirpe daqueles homens admiráveis cuja curiosidade intelectual estava sempre pronta a trilhar novos caminhos. Deixou-nos em letra de forma numerosos livros e artigos pioneiros, e, agora, o joeiramento de sua biblioteca pelo Prof. Barbadinho Neto (em tão boa hora designado para, no Colégio Pedro II, organizar e dirigir a Sala Antenor Nascentes) vem-nos fazer conhecer não só outros estudos – alguns inéditos – do saudoso Amigo e Mestre, mas ainda facetas de sua cultura muito pouco divulgadas, como a do Nascentes turista e do Nascentes literário. O exaustivo

levantamento da bibliografia nascentina, devido ao suor e lágrimas do Prof. Barbadinho, substitui, corrige, completa e enriquece tudo o que se tinha feito antes neste sentido.

O espírito de Nascentes turista, pronto para pôr em relevo as particularidades culturais, sociais e físicas das regiões por ele visitadas, lembra-me muito o velho – e sempre lido com prazer – Albert Dauzat, que, ao lado de sua obra filológica, tem vários livros acerca de terras percorridas, especialmente de seu país, donde sobressai uma pequena joia que é LE VILLAGE ET LE PAYSAN DE FRANCE.

Lendo estes novos ensaios do Amigo Nascentes, sinto neles aquela peculiaridade que está viva em muitos mestres estrangeiros: abrir, com artigos breves, mas substanciais, as veredas, que depois serão percorridas, em obras mais aprofundadas e extensas, por seus discípulos. São temas discutidos em seminários e depois esboçados em pequenos artigos do Catedrático, que mais tarde se transformam em largas teses elaboradas pelos discípulos. Assisti muito a isso no ROMANISCHES SEMINAR, das Universidades de Bonn e Colônia, onde dominavam as figuras irradiantes e poderosas de Harri Meier, um dos mais completos romanistas da atualidade, falecido há pouco, e de Fritz Schalk.

Se prestarmos atenção à obra primeira de Nascentes, vamos vendo que as veredas abertas por ele têm inspirado discípulos diretos e indiretos entre nós.

É justamente esta perenidade da figura do Mestre que esta série dos ESTUDOS FILOLÓGICOS, começados em 1939, vem pôr em relevo. Passado mais de meio século aí está ele, vivo e redivivo!

A PROPÓSITO DA 2.^a E 3.^a SÉRIES DESTES ESTUDOS FILOLÓGICOS

RAIMUNDO BARBADINHO NETO (PEDRO II E ABRAFIL)

Na parede, a folhinha lembrava que o ano era 1964, levado pela determinação de conhecer o autor de livro de leitura tão difícil: refiro-me ao 1.º volume do *Dicionário Etimológico*, que eu adquirira ainda em Aracaju (é bem que lhe diga que sempre me agradou ler dicionários), chegado ao Rio, para logo me dirigi ao Andaraí. Você cordialmente me atendeu e chegou até a autografar para mim um exemplar de alguma obra sua. Claro ficou que não mereceu importância a visita daquele rapaz de 22 anos que, pela primeira vez, entrava a casa da Rua Ernesto de Souza 62 e que terminaria por ser o mais antigo frequentador dela e muito querido de seu filho Olavo, que aí também morava.

Convidando-me a mim mesmo a colaborar na publicação deste livro, poderia começar por dizer que não ficou recanto de nossos estudos de língua portuguesa ao qual você não tivesse dado atenção. Como os nossos estudiosos, inclusive os de mais competência, já sobre o assunto tantas vezes escreveram, em vez de redizer o que é sabido, aventurei-me por caminho diferente. Daí a ideia desta carta que não tem, como você verá, princípio, meio e fim. Vou pondo na minha conversa o que me vem à lembrança; mas sei que, mesmo por linhas tortas, chegarei aonde pretendo.

Devo alinhar no começo do meu depoimento algumas afirmações que talvez expliquem como e por que surgiu a ideia de eu publicar os dispersos seus, que terminei organizando. Vejamos: quando tive em mão a 3.^a e última edição do *Tesouro da Fraseologia Brasileira*, percorrendo a estirada bibliografia inventariada por Olavo, resolvi entre mim trazer ao conhecimento do público interessado em assuntos de filologia alguns daqueles textos, que permaneciam esquecidos nas revistas ou jornais em que vieram a lume.

Porque queria armar uma surpresa a Olavo, pus-me em contato com o professor Joram Pinto de Lima no intuito de ele localizar na biblioteca de seu compadre Celso Cunha cópia daqueles artigos que pretendia reunir em volume. Nem sempre as coisas perseguem o destino que a gente traça. Surgiram dificuldades com que não contava e, por isso mesmo, decidi falar com Olavo sobre o que estava acontecendo. Em estado de graça, como me achava, depois que tive à minha disposição os textos de que andava atrás, me dei conta de que não corria o risco de ficar em caminho o que eu planejava editar.

Alguns dias andados, adoecia Olavo, para logo depois morrer.

La para mais de alguns meses, quando, examinando papéis seus, colhi informação importante quanto ao assunto que no momento me ocupava: era intenção sua continuar com a publicação dos *Estudos Filológicos* com cuja primeira série em 1939 nos brindara. Tanto é certo que no verso de um convite de casamento anotava você como segunda série daqueles o seguinte: “Ofícios relativos ao Voc. Capanema e Voc. ABL /gramático /os clássicos / citações clássicas (sic) / as separatas.” Como pode ver, sem o querer, eu apenas estava pondo em execução projeto de livro seu.

Não tendo encontrado vestígios de tais trabalhos, redigidos ou em rascunho (exceção feita ao que diz às citações clássicas), ocorreu-me incluir os artigos de maior extensão e de alguns dos quais se fizeram separatas àqueles outros que você foi imprimindo avulsamente sobre a etimologia portuguesa, em resposta às críticas e observações que ao seu *Dicionário Etimológico* se fizeram. Figurava-se me que a apresentação deles em conjunto, até então publicados separadamente, enriqueceria a leitura de seu grande livro, pelo motivo de se depararem aos que se apliquem a estes estudos refundidos tais ou tais verbetes com base nos reparos de seus contendores, ou se alteração tais outros cuja redação primitiva não lhe pareceu oportuno modificar.

De fato, assim apareceu a 2.^a série dos seus *Estudos Filológicos* por mim levada a cabo, a que se seguiu por aquela época uma não programada continuação. Coube ao meu mestre Rocha Lima apresentar o primeiro destes dois livros, enquanto ficou sob a responsabilidade do nosso Bechara as palavras introdutórias daquele que veio depois, a 3.^a série.

Como 3.^a série aproveitei muitos trabalhos seus, que, versando embora assuntos de filologia, tinham ficado de fora da minha outra coletânea e que estavam a pedir nova publicação, sem falar em uns tantos que se conservavam inéditos e que não mereciam permanecer como tais. Mais: senti-me inclinado a, retomando o já citado inventário, completá-lo com outros itens que abrangessem os diferentes ângulos de sua produção, que subordinei a quatro títulos: literatura de viagem, crônicas e demais escritos literários, traduções e uma última seção que me pareceu bem chamar de “diversos”. Para remate, indiquei tudo o que se relacionava com a sua bibliografia que me foi dado a conhecer.

Esta a história que devera ter sido por mim relatada quando saiu a público a última série dos estudos filológicos em número especial dos cadernos avulsos da biblioteca do professor do Colégio Pedro II, aquele dedicado ao vigésimo aniversário da sua morte.

Dada esta explicação, não vou deixar escapar a oportunidade de fazer lembrado o Pedro II, “nosso amado Colégio”, uma religião de nossa vida. Você

mesmo é quem a isso se refere no seguinte trecho do discurso que pronunciou quando lhe entregaram o título de professor emérito. Eis as suas palavras: “Minha carreira aproximava-se do seu fim quando se criou a Faculdade Nacional de Filosofia. / O ministro Dr. Gustavo Capanema mostrou desejo de me ver na cadeira de língua e literatura espanhola da novel faculdade, em caráter efetivo, aproveitando o meu concurso aqui. / Eu já pensava em deixar o magistério. / quando o ministro me fez a proposta[...] Eu respondi ao ministro Capanema: /Perdoe-me V. Ex.^a. Não abandono o meu colégio centenário por uma Faculdade recém-criada. Já penso em sair. Quero acabar onde comecei”(p. 13-4, do discurso citado).

Para sua resposta, assim o confessa, você se valeu do que dissera o Duque de Montpensier quando, depois da guerra de 14, ao afundar-se o reino da Albânia, ao duque ofereceram a coroa. Este pedaço de seu comentário suprimi e esclareci eu próprio o trecho da citação, lá em cima, cortado.

Não quero terminar, sem voltar ao seu mais de uma vez lembrado dicionário, por encontrar aqui assunto que pretendo desenvolver. Começo com outra frase sua tomada ao Discurso de que falei há pouco, que é: “Minha transferência para Português” (Convém esclarecer ao meu leitor que você havia feito concurso para a cátedra de Espanhol.), volto a suas palavras “deu que falar”. / Respondi a estes murmuradores com a publicação do *Dicionário Etimológico*. O dicionário valeu por um concurso, na mesma página 13 onde está a citação anterior.

Mas a verdade inteira manda reconhecer que não só a transferência de cadeira “deu que falar”; deu igualmente que falar a publicação do seu *Dicionário*. Você incomodou muita gente. Mesquinha foi a campanha contra o autor e o livro movida, a qual campanha procurou ao mesmo tempo pôr em xeque os méritos do professor e filólogo e apequenar, eu ia quase dizendo desmoralizar, a doutrina exposta. Nada o esmoreceu, o espírito não se lhe abateu, mesmo a despeito das invejas.

Seu livro não envelheceu. Prova disto é que hoje por ele se paga dinheiro alto, quando aparece nos alfarrábios.

Todas estas divagações foram pretexto para eu dizer alguma coisa sobre o prefácio que, com a assinatura de Meyer-Lubke, vem em seu *Dicionário*, matéria que pode ocasionar mal-entendidos a quem com compreensão não queira apreciar. Antes de transcrever a carta que ao ilustre romanista você fez chegar, chamo atenção para a acolhida do seu pedido, que era ter o livro pelo Mestre apresentado.

Aqui bate o ponto. A bem dizer, o prefácio que você recebeu, aparentemente não se pode aceitar como tal, considerando que lhe envia ele

um longo excuro sobre a “etimologia” e sua importância para a ciência da linguagem.

Tenho para mim que não podendo Meyer-Lübke conhecer completos originais de uma obra que orça pela cifra de “40.000 verbetes”, na impossibilidade disso, repito-o, achou-o por melhor homenagear o professor brasileiro com um estudo que, pelo assunto, convinha ao livro a que se destinava. Com efeito, considerando que “prefácio” é (como ensina Aurélio) ‘o que se diz no princípio’, só aparentemente, como escrevi, não lhe cabe ao texto de Meyer-Lübke o batismo dessa nomenclatura.

Vamos à carta cuja transcrição ficou prometida. Embora haja uma cópia em alemão, vai ela em português, por você também escrita à mão e a lápis:

“Prezadíssimo Mestre

Antes de tudo tenho a honra de acrescentar-lhe meus cumprimentos pela passagem do seu 70.º aniversário, juntando minhas saudações da América do Sul às de toda a Europa.

Desses seus setenta anos grande [parte] foi empregada em serviço da filologia e de modo mais profícuo.

Aproveito a ocasião para comunicar-lhe que vão adiantados meus trabalhos relativos ao dicionário E[timológico] da L[íngua] P[ortuguesa].

Os verbetes já estão todos prontos, chegam a 40.000. Na passagem a limpo já estou na letra r e a quarta parte da obra já está impressa. Mando-lhe umas folhas como amostra.

Venho agora pedir-lhe um favor: era que o Sr. me desse a honra de escrever o prefácio da obra. Grande parte dela lhe pertence, pois foi principalmente em seus livros e com o exemplo do seu dicionário que pude fazer o meu.

Espero que não me negue.

Com a mais alta consideração, A.N”

A carta, não datada, seguiu para Bonn, Koburgstrasse, 1

Hoje o prefácio de Meyer-Lübke, traduzido para o português, foi incluído nos Estudos Filológicos (2.ª série), o qual me foi comunicado pelo professor Evanildo Bechara, que, para regozijo nosso, temos agora sentado numa das poltronas da casa de Machado de Assis. Não ter você posto em vernáculo o texto em causa, até nisto puseram reparo, como se vê lendo os comentários feitos ao seu dicionário pelo professor José Pedro Machado.¹

1- *Dicionário etimológico da língua portuguesa* por Antenor Nascentes, do colégio D. Pedro II. Com prefácio de W. Meyer-Lübke, professor jubilado da universidade de Bonn. In: bibliografia filológica – Centro de Estudos Filológicos – pp. 280-285, Lisboa,[1936].

Perdoe-me, Mestre, muito do coração, a longura da minha conversa, mas há ainda bastante que lhe dizer: que este trabalho é dedicado a Dona Glorinha e a Olavo, cuja casa me acolhia principalmente quando eu parecia não caber no mundo.

Raimundo Barbadinho Neto

APÊNDICE

(Prefácio de W.Meyer-Lübke ao Dicionário Etimológico de Antenor Nascentes)

A etimologia é aquela parte da história da língua que também, fora do seu âmbito, provoca um certo interesse, e, certamente, com razão. A pergunta sobre a origem das palavras e a resposta a essa pergunta satisfaz a uma necessidade que jaz profundamente no espírito dos homens, a necessidade do conhecimento de tudo aquilo que está em volta de nós e em nós. Daí vem, porém, algo mais. A formação do vocabulário reflete toda a evolução cultural de um povo, todas as diversas influências que, de fora, nela penetram; um dicionário etimológico torna, portanto, possível isso: conhecer essas influências. Quero mostrá-los com alguns exemplos.

Plínio informa que a manteiga, que os romanos não conheciam e exprimiam, primeiramente, com a palavra grega *butyrum*, era muito apreciada dos lusitanos. Como eles a denominavam, infelizmente nada diz. Quando nós hoje, porém, encontramos uma expressão em português para manteiga, que zomba de todas as tentativas de esclarecimento, então não se hesitará em ver em *manteiga*, precisamente essa palavra lusitana. Ora, houve na antiguidade, na Cantábria, uma localidade *Octavi olca*. Gregório de Tours conhece *olca* como “campo”, vive no antigo francês e hoje ainda especialmente como *ouche* e é evidentemente o mesmo que o português Olga, o espanhol do norte *huelga*.

Embora as línguas célticas de hoje não mais o possuam, não pode existir dúvida da origem gaulesa.

Ao lado de *jugo*, cujo **u** denota influência através do latim literário, está *canga*, que de novo é gaulês e, portanto, era a palavra própria da linguagem dos camponeses. Ambos mostram juntamente que, na romanização, os camponeses gauleses tinham conservado expressões que pertenciam ao seu mais restrito círculo de ideias. Depois disso, pode concluir-se que também *seara*, na sua forma mais antiga *senara*, é de origem gaulesa.

Depois da romanização vieram, os visigodos e os suevos. Tão grande influência deles sobre os nomes próprios quão pequena sobre o vocabulário. *Gasalhado*, *agasalho* e outras palavras da mesma família mostraram-nos que as relações entre ambos os povos não foram de modo algum hostis ou sequer pouco amigáveis, pois fundamentalmente permanece a correspondência do gótico com o alemão *Geselle*, do qual *geselschafte* é derivado. Também

laverca é uma palavra germânica, que pertence somente ao português.

Numerosas outras como *guardar*, *guarnecer*, *guerra* estão espalhadas sobre todo o território românico, de modo que não se deve colocar ainda sua admissão nos tempos românicos mais remotos, portanto, estritamente falando, elas não devem vir à consideração na apreciação da influência germânica sobre o desenvolvimento especial da cultura portuguesa. De importância, porém, é *luva*, que deriva do correspondente gótico do inglês *glover*, importante porque revela um empréstimo a um costume da justiça germânica, que ainda por muito tempo se manteve no estado feudal e na cavalaria.

Com isto chegamos agora a uma das mais importantes instituições da Idade Média, a da cavalaria. O ponto de partida é a França, donde saíram muitos elementos linguísticos, tanto para a península ibérica quanto para a apenínica. Uma palavra como *jardim* baseia-se naturalmente no germânico *garten*; o *j* inicial, porém, mostra ter vindo da França do norte de uma arquitetura de jardins, como a que encontrou o seu apogeu no séc. XVI, cujos inícios estão, porém, nos castelos dos nobres da Idade Média. Um dos acontecimentos mais importantes na vida dos cavaleiros é a sagração. Para isto havia na França um verbo de origem germânica *adouber* que, a princípio, difundindo-se, alarga seu sentido originário, perdendo-se depois completamente: port. *adobar*.

Com a poesia da corte veio do Sul da França a trova, a cujo círculo pertence *dama*, do Fr. *dame*, igualmente *damejar* denuncia na forma e na significação o mesmo ambiente. De outro lado está o *garção* (hoje ainda existe o feminino *garçoa*), o escudeiro do cavaleiro, que, com efeito, montava no *rocim* (prov. rosin). Também em outros ramos se mostra a influência francesa: *monge* e *frei* são provençais. Nisto, aliás, nem sempre se decide realmente se as palavras se originaram diretamente do francês ou se tiveram trânsito pelo catalão e espanhol. *Vergel*, p. ex., se apoia no francês *vergier*, mas tem junto de si o espanhol *vergel*, cat. *verger* e a mudança do *r* em *l* corresponde a hábitos espanhóis mais que a portugueses.

Com isto abriu-se uma nova e muito fluente fonte do vocabulário português, o espanhol. Ao lado de *penedo*, *penella* está *penha*. Como base está o latim *pinna*, que deve soar *peña* em espanhol, em português se devia pronunciar *pena*. Não se pode deixar, portanto, de considerar o português *penha* como espanholismo. Tal como *olha* é espanhol, talvez antes tirado de *olha podrida*, do prato nacional espanhol, compare ao lado o legitimamente português *oleiro*.

Ainda resta falar do árabe, de muitos acréscimos asiáticos, recentemente do inglês, todavia isto nos levaria longe demais. Minha intenção era somente mostrar, com alguns exemplos típicos, o que se pode aprender de um dicionário

etimológico, que rica fonte ele é, como, portanto merece difundir-se nos mais vastos círculos que têm interesse na história cultural do país.

W.Meyer-Lübke

NOTA: Tradução do “prefácio” de Meyer-Lübke ao dicionário etimológico Antenor Nascentes (vol 1), apresentada pelo acadêmico Hamilton Elia, em seu discurso de posse na academia Brasileira de Filologia, em 3 de agosto de 1968.

Devo ao cavalheirismo do meu amigo professor Bechara o conhecimento deste texto e, conseqüentemente, o aproveitamento dele na presente publicação.

R.B.N. (Raimundo Barbadinho Neto)

RESULTADOS BIBLIOMÉTRICOS DA PRODUÇÃO INTELLECTUAL DE ANTENOR DE VERAS NASCENTES.

ANA MARIA DA SILVA (MESTRE EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - IBICT/ UFRJ; DOCUMENTALISTA DO COLÉGIO PEDRO II)

Resumo: Este artigo apresenta uma amostragem da trajetória produtiva construída por Nascentes no período de 1906 a 1971, isto é, de sua produção intelectual. Esta amostragem encontra-se cronologicamente organizada por tipo de documentos, totalizando 1166 títulos.

Tabela 1 – Tipos de documentos analisados por período

Tipos de Produção	Período	Total
Produção bibliográfica	1906-1971	308
Dicionários	1906-1971	006
Crônicas e outros escritos	1901-1969	048
Literatura de viagem	1907-1940	097
Traduções	1908-1964	006
Cartas internacionais passivas	1920-1970	701
TOTAL		1166

Fonte: Sistematização da autora, a partir de informações de Barbadinho Neto.

Este artigo trata de um recorte da dissertação de mestrado intitulada “Itinerários da Produção Intelectual de Antenor de Veras Nascentes na Comunicação Científica”, apresentado ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro na área da Ciência da Informação, com orientação da Dra. Lena Vania Ribeiro Pinheiro no ano de 2012. Dentre seus objetivos destacamos o levantamento e identificação da produção intelectual de Nascentes, bem como o mapeamento e análise de sua produção, identificando assim sua produção científica no Brasil e exterior e a rede de comunicação científica e de colaboração do autor, tendo como foco especial suas correspondências internacionais passivas e como ambiente nucleador o Colégio Pedro II. Foi possível através de análise e estudos bibliométricos identificar a tipologia documental de Nascentes. Ele atuou em diversas áreas do conhecimento humano, sendo as principais a área da Filologia, Linguística, Dialectologia

e Magistério. Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa teve caráter exploratório e documental com abordagens qualitativas e quantitativas.

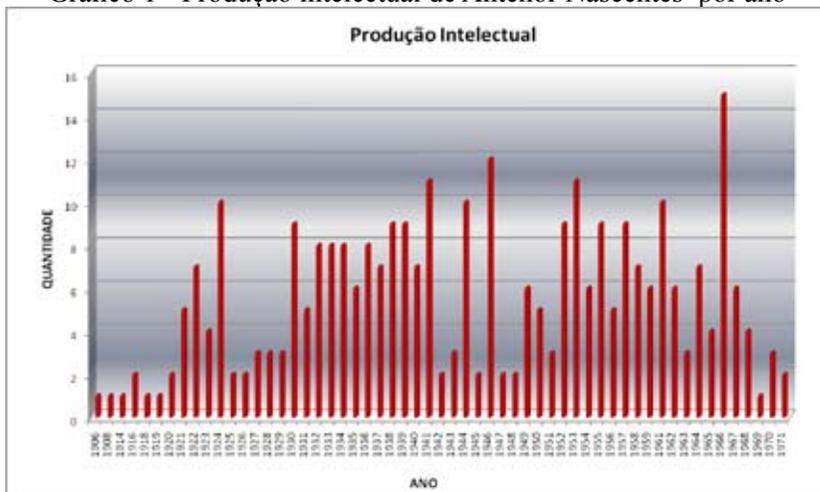
A PRODUÇÃO INTELECTUAL DE ANTENOR NASCENTES

Foi Solla Price, físico inglês, historiador da ciência e cuja obra é fundamental para a Comunicação Científica e Bibliometria, que estudou a produção científica, sua regularidade e tendências, aí incluídas as análises de citação, além de redes de cientistas (BRAGA, 1973), o que interessa particularmente a esta pesquisa, quanto à correspondência internacional passiva.

Diferentes especialistas em Bibliometria abordam as também variadas formas de medir a produção científica. Entre as mais adotadas destacam-se, segundo Hirsch (2005): a quantidade de publicações, o total de artigos publicados; citações por artigo e total de citações. Este autor ressalta, ainda, o período de tempo em que ocorreu primeira medida a ser mostrada nesta pesquisa.

A análise do total da produção intelectual de Antenor Nascentes tem por base 1.166 documentos, distribuídos entre as seis categorias identificadas na (Tabela 1). Esta produção é mostrada em percentuais por tipo de trabalho (Gráfico 2) e cronologicamente no Gráfico 1, para melhor visualização das fases mais produtivas por décadas e anos.

Gráfico 1 - Produção intelectual de Antenor Nascentes por ano

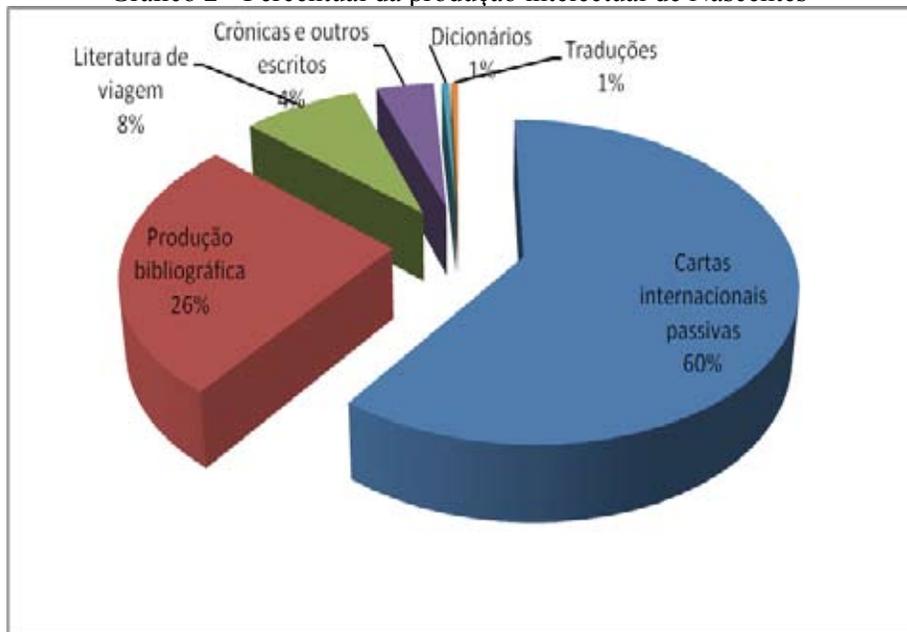


Fonte: Sistematização da autora, a partir de informações de Barbadinho Neto.

A partir do levantamento documental pode-se observar uma sequência de 65 anos de expressiva produtividade, levando-se em consideração os dados contidos no Gráfico 1.

Para um autor que viveu 85 anos, sua vida produtiva foi também longa, 65 anos, começando muito jovem, com 20 anos (1906) e encerrando com 85 anos, em 1971, ano anterior ao de sua morte. Os anos de maior expressão quantitativa (1924, 1930, 1938, 1939, 1941, 1944, 1946, 1953, 1961 e 1966) reúnem nove ou mais publicações. Vale ressaltar o ano de 1966, o mais produtivo do autor, com 15 obras publicadas. Nesse ano foi lançado o dicionário etimológico resumido e, nos anos de 1961, 1964, 1966 e 1967 publicados os diferentes tomos do dicionário da língua portuguesa.

Gráfico 2 - Percentual da produção intelectual de Nascentes



Fonte: Sistematização da autora, a partir de informações de Barbadinho Neto

No gráfico 2, chama atenção a quantidade e pluralidade da produção intelectual de Nascentes, destacando-se a bibliográfica, que inclui livros e capítulos de livros, artigos de periódicos e comunicações em eventos, que caracterizam a atuação de um professor e pesquisador, além dos demais tipos de documentos, a serem abordados posteriormente.

O tipo de trabalho com menor número refere-se às traduções, seis,

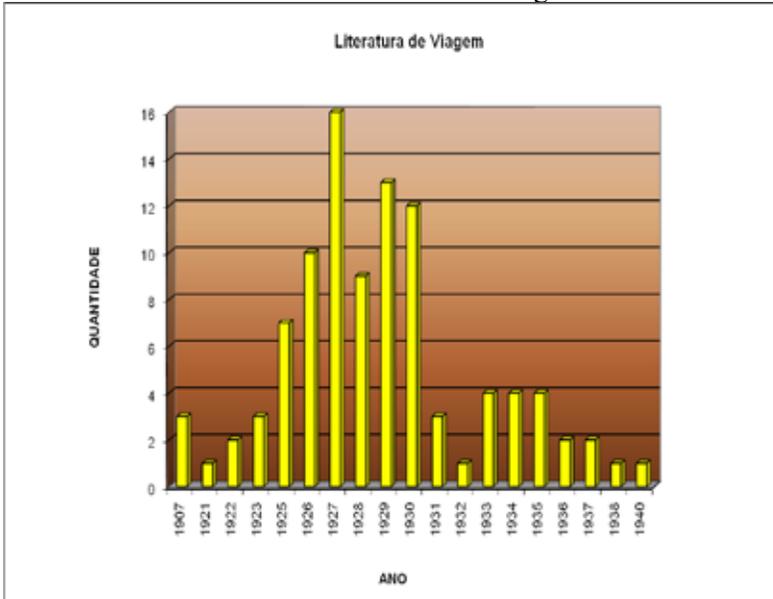
sendo a primeira em 1908 e a última em 1964. Destas destacamos os textos clássicos como *Fausto* de Goethe, vertido do alemão para o português, e *O teatro do Beaumarchais*. Outra publicação que vale ressaltar é a tradução em parceria com José Julio Ferreira de Souza, uma raridade no trabalho de Nascentes, que em suas obras, quase sempre escreveu sozinho, foi autor único.

É oportuno lembrar que inicialmente a prática na ciência era a autoria única, o que foi se modificando, na medida da complexidade e expansão da Ciência e Tecnologia, do aumento do número de pesquisadores e de equipes, e de forte infraestrutura de laboratórios, sobretudo nas Ciências Naturais, Exatas e Engenharias. Solla Price, em livro publicado no Brasil em 1976, mas referente à pesquisa dos anos 1960, já constatara modificações quanto à autoria, e previa que vinte anos depois, em 1980, as autorias únicas desapareceriam. Como o autor tinha por base a química, este prognóstico não era aplicável a todas as ciências e nem a autoria única desapareceria completamente. Hoje, diferentes estudos compravam a tendência, cada vez maior, da predominância da autoria coletiva, às vezes numerosa, inclusive em áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, como a Ciência da Informação (PINHEIRO, et al., 2008). A primeira observação sobre as “crônicas e outros escritos literários” assim denominados pelo autor, conforme já foi explicado, e sobre a Literatura de viagem, é que ambos são publicações em jornais, ou colunas, uma vez que Nascentes escreveu por um período diariamente para o Correio da Manhã, além de esporadicamente em outros jornais. Estas publicações, assim como a literatura de viagem, foram compiladas e organizadas pelo próprio autor e publicados na série “Estudos Filológicos”. Após a morte de Nascentes, em 1972, Barbadinho Neto fez a revisão do primeiro tomo, deu continuidade à série e organizou e publicou o segundo e terceiro tomos, como marco dos 20 anos da morte de Antenor Nascentes.

As “crônicas e outros escritos literários”, assim denominados por Nascentes, conforme já foi explicado, totalizam 48 e estão presentes ao longo de toda sua vida acadêmica, de 1901 a 1969, e também são importantes no conjunto de sua obra e merecem destaque.

A Literatura de viagem é composta por 97 trabalhos, no período de 1907 a 1940, não sendo contabilizados um livro inédito - *Brasil (Norte e Nordeste) pelo turista carioca* - duas entrevistas e uma reportagem referentes ao tema viagem, considerando que a categorização levou em conta a tipologia documental e não o conteúdo. (Gráfico 3)

Gráfico 3 - Literatura de Viagem



Fonte: Sistematização da autora, a partir de informações de Barbadinho Neto.

A Literatura de viagem não corresponde ao que tradicionalmente assim é denominado, relativo a viagens de estrangeiros ao Brasil, sobretudo dos séculos XVI até o XIX, de caráter etnográfico, antropológico, ou de estudos de Botânica, dentre outros. Nascentes publicou a sua Literatura de viagem em inúmeras artigos intitulados ‘Impressões’. Nesses escritos, o autor faz referência a locais que visitava, tanto a trabalho quanto por lazer, descrevendo principalmente os aspectos: históricos, estéticos, geográficos, políticos e sociais. Este pesquisador brasileiro preocupava-se com a geografia linguística ou geolinguística¹. No livro *O Linguajar Carioca de 1922*, Nascentes inova na área da geolinguística, propondo um estudo das falas por região.

Da relação dos estudos do autor sobre geolinguística está a sua preocupação com o turismo, ao qual se dedicou durante longo tempo e de forma mais sistemática, chegando a participar de políticas públicas, inclusive desenvolveu vários “Planos gerais de turismo para o Brasil”. Nesse sentido, Antenor Nascentes foi inovador, ao ter visão de turismo atual, numa época quando ainda não era institucionalizado e nem tinha a dimensão e importância que hoje assumiu, na esfera econômica do País.

1 - Estudos de dialetos, subdialetos e ou “estudos das variações na utilização da língua por indivíduos ou grupos sociais de origens geográficas diferentes” (DUBOIS, 1978, p.308).

Nas cartas internacionais pertencentes ao acervo de Nascentes foi identificada correspondência com cientistas, estudiosos e, em especial, filólogos envolvidos em pesquisas sobre Ortografia, Linguística e estudos semânticos, dentre outros, num período de cinquenta anos de intercâmbio de informações e conhecimento entre o autor e pesquisadores estrangeiros.

Consideradas canal informal na comunicação científica, as cartas desde o século XVII, quando a ciência se institucionalizou, tornaram-se um recurso frequente. A literatura de comunicação científica está pontuada por estudos de canais informais, considerados tão importantes quanto os formais, até hoje. Sua relevância está na troca de experiências entre pesquisadores e por ter sido o canal preferencial dos integrantes do *Colégio Invisível*, denominação de Solla Price (1976) para um grupo de pesquisadores mais experientes, expressivo de uma área.

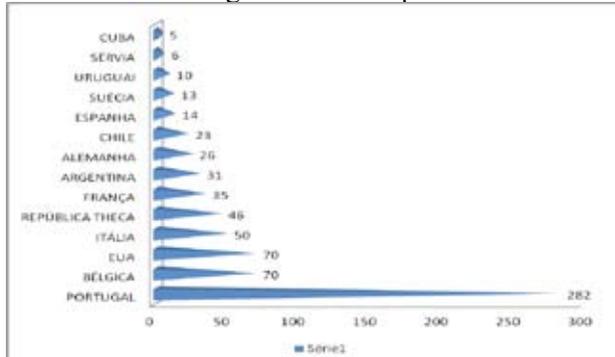
Uma autora brasileira, Pinheiro (2006) enfatiza:

A carta, considerada o ancestral do periódico, segue uma curiosa trajetória na comunicação científica, pois, de primeira forma de comunicação informal, transforma-se em carta ao editor de periódicos, como alternativa para superar períodos longos de espera para publicação de artigos.

A autora historia a evolução da carta até os dias de hoje, considerando o e-mail uma nova carta. (PINHEIRO, 2006).

No Gráfico 4 são identificados os países de onde foram enviadas cartas para Nascentes.

Gráfico 4 – Países de origem das correspondências de Nascentes



Fonte: Sistematização da autora, a partir de informações de Catálogo de Correspondências CPII

Embora não tenha sido identificada a nacionalidade dos autores das cartas, e sim o país de onde foram enviadas, podemos ressaltar, inicialmente, a heterogeneidade dos correspondentes: italianos, tchecos, franceses, romenos, suecos, além dos vizinhos chilenos, uruguaios e argentinos, fato para o qual concorreu por Nascentes ser poliglota e ter forte atuação fora do Brasil. No entanto, entre essas cartas fazem parte as de brasileiros em países estrangeiros, residentes ou de passagem pelo exterior, por diferentes motivos, e identificados pela leitura em dois grupos principais: diplomatas e pesquisadores, estes por motivo de estudos e pesquisas.

Muito naturalmente, Portugal é o país de origem do maior volume de cartas recebidas por Nascentes, considerando os seguintes fatos:

- ter sido professor de uma cadeira na Academia de Filologia de Lisboa;
- participação intensa nas reuniões das comissões para discutir o acordo ortográfico luso-brasileiro;
- inúmeras palestras e conferências, principalmente em Coimbra, Lisboa e Évora; e
- entrevistas e reportagens em revistas e jornais portugueses.

É interessante perceber que o grupo de correspondentes mais numerosos, depois de Portugal, é composto por cientistas da Bélgica e dos EUA, com mais de 50 cartas cada. No primeiro país, o motivo foi a atuação de Nascentes na função do que hoje é denominado avaliador de periódicos ou revistas científicas, pois era frequentemente solicitado a dar pareceres sobre artigos. E no segundo, por sua presença frequente em congressos e reuniões científicas em geral, proferindo conferências ou participando da organização de eventos, especialmente sobre Dialetologia.

Chama atenção, também, a correspondência pouco numerosa com o continente latino-americano, representado pela Argentina, Chile, Uruguai e Cuba.

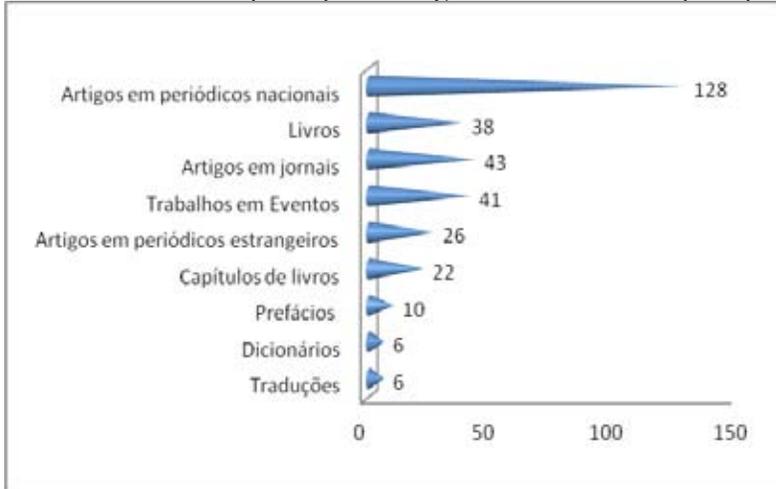
PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

A produção científica brasileira apresentou aumento considerável nas últimas duas décadas do século XX, em diversas áreas. A produção bibliográfica de Antenor Nascentes, formal e informal, tem início na primeira década do século citado e participação significativa no panorama nacional por 65 anos, como já mencionado, com mais de 300 publicações: livros, artigos e apresentações em congressos.

O Gráfico 5 apresenta esta contribuição com os totais por tipo de

produção. A opção por denominar produção bibliográfica decorre dos parâmetros científicos adotados nas publicações, especialmente periódicos, que contam com editor científico, Comitê Editorial, avaliação pelos pares, a maioria “duplo cego”, parâmetros ainda não adotados à época, no Brasil.

Gráfico 5 - Total da produção bibliográfica de Nascentes por tipo



Fonte: Sistematização da autora, a partir de informações de Barbadinho Neto.

A produção bibliográfica é composta por livros, capítulos de livros, artigos de periódicos e apresentação de trabalhos em eventos, o que é comumente considerado científico, por ser avaliado pelos pares sobretudo os artigos. Neste gráfico 5 foi acrescida de dicionários (material de referência) e traduções, por sua relevância na produção de Antenor Nascentes.

Em relação a periódicos científicos, Solla Price (1976) descreve as evidências históricas no que se refere ao seu crescimento vertiginoso a partir de 1830. No entanto, na época da produção de Nascentes os periódicos já tinham avançado, no exterior, mas não no Brasil eram pouco numerosos e não assumiam, ainda, o caráter científico, não adotando os padrões de avaliação universais, como hoje. Além dessas circunstâncias nacionais, nas Ciências Sociais e Humanas o panorama era diferente e estas áreas até hoje não dispõem de infraestrutura sólida de informação científica e tecnológica, como as áreas de Exatas e Saúde.

Antenor Nascentes publicou 154 artigos em periódicos nacionais, em sua maioria, e internacionais, em menor número, mas não menos relevantes. A “*Revista de Cultura*” foi o periódico com maior número de artigos por

ter como foco a área da filologia. O Patronato Cruzeiro era responsável pela edição e a Livraria da Boa Imprensa pela tipografia. A “*Revista de Estudo Prático de Português*”, segunda em número de artigos publicados, mantinha em foco o idioma e a literatura nacional.

A Tabela 2 apresenta a lista dos periódicos com maior número de artigos do autor, em ordem decrescente. Foram publicados 154 artigos em 44 periódicos, dos quais se destacam a Revista de Cultura e a Revista para o Estudo Prático de Português, com 37% desta produção, representando o “núcleo” produtivo, conforme denominação e parâmetros de Bradford.

Tabela 2 – Periódicos nacionais por frequência de artigos de Nascentes

<i>Títulos de periódicos</i>	<i>Frequência</i>
Revista de Cultura	30
Revista para o Estudo Prático de Português	14
Revista Social. Ação Social Ciências e Letras	6
Letras (PR)	6
Revista Brasileira de Filologia	6
Revista do Brasil	5
A Escola Primária: Revista Mensal de Educação	4
Revista de Filologia Portuguesa (SP)	4
Boletim de Filologia (RJ)	3
Nosso Idioma: Revista Mensal de Língua Portuguesa (Fortaleza)	3
A Educação: Revista Dedicada a Defesa da Instrução no Brasil	2
Anuário do Colégio Pedro II	2
Revista Filológica	2
Cooperação: Revista de Estudo Pensamento e Cultura	2

Fonte: Sistematização da autora, a partir de informações de Barbadinho Neto.

Os periódicos com frequência 1, não mostrados na tabela 2, totalizam 65, na denominada por Bradford, zona de dispersão, e indicam a multiplicidade de canais formais utilizados por Nascentes.

O quadro 2 apresenta os periódicos estrangeiros nos quais Nascentes publicou artigos.

Quadro 2 – Periódicos estrangeiros com artigos de Nascentes, por países

Títulos	País
Anales de la Facultad de Filosofia y Educacion	Chile
Boletín de Filologia	Chile
Mélanges de Linguistique e de Littérature Romanes	França
Bulletin International de Documentation Linguistique	França
Annali del' Instituto Universitario Orientali	Itália
Saggi e Ricerche	Itália
Philologica Pragensia (Casopis Pro Moderni Filologii)	Itália
Revista Lusitana	Portugal
Revista de Filologia	Portugal
Boletim de Filologia	Portugal
Voz de Portugal	Portugal
Revista do Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Coimbra	Portugal
Revista Portuguesa de Filologia	Portugal
Revista de Portugal	Portugal
Bibliographical and Information. Bulletin Louvain	Suíça

Fonte: Sistematização da autora, a partir de informações de Barbadinho Neto.

Dentre os países estrangeiros de origem dos periódicos, Portugal é o que se destaca com sete títulos e, inversamente, a Suíça com um. Entre os motivos é importante lembrar as barreiras linguísticas, não existentes em relação a Portugal, além da unificação da língua portuguesa ser o centro das preocupações de Nascentes. Nascentes era poliglota e, por esta razão, tinha acesso a revistas estrangeiras, entre outras, em francês, italiano, espanhol, alemão, línguas que dominava, além do latim e grego, este último exemplo é uma consequência de sua atuação docente como professor de línguas românicas.

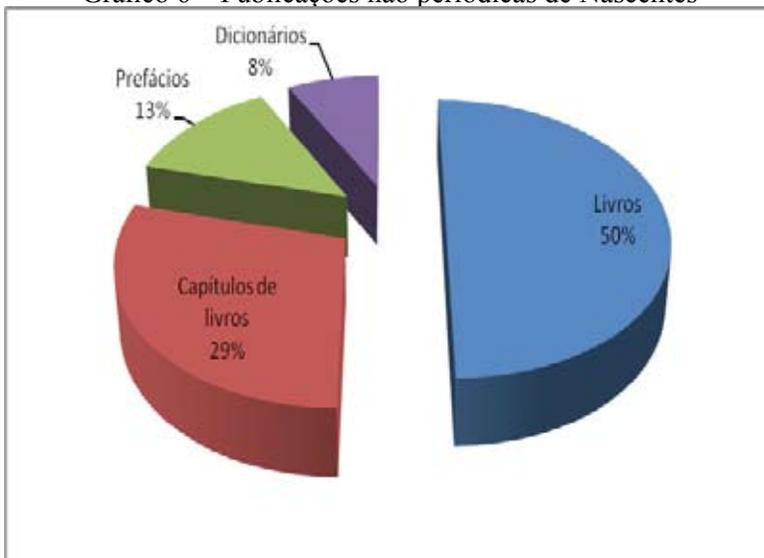
Sobre as diferenças entre as ciências, Solla Price (1976) assinala que nem todas apresentam os mesmos padrões de Comunicação Científica e, conseqüentemente, as mesmas formas de produção do conhecimento. No caso de Nascentes, o resultado é surpreendente, tanto em relação à área quanto à época. A sua produção apresenta 46,4% de publicações de artigos de periódicos, quando nas Ciências Humanas predomina, ainda hoje, o livro como forma preferencial de disseminação de pesquisas. Um bom exemplo é o caso da História, na qual essa opção se mantém, o que foi comprovado em pesquisa

recente, de Barbatho (2011). Segundo essa autora, a produção científica dos historiadores, que tradicionalmente privilegia as publicações de livros, ainda mantém esta característica apesar das exigências das agências de fomento e de incentivo a publicações periódicas: “A história, em meio à pressão por apresentar produtividade, além de seus próprios conflitos historiográficos, a outros debates, está tendo que se adaptar e, ao mesmo tempo, tenta resistir.” Os resultados de Barbatho corroboram, vinte anos depois, os de Helena Ferrez (1981), também em dissertação de mestrado em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ) sobre pesquisadores de História.

A outra observação diz respeito à época, ou melhor, ao período produtivo de Nascentes, de 1906 a 1971, quando o Brasil não dispunha de tantos títulos de periódicos disponíveis. Outro resultado relevante para efeito comparativo é o da pesquisa de Mueller (2005), com professores de todas as áreas, em pós-doutorado no exterior. Segundo estes resultados, os pesquisadores das áreas de “Linguística, Letras e Artes deram preferência aos livros seguidos de periódicos estrangeiros e, depois, de congresso nacional”.

O Gráfico 6 apresenta o detalhamento deste canal de comunicação científica não periódica, o livro, os capítulos de livro, e prefácios, além de dicionários, que totalizam 76 publicações.

Gráfico 6 – Publicações não periódicas de Nascentes



Fonte: Sistematização da autora, a partir de informações de Barbadinho Neto.

Em relação aos livros, um dos mais importantes, “Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil”, merece atenção, especialmente pela metodologia criada por Antenor Nascentes é até hoje adotada, ainda que o Atlas propriamente dito não tenha sido concretizado. O relato dessa questão mostra o planejamento e os objetivos do governo brasileiro, iniciados com a proposta do Atlas, deferida pelo decreto 30.643, de 20 de março de 1952, que criou a Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, da qual Nascentes foi integrante. A Portaria n.º 356, de 26 de maio de 1952, tinha por finalidade a elaboração desse projeto e instruções para torná-lo exequível, e criava o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa. Apesar dessas iniciativas, e da contratação do professor Sever Pop para ministrar cursos, a execução do projeto tornou-se difícil em face de precariedades de infraestrutura do país como: estradas, transportes, recursos financeiros, recursos humanos qualificados, doenças infectocontagiosas. Mesmo assim, Nascentes, utilizando como exemplo os EUA, efetuou várias excursões pelo interior do País, observando e compilando informações colhidas entre as mais diversas camadas da população brasileira. Barbadinho Neto (1990) reproduz relato de Nascentes sobre o assunto. Vejamos como se tem feito num país com muitos pontos de contato com o nosso, os Estados Unidos. Embora seja de toda vantagem um atlas feito ao mesmo tempo para todo o país, para que o fim não fique muito distanciado do princípio, os Estados Unidos, país vasto e rico e com excelentes estradas, entregou-se à elaboração de atlas regionais, para mais tarde juntá-los no atlas geral. Assim também devemos fazer em nosso país, que é também vasto e, ainda mais, pobre e sem fáceis vias de comunicação (NASCENTES, 1958, p.7 apud BARBADINHO NETO, 1990).

Ainda em *Bases para Elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*, Nascentes (1958) projeta um inquérito linguístico², e aponta itens necessários para que sua elaboração seja eficaz.

Por outro lado, a ideia de Nascentes em desenvolver estudos dialetais por região no Brasil gerou pesquisas que servem de base para o projeto atual do Atlas, o ALIB - *Atlas Linguístico do Brasil* que, dá continuidade a esse empreendimento de Nascentes que não se concretizou, mas para cuja base suas ideias foram fundamentais, conforme reconhece Cristianini (2006) é um:

[...] empreendimento de vulto e amplitude de caráter Nacional, que tem por meta a elaboração de um atlas geral no Brasil no que diz respeito ao

2 - Para aprofundamento ver Inquérito linguístico de Boléo ILB de Manoel de Paiva Boléo (1942), idealizador do primeiro inquérito linguístico português. Esta obra originou a Escola coimbrã de dialetologia.

uso da Língua Portuguesa. Esse desejo que vem desde 1952, somente no final do século começa a tomar corpo, graças a iniciativa de um grupo de pesquisadores que se propuseram a concretizar a proposta [...] em 1998 no Encontro Nacional realizado em Natal estabeleceu-se a rede de pontos do ALiB, levando-se em conta a densidade demográfica de cada região somando um total de 250 zonas dialetais já delimitadas por pesquisas anteriores. Dessas zonas dialetais, 134 são coincidentes com as sugeridas por Nascentes (1958) e 37 são pontos que já estão em atlas publicados. Do ponto de vista metodológico o Projeto ALiB atende aos princípios da Geolinguística e introduz controles de natureza sociolinguística.

Encerram esta parte bibliográfica os dicionários, centrais na vida e obra de Nascentes, que publicou seis dicionários no período de 28 anos, um dos quais, o *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, de 1932, foi reeditado em 1952, conforme apresentado no quadro 3.

Quadro 3 – Dicionários de Nascentes, por ano de publicação

Título	Ano
Dicionário português da Academia Brasileira de Letras	1928
Dicionário etimológico da língua portuguesa	1932
Dicionário de dúvidas e dificuldades do idioma nacional	1941
Dicionário etimológico da língua portuguesa 2ª. Ed.	1952
Dicionário de sinônimos	1957
Dicionário da língua portuguesa - 4 tomos	1961/1964/1966/1967
Dicionário etimológico resumido	1966

Fonte: Sistematização da autora, a partir de informações de Barbadinho Neto.

A vida de Antenor Nascentes girou em torno da elaboração de dicionários, os quais sempre produziu sem parceria, exceto o *Dicionário português da Academia Brasileira de Letras*, que contou com a colaboração de uma equipe de pesquisadores da área de Filologia. O árduo trabalho de construção dessa obra referencial é demonstrado no período de 20 anos do *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, publicado em 1932.

Finalmente, a apresentação de trabalhos em eventos científicos, como congressos e conferências, dentre outros, também constituem um importante canal de comunicação científica. Sua relevância se deve tanto aos canais

formais, no caso, os anais, quanto aos informais, isto é, à interação entre os participantes de tais reuniões. Nascentes apresentou 42 trabalhos em eventos nacionais (Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus, Salvador, Florianópolis, Pernambuco, Fortaleza e Porto Alegre) e internacionais (Chile, Portugal, Noruega, Japão, México, República Tcheca e Romênia). Este resultado praticamente repete a atuação do autor em diferentes países, observada nas publicações periódicas.

Os itinerários da produção intelectual de Antenor de Veras Nascentes são muito ricos e sua produção é abrangente, utilizando diferentes canais de comunicação científica, informais e formais, desde livros e artigos, até matérias em jornais. A correspondência internacional passiva reproduz a amplitude e diversidade observada na sua obra, pelo volume de cartas recebidas e inúmeros países de onde se originam.

Considerações finais: Em relação aos estudos de produtividade, a presente pesquisa apresenta um diferencial pelo fato de ser realizada com a produção intelectual de um único autor; portanto, um fato raro. A longa vida produtiva de Nascentes que perpassou 65 anos de produção é outro fator de grande relevância na área, assim como a diversidade constatada na tipologia documental encontrada na pesquisa, destacando o trabalho desenvolvido na elaboração dos dicionários. Outra característica observada diz respeito à participação de Nascentes nos jornais o que hoje é chamado de “popularização da ciência” ou “divulgação científica”, isto é, levar ao público leigo informes sobre assuntos científicos. Vários projetos e ideias dos quais Nascentes participou como, por exemplo, o projeto de criação do Atlas Linguístico Brasileiro, sua atuação no desenvolvimento de políticas públicas na área de Turismo somado ao conjunto de sua obra confere a ele o perfil de um cientista. Em relação às correspondências internacionais passivas, constatamos a rede de comunicação com diversos pesquisadores e cientistas o que demonstra o reconhecimento de seu trabalho no exterior, tendo em vista os convites recebidos para participação em comitês editoriais de revistas acadêmicas, bem como os convites para emissão de pareceres (etapa fundamental no processo editorial), e também organizar eventos científicos, conferências, simpósios, etc. Finalmente compreendemos que a diversidade de atuação e múltiplas facetas de Nascentes o tornam um pesquisador/cientista inovador na área humana e social.

REFERÊNCIAS

- BARBADINHO NETO Raimundo (Org.). *Cadernos de Estudos Filológicos*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1990. Série 2, 2v., 1992 série 3 1v.
- BARBATHO, Renata Regina Gouveia de Aguiar. *Um olhar sobre a História: características e tendências da produção científica na área de História no Brasil (1985-2009)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro e Tânia Bessone. Disponível em: <<http://www.ibict.com.br>>. Acesso em: 10 jul. 2011.
- BRAGA, Gilda Maria. Informação, Ciência, Política Científica: O pensamento de Derek Solla Price. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 3, n. 2, p. 155-177, 1973.
- BRASIL. Decreto nº 30.643, de 20 de Março de 1952, Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre o seu funcionamento. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 4665, 22 mar. 1952.
- CRISIANINI, Adriana Cristina & ENCARNAÇÃO, Márcia Regina Teixeira da. De Antenor Nascentes ao Projeto Atlas Linguístico do Brasil – AliB: conquistas da Geolinguística no Brasil. *Revista Letra Magna*, ano 3, n.5, 2.sem. 2006. Disponível em: <www.revistaletramagna.com>. Acesso em: 25 set. 2011.
- FERREZ, Helena. *Análise da literatura periódica brasileira na área de história*. 1981. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1981.
- HIRSH, J. E. An index to quantify an individual's scientific research output. *Physics.soc*, sep. 2005. Disponível em: <<http://arxiv.org/abs/physics/0508025>>. Acesso: 18 abr. 2009.
- HJELMSLEV, Louis Trolle. A estratificação da linguagem, Prolegômeno a uma teoria da linguagem & A estrutura e o uso da língua. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.p. 149 – 225.
- MUELLER, S. P. M. Literatura científica, comunicação científica e Ciência da Informação. In: TOUTAIN, L. M. B. (Org.). *Para entender a Ciência da Informação*. Salvador: Edufba, 2007. p. 125-44.
- NASCENTES, Antenor de Veras. *Bases para Elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/Casa de Rui Barbosa, 1958.
- _____. *Estudos filológicos*. Rio de Janeiro: ABL, 2003. (volume dedicado a memória de Antenor Nascentes, coleção Antônio de Morais Silva,1).
- PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; *Processo evolutivo e tendências*

contemporâneas da Ciência da Informação. Inf. & Soc.: Est., João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 13-48, jan./jun. 2006.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; SILVA, Giselllle Santos. Cartografia Histórica e Conceitual da Bibliometria/Informetria no Brasil. In: CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 2, 2008, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, CIPECC, 17 a 21 de novembro de 2008. Disponível em: <Disponível em:<http://cipecc 2012, ibict.br/index php/CIPECC 2012>. Acesso em: março, 2012.

PRICE, Derek de Solla. *A Ciência desde a Babilônia*. São Paulo: USP, 1976.

SILVA, Ana Maria da. *Itinerários da produção intelectual de Antenor de Veras Nascentes na comunicação científica*. Rio de Janeiro: IBICT, 2012. (dissertação de mestrado).

PREITO AOS ESTUDOS FILOLÓGICOS DE ANTENOR NASCENTES AMÓS COELHO DA SILVA (UERJ / ABRAFIL)

Resumo

A descrição linguística de Antenor Nascentes: diacronia e sincronia nos dicionários e outras obras. A origem românica da regência portuguesa. Consolidação do português na regência como étimo latino.

Palavras-chave: dicionário; gramática; filologia; linguística diacrônica e sincrônica; regência.

Introdução

Mas o que é um estudo filológico? Os especialistas ligam as atividades de um filólogo ao estudo linguístico pelo ramo diacrônico da língua, *focalizado no exame dos textos escritos, em vez da pesquisa na língua oral por inquérito com informantes* (CÂMARA JR., S/D: FILOLOGIA). Enquanto *(A) arqueologia procura conhecer as civilizações da antiguidade através dos vestígios materiais; a filologia, no sentido que a palavra adquiriu na França, estuda, sobretudo, os testemunhos literários escritos...* (DUBOIS *et alii*, 1978: FILOLOGIA). In Trask (2004: FILOLOGIA), já lemos mais amplamente que *(O)s linguistas históricos cultivam uma série de interesses*. In SOUZA (2006), destaca-se a atividade de crítica genética.

O fato é que Antenor Nascentes ultrapassou a esta expectativa e como registra Mattoso Câmara Jr. (2004 – apesar da conceituação de Filologia acima que restringiu os estudos filológicos a textos escritos) *todos que, da década de 30 em diante, nos dedicamos à língua portuguesa e ao seu ensino, somos devedores de Antenor Nascentes*. E se trata de gerações de professores com perfil de pesquisadores, mas que estão atentos às necessidades do estudante. Mattoso Câmara, nesse mesmo artigo, intitulado *Antenor Nascentes e a filologia brasileira*, ressalta o alcance da contribuição de Nascentes na série *O Idioma Nacional* não só didaticamente como também rigor linguístico, dado o *status quo ante*, ou seja, *sem a percepção de uma língua oral, viva e cotidiana, nas pseudoexplicações fonéticas que em regra abriam aquelas gramáticas* (Idem, p. 227).

Põe em destaque o posicionamento de Nascentes que retoma o levantamento de pesquisa feito por Gonçalves Viana sobre a pronúncia portuguesa para usos nacionais e estrangeiros, o trabalho de Felipe Franco de Sá sobre os estudos fonéticos no Brasil e, por isso mesmo, isto é, ter retomado e até esposado princípios desses estudos é que conseguiu uma *exposição lúcida e precisa* (p. 228) sobre a fonética portuguesa logo no primeiro volume de *O Idioma Nacional*. Discerniu ainda Nascentes, como reconhece Mattoso Câmara (Idem), uma teoria fonética bem fundamentada e capaz de se tornar base para o quadro de evoluções que presidiram as mudanças históricas do português.

A partir da diacronia também construiu o seu Dicionário Etimológico, prefaciado, em alemão, por Wilhelm Meyer-Lübke em exemplares assinados e numerados pelo próprio Antenor Nascentes, o que evidencia não só a natureza refinada de sua elaboração intelectual como ainda o esforço no âmbito educacional, tão amesquinhado pelo poder público. Na “Introdução” se lê porque fez o dicionário com depoimentos de estudiosos brasileiros e portugueses do mais alto nível. A consistência de sua investigação etimológica é tal que Mattoso Câmara sublinha o seguinte: *foi, a bem dizer, o primeiro para a língua portuguesa, se excluirmos a tentativa preliminar de Adolfo Coelho* (p. 229). Inclusive, com este trabalho que ele se projetou no cenário internacional a ponto mesmo de ser citado. Mattoso Câmara chega a considerar a profundidade de sua utilidade no exercício do magistério dos professores de português como *um utilíssimo instrumento de trabalho, mesmo nos casos em que as informações já foram ultrapassadas por pesquisas posteriores no âmbito da etimologia românica* (Idem). É ainda o Prof. Mattoso Câmara quem coteja o avanço das pesquisas etimológicas de Nascentes neste Dicionário e aquilata *um retrocesso, apesar de uma inovação valiosa, que é a tentativa de datar a entrada de cada termo na língua escrita* (Idem) em relação ao Dicionário de José Pedro Machado, editado bem mais recentemente em Portugal.

Um outro trabalho importante é *O linguajar Carioca* onde se supera o momento de coleta de termos regionais, nesta pesquisa dialetológica, com debates gramaticais e empreendimentos de pesquisas filológicas (MATTOSO, 2004: 232).

O seu *Dicionário da Língua Portuguesa* foi apresentado como um projeto através de um fichário com cerca de 100.000 palavras, aprovado em sessão de 2 de dezembro de 1943, constando no Parecer a forma de um novo texto, intitulado “Academia Brasileira de Letras - Dicionário da Língua Portuguesa – Elaborado por Antenor Nascentes e foi prefaciado pelo presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregéliso de Athayde. Consta, ao fim

de cada verbete uma etimologia, se do grego, transcrito no alfabeto grego e latino.

O Problema da Regência

Como em todos os outros trabalhos, o operoso Prof. Nascentes projeta os fatos sob um corte epistemológico da Linguística, ou melhor, observa e interpreta os elementos linguísticos como fenômenos da linguagem para depreender princípios basilares que presidem a ordenação e funcionamento da língua como instituição humana e social. Embora sua geração ainda estivesse sob os auspícios de investigações da linguagem a partir de mudanças linguísticas através do tempo, quer dizer, corte diacrônico, já empregava Nascentes critérios sincrônicos, ou antes pancrônicos, o que, a nosso juízo, é mais completo. Conhecia bem que não há fixidez na língua, já que é uma realidade social com o escopo essencial de atender à capacidade de comunicação e apoio de atividades mentais do homem; a sua visão é, portanto, antropológica, cultural e imersa na psicologia coletiva.

Ao abrimos *O Problema da Regência*, encontraremos a advertência:

Um dicionário de regência que não discute os vários empregos, falta com a sua finalidade. A sua apresentação da “regência” de modo prático (Prefácio), assim, em vez de dar uma enfiada de exemplos, a qual só serve para cansar o leitor e torná-lo perplexo, digo logo qual é a predicação e mostro um exemplo. (Idem)

Adverte ainda que não empregou autores falecidos antes de 1867. (Idem)

Utilizou-se de muitos escritores vivos, porque sabe da fluidez e declara:

Querer fixar a língua em cadeias de ferro é um trabalho de Sísifo.
Que importa que os clássicos hajam dito de outro modo?
Eles assim disseram no século XVI, no século XVII, mas eu, no século XX, digo diferentemente.
Quero dizer o que sinto, da maneira mais exata possível.

Comenta que um determinado ensaio avalia que os escritores do último século, os quais estão bem próximos da sua geração, *são os melhores* (p.19) e, daí, indaga então por que se exemplifica *com Camões, com Vieira e*

outros clássicos (Idem).

Atento às trilhas que outros pesquisadores estrangeiros realizam em seus próprios idiomas, Nascentes lhes assimilou a metodologia e a empregou como elementos *dominantes na linguística moderna* (p. 20). No caso, se trata de uma das recusas dos puristas de sua época: o uso da preposição “por” junto a substantivos verbais e comenta como o autor Jespersen na *Philosophy of Grammar* acusa uma tendência conservadora e caduca de um genitivo objetivo no âmbito anglo-saxão, cuja opinião se fecha num dado estágio da evolução da língua inglesa em oposição à linha da modernidade. Assim, considerariam condenáveis expressões, como *your love for my daughter / the love of Browning for Italy* as quais o estudioso Jespersen aprova, pois, no contexto da comunicação, evita-se a ambiguidade de “of”. Daí, comenta Nascentes:

Regência análoga aparece em francês.

Mas para os puristas, desde que não vem nos clássicos e existe em francês, é galicismo que deve ser evitado com horror. Pouco lhes importa a língua viva. (Idem)

Pergunta se se devem ficar *acorrentados aos clássicos* (idem).

Passa, em seguida, a comentar evoluções na linha da regência. Sua escolha é o verbo “namorar” que é transitivo direto; porém, em analogia com “casar” e “noivar”, cuja regência se dá com a preposição “com”, na área do nordeste passou a a construção de “namorar com”. “Assistir” e “responder” quando estão em contextos como intransitivos não podem formar voz passiva. Mas “assistir”, com sentido de “presenciar” é indicativo de uma “presença passiva”, pois “presenciar” contamina semanticamente o seu quase sinônimo perfeito “assistir”, já que é assim que se dá na comunicação ativa. “Responder” ganha a cada instante o sentido de passividade, uma vez que *As cartas a que se deu resposta, ficam sendo cartas respondidas. Vieira (este é clássico) escreveu: “Ao menos no particular de Herodes, sobre que foram respondidos... (Sermão da Epifania)* (p. 20)

Donde, alerta que, antes de condenar, cabe o exame aos motivos, se de ordem psicológica, analógica, necessidade de expressão etc. buscando o que originou a nova circunstância.

De modo que se cumpre uma abordagem linguística, pois a inevitabilidade das mudanças linguísticas se impõe para *melhor transmitir o pensamento de quem a usa*.

Considerações Finais

Em nossos trabalhos acadêmicos da Especialização da Língua Latina temos sugerido monografias aos alunos a partir de *O Problema da Regência*, pois, como ele mesmo declara na p. 21, ele parte do étimo, inclusive com vários exemplos de frases latinas: o que, para o iniciante do estudo de latim é um incentivo que o estimula a acreditar na formação da língua portuguesa tão mal estudada nos nossos dias; estuda as variações de regência com os novos sentidos adquiridos, ainda com consultas às outras línguas românicas. Além de recorrer ao inglês, como se viu mais acima, ainda recorreu ao grego. Além desta fonte, há também neste mesmo nível de consulta as formulações de Mattoso Câmara, um apreciador dos estudos de Nascentes, que exemplifica na língua literária latinismos como o de Camões: “ventos repugnantes, isto é, que se repelem, que sopram em sentidos opostos” (s/d: LATINISMOS). O que se quer dizer é que os puristas devem apresentar étimos do português como continuidade do latim, e não como se o português tivesse surgido do latim e não há mais de se modificar!!!

Ainda na página 9, observa Nascentes que o sintetismo latino não era total no nível de Latim Clássico. Já apresentava a expressão latina preposicionada como recurso de maior clareza na comunicação do que a expressão da linguagem apenas através da desinência número-casual, o que propiciou a generalização do analitismo no Latim Vulgar e sua respectiva ampliação na fase românica.

Descreve os verbos que denotavam “lembrar” e “esquecer” com regência de genitivo, cujo cotejo com o português, em geral, se dá pela tradução do genitivo latino, em regra com “de”, com o sentido de posse, como paralelamente em inglês *Peter's house* (casa de Pedro), preparando, assim como sugere Nascentes, a direção da regência “de”: *vivorum memini* (Cícero) (p.9). Outros que indicavam o sentido de “acusar, convencer, condenar, absolver” pediam genitivo e às vezes ablativo com “de”: *anteactarum rerum accusaretur* (Cornélio), *me accusare de epistularum negligentia* (Cícero) (Idem) É o que se lê no verbete acusar com os grifos do Autor:

V. biobj. Do lat. Accusare, com genitivo ou ablativo com **de**: *accusare aliquem furti* (Madvig, Gramt. Lat., § 293; *accusare de epistularum negligentia* (Cícero, Cartas a Ático, 8, 6). Ex.: Vós acusais o Mestre Nazareno **de** fazer sedições... (Fagundes Varela, Anchieta, canto IX, V)

Para fechar este artigo proponho um cotejo de ponto de vista fundamentado na Linguística. Um do lexicógrafo Aurélio Buarque de Hollanda, porque seu nome, na forma “Aurélio”, se tornou sinônimo de dicionário, e outro do Nascentes, ao falar do verbo “visar”. Destaque-se o comentário de Nascentes “Não há razão, pois para condenar...”:

“[Do fr. viser.]

V. t. d.

1.

Dirigir a vista ou o olhar fixamente para; mirar: 2

2.

Apontar arma de fogo contra: 2

3. Pôr o sinal de visto em: 2

4. Ter por fim ou objetivo; ter em vista; mirar a: & & & & [Os exemplos de visar, nesta acepç., como transitivo direto, poderiam facilmente ser multiplicados. Não há razão, pois, para condenar esta regência, só admitindo a seguinte.]

V. t. i.

5. Ter por fim ou objetivo; ter em vista; mirar: 2 &

6. Dispor-se, propor-se.”

O outro, de cunho mais gramatical, é do Prof. Manoel Pinto Ribeiro, que ressalta a instabilidade do verbo “visar” (com sentido de “pretender, aspirar, propor-se”), já que, para o uso de visar “Muitos aceitam o emprego como transitivo direto.” (2010: 304)

Ora, em Nascentes, já há a modernidade de ambos estudiosos do Português, pois afirma: *Está tendendo a transitividade direta em ambos os sentidos, admitindo até forma passiva na linguagem corrente.* (p. 206)

REFERÊNCIAS

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Filologia e Gramática: Referente à Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: J. Ozon, s/d.

_____. *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

DUBOIS, Jean *et alii*, *Dicionário de Linguística*. Tradução de F. Pessoa de Barros *et alii*. São Paulo: Cultrix, 1978.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Brasil: Imprensa Nacional, 1961.

_____. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Brasil. Imprensa Nacional: 1961.

_____. *O Problema da Regência*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1967.

PENHA, João Alves Pereira. *Filólogos Brasileiros*. Franca – SP: Ribeirão Gráfica, 2002.

RIBEIRO, Manoel Pinto. *Gramática Aplicada da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Metáfora, 2010.

SOUZA, Roberto Acízelo. *Iniciação aos Estudos Literários*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

TRASK, R.L. *Dicionário de Linguagem e Linguística*. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

A TRADIÇÃO GRAMATICAL NO OCIDENTE: BASEADA NO PENSAMENTO (FILOSOFIA) OU NA LITERATURA?

MARCELO MORAES CAETANO¹

Introdução

A obra *Elementos de Filologia Românica*², como é consabido, constitui marco miliário, pródigo indiscutível entre as publicações sobre a ciência em questão em paragens brasileiras e, não muito distante disso, em nossa língua vernácula. O seu teor sumamente didático e veementemente sucinto acerca-se da preocupação de seu autor, Antenor Nascentes, de conceder ao público interessado – alunos e professores – subsídios mais concretos num momento em que as dificuldades em lidar com Filologia, e mesmo com Linguística, eram enormes.

Assim, perfazendo uma espécie de manual de consulta direta (conquanto sobremaneira profunda), Antenor Nascentes legou-nos texto de inestimável e ainda insuperável valor. Sua generosa erudição (sintagma nem sempre conjugado de maneira tão loquaz quanto o é quando nos referimos ao Autor) tratou de perquirir as línguas neolatinas, de que o português é membro, desde a implantação do SPQR (*Senatus Populusque Romanus*), ou o Império Romano, até os textos que daí provieram, direta ou indiretamente, perpassando os aspectos fonéticos, morfológicos e sintáticos de toda essa saga prolífica que desencadeou a gênese de tantas línguas e de tantos léxicos, sistemas fonológicos e morfológicos mundo adentro.

Em homenagem à obra de tão acrisolado jaez, pois, lançamo-nos à empreitada de, neste artigo, observar duas das principais matrizes com que as gramáticas escolares – vernáculas ou clássicas – municiaram-se para suas faturas e confecções: os textos literários e os fundamentos filosóficos. Dessa maneira é que nossa atenção estará, ora, voltada à constatação de que a tradição gramatical, da visão sob o lado esquerdo do meridiano de Greenwich e suas longitudes, como salientaremos em breve, verteu seu esforço sob o talante nem sempre monolítico dos textos cujo escopo eram a língua como criação artística (a literatura) ou como meio preeminentemente de pesquisas acerca da

1- Doutor em Língua Portuguesa pela UERJ. Professor do IBMR – Laureate International Universities. Membro titular do PEN Clube do Brasil, da Académie des Arts, Sciences et Lettres de Paris, da Academia de Letras y Artes de Chile. Membro fundador da Federação Brasileira dos Acadêmicos de Artes, Ciências e Letras.

2- NASCENTES, 2009

expressão cognitiva (a filosofia).

É neste diapasão que buscaremos dialogar com a Filologia (e, sem temor, ousamos dizer: com a Linguística), apresentada que é nestes *Elementos de Filologia Românica*, obra nunca desgastada em sua pujança e quase taumaturgia no que tange às contribuições científicas efetuadas.

A prescrição gramatical ocidental: literatura e filosofia

Em vez de julgar³, sugiro que busquemos compreender a gramática prescritiva do Ocidente. Pela mesma razão, é necessário, em diversos outros momentos (que não presentes como pontos basilares neste artigo), que se pesquise, com acuidade, aspectos do discurso, ponto inicial da linha unidirecional da gramaticalização⁴ e da gramatização⁵. Envidemos atenção, portanto, ao estudo historiográfico da gramática normativa e, mesmo, dos estudos de língua e linguagem ocorridos no Ocidente.

Há, hodiernamente, um ramo da ciência denominado “Epistemologia Histórica”. Como a designação sugere, trata-se de um esforço multidisciplinar de se estudarem as Epistemologias (Filosofias da Ciência) ao longo da História, isto é, de perceberem-se quais eram as linhas-mestras que norteavam o pensamento do homem de ciência (sua metodologia, seus meios e finalidades, seus objetos, suas técnicas e tecnologias) no decurso do tempo. Não é à toa que, hoje, não há mais paradoxo em falar-se numa “Linguística Histórica”, sintagma que, como disséramos há pouco, foi brilhantemente intuído e aprofundado sob a campânula de Antenor Nascentes. Isso porque a preocupação descritiva, que os linguistas vertem cientificamente sobre os atos discursivos em suas manifestações pluralíssimas, pode (e deve, em alguns casos) aliar-se à ocupação diacrônica e mesmo prescritiva que soía ser exclusivamente atribuída ao mister da Filologia e da Gramaticologia.

A união desses dois labores e dessas duas perspectivas não é tarefa simples:

Se a linguística é o estudo da linguagem em todos os seus aspectos

3- Eric Hobsbawn insiste, em toda a sua extensa obra dividida em “Eras” (*Era dos extremos, Era do capital, Era dos impérios, Era de ouro, Era das catástrofes* etc.), no seguinte ponto: julgar é fácil; difícil é compreender.

4- Falamos em gramaticalização aqui apenas sob o modo de seu protótipo: a saída de elementos do léxico ou do discurso de textos orais e escritos para a organização (morfossintática, lato sensu) que as gramáticas descritiva e prescritiva emprestam à possibilidade de existência de um idioma qualquer.

5- Falamos em gramatização no sentido empregado por Auroux, quando se refere à escritura de léxicos, vocabulários, glossários, dicionários e gramáticas em línguas vernáculas ocidentais.

[...], então a história da linguística deve abranger todas as abordagens passadas do estudo da linguagem, quaisquer que tenham sido os métodos e os resultados obtidos. Esta nova postura impõe enormes exigências ao pesquisador individual, que idealmente teria de ser um poliglota versado em todos os ramos da história intelectual e cultural, bem como em todos os aspectos da linguística moderna. Na prática, a maioria dos estudiosos têm se concentrado numa área relativamente circunscrita, na doutrina ou na escola com a qual tem afinidade. (WEEDWOOD, 2002, p. 18-19, sublinhei)

No que se refere à Epistemologia Histórica da gramática normativa, consideramos necessária imersão sobre suas duas forças emergentes, que oscilaram ou se intercambiaram para a fatura dos compêndios gramaticais no Oeste.

Assim, antecipando uma das conclusões a que se pode chegar, à guisa de reflexão, ao contrário do que supostos “ideologistas” da Linguística apregoam como um preconceito oriundo do que bem poderíamos chamar de eixo Norte-Sul (em que o “Norte” representaria a metonímia das “elites hegemônicas” autoproclamadas sobre os “desvalidos não hegemônicos” supostamente passivos da metonímia que o “Sul” envidaria), o eixo ou linha a que temos de nos referir, como cientistas da *langue* e da *parole*, e não como sociólogos, é antes um eixo Leste-Oeste.

Falemos, portanto, da tradição gramaticográfica do Oeste ou do Ocidente.

Os linguistas concordam que a análise gramatical no Ocidente crava suas raízes na filosofia grega dos anos 500 a.C., define-se como tema filológico no trabalho dos intelectuais alexandrinos e difunde-se na Europa medieval e moderna graças particularmente aos romanos. Platão dividira a unidade do discurso, que ele intuía no esforço de apreender os mecanismos de expressão do pensamento, em dois componentes: ónoma (nome) e rhéma (verbo). Aristóteles lhes acrescentou os syndesmoi (partículas). Os estoicos induziram à distinção entre classes variáveis e classes invariáveis, até que, por volta dos fins do segundo século a.C., Dionísio Traco formulou uma teoria das partes do discurso, que ele distribuía em oito categorias: nome, verbo, pronome, participio,

artigo, advérbio, preposição e conjunção. (AZEREDO, 2010, p. 6)

Na seção “1.3 Voltando ao equilíbrio dinâmico da língua”, em nossa tese de doutorado, onde nos dispomos a levantar ontologicamente as classes morfológicas das gramáticas contemporâneas de Língua Portuguesa em função de seus graus de gramaticalização efetiva, vemos ainda outras classes que eram apontadas na Antiguidade, e como suas classificações se baseavam preponderantemente em significados extralinguísticos⁶ e intralinguísticos⁷, e, mais ainda, como surgiu, com isso, o problema de se conciliar esse critério classificatório com um critério que fosse revestido de parâmetros formais⁸.

Apenas a título de comentário parentético, parece-nos oportuna a denominação com que Said Ali caracteriza os “nomes” em sua Gramática Histórica da Língua Portuguesa:

NOMES EM GERAL

216. As palavras com que se designam os seres e seus atributos chamam-se simplesmente nomes. É o termo mais desprezioso e mais acertado de toda a nomenclatura gramatical. Fazendo-se, como se faz, distinção entre as denominações dos seres propriamente ditos e as denominações dos atributos de dimensão, tamanho, cor, consistência etc., pelos quais os diferenciamos uns dos outros, torna-se necessário dividir os nomes em substantivos e adjetivos.

217. Os atributos, posto que sejam inerentes aos seres, são considerados muitas vezes como se existissem separados deles, como se fossem outras entidades. Os substantivos que os representam chamam-se abstratos; são concretos os nomes de referência direta aos seres. *Alegria, tristeza, formosura, probidade* são substantivos abstratos; *casa, mulher, jardim, homem* são nomes concretos⁹. (ALI, 1964, p. 54)

6- Basicamente, aqueles que se processam mediante *situação*.

7- Basicamente, aqueles que se processam mediante *contexto*.

8- O conceito de “contexto de situação”, que se contrapõe ao de “contexto verbal”, o que corresponde respectivamente a “situação” e “contexto”, foi estabelecido pelo “antropólogo Bronislaw Malinowski a partir de seus trabalhos de campo sobre a língua e a cultura dos habitantes da ilha Trobriand no sul do Pacífico”. (ULMANN: 1964, pp. 105-106)

9- Ao estabelecermos uma proposta de gradiente dentro das classes gramaticais vigentes na gramática da Língua Portuguesa, tratamos, em nossa aludida tese de doutorado, de substantivos concretos e abstratos, e constatamos que não apenas serão abstratos os que designam atributos, mas também os que designam estados e ações, percebendo desdobramentos sintagmáticos profundos dessa verificação semântica. Vemos, para explicitarmos o que dizíamos, que as relações entre adjetivos e substantivos, no sintagma nominal, modificam-se categorialmente de diversas formas, em função de categorias isoladas que se atribuam ou deduzam de substantivos e adjetivos, além de outros fatores como a distribuição dessas partes do discurso no interior do referido sintagma.

Partimos desta perspectiva para, em nossa *Gramática Reflexiva*¹⁰, expormos os conceitos de cada classe gramatical, de acordo com visões que contemplam o aspecto histórico-filológico e também o descritivo-discursivo-linguístico, em consonância com o chamado parâmetro pancrônico, tão caro, por exemplo, a um estudioso como Fernando Tarallo.

Weedwood desdobra a questão seminal das reflexões sobre língua, pensamento e discurso, inter-relacionando-a à preocupação aristotélica com a língua falada/língua escrita e as repercussões de suas reflexões nos seus pósteros:

Aristóteles (384-322 a.C.), discípulo de Platão, em seu *Peri hermeneías* (*De interpretatione*), delineou um processo em três etapas: os signos escritos representam os signos falados; os signos falados representam impressões (*pathemata*) na alma, e as impressões na alma são a aparência das coisas reais. As impressões e as coisas, observa Aristóteles, são as mesmas para todos os homens, ao passo que diferem as palavras que representam as interpretações. Como seus comentadores logo apontaram, esse esquema levantava muitas dificuldades. Os estoicos (séculos III-II a.C.), e vários autores a seguir, preferiram acrescentar uma etapa entre a recepção passiva da impressão e a fala: o conceito, uma noção que pode ser verbalizada (grego: *lektón*; latim: *dicibile*). Assim, embora todos os homens possam receber as mesmas impressões das coisas que percebem, como sustentava Aristóteles, os conceitos que eles formam dessas impressões diferem, e são eles que estão representados na fala.

Segundo os estoicos, um conceito (*lektón*) era representado num enunciado significativo (= com significado), *lógos*. *Lógos* foi definido por Diógenes de Babilônia (um estoico do século II a.C., cujo pensamento é esboçado para nós por Diógenes Laércio em seu *Vidas dos filósofos*) como “um enunciado significativo dirigido pelo pensamento racional”. A substância física do *lógos* era *phoné*, “voz”, o enunciado considerado como mero som, articulado ou inarticulado, sem referência a significado. Um enunciado (*phoné*) que pudesse ser representado na escrita – um enunciado articulado – era chamado de *léxis*. Um *léxis* diferia de um *lógos* porque, enquanto o significado era essencial para um *lógos*, um *léxis* não precisava obrigatoriamente ter significado. (WEEDWOOD, 2002, p. 27-28)

É de ressaltar que Aristóteles já preconizava uma distinção que viria a estabelecer os alicerces do conceito de gramaticalização e a clareza que esse conceito emprestaria à união entre Linguística e Filologia, pelo meio

10- CAETANO, 2009

tecnológico construído na Gramaticologia, de cuja história ocidental tratamos, por isso mesmo, neste artigo. Isso porque ele já fundava uma dicotomia básica: de um lado, as “categorias da fala” (conceito análogo aos posteriores “partes da fala”, “partes do discurso”, “classes gramaticais”, “classes morfológicas”), apresentadas sob as chancelas de vocábulos (semanticamente) independentes; de outro, os instrumentos gramaticais. Percebe-se aí exatamente a linha que, vinda daqueles primeiros a estes últimos, comprova a existência da gramaticalização e o diálogo entre as disciplinas há pouco mencionadas.

Aristóteles estabeleceu também uma fecunda distinção entre duas espécies de palavras: as que mantêm o seu significado mesmo quando isoladas, e as que são meros instrumentos gramaticais. Esta divisão é ainda largamente aceite pelos linguistas e também pelos filósofos. Finalmente devemos a Aristóteles uma classificação das metáforas¹¹, que, desenvolvida e aperfeiçoada por escritores subsequentes, especialmente por Quintiliano, desempenhou um papel primordial na tradição retórica e foi acolhida na semântica pelos pioneiros da nova ciência. (ULMANN, 1964, pp. 11-12)

Antes mesmo da invenção da escrita, que Marcuschi, por exemplo, compara frequentemente à muito mais antiga propagação da fala, já se estudava a comunicação humana com objetivos que, anacronicamente, talvez, possamos chamar de “científicos”. Entre os textos escritos mais antigos que chegaram incorruptos até nossos dias, muitíssimos são, exatamente, tratados sobre comunicação humana, não poucas vezes traçando, até, distinções entre a comunicação pela fala e a comunicação pela escrita.

Pensa-se frequentemente na história da linguística como uma disciplina muito nova. Afinal, a própria linguística só se estabeleceu em sua forma atual há algumas décadas. Mas as pessoas vêm estudando a linguagem desde a invenção da escrita e, sem dúvida, muito antes disso também. Como em tantos outros campos, o uso e, em seguida, o estudo da língua com finalidades práticas precedeu o processo de reflexão da análise científica. Na Índia antiga, por exemplo, a necessidade de manter viva a pronúncia correta dos textos religiosos ancestrais levou à investigação da fonética articulatória, enquanto na Grécia clássica a necessidade de um vocabulário técnico e conceitual para ser usado na análise lógica das proposições resultou num sistema das partes do discurso que acabou tendo um desenvolvimento que ultrapassou em muito as exigências

11- O estudo da metáfora também foi fundamental ao desenvolvimento da ideia de gramaticalização. Não é à toa que um dos parâmetros de Lehmann para a existência da gramaticalização seja a metáfora, conforme expomos nesta tese, em nosso capítulo 6.

imediatas dos filósofos que primeiro sentiram a necessidade de tais categorias. (WEEDWOOD, 2002, p. 17)

Em seguida, a autora enveredará pelo que chamará, em eco com este nosso artigo, de “A tradição ocidental até 1900”, perfilando concisa, conquanto importantíssima, anamnese da tradição gramatical do Ocidente, observando a epistemologia da gramática tradicional (de onde, como ela mesma defende, surgiu a própria Linguística, com a qual deveria haver diálogo, e não duelo), na Grécia, em Roma, na Idade Média, no Renascimento. Muitas contribuições do laborioso trabalho de Weedwood, como o de historiadores, antropólogos e linguistas, serviram-nos à confecção deste nosso artigo.

Os antigos gregos, voltemos a eles, iniciaram-se na tradição gramatical (a *nossa moderna* tradição gramatical) com análises provenientes da filosofia, como se colhe do trecho de Weedwood. Antes de Sócrates, Platão e Aristóteles, cujas primícias de contribuições foram esboçadas em trecho extraído acima de Azeredo e Ulmann, os pré-socráticos e os retóricos (sobretudo os sofistas, como Protágoras, a quem Sócrates-Platão dedicaram um diálogo homônimo com intuito de refutar suas ideias) já pensavam filosoficamente (cognitivamente, inclusive) sobre a língua. Foi aí, com efeito, e não apenas na trilogia da Academia e do Liceu (respectivamente Sócrates-Platão e Aristóteles), que surgiu, como dito, nossa tradição gramatical.

Um contraponto crítico a ser acrescentado está nas seguintes palavras de Marcuschi:

[...] enquanto espécie, o *homo sapiens* data de cerca de um milhão de anos. A escrita surgiu pouco mais de 3.000 anos antes de Cristo, ou seja, há 5.000 anos. No Ocidente, ela entrou por volta de 600 a.C., chegando a pouco mais de 2.500 anos hoje. E a imprensa surgiu em 1450, tendo pouco mais de 500 anos. (MARCUSCHI, 2001, p. 23)

Apesar de, nesse trecho específico, Marcuschi sublinhar o que chamou várias vezes de “primazia cronológica da fala sobre a escrita”, ele próprio não renega a importância capital da escrita nas sociedades em que ela tenha adentrado.

Após a grande trilogia da Academia e do Liceu, houve o período dos

estoicos, seguidos de perto pelos alexandrinos.

Sócrates-Platão dedicaram seus aparatos investigativos sobre as questões linguísticas, para falarmos dos dois que consideramos os mais preponderantes diálogos sobre língua, no *Crátilo* e no *Fedro*. O *Crátilo* busca a compreensão dialógica, maiêutica¹², dentro dos pressupostos da ironia socrática (em que o “tudo o que sei é que nada sei” é antes do mais um ato de ceticismo para parturir conhecimento castiço); busca estabelecer as reflexões sobre a arbitrariedade e a não arbitrariedade do signo linguístico, para usarmos uma expressão anacrônica, evidentemente¹³. Por sua vez, o *Fedro* aborda a questão da língua escrita como mera subsidiária da língua falada, e suscita férteis reflexões sobre memória e esquecimento, “centro” e “periferia”, razão pela qual foi eleito por Derrida para embasar parte substantiva de sua desconstrução pós-estruturalista, que inverteu a tese do *Fedro* e colocou a primazia da linguagem na escrita, e não na fala.

Aristóteles, voltando a ele, entre outras obras, dedica a *Retórica*, a *Lógica* e a *Poética* a investigações de cunho linguístico, cognitivo, estético. O fundador do Liceu, embora discordasse do idealismo perempto de seu preceptor, Platão, fundou as bases da ciência moderna, que necessita de generalizações teóricas, sumamente abstratas, olhadas com o arcabouço que as gerou, como vimos, ao deduzir, em sua famosa máxima lógica dedutiva, que “todos os homens são mortais; Sócrates é um homem; Sócrates é mortal”.¹⁴

Desde os estoicos a língua passou a ser tratada em obras específicas que lhe eram dedicadas, embora não fosse encarada como um fim em si própria, mas como um meio pelo qual o pensamento se expressaria pela voz (phoné): remonta daí a “metafísica da presença” (o termo é de Derrida, para a formalização de seu pós-estruturalismo, há pouco aludido) ou uma “metafísica da fala” sobre a escrita, que insiste em tentar perenizar-se entre muitos linguistas.

Assim sendo, durante todo esse período, a língua era investigada como “pretexto” ou meio, cuja finalidade seria meramente a expressão vocal (fonética) do pensamento. Trata-se do primeiro círculo de estudos da tradição gramatical que herdamos: o círculo de bases filosóficas, lógicas, retóricas, matemáticas, cognitivas, psicológicas.

Em Alexandria (séculos III e II a.C.), o uso literário emerge como
12- Palavra que remete ao verbo “parir”, uma vez que a mãe de Sócrates desempenhava a função de parteira.

13- Será com Humboldt, Wundt, Gabelentz e Saussure que esses conceitos se tornarão contemporâneos e lapidares para toda a extensão de uma ciência: a Linguística e, como seu método e ciência piloto, o Estruturalismo.

14- Ou premissa maior > premissa menor = conclusão.

preceptor dos estudos de língua. Esse interesse, como se sabe, vinha do desejo de manter-se incorrupta a língua grega clássica, condensada em Homero. Aqui, a preocupação não vem tanto da fala, mas da escrita: “[...] o objetivo da gramática grega era a língua escrita, como indica a etimologia da palavra *gramática*, que deriva da forma utilizada para designar ‘a arte de escrever’” (LOBATO, 1986, p. 79).

O próprio Dionísio, que era alexandrino (o epíteto “da Trácia” deve-se à origem de seu pai), e que escreveu a gramática mais antiga que chegou a nós (no século II a.C.) definia a gramática como “o conhecimento prático dos usos gerais de poetas e escritores de prosa”. Semelhante definição encontra-se em Varrão, o mais antigo gramático romano que nos chegou (séc. I a.C). Para ele, a gramática é “o conhecimento sistemático do uso da maioria dos poetas, historiadores e oradores”. Assim como a gramática grega descrevia o grego clássico, as gramáticas latinas descreviam a literatura do latim clássico, como de Cícero e Vergílio.

Cabe a Varrão, ainda, e exatamente pela razão exposta, uma preocupação em dividir-se a gramática de modo que sustentasse, espelhasse e explicasse as regras internas de funcionamento da língua com lastro em elementos da escrita.

Quando, no século I antes de Cristo, Varrão codificou a gramática latina, considerou a etimologia como uma das três principais divisões dos estudos linguísticos, ao lado da morfologia e da sintaxe. (ULMANN, 1964, p. 7, sublinhamos)

A Idade Média (sobretudo entre os chamados “gramáticos gerais”, nos séculos XIII e XIV) voltou a empenhar-se no estudo da língua como “modos” de significar (daí serem chamados de “modistas”), sendo isso compreendido como uma representação natural e até necessária entre o que viria a chamar-se “referente” e “significado”. Retornava, pois, à visão de Platão e dos pré-socráticos sobre língua, uma vez que a encaravam como meio de expressão do pensamento, da razão. Além de serem chamados de “modistas”, pelo motivo apresentado, eram também chamados de “especulativos”, por acreditarem, como se disse, que a língua é um espelho do pensamento e da razão, algo que será revisitado alguns séculos depois, pelas gramáticas filosóficas ou racionalistas, de que o próprio gerativismo de Noam Chomsky é herdeiro.

O ensino gramatical do latim na Idade Média [...], tal como o encontramos nos manuais clássicos (o *Doctrinale* de Alexandre de Villedieu, o *Graescismus* de Evrard de Béthune, ou o *Catholicon*

de Jean de Gênes) é determinado por uma visão pedagógica, pelas técnicas de memorização (versificação) e pela preocupação do detalhe morfológico. Isto não significa que seja *elementar*, no sentido em que o ouviremos a partir do século XVII (isto é, do simples e do fácil para se compreender): os versos do *Doctrinale* são provavelmente incompreensíveis sem a ajuda das glosas.

[....]

A gramática teórica medieval [...], ainda que diga respeito unicamente ao latim, assim como à lógica, não tem a bem dizer a língua latina como objeto, mas o *enunciado* em geral.

É completamente diferente com a gramática geral. Nascida depois da gramatização e encontrando seu apogeu no século XVIII em torno dos enciclopedistas franceses, esta se propõe ser a ciência do que é comum a todas as línguas. Em um universo cultural em que a profunda mutação das ciências da natureza impõe a concepção da lei como a asserção verificável de uma relação constante entre os fenômenos, a gramática geral pretende ser a ciência das leis da linguagem às quais devem se submeter todas as línguas (AUROUX, 2009, p. 87-88)

Os escolásticos, antes disso (séculos XII e XIII), já haviam elevado essa forma de conceber a língua a importantes patamares. Como se percebe, não é à toa que Santo Agostinho, escolástico que ousou unir o então “pagão” Aristóteles à filosofia cristã (cabendo a São Gregório Magno e a São Tomás de Aquino a preferência pela união de Platão, um pouco “menos pagão”, à filosofia católica), tenha delineado com grande clareza, em suas *Confissões*, o que viria a ser chamada de concepção “logocêntrica” da língua. Essa concepção foi, séculos depois, aceita como verdadeira por Wittgenstein (em seu *Tractatus Logico-philosophicus – Logisch-Philosophische Abhandlung* –, de 1922), e, em seguida, refutada pelo mesmo Wittgenstein (em suas *Investigações Filosóficas “ Philosophische Bemerkungen* – publicadas postumamente em 1953)

Após essa reinserção dos estudos gramaticais sobre as bases filosóficas gregas, sobretudo a platônica e a aristotélica, a Renascença volta a buscar subsídios na Literatura, a fim de criar compêndios pedagógicos que privilegiassem o latim clássico. Não se propunha, sobre a gramática, o apanágio de compêndio vernacular, como se percebe.

Ao lado dessa importância atribuída ao latim, entretanto, as línguas

vernáculos começaram a ser encarecidas também, muito como fruto da Reforma Protestante, da invenção da imprensa, das descobertas ultramarinas, da “união dos dois mundos”. Nesse período (séculos XV e XVI), pode-se dizer que surgiram as primeiras gramáticas ditas “científicas”, como a de Nebrija (1492), bem como as primeiras gramáticas da língua portuguesa (Fernão de Oliveira, de 1536, e João de Barros, de 1540).

O Renascimento europeu é o ponto de inflexão de um processo que conduz a produzir dicionários e gramáticas de todas as línguas do mundo (e não somente dos vernáculos europeus) na base da tradição greco-latina. Esse processo de “gramatização” mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao ocidente um meio de conhecimento / dominação sobre as outras culturas do planeta. Trata-se propriamente de uma revolução tecnológica que não hesito em considerar tão importante para a história da humanidade quanto a revolução agrária do Neolítico ou a Revolução Industrial do século XIX. (AUROUX, 2009, p. 8-9¹⁵)

0Sobre a Renascença, Dino Preti, no capítulo voltado à pesquisa das influências da língua escrita literária sobre a evolução da língua como um todo (até a oral), começa com uma preterição o que descreve como essa passagem dos idiomas clássicos (latim e grego) aos vernáculos, e, em seguida, específica nos casos da Língua, primeiramente em Portugal, e, em seguida, no Brasil:

Creemos que não seria necessário aludirmos ao repetido exemplo da cultura e sociedade renascentista, em que a literatura clássica exerceu um papel significativo nos comportamentos social e linguístico, para demonstrarmos que, em todas as épocas, a língua literária, de uma forma ou de outra, com maior ou menor intensidade, não perdeu sua ligação com a realidade falada. Uma prova disto é que a própria Linguística, em grande parte de sua história, se serviu de documentos escritos, na falta de *corpus* gravado, procurando, em cuidadosa seleção, encontrar o que de vivo neles existia, chegando a reconstituir assim, às vezes, toda a língua falada de uma época, como aconteceu, por exemplo, com o próprio latim vulgar, cuja fonte, entre outras, eram os documentos escritos que revelavam influência popular.

[...]

Em língua portuguesa, o exemplo mais importante, no passado, seria a obra de Gil Vicente. Os diálogos de suas personagens ajudaram a reconstituição da língua falada da época (século XV), servindo à Filologia

15- Auroux traça, em seus capítulos II, “O fato da gramatização”, e III, “O conceito de gramatização” (AUROUX, 2009, p. 35 a 99), importantes e sistemáticas cronologias das gramáticas e dicionários de vernáculos europeus desde o século V d.C. até o meio do século XIX. Apresenta, também, esboços de catografias e genealogias linguísticas de eras progressas.

e à Linguística Histórica como documento para reconstituição das fases da língua. Gil Vicente foi um grande observador dos tipos humanos de seu tempo e dos dialetos sociais que os representavam. Praticamente nada lhe escapou. Em suas peças, o criado fala como criado, o fidalgo como fidalgo, a criança como criança. Há uma linguagem do padre, outra do advogado, outra do judeu.

Entre nós, pensamos que a primeira tentativa seria a de Anchieta, no teatro. Apesar de sua obra ter finalidade muito mais educativa do que artística (ou talvez mesmo por isso, uma vez que, a nosso ver, a educação pressupõe uma necessidade muito maior de comunicação do que a arte), foi o primeiro escritor a ter a sua atenção voltada para um problema realmente de ordem sociolinguística, na Colônia: o bilinguismo. A utilização do tupi ao lado do português (e também do castelhano) revela uma intenção comunicativa com o espectador nativo. (PRETI, 1987, pp. 61-65)

É Anderson quem dá a visão do historiador, preocupado e consciente, que observa a aurora da desmitificação do que ele chamará “antigas línguas sagradas” o latim o grego e o hebreu”.

Com o tempo, os descobrimentos e as conquistas também provocaram uma revolução nas ideias europeias sobre as línguas. Desde o começo, marinheiros, missionários, comerciantes e soldados portugueses, holandeses e espanhóis, por razões práticas “ navegação, catequização, comércio e guerra “, tinham montado listas de palavras em línguas não europeias para formar dicionários elementares. Mas foi apenas no final do século XVIII que o estudo comparado das línguas realmente deslanchou. Com a conquista inglesa de Bengala, surgiram as investigações pioneiras do sânscrito de William Jones (1786), que permitiram entender melhor que a civilização indiana era muito anterior à Grécia e à Judeia. Com a expedição napoleônica ao Egito, os hieróglifos foram decifrados por Jean Champolion (1835), o que pluralizou a Antiguidade extraeuropeia. O progresso nos estudos semíticos acabou com a ideia de que o hebreu era a única língua antiga ou que possuía origem divina. [...] Essas descobertas levaram a filologia, com seus estudos de gramática comparada, à classificação das línguas em famílias e à reconstrução de “protolínguas”, que o raciocínio científico tirou do esquecimento. Com razão, Hobsbawn observou que aí estava “a primeira ciência que via a evolução como o seu próprio cerne”¹⁶.

A partir daí, as antigas línguas sagradas “o latim, o grego e o hebreu” foram obrigadas a se misturar em pé de igualdade ontológica com uma variada multidão plebeia de vernáculos rivais, num movimento

16- Hobsbawn, *A era da revolução*, Nova Iorque, Mentor, 1964, p. 337

que complementava sua anterior depreciação no mercado por obra do capitalismo editorial. Se agora todas as línguas tinham o mesmo estatuto (intra)mundano, então todas eram, em princípio, igualmente dignas de estudo e admiração. Mas de quem? Logicamente de seus novos donos, os falantes “e leitores” nativos de cada língua, pois agora nenhuma pertencia a Deus. (ANDERSON, 2013, p. 111)

Voltando a ter como base o nascimento da Idade Moderna (1453) e suas consequências expansionistas e de contato intercultural baseadas em relações de poder e de conhecimento ao longo do século XVI, no século seguinte (XVII), voltam a surgir as gramáticas “gerais” ou “racionais” ou “especulativas”, de cunho, portanto, filosófico. Elas buscavam formas universais (nada estranhas à gramática de Chomsky) que deveriam explicar os fatos linguístico-gramaticais. A mais célebre delas é a de Port-Royal (que recebe este nome por ser o mesmo do convento em que os monges Arnault e Lancelot a escreveram), de Língua Francesa, e, no âmbito da Língua Portuguesa, uma sucedânea publicada no século XVIII, em Lisboa, por Jerônimo Soares Barbosa, a *Gramática filosófica da língua portuguesa*.

Por aí, trata-se de se desembaraçar da coerção latina mais evidente, observando, por exemplo, que para exprimir o mesmo fenômeno de determinação, uma língua pode utilizar casos ou preposições. Existe aí um verdadeiro nascimento da gramática moderna (paráfrase de Dominicy a propósito de Port-Royal).

O projeto científico “que é preciso distinguir, apesar de certos recobrimentos, daquele que concerne às características e às línguas universais, nascido, ele também, depois das operações de longitudinalização” repousa, entretanto, sobre um programa de pesquisa insustentável. De um lado, as categorias linguísticas deveriam poder se reduzir a categorias de representação, ou se se quiser, os termos teóricos especificamente linguísticos (nome, verbo, imperfeito, gênero etc.) deveriam poder ser definidos em termos não linguísticos (daí a introdução, em gramática, de um vocabulário psicológico e semiológico, que se junta ao que resta do vocabulário ontológico medieval). Ora, este programa, que podemos classificar de reducionista, se defronta com o fato de que as categorias linguísticas são inelimináveis, o que explica que ele acabe, no início do século XIX, por soçobrar nas generalidades cujo interesse linguístico é pouco claro, em particular quando os autores, contaminados pelo idealismo kantiano, propõem reduções apriorísticas

das categorias gramaticais [...] (AUROUX, 2009, p. 89)

Por essa época, momento em que a Idade Moderna cede lugar à Idade Contemporânea, ante a tonitruante trombeta das tropas de Napoleão e das Revoluções Francesa e Americana, esta anterior àquela, diga-se em tempo, a palavra escrita e a preocupação com o vernáculo empurravam generais, burgueses e plebe à tomada de poder.

Tal como uma vasta rocha informe se torna uma pedra arredondada pela ação de incontáveis gotas de água, a experiência foi modelada por milhões de palavras impressas, tornando-se um “conceito” na página impressa e, com o tempo, convertendo-se em modelo. [...]

Algo muito parecido ocorreu com os movimentos de independência nas Américas, os quais, tão logo se tornaram matéria de imprensa, viraram “conceitos”, “modelos” e até “projetos”. Na “realidade”, o medo de Bolívar quanto às insurreições dos negros e a convocação de San Martín para levar seus índios à peruanidade entrechocavam-se caoticamente. Mas as palavras impressas logo varreram o primeiro, de tal modo que, se acaso viesse a ser lembrado, aquele medo pareceria uma anomalia sem maiores consequências. (ANDERSON, 2013, p. 124)

O século XIX voltou-se ao chamado comparativismo como pressuposto da cientificidade linguística. Ullmann nos dá a notícia de que foi em 1826 que surgiu o termo “Linguística”¹⁷: “O próprio termo *linguística* foi criado nesta altura [século XIX]: apareceu em francês em 1826 (*la linguistique*) e em inglês onze anos mais tarde (primeiramente *linguistic*, sem *s*, depois *linguistics*)”. (ULMANN: 1964, p.12). Ele nos remete ao dicionário etimológico francês de Bloch-Wartburg. Para os estudiosos de então, a Linguística deveria ser histórica, comparativa, filológica, a fim de receber a chancela de estudo científico.

Como Seton-Watson mostra de maneira muito interessante, o século XIX, na Europa e na periferia mais próxima, foi a idade de ouro dos lexicógrafos, gramáticos, filólogos e literatos do vernáculo. As intensas atividades desses intelectuais profissionais foram de importância central para a formação dos nacionalismos europeus oitocentistas, num absoluto contraste com a situação nas Américas entre 1770 e 1830.

[...]

Então podemos ilustrar essa revolução lexicográfica como se fosse o trovejar crescente num arsenal que começa a explodir, conforme cada

17- Durante algum tempo, houve a concorrência com o termo italiano “Glotologia”, cujo objeto de estudo era *grosso modo* o mesmo da Linguística.

pequena explosão se propaga, e detona outras, até que o clarão final transforma a noite em dia. (ANDERSON, 2013, p. 112-113)

É nesse momento, como se prenunciou há pouco, que os historiadores da envergadura de Anderson e Hobsbawn ratificam a “revolução tecnológica” que Auroux veio a chamar quando tratou da “gramatização” a composição de dicionários e gramáticas vernáculas. A visão dos historiadores merece ser aqui mais uma vez comparada à do linguista porque eles, historiadores, falam também nas “revoluções” filológico-lexicográficas, e seu impacto na (con) formação de nações em função não apenas das línguas originárias, mas da sua sistematização em compêndios normativos escritos, sobretudo as gramáticas e os dicionários, que lhes traziam à agenda as discussões sociopolíticas:

No decorrer e, principalmente, na segunda metade do século XIX, a revolução filológico-lexicográfica e o surgimento de movimentos nacionalistas na Europa, frutos não só do capitalismo mas da elefantíase dos estados dinásticos, foram criando várias dificuldades culturais, e, portanto, políticas para muitas dinastias. Pois, como vimos, a legitimidade fundamental da maioria delas não tinha nada a ver com uma condição nacional. Os Romanov governavam tártaros e letos, alemães e armênios, russos e finlandeses. Os Habsburgo dominavam magiares e croatas, eslovacos e italianos, ucranianos e austro-germânicos. A casa de Hanover comandava bengalis e quebequianos, escoceses e irlandeses, ingleses e galeses.

[....]

A revolução lexicográfica na Europa, porém, criou e aos poucos difundiu a convicção de que as línguas (pelo menos naquele continente) eram, por assim dizer, propriedades pessoais de grupos muito específicos “seus leitores e falantes diários” e, ademais, que esses grupos, imaginados como comunidades, tinham o direito de ocupar uma posição autônoma dentro de uma confraria de iguais. Assim, os incendiários filológicos colocaram os dinastas perante um dilema incômodo que só veio a se aprofundar. O caso mais claro é o do Império Austro-Húngaro.¹⁸ (ANDERSON, 2013, 127-128)

A descoberta do sânscrito, no século XVIII (como salienta trecho anteriormente extraído de Anderson, 2013, em que ele aponta o marco miliário de William Jones, 1786), impulsionou essa perspectiva (é de se notar a importância que se dava a que linguistas de então e do século XIX fossem também “sanskritistas”).

18- E metonimiza isso a postura do monarca (déspota esclarecido) José II, quando decidiu livrar-se do latim como língua oficial, no começo dos anos 1780.

No fim do século XVIII, descobriu-se que o sânscrito, a língua antiga e sagrada da Índia, era parente do latim e do grego, assim como de outras línguas europeias. Essa descoberta foi feita de maneira independente por vários eruditos. O mais importante entre eles, o orientalista britânico Willian Jones, declarou em 1786, numa fórmula tornada célebre, que o sânscrito, o latim e o grego apresentavam “afinidades tanto nas raízes dos verbos quanto nas formas da gramática, que não poderiam ser devidas ao mero acaso [...]”. (LYONS, 1970, p. 22, traduzi¹⁹)

Ismael de Lima Coutinho levanta um dado sobre o sânscrito que aqui parece pertinente:

10. A *Fisiológica* é caracterizada pelos trabalhos dos gramáticos índios, cuja preocupação era analisar minuciosamente os sons do sânscrito. Panini, desde o século IV antes da Era Cristã, traça, com admirável precisão, as principais regras fonéticas e gramaticais dessa língua, servindo o seu trabalho de ponto inicial para toda uma literatura de comentários aos velhos textos indianos. Pode-se dizer que foram os gramáticos da Índia os verdadeiros criadores da fonética descritiva. (COUTINHO, 1972, pp. 15-16)

Ainda sobre o sânscrito, Ismael de Lima Coutinho esquadrinha a sua descoberta e atribui sua primeira notícia ao Ocidente ao italiano Filippo Sassetti, que viveu em Goa de 1581 a 1588. Depois de Sassetti, Coutinho aponta a importância de Nobilli, que chegou à Índia em 1606 e logo alertou o Ocidente acerca da língua dos brâmanes. No século XVII, ressalta a importância de Heinrich Roth. Em 1767, são destacados os nomes do abade Barthélemy e do padre Coerdoux, este último a quem Bréal atribui o mérito de um dos precursores da nova ciência, que viria a ser a Linguística (que, à época, concorria com a terminologia provinda do italiano “Glotologia”, como vimos). Em 1784, funda-se a “Sociedade Asiática de Calcutá”, “[...] destinada a interpretar os principais monumentos literários da Índia. Entre os seus membros mais distintos contam-se William Jones, Carey, Wilkins, Forster e Colebrooke” (COUTINHO, 1972, pp. 16-17).

Vemos, portanto, que os estudos de gramática, incluindo-se a gramática histórica (mas não exclusivamente esta) marcam o início da Linguística, e

19- A la fin du XVIIIe s., on a découvert que le Sanskrit, la langue ancienne et sacrée de L’Inde, était apparentée au latin et au grec, ainsi qu’à d’autres langues européennes. Cette découverte a été faite de façon indépendante par plusieurs érudits. Le plus important d’entre eux, l’orientaliste britannique Willian Jones, a déclaré en 1786, dans une formule devenue célèbre, que le sanskrit, le latin et le grec présentaient “des affinités tant dans les racines des verbes que dans les formes de la grammaire, qui ne pouvaient pas être dues au simple hasard [...]”.

mantém, tanto para essa ciência como para a Gramaticologia e a Lexicologia, até hoje, fundamentos e princípios que não são postos de lado.

Manda a exação histórica, entretanto, citar, a par de Bopp, o dinamarquês, E. Rask, que, antes de seu colega alemão, já reconhecera o parentesco do germânico com o grego, o latim e balto-eslavo. Também não é lícito esquecer, neste rápido esboço de história da Linguística, o nome de outro alemão ilustre, W. Humboldt, que estudou o papel dos fenômenos psicológicos na linguagem.

[...]

Os processos então descobertos são aplicados pelo orientalista Renan na sua história comparada das línguas semíticas (1858); por Zeuss, na gramática comparada das línguas célticas (1853); por Grimm, na das línguas germânicas (1819-1837); por Miklosich, na das línguas eslavas (1852-1856); e por Diez, na das línguas românicas (1836-1843). (COUTINHO, 1972, p. 17)

Para os linguistas desse momento, as línguas, como organismos vivos à luz de Darwin, evoluem segundo “leis” inexoráveis, e não compartilham de pressupostos universais, o que, como se percebe, confronta o pensamento gramatical filosófico anterior, que encontra em Platão, Aristóteles e nos estoicos seus maiores defensores. A esses gramáticos comparativistas se deu o nome de “neogramáticos”, tradição de que Saussure veio, e com a qual rompeu.

Tal ruptura criou o chamado Estruturalismo, que, em linhas gerais, relaciona elementos uns com outros, sem vê-los isoladamente ou em si mesmos, como finalidades autossuficientes.

Considerações finais: fala, escrita, descrição, prescrição, identidade, Linguística, Filologia e Gramática

Numa linha sinóptica, remissiva e conclusiva, podemos dizer que a tradição gramatical se dividiu, como aliás predisséramos, na busca de subsídios empíricos na filosofia ou na literatura, e que ela foi, em grande parte, capacitadora da formação de identidades “imaginadas” (porém realizadas) em torno dos idiomas vernáculos, sobretudo quando recebiam o lacre da escrita. A correlação entre língua, filosofia e pensamento se processou nos pré-socráticos, nos retóricos e sofistas, em Sócrates, Platão e Aristóteles, nos estoicos, em grande parte nos escolásticos (séculos XII e XIII) e nos modistas/especulativos ou gramáticos gerais (séculos XIII e XIV), nos gramáticos filosóficos/racionalistas, como os de Port-Royal (séc. XVII) e Jerônimo

Soares Barbosa, na Língua Portuguesa (séc. XVIII). Por outro lado, a busca da literatura como “uso correto” e “incorruto” dos idiomas, clássicos (grego e latim) ou vernáculos (gramáticas científicas) se deu entre os alexandrinos (como o próprio Dionísio da Trácia), Varrão, o período da Renascença e, enfim (mas não por fim), gramáticas como as de Nebrija, Fernão de Oliveira e João de Barros.

Em resumo, ao lado de conceber a língua como fenômeno que reflete o pensamento e o raciocínio, e as formas como eles devem ser comunicados, as gramáticas, em sua tradição ocidental, concebem a língua como necessariamente padronizada (balizada pela literatura) a fim de que o pensamento e o raciocínio aludidos possam, por um viés padronizado, ser comunicados.

Não deveria, pois, haver conflito entre o que hoje se concebe como “descrição” (comunicação, interação, heterogeneidade, “fala”) – isto é, o que está focalizado pela Linguística – e “prescrição” (literatura, sistematização, homogeneidade, “escrita”) – isto é, o que preconizam a Filologia e a Gramaticologia, esta derivada daquela –, mas, sim, diálogo. No fundo, tudo é descrição.

REFERÊNCIAS

- ALI, Manuel Said. [1921] *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Tradução de Denise Botmann. São Paulo: Companhia das letras, 2013.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2010.
- CAETANO, Marcelo Moraes. *Gramática Reflexiva da Língua Portuguesa*. 2ª. Ed., Rio de Janeiro, Editora Ferreira, 2009.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1972.
- LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte, Ed. Vigília Ltda., 1986.
- LYONS, John. *Linguistique générale*. Introduction à la linguistique théorique. Traduction de F. Dubois-Charlier et D. Robinson. Paris: Librairie Larousse, 1970.
- MARCUSCHI, L.A. *Da fala para a escrita*. Atividades de retextualização.

São Paulo: Cortez, 2001.

NASCENTES, Antenor. *Elementos de Filologia Românica*. Rio de Janeiro: Botelho Editora, 2009.

PRETI, Dino. *Sociolinguística*. Os níveis da fala. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

ULMANN, Stephen. *Semântica*. Uma introdução à ciência do significado. Tradução de J. A. Osório Mateus. 3. edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

O PIONEIRISMO DE NASCENTES E A INAUGURAÇÃO DOS DEBATES LINGUÍSTICOS NO BRASIL

**MICHELLE GOMES ALONSO DOMINGUEZ (UERJ)
& CLAUDIO CEZAR HENRIQUES (UERJ / ABRAFIL)**

RESUMO

Aos estudos filológicos e dialetológicos desenvolvidos no Brasil, antes mesmo da existência de uma ciência linguística, juntaram-se, na segunda metade do século passado, as pesquisas sociolinguísticas, que hoje se constituem também como um importante instrumento de compreensão da realidade linguística brasileira. Pela história, tenta-se compreender a origem das diferenças entre as variedades do português; pela identificação de distinções regionais e sociais, tenta-se mapear em extensão e profundidade a diversidade da língua portuguesa no país; pelo reconhecimento dessas pesquisas, o ensino de língua portuguesa se amplia e democratiza; e em todos os casos, a contribuição de Antenor Nascentes é incontestável. Nesse sentido, nossa homenagem ao ilustre pesquisador e professor se faz pelo levantamento de algumas questões ainda hoje caras ao debate linguístico, cotejando-as com as reflexões de Nascentes sobre os temas. Desse modo, pretendemos não só contribuir com a divulgação de suas ideias, mas principalmente reconhecer o pioneirismo e a amplitude de sua produção.

PALAVRAS-CHAVE: Antenor Nascentes; língua portuguesa; pesquisa; ensino.

Os estudos dialetológicos e sociolinguísticos no Brasil, apesar de recentes se comparados a outros países, constituem sólidas pesquisas. Desde meados do século passado, quando se estabeleceu através do decreto 30.643, de 20 de março de 1952, como principal finalidade da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa a elaboração de um atlas linguístico brasileiro, surgiram projetos de mapeamento regional em diversas universidades brasileiras, cujos resultados se agrupam no Projeto ALIB (Atlas Linguístico do Brasil), ainda em andamento. No mesmo impulso, foram iniciadas na década de 70, pesquisas como as realizadas pelo PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua) e pelo NURC (Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana

Culta no Brasil), que hoje servem de fonte a maioria de estudos variacionistas brasileiros. Essa história, no entanto, se inicia algumas décadas antes e tem em Antenor Nascentes um de seus fundadores e desenvolvedores. Em edição dedicada a este filólogo, dialetólogo e professor, propomos neste ensaio visitar algumas questões referentes à história, à variação e ao ensino de língua portuguesa, para demonstrar a amplitude intelectual e a relevância pioneira de nosso homenageado para os debates linguísticos no país.

Data de 1922 a primeira edição de *O Linguajar Carioca*, obra na qual Nascentes propõe uma divisão de áreas linguísticas dos falares brasileiros (amazônico, nordestino, baiano, mineiro, fluminense e sulista), ainda hoje utilizada para as delimitações fronteiriças.

Entre os dialetos regionais¹. São também de sua autoria os dois volumes das *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil* (1958 e 1961), nos quais aponta as dificuldades para a realização do atlas (longas distâncias, falta de estradas, falta de pesquisadores preparados e dificuldade de financiamento), propondo como ponto inicial mais apropriado a produção de atlas regionais, bem como as diretrizes gerais para a pesquisa de campo, através da orientação de escolha dos pontos, dos sujeitos e da elaboração do questionário linguístico a ser aplicado. É, portanto, a partir de seu trabalho que se constituem os projetos listados a seguir:

Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB) - 1963

Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (EALMG) - 1977

Atlas Linguístico da Paraíba (ALPB) - 1984

Atlas Linguístico de Sergipe (ALS I) - 1987

Atlas Linguístico do Paraná (ALPR) - 1990

Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS) - 2002

Atlas Linguístico Sonoro do Pará (ALISPA) - 2004

Atlas Linguístico de Sergipe II (ALS II) - 2005

Atlas Linguístico de Mato Grosso do SUL (ALMS) - 2007

Atlas Linguístico do Estado do Ceará (ALECE) - 2010

Além das contribuições diretas para a criação da dialetologia brasileira, gostaríamos de ressaltar ainda a influência de seu trabalho para o próprio desenvolvimento do pensamento linguístico no país. Se hoje já não é mais ponto de disputa o reconhecimento de que a variação em língua portuguesa ocorre em função de diferentes parâmetros no que tange os dialetos

1- *O Linguajar Carioca* teve uma reedição em 1953 e está disponível em versão digitalizada que integra a coleção da Biblioteca da Universidade da Califórnia, como mostra a ilustração.

(geográficos, sociais, etários, de gênero) e registros (graus de formalidade, modalidade e sintonia), atingindo todos os níveis do sistema (fonético, fonológico, morfológico, sintático, lexical e discursivo), devemos isso a um grupo pioneiro de estudiosos da língua, no qual se inclui Antenor Nascentes. São desse grupo os primeiros passos em direção ao entendimento de que a oralidade não manifesta imperfeitamente o padrão da escrita, constituindo apenas uma modalidade da língua; é ele que, a partir disso, reconhece as peculiaridades do Português Brasileiro (PB) – e não do “português no Brasil” – como normas distintas do Português Europeu (PE).

Só a partir desse reconhecimento conseguiu-se viabilizar os estudos da variação diatópica do português, que hoje podem enumerar as diferenças entre as variantes brasileira e europeia manifestadas nos diversos níveis do sistema, dentre as quais citamos aqui três exemplos a título de ilustração: as múltiplas realizações de /R/ e /S/ em coda silábica no PB ([r], [r̥], [ɾ], [h], [ø], / [s], [ʃ]) em comparação à realização única [r], [ʃ] do PE; as distintas opções de derivação (fumar > fum-ANTE no PB e fumar > fuma-DOR no PE); a tendência brasileira ao preenchimento do sujeito e à anulação do objeto, enquanto a norma portuguesa mantém a relativização de preenchimento do sujeito e a forte presença do objeto, conforme o padrão histórico *pro-drop* do sistema da língua portuguesa.

Da constatação dessas diferenças, desdobraram-se duas questões sobre as quais os linguistas deste século ainda debatem e sobre as quais Nascentes já refletia: se a língua portuguesa chega ao território brasileiro através dos portugueses, onde se terão fundado tais diferenças? Se a língua dos dois territórios tem sistematicamente se distanciado, trata-se de variantes de uma mesma língua ou já podemos considerá-las línguas distintas? Estamos agora diante do Nascentes filólogo.

No que tange à primeira delas, podemos considerar que há apenas algum consenso sobre as fases pré e proto-históricas da língua, em que sua origem é estabelecida nas formas mais usuais da língua latina (denominadas Latim Vulgar), desenvolvendo-se a partir da expansão e dos contatos linguísticos em um Latim Lusitânico e, posteriormente, Visigótico, até se constituírem em um sistema já não mais ligado ao latino, denominado – ainda que insatisfatoriamente – galego-português. Só em 1214, quando Portugal se estabelece como nação é que efetivamente começa a história da Língua Portuguesa². E aqui se iniciam também as discussões teóricas que

2- Vale aqui o esclarecimento de que a delimitação dessas fases se estabelece como expediente científico-metodológico que, apesar de respeitar a verificação de padrões linguísticos diferenciados, leva em conta também acontecimentos socioculturais e históricos relevantes.

relacionaremos ao pensamento de nosso homenageado.

O primeiro momento efetivamente histórico da LP, o qual se estende até 1536, denomina-se período arcaico. Dados desse período são o “Testamento de D. Afonso II” (1214) e a “Notícia do Torto” (antes de 1211)³, nos quais se observam irregularidades ortográficas como em “caualleiro: caualero “ ou ainda na tentativa de reprodução das palatais /λ/ e /η/, já existentes nesse momento, em “ll” e “ly”; “nn” e “ny”. As irregularidades ortográficas marcantes dessa primeira fase histórica fizeram com que alguns autores a subdividissem em dois momentos, a partir da regularização de determinados elementos: a concretização da consonantização de ‘i’ e ‘u’ em posição de *onset* silábico para ‘j’ e ‘v’; a padronização de -om e -am para -ão; e a ocorrência de proparoxítonas, raras até então. Independentemente da subdivisão (não consensual entre os estudiosos, que também divergem quanto a datas e características), se as caravelas portuguesas aportam pela primeira vez no Brasil em 1500, a Língua Portuguesa que aqui chega tem os traços do final dessa fase arcaica.

Ao aportarem, havia em terras brasileiras um número estimado de seis milhões de índios, falantes de 300 línguas, divididas em 2 troncos principais: o macrotupi e o macrojê (SILVA, 2004 e CASTILHO, 2010). A eles se juntaram, além dos portugueses, algo em torno de dezoito milhões de africanos trazidos como escravos durante o período colonização, cujas diversas línguas se dividiam entre o banto, o iorubá e outras. Trata-se, portanto, de uma sociedade majoritariamente não branca, em que conviviam diversas línguas.

Atentando para nossa história de formação, Nascentes lembra que o início da colonização do Brasil aconteceu depois do primeiro quartel do século XVI e que, a partir de então, “colonos portugueses, índios e africanos escravizados e seus descendentes puros ou mestiços começaram, cada qual a seu jeito, a introduzir na língua portuguesa modificações que determinaram com o andar do tempo a constituição de uma variante” (1965: 250). Assim, do cruzamento desses falares, além de uma língua geral (de base tupi, utilizada comercialmente), foi criado um português crioulo (de base irregular, forjado do contato entre a senzala e a casa grande). E é a partir desse contexto que o debate da linguística atual sobre a origem das distinções entre PB e PE se polarizou entre a hipótese da criouliização prévia e da deriva linguística.

A criouliização prévia foi levantada como hipótese, ainda no séc. XIX, por Adolfo Coelho e se fundava nas aproximações entre aspectos das

3- Em 2002, a comunidade científica foi informada da descoberta do texto *Notícia de Fiadores* (de 1175), considerado por alguns o mais antigo texto não literário português, de autoria “moral” de Paio Soares de Paiva. O assunto é controvertido, mas cabe aqui a menção.

variantes brasileiras e os crioulos de base portuguesa. Apesar de apresentar atualmente poucos defensores, essa teoria voltou a ser discutida nos anos oitenta pelo sociolinguista americano Gregory Guy (*apud* CASTILHO, 2010). Para defender a retomada dessa hipótese, o teórico utiliza como argumento a existência da variante simplificada de concordância verbal e nominal no PB, para a qual não haveria referência em nenhum momento da história da língua. De acordo com a proposta, a realização de variantes como “As meninaø” e “Eles comeø” está baseada no que era padrão desse português crioulo, sem marcas de concordância entre elementos do sintagma nominal e do verbo com seu argumento externo. Esse seria então o padrão mantido até o séc. XIX, quando o forte processo de relusitanização teria introduzido um novo padrão (com elementos morfológicos de concordância marcados), passando, assim, a ausência de marca a constituir com ele uma variação em contextos de menor saliência fônica, conforme observamos no PB atual: “Os meninoø”/“Os ovos”; “Eles comeø”/“Eles vieram”.

A partir dos anos 90, rebatendo tais argumentos, linguistas como Anthony Naro e Marta Scherre passam a construir a defesa da hipótese da deriva linguística, que teve Câmara Jr. como um dos precursores. Nessa perspectiva, a língua portuguesa do Brasil e de Portugal se distinguem porque estão em territórios distintos, em sociedades distintas e, assim, naturalmente, não “evoluíram” de maneira equivalente. O PB seria a deriva natural do português arcaico aqui desembarcado em 1500 e, desse modo, a pergunta que mais caberia – segundo Silva (2004) – seria por que o PE não seguiu o mesmo caminho?

No entanto, uma reformulação da tese da criouliização tem sido mais recentemente construída. Nela, Baxter e Lucchesi (1997) defendem a criouliização de modo fatorizado (não mais generalizado), levando em conta a sócio-história e a demografia de determináveis locais de maciça presença africana e/ou indígena.

Para que os debates chegassem a tal ponto na sociolinguística atual, foi necessário que ao menos três questões já tivessem sido encaminhadas: o que é dialeto? o que é um dialeto crioulo? o PB é um dialeto do PE? Mais uma vez, as palavras de Antenor Nascentes reverberam pioneiramente.

Reconhecendo as diferenças entre o PB e o PE, Nascentes (1953, p. 16-17) pergunta:

Que nome dar ao português falado no Brasil?

Leite de Vasconcelos colocou-o entre os dialetos ultramarinos do português. Reconheceu que a denominação de dialeto iria ferir nossos melindres nacionais.

Relacionando a conceituação de dialeto à caracterização do PB frente ao PE, o estudioso prefere, entretanto, outra denominação e, com isso, fortalece o caminho de reconhecimento do “falar brasileiro” como uma variedade da língua portuguesa:

Com o progresso da ciência, não é mais possível hoje em dia aceitar a denominação dada por Leite de Vasconcelos.

Dialeto, segundo Marouzeau, é a forma especial tomada por uma língua num dado domínio.

Define-se por um conjunto de particularidades tais que seu agrupamento dá impressão de fala distinta das falas vizinhas, a despeito do parentesco que as une.

Nesta definição se enquadra, como faz crer Paiva Boléo, no domínio da nossa língua, o mirandês, ao passo que o minhoto, o beirão e o algarvio (acrescentemos o brasileiro) serão simples falares.

Mas, que vem a ser falar?

Falar, segundo o mesmo Marouzeau, é um conjunto de meios de expressão empregados por um grupo no interior de um domínio linguístico.

É muito difícil, como observa Paiva Boléo, estabelecer distinções objetivas entre dialeto e falar, mas, em todo caso, há menos inconveniente em chamar falar do que em chamar dialeto. (Ibidem, p.17)

Na mesma obra (p.15), Nascentes se manifesta ainda sobre a questão do dialeto crioulo:

Mesmo assim, o português do Brasil não é o que em filologia românica se chama um dialeto crioulo.

Dialeto crioulo é uma linguagem formada por palavras europeias com gramática de povo selvagem ou bárbaro.

Dialetos crioulos do português são o indo-português, o cingalês, o macaísta, o timorense, o caboverdiano, o guineense, a língua do golfo da Guiné e o das costas da África.

Nestes dialetos, “a estrutura morfológica, sobretudo, tem um aspecto muito distinto da do românico, como tosca adaptação desta a um pensar linguístico de índole muito diferente” (Meyer Lübke).

Além das reflexões sobre a origem, a verificação das diferenças entre PB e PE colocou em pauta a discussão sobre a unidade do português, que levou a três caminhos: a identificação o PB como variante do PE; os usos dos dois territórios como variantes da mesma língua; ou como duas línguas. Sobre essa questão, o momento histórico e linguístico tem bastante impacto.

Como referido no início deste trabalho, as primeiras publicações dialetológicas no Brasil datam da década de 20, quando aflorava o

movimento cultural que se pautava na demarcação da identidade cultural e linguística do país, cujo marco principal foi a Semana de Arte Moderna de 1922. As várias denominações criadas nesse contexto davam conta das orientações nacionalistas ideológicas para o reconhecimento de uma “língua brasileira”. Entre filólogos-linguistas da época, entretanto, a identificação das peculiaridades da variante brasileira frente à portuguesa foi tratada de maneira mais cautelosa, neutralizando-se a fundamentação política da questão. É nesse contexto que Nascentes publica, em 4 volumes, *O idioma nacional* (1929). Como o próprio título indica, trata-se de assumir a realidade linguística brasileira como diferente da portuguesa, sem, entretanto, imputá-la ao lugar da alteridade absoluta.

Na última versão da obra, o capítulo final tem o título “O Português do Brasil”. Praticamente dez das onze páginas desse capítulo enumeram didaticamente as características do português do Brasil. Cinco páginas mostram as diferenças fonéticas entre o PB e o PE, e outras três abordam peculiaridades da morfologia e da sintaxe. Ao final do capítulo o autor apresenta contrastes e convergências entre as modalidades do português, incluindo umas pequenas notas sobre traços praticados nos países africanos de língua portuguesa.

É interessante observar como as características apontadas por Nascentes são, ainda hoje, referência para os estudos do PB. Se tomarmos em consideração a língua falada de pessoas com escolaridade, talvez tenhamos material suficiente para uma boa pesquisa a respeito da realidade linguística brasileira.

Neste ponto, gostaríamos de advertir que os estudos comparativos entre “camadas de falares” de um idioma nem sempre tomam o caminho adequado da pesquisa. Celso Cunha, nas “Considerações Prévias” do livro *Que É um Brasileirismo* (1987), citando Eugenio Coseriu, aponta como algo muito negativo o fato de que “a imensa maioria desses estudos (sobre o português do Brasil) estabelece paralelos entre os fenômenos ocorrentes nos falares das classes americanas mais humildes e incultas e os que se documentam na língua comum e, mesmo, na norma culta europeia” (p. 19).

Na verdade, apenas no final do século passado, começou a haver uma preocupação com a descrição dos usos orais das pessoas com maior nível de escolaridade. Dentro do critério comparativo de “camadas” diferentes, “chegaríamos sem dúvida a conclusões muito diferentes daquelas que nos costumam apresentar, e veríamos certamente reduzir o número dos chamados brasileirismos, termo de cuja polissemia em geral não se dão conta os que dele se servem” (*Ibidem*, p. 19).

Com a difusão e o aprofundamento dos estudos linguísticos no país,

podemos já há algum tempo nos posicionar mais claramente frente à questão. Hoje, é praticamente consensual (há alguns poucos defensores da existência de uma língua brasileira) o reconhecimento de que brasileiros e portugueses compartilham a mesma língua, realizando-a por normas distintas, como português brasileiro e português europeu. Vale aqui o apontamento de que essas diferenças se impõem não só às variedades dialetais internas aos dois territórios, mas também à norma padrão dessas sociedades. E aqui reside mais um ponto de debate que ainda hoje divide linguistas e gramáticos: que língua ensinar na escola?

Respostas variadas têm sido dadas à questão. Embora ainda haja radicalismos nos dois polos do debate, ora considerando que o ensino deve se pautar nas variedades populares, ora na tradição literária, a grande maioria de estudiosos da língua – incluindo-se linguistas e gramáticos – assume a posição de que o ensino deve se pautar nos usos socialmente aceitos como a norma padrão do PB, concebida como uma entre as muitas normas que compõem nossa língua. Nesse sentido, temos em *O Idioma Nacional da Escola Secundária* (1935), um exemplo contundente do pioneirismo de Nascentes – agora, o professor. No capítulo introdutório da obra, dirigida a professores de português do Ensino Básico, nosso homenageado coloca-se da seguinte maneira:

Na pronúncia, no vocabulário, na construção da frase, divergimos muito do falar de Portugal.

Dentro de nosso falar, como aliás em toda parte, a língua popular é diferente da culta e na própria língua culta a falada fica muito longe da escrita.

[...]

Repitamos com Macedo Soares: Já é tempo de os brasileiros escreverem como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal (Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa).

[...]

Divergindo as línguas nos dois países, é claro que a gramática também divergirá e portanto o critério de correção gramatical.

A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e método diversos.

A verdade é que, corrigindo-nos, estamos de fato a mutilar sentimentos e ideias que nos são pessoais.

Já não é a língua que apuramos, é o nosso espírito que sujeitamos a servilismo inexplicável. (NASCENTES, 1935: 13-14).

Na cronologia das obras de Nascentes, o título *Idioma Nacional*

aparece em variadas feições. Primeiro, numa série de quatro tomos publicada entre 1926 e 1928, com reedições até 1942. Depois, no volume do qual transcrevemos o trecho acima, também denominado tomo V, com duas edições. Mais adiante, em 1944, o título reaparece em dois pares, chamados Gramática e Antologia, um para o ginásio, outro para o colégio. Por fim, há ainda o livro que foi publicado em 1937 como uma síntese dos três primeiros volumes, mantendo apenas o título *Idioma Nacional*, e que teve cinco edições, com modificações e atualizações, tendo a edição de 1960 (a 4ª) a anotação de estar “de acordo com a nomenclatura gramatical brasileira”, o que se repetiria na última edição, que sairia em 1965.

Esse pequeno histórico testemunha a importância de sua obra – tanto no que diz respeito ao apontamento das particularidades do PB, quanto na repercussão da diversidade para o ensino – e como foi extensa sua influência na formação de algumas gerações de alunos, professores e pesquisadores no Brasil. Nascentes foi – e é – uma referência nos estudos de língua portuguesa. Não estudar sua obra é uma falha na formação de qualquer profissional de nossa área, e não se reeditarem seus principais livros, um ponto inconsolável da nossa nação.

REFERÊNCIAS

- BAXTER, Alan & LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil. In: *Estudos Linguísticos e Literários*, n.º 19, 1997, pp. 65-83.
- CASTILHO, Ataliba. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CUNHA, Celso. *Que é um brasileiro?* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.
- NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.
- _____. *O Idioma Nacional*. Rio de Janeiro: Livraria Machado, 1929, 4v.
- _____. *O Idioma Nacional*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1965.
- _____. *O Idioma Nacional da Escola Secundária*. São Paulo: Melhoramentos, 1935.
- SILVA, Rosa V. M. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

ENSAIOS

LITERATURA E VIAGENS A SANTUÁRIOS LITERÁRIOS

ANA LUCIA DE SOUZA HENRIQUES¹

RESUMO

Neste trabalho tratamos da interessante relação que se pode estabelecer entre a produção literária e as pretensões turísticas de seus leitores, que muitas vezes são motivados a escolher seus roteiros de viagem sob a influência de leituras de obras da literatura. Nosso foco é a literatura escocesa, sobretudo James Macpherson e Walter Scott, dois escritores que provocaram no público a curiosidade de conhecer os lugares presentes em suas obras e os lugares relacionados a suas histórias de vida.

PALAVRAS-CHAVE: comparativismo - literatura escocesa - turismo literário.

É nosso objetivo que este ensaio seja o primeiro de uma série em que iremos tratar de como escritores e obras literárias acabam por exercer também o papel de agentes de viagem.

Literatura e viagem sempre estiveram intimamente ligadas, estabelecendo entre si uma relação de circularidade, um processo de retroalimentação, pois uma obra literária tanto pode levar o leitor a partir em viagem como uma viagem pode levar o viajante à escrita de uma obra.

Muitas vezes, uma obra literária – quer seja um relato de viagem, um romance ou um poema – desperta no leitor o ávido desejo de conhecer determinados locais relacionados ao seu conteúdo. Isto é, a experiência vivida através da leitura suscita no leitor a vontade de se deslocar, de partir em viagem em busca, não exatamente de novos descobrimentos, mas do reconhecimento, da verificação *in loco* de imagens ou paisagens delineadas em sua imaginação a partir da ótica apresentada na obra literária, elemento responsável pelo despertar daquele desejo. Além disso, cabe ressaltar que esse tipo de turista, não raro, anseia por refazer o percurso de personagens cuja história representa a razão de ser de sua viagem. Lembremos ainda que a admiração por um escritor e o conjunto de sua obra também serve como força motivadora para a escolha do destino de viagens, que se tornam verdadeiras peregrinações aos

1- Professora Associada do Instituto de Letras da UERJ: alshenriques@gmail.com

“santuários” ligados a nomes deste ou daquele encantador de leitores.

A literatura escocesa não foge a essa regra, pois há muito que atrai a visita de escoceses e de estrangeiros a lugares relacionados tanto a seus escritores famosos quanto a suas obras. Grande parte dos turistas, que poderíamos chamar de turistas literários, chega, portanto, à Escócia com uma imagem pré-concebida do país e de seu povo. Isso acontece porque, em suas leituras, incorporam imagens tais quais elas lhes são apresentadas, sem levarem em conta as escolhas feitas pelo escritor na construção daquele determinado desenho.

Vejamos, a seguir, um primeiro momento na linha de tempo da história da literatura escocesa, que se situa no século XVIII, do qual destacaremos um escritor e sua obra para darmos início a nossa discussão a respeito de nomes que prestaram significativa contribuição para a divulgação da Escócia como um local de turismo.

Trata-se de James Macpherson (1736-1796) e de suas canções ossiânicas. A escolha se deve ao fato de que suas obras causaram um impacto imediato e permanente, pois colaboraram de forma definitiva para fortalecer uma determinada imagem da Escócia e para estabelecer uma linha de continuidade de pensamento, que ainda se faz presente em nossos dias. O enorme sucesso alcançado pela obra de Macpherson originou um grande interesse pelos celtas de outrora e pela beleza pitoresca das *Highlands* escocesas.

Em *Going on Holiday: Scotland's Past in Action*, Eric Simpson tece os seguintes comentários relativos ao turismo no país no século XVIII:

Foi no século XVIII que o turismo começou a causar algum impacto na vida dos escoceses. O impulso para que isso acontecesse surgiu de duas direções diferentes. Um delas levou à criação de estâncias hidrominerais com tratamentos para saúde (...). O outro levou a imagem da Escócia aos olhos do público como uma terra de romance e beleza pitoresca. James Macpherson causou sensação com suas “traduções”, cujos originais alegava serem épicos de Ossian, antigo bardo gaélico. Obras como *Fingal*, de 1761, geraram muito interesse nas *Highlands* e na antiga cultura celta.

Mais do que ninguém, foi Sir Walter Scott que, por meio de suas obras, tanto em verso quanto em prosa, transformou a Escócia num destino turístico. (1997, p. 24)

Concordamos com Simpson quando afirma que a literatura escocesa passa a exercer o papel mais efetivo de agente de viagem a partir da publicação de obras scottianas. Contudo, neste primeiro ensaio, não poderíamos deixar de focalizar James Macpherson e sua obra, pois acreditamos tratar-se de uma figura singular, uma das primeiras e mais significativas vozes que anunciam

a chegada do Romantismo à Escócia num momento em que o país estava em busca de suas origens, de resgate de seu passado.

James Macpherson, que colecionava poemas antigos em gaélico, no prefácio de *Fragments of Ancient Poetry collected in the Highlands of Scotland and translated from the Gaelic or Erse language*, obra em que apresenta quinze pequenos poemas, afirma que grande parte da poesia celta ainda estava por ser coligida, inclusive um poema épico escocês.

O público pode acreditar que os fragmentos apresentados são remanescentes genuínos da antiga poesia escocesa. A data de sua composição não pode ser afirmada com exatidão. A tradição, onde foram escritas, as relaciona a uma era da mais remota antiguidade. Essa tradição é comprovada pelo espírito e pela força dos próprios poemas, que transbordam com idéias e pintam costumes que pertencem ao mais remoto estado da sociedade.

(...)

Embora os poemas agora publicados apareçam como peças destacadas de uma coleção, existem evidências que levam a crer que muitos deles eram originalmente episódios de uma obra maior relacionada a guerras de Fingal. Ainda existem, a respeito desse herói, inúmeras tradições nas *Highlands* escocesas. A história de Ossian, seu filho, é conhecida por muitos.

(...)

Não resta dúvida de que esses poemas sejam creditados aos Bardos, a uma raça de homens muito conhecidos através dos séculos na Irlanda e no norte da Escócia. Todo chefe ou homem importante tinha, em sua família, um bardo ou poeta, cujo ofício era registrar em verso as ações ilustres daquela família. Por meio da sucessão desses Bardos, tais poemas foram passados de geração em geração; alguns em manuscritos e outros pela tradição oral. E a tradição, num país tão livre de misturas com estrangeiros, com um povo muito ligado à memória de seus ancestrais, preservou muitos desses poemas em grande parte inalterados até hoje. (GASKILL, ed., 1996, p. 5)

O sucesso de *Fragments* foi imediato e a idéia de que existiria um poema épico de fundação composto em gaélico por Ossian, poeta cego que teria vivido no século III, agradou imensamente. A possível descoberta de tal obra viria satisfazer interesses nacionalistas e estabelecer uma herança literária escocesa. Essa reação favorável se deve, em parte, ao fato de Ossian ser tomado por muitos escoceses como o último vestígio de uma cultura perdida.

Seus poemas tratam dos feitos heróicos de Fionn² e sua gente. Macpherson fez desse o tema do épico *Fingal*, procurando assim resgatar uma sociedade distante, que ele queria como aquela que guardasse toda a pureza e vigor dos antigos habitantes da Caledônia, ou seja, da Escócia.

Essas obras teriam rápida repercussão internacional e causariam também longas polêmicas quanto à autenticidade de seus textos. Muitos acreditavam na hipótese de Macpherson ser o seu autor, e não seu tradutor, como afirmava. O primeiro poema a ser publicado, em 1761, é *Fingal: um poema épico em seis livros – junto com vários outros poemas compostos por Ossian, o filho de Fingal* (*Fingal: An Ancient Epic Poem in Six Books – Together with Several Other Poems Composed by Ossian the Son of Fingal*). Devido ao grande sucesso, um mês após essa primeira publicação, foi lançada uma segunda edição, idêntica à primeira. *Fingal* foi seguido de *Temora*, publicada em 1763, sendo o título completo da obra: *Temora: um poema antigo em oito livros – junto com vários outros poemas compostos por Ossian, o filho de Fingal* (*Temora: An Ancient Epic Poem in Eight Books – Together with Several Other Poems Composed by Ossian the Son of Fingal*). Apesar da excelente receptividade, essas duas publicações tiveram preços elevados. Em 1765, porém, seria lançada uma edição mais “popular” desses dois volumes, sob o título de *As obras de Ossian* (*The Works of Ossian*).

Fiona Stafford, na introdução que escreve para a edição dos poemas de Ossian, organizada por Howard Gaskill (1996), afirma que o sucesso alcançado pelas “traduções” de Macpherson, não levando em consideração a dimensão política, deve-se principalmente ao fato de ele ter conseguido combinar dois ideais estéticos aparentemente contraditórios. Ou seja, a tradicional visão neoclássica da epopeia – como a mais elevada forma de poesia – com a originalidade, a individualidade e a composição espontânea, características que aproximam suas “traduções” de um público leitor moderno que admira não apenas a coragem e a austeridade como virtudes primitivas, mas também a melancolia do poema *Elegy Written in a Country Churchyard*, de Thomas Gray.

Ainda segundo Fiona Stafford, mesmo que *Fingal* possa não ser uma tradução direta de poemas em gaélico que tivessem permanecidos intactos desde o século III, não devemos considerá-lo como uma imitação ou algo forjado, devido ao fato peculiar de que Macpherson se encontra na confluência entre duas culturas muito diferentes. Em primeiro lugar, por ser proveniente das terras altas da Escócia, um *Highlander*, ele possui a liberdade de tomar como fonte histórias que pertencem à tradição oral e recriar, a partir delas, suas

2- Chamado de *Fingal* por Macpherson. Cf. SCOTT, 1805, vol. VI, p. 429.

próprias versões. Em relação a diferentes versões de determinadas poesias, Stafford lembra que era comum nas terras altas atribuírem-se poemas a Ossian sem que houvesse muita preocupação relacionada às questões de transmissão e apropriação. Em segundo lugar, a formação universitária de Macpherson faz com que ele compartilhe a ideia de seus patronos de que a poesia antiga escocesa composta em gaélico teria sobrevivido como o resultado da geografia local. Essa poesia teria semelhanças com aquelas da Grécia de Homero. Assim, Stafford conclui que o Ossian de Macpherson é um texto que não pertence nem à cultura gaélica nem à cultura inglesa, e só pode ser entendido como uma tentativa de mediação entre as duas (Idem, p. xiv e xv).

A respeito do sucesso alcançado pelos poemas de Ossian na “tradução” de Macpherson, podemos dizer que não foram só os escoceses que se deixaram encantar com essa obra. Madame de Staël e Ferdinand Wolf também o compararam a Homero (Cf. HOBBSAWM & RANGER, 1995, p.18). Em sua correspondência sobre poemas antigos, Johann Gottfried Herder se refere a Ossian, lembrando que essas composições devem ser consideradas “o encantamento, a mola motriz, a eterna canção herdada e a canção de alegria do povo, acreditando que sejam setas do selvagem Apolo, unindo almas e memórias” (ROSENFELD, 1991, p. 34).

Em uma carta escrita para Horace Walpole, em abril de 1760, logo após a publicação de *Fragments*, Thomas Gray afirma estar encantado com os poemas de origem celta contidos nessa publicação. (Cf. DAICHES, 1993, p. 207).

Em “The Response to Ossian”, Fiona Stafford também comenta a maneira positiva com que Gray reagiu ao tomar conhecimento dos poemas de Macpherson. Segundo ela, as reações iniciais de Gray não sofreram a influência das muitas contestações surgidas após a publicação de Fingal e de Temora. Entretanto, ainda no verão de 1760, Gray já demonstrava estar dividido entre sua admiração pela poesia e suas dúvidas quanto à questão da autenticidade. Vejamos a afirmação de Gray a esse respeito:

Os Fragmentos da Poesia Erse foram publicados há cinco semanas na Escócia... Eu continuo a acreditar que sejam genuínos, embora minhas razões para pensar o contrário estejam cada vez mais fortes: mas tomo os poemas como antigos, pois eu nunca conheci um escocês contemporâneo meu, que pudesse escrever, muito menos, ler, poesia; & essa poesia também! (**apud.** STAFFORD, 1988, p. 163).

Ao comentar a afirmação do poeta inglês, Stafford ressalta a presença

de um duplo olhar diante dos poemas de Macpherson, pois o poeta, ao mesmo tempo em que demonstra sua admiração, também revela seu preconceito nacionalista em relação aos escoceses.

Dentre os escritores americanos que se pronunciaram contra manifestações preconceituosas a respeito da obra de Macpherson defendendo a beleza de seus versos, figura o nome de Edgar Allan Poe. Ao tratar do tema “poesia e poetas” em uma correspondência, Poe tece comentários críticos acerca de afirmações feitas por William Wordsworth quanto à falta de qualidade poética dos poemas publicados por Macpherson. Segundo Poe, a crítica negativa apresentada pelo poeta inglês não se justifica, pois os versos citados por Wordsworth para comprovar o seu argumento servem para mostrar exatamente o oposto. Vejamos esta passagem da carta:

Mais uma vez: calcular o mérito de alguns dos poemas levando em consideração se eles são de Ossian ou de Macpherson é certamente muito pouco produtivo, mas, com o objetivo de provar sua péssima qualidade dos versos, o Sr. W. gastou páginas e páginas com controvérsias. *Tantoene animis?* Será possível que grandes mentes se rebaixem a tais absurdos? Contudo, pior do que derrubar todos os argumentos favoráveis a esses poemas, em tom de triunfo, ele (Wordsworth) apresenta uma passagem que abomina, esperando que o leitor simpatize com sua opinião. Trata-se do começo do poema épico *Temora*. (...) E esse – belíssimo, mas simples, conjunto de imagens – em que tudo está vivo e palpitando com imortalidade – que nem a terra nem o paraíso possuem nada de mais grandioso e belo – esse conjunto – William Wordsworth, o autor de Peter Bell, *selecionou* para dignificar o seu descaso imperialista. (POE, 1999, p. 101)

Como podemos observar, o sucesso alcançado pela poesia gaélica apresentada em língua inglesa por James Macpherson ultrapassou as fronteiras escocesas e britânicas. A abrangência da repercussão de sua obra pode ser comprovada pelas diversas traduções que, desde então, recebeu para diversos idiomas, tais como: italiano, francês, alemão, polonês, russo, espanhol e húngaro.

Em língua portuguesa, poemas inteiros, ou fragmentos deles, tiveram como tradutores, dentre outros Bocage, José Bonifácio de Andrade e Silva, Soares Passos e Francisco Otaviano. Este último traduziu *Os cantos de Selma*, em edição de apenas sete exemplares, destinados a leitores previamente escolhidos. Um dos contemplados foi José de Alencar, que menciona o bardo celta em três de suas cartas (sexta, sétima e oitava) sobre *A Confederação dos*

Tamoios como um dos grandes poetas cuja poesia retrata as coisas de seu país (ALENCAR, 1960).

Para que possamos melhor compreender o impacto causado pela poesia de Macpherson em seu público leitor, destacamos o segundo canto do poema *As Canções de Selma*³, na tradução de Francisco Otaviano.

Nessa canção, a jovem Colma espera pela chegada de seu amado Salgar sozinha nas montanhas durante a noite. Ambos haviam planejado fugir para juntos viverem uma história de amor proibida, pois, como Romeu e Julieta, pertencem a famílias inimigas. No canto selecionado observamos a força das imagens construídas a partir da descrição da natureza e da relação que esta estabelece com o sofrimento de Colma.

O LAMENTO DE COLMA (*Cântico de Minnona*)

“Que negra noite! neste escuro outeiro
Eis-me só, confrangida pelo susto.
Cobrem o céu as nuvens da procela,
Mugem os ventos da montanha em roda.
Ouço o escorrer das águas pela rocha,
 Sozinha, abandonada,
Nada restou que me dê abrigo.

“Astro da noite, ó lua, ergue-te ao menos,
Deixa do monte o verde-negro seio.
Entretecei o céu, alvas estrelas.
Benéfico luar me leve ao pouso
Solitário, em que o amante fatigado
 Por ventura descanse,
Arco no chão, rafeiros seus ao lado.

“Ai! mesquinha de mim! desamparada,
Aqui a noite passarei: reboam
Mais forte ainda os ventos e os regatos,
Oh! por que tardas, Salgar? a torrente,
O alcantil, a árvore, te acusam:
Eis-me aqui: onde estás? responde, amigo.
 Em vão! que me não ouves,
Ou não posso te ouvir se me respondes.

“O irmão, o pai, deixei por ti, fugi-os:

3- Selma – palácio de Fingal, Rei de Movern.

A guerra desuniu nossas famílias,
 Mas nossos corações, embora, se unem.
 Cessai, torrentes, serenai, ó ventos,
 Deixai que o amado minha voz escute.
 Salgar? eu, que te chamo,
 Eu, tua Colma que te espera: oh! corre.

“Consoladora lua, enfim, despontas!
 Brilha no vale a onda: descerrados,
 Cinzentos, das montanhas vejo os topes;
 Mas onde estais, que te não vejo, Salgar?
 Onde teus cães, das sarças escosidos?
 Ai de mim, desgraçada!
 De companhia não terei o amante.

“Oh! céu! que hei visto! nas estivas próximas
 Sangue... dois corpos... meu irmão... meu Salgar!
 Mortos! seus ferros roxeados ainda...
 Cruel irmão, porque lhe deste a morte?
 Salgar, porque ao irmão a luz roubaste?
 Fios de minha vida,
 Porque, um ao outro, vos cortastes, ímpios?

“Meus cânticos, voai por estes bosques.
 Era Salgar — do outeiro o mais formoso;
 E meu irmão a destra sanguinosa
 Da morte em campo meio de batalha.
 Falai, amigos, respondi-me às vozes.
 Em vão! — que para sempre
 A língua é muda, o coração gelado.

“Sombras queridas, do alto dos rochedos
 Assaz hei destemor para escutar-vos
 Dizei-me a gruta onde pousais agora.
 São mudos! nem sequer ouço um suspiro
 Deles, no meio do estrupir dos ventos!
 De vez em vez apenas
 Meus ais sentidos me devolve o eco.

“Eis-me aqui, pois, a sós com minha mágoa;
 A nova aurora me achará penando.
 Vinde, dos mortos levantar o túmulo,

Fieis amigos; mas deixai que o entre,
 Primeiro que o fecheis, a infeliz Colma:
 Breve sonho, desfez-se-me a existência;
 Quero dormir com eles
 Ao som do arroio que da serra cõa.

“Quando o outeiro, alta noite, em véus se oculte,
 Envolvida em vapor na asa dos ventos
 Aqui virei chorar de ambos a morte:
 O caçador, pousando na cabana,
 Silencioso escutará meu canto,
 E enternecido e triste
 Verterá sobre os dois piedosa lágrima.”
 (apud. HENRIQUES, 2001, p. 290-291)

Ao ler esse poema, o turista literário anseia por visitar os bosques por onde voam os cânticos de Colma à procura de Salgar. Lembremos que, ao partir, esse viajante já leva uma determinada imagem das *Highlands* escocesas em sua bagagem, ou seja, leva consigo a paisagem construída em sua imaginação a partir de leitura do poema de Macpherson. Ao associar o lugar com a obra literária, esse leitor efetivamente contempla um cenário especial em que elementos da natureza estarão para sempre repletos da trágica história de amor recitada por Minnona.

Além de representar um *turning point* na história da literatura escocesa, a obra de Macpherson prestou enorme contribuição para atrair turistas para as *Highlands* em busca de algo mais excitante do que os prazeres da vida simples do campo. Os poemas que publica revelam um emocionante mundo celta, de cenários sombrios cheios de mistério, onde vivem heróis idealizados, que inspiram liberdade. Dessa maneira, suas histórias fazem com que muitos olhares se voltem para a cultura celta do norte da Escócia. As *Highlands* se tornam um destino turístico cada vez mais procurado por viajantes que chegam atraídos não somente a beleza de suas montanhas, mas principalmente para verem de perto as marcas deixadas pela obra Macpherson na paisagem por elas formada.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960.
- DURIE, Alastair J. *Scotland for the Holidays: Tourism in Scotland c1780-1939*. East Linton: Tuckwell Press, 2003.
- GASKILL, Howard, ed. *The Poems of Ossian and Related Works*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1996.
- GLENDENING, John. *The High Road: Romantic Tourism, Scotland, and Literature, 1720-1820*. New York: St. Martin's Press, 1997.
- GOMES, Eugênio. "Ossian e Alencar". *O Estado de S. Paulo*. São Paulo: 6 out. 1956. Suplemento Literário, p. 3.
- _____. "Ossian no Brasil". *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 29 de março. 1958, 1º Caderno, p. 9 e 12.
- HENRIQUES, Ana Lucia de Souza. "Machado de Assis, leitor de Ossian". In: JOBIM, José Luís. *A biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras & Topbooks, 2001, p. 276-302.
- HOBSBAWM, Eric J & TERENCE, Ranger, eds. *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- OTAVIANO, Francisco. *Os Cantos de Selma*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, 1872. *Poesie di Ossian: antico poeta celtico*. Pisa: Presso Nicoolò Capurro. 1817. 4 tomos, 2 v.
- POE, Edgar Allan. "Letter to Mr. - -". In: GRAY, Richard, ed. *Complete Poems and Selected Essays*. London: Everyman, 1999, p. 99-103.
- ROSENFELD, Anatol, org. *Autores pré-românticos alemães*. São Paulo, E.P.U., 1991.
- SCOTT, Walter. "Report of the Committee of the Highland Society on the Poems of Ossian". In: *The Edinburgh Review or Critical Journal*, v. VI, art. XV, Apr./Jul. 1805 – printed for Archibald Constable & Co. (Edinburgh) and Longman Hurst Rees and Orme (London) : p. 429-462.
- SIMPSON, Eric. *Going on Holiday: Scotland's Past in Action*. Edinburgh: National Museums of Scotland, 1997.
- STAFFORD, Fiona. *The Sublime Savage: James Macpherson and the Poems of Ossian*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1988.

Página consultada na internet:

<http://thescotsman.scotsman.com/features/Visual-arts-review-Alexander-Stoddart.5455059.jp>

EM DEZEMBRO DE 2014, CEM ANOS DE ODYLO COSTA, FILHO.

ANTONIO MARTINS DE ARAÚJO - ABRAFIL E UFRJ

RESUMO

Neste ensaio não só nos propomos proceder a um levantamento dos principais momentos da vida operosa, mas sempre ascensional do escritor maranhense Odylo Costa Filho; mas também apreciar as qualidades literárias de suas principais obras ficcionais e memorialistas. Focalizaremos especialmente seu romance *Afaca e o rio* e os sonetos de sua *Poesia completa*, com introdução de Virgílio Costa, editada pela carioca Aeroplano e lançada com debate entre Marcos Vilaça, Alberto da Costa e Silva e Márcio Tavares do Amaral.

PALAVRAS-CHAVE: Ética cristã católica – Maranhão e Piauí – Amor à família e aos deserdados da sorte.

Proposta deste estudo

Um grande homem, como foi Odylo, não morre jamais, porque fica eternizado em suas obras. Essa verdade subjaz no paradoxo de um célebre crítico de arte, segundo o qual “a arte cria uma realidade muito mais real do que a própria realidade.”

Trocando em miúdos, isso quer dizer que, embora a pessoa física dos grandes obreiros de nossa civilização ocidental desapareça com o falecimento de todos eles, suas obras atravessarão os séculos lidas por milhares de criaturinhas de Deus.

Isso posto, neste ensaio não só nos propomos proceder a um levantamento dos principais momentos da vida operosa, mas sempre ascensional, de Odylo, mas também apreciar as qualidades literárias de suas principais obras memorialistas e ficcionais.

As principais fontes nas quais nos abeberamos para escrever este ensaio são os documentos guardados na pasta de Odylo arquivada na Academia Brasileira de Letras, como a cronologia de suas atividades, sua biobibliografia, o discurso de sua posse naquele sodalício e o de seu recipiendário, o acadêmico Peregrino Junior.

A coleta desse precioso material foi-me atenciosamente disponibilizado pela jovem e dedicada bibliotecária Alice Galotti, a quem desejo aqui externar,

alto e bom som, meus agradecimentos. Sem ela, não me seria possível escrever este desprezioso ensaio.

Nele, não só tentarei sintetizar os mais importantes passos de sua vida, como disse anteriormente, mas também fornecer aos possíveis leitores uma visão panorâmica de sua obra, culminada por seu romance *A faca e o rio*.

Minibiografia de Odylo.

Filho do juiz de Direito Odylo Moura Costa e de Maria Aurora Alves Costa, Odylo nasceu em 14/12/1914

Com dezesseis anos transferiu-se com a família para o Piauí, onde Odylo, criança, fez seus estudos primários no Colégio do Sagrado Coração de Jesus, e, adolescente, os secundários no Liceu Piauiense, ambos em Teresina.

A afetividade que dedicou à cidade de São Luís do Maranhão, em que nasceu, estender-se-ia à de Campo Maior, no Piauí, onde nasceu a mulher de sua vida, Dona Maria de Nazareth Pereira da Silva Costa.

Essas núpcias tiveram como padrinhos nada menos que três grandes nomes de nossa literatura, a saber: o romancista Ribeiro Couto, e os poetas Carlos Drummond de Andrade e Manuel de Souza Bandeira.

A partir de 1963, o latrocínio de que foi vítima seu primogênito homônimo, pelas mãos de dois menores infratores no bairro de Santa Teresa, onde residia com a família numerosa (um de treze, outro de quinze anos) começou a sublimá-lo com a catarse advinda da concepção e da escritura de alguns dos mais belos sonetos de nosso idioma.

Entre cerca das vinte obras que editou, encontra-se *Graça Aranha e outros ensaios* (RJ, 1934), as crônicas políticas de *Distrito da Confusão* (RJ, Casa do Estudante do Brasil, 1947); a peça infantil *O balão que caiu no mar* (SNT, 2.º vol. de *Teatro Infantil*), *Meus meninos, os outros meninos* (RJ, Record, 1981) sobre os problemas do menor abandonado e do deficiente físico; os contos de *Histórias de Tomé meu pai e minha mãe Maria* (Lisboa, 1970).

Seus namoros com Portugal, nosso avozinho, resultariam em duas obras suas, a saber: *Retrato Desordenado e Tempo de Lisboa e Outros Poemas* (Lisboa, 1966) e *Declaração de Amor a Portugal* (Lisboa) 1967). Foram gestados, com o conto longo *A Invenção da Ilha da Madeira*, quando respondeu como Adido Cultural de nosso país ali. O nosso imortal tinha uma explicação sincera para tal: “Amar foi o meu fortíssimo segredo”.

Entre suas incursões de amor à sua terra natal, com o selo da Companhia Editora Nacional, saiu em 1971, *Maranhão: São Luís e Alcântara*, com

desenhos de Renée Lefèvre, uma graça de guia turístico e histórico altamente poético.

É, porém, na lírica que Odylo excede. Nada menos quase uma dezena de obras nessa área editou, a saber: *Livro de poemas*, com Henrique Carstens (RJ, 1934); *Oratório de Djanira* (poemas para gravuras), SP, 1970; *Cantiga incompleta* (RJ, 1971); *Notícias de Amor* (RJ, 1973 e 1876); *A vida de Nossa Senhora* (poemas para os desenhos de Nazareth Costa, sua amantíssima esposa (RJ, 1977); *Um solo Amor*, editado em espanhol, em Buenos Aires, em 1877; e, em servo-croata, em Belgrado, em 1987; *Boca da Noite* (RJ, 1979) e SP, 1995); *Anjos da Terra* (ilustrado por Nazareth Costa em 1980; e, finalmente, *Poesia Completa* (RJ, 2011).

Surge o jornalista

Aos quinze anos de idade, estreia Odylo no jornalismo, editando seus escritos no semanário *Cidade Verde*, de Teresina (PI), fundado em 1929.

Em janeiro de 1931, Félix Pacheco levou-o para o *Jornal do Commercio*, onde permaneceria até 1943. Após deixá-lo, fundou e dirigiu o semanário *Política e Letras*. Nesse periódico, foi dedicado colaborador de Virgílio de Melo Franco na criação e nas lutas da União Democrática Nacional.

Foi redator do *Diário de Notícias*; dirigiu o jornal *A Noite* e a Rádio Nacional; e foi ainda chefe de redação do *Jornal do Brasil*, para cujo renascimento colaborou intensamente. Dirigiu ainda a revista *Senhor* e a redação da prestigiosa revista *O Cruzeiro*, vindo a secretariar também o *Cruzeiro Internacional*.

Familiarizado com a redação de tantos jornais e revistas, nos anos de 1952 e 1953, chegou a exercer a crítica literária do *Jornal de Notícias*. Nesse diário, juntamente com Eneida e Heráclito Sales, manteve a seção Encontro Matinal, e, por muitos anos, editou uma crônica diária na *Tribuna da Imprensa*.

Com tanta experiência jornalística adquirida, não é de admirar que tenha sido Secretário de Imprensa do presidente Café filho e dirigido a Rádio Nacional; bem como, por sua competência e conduta ilibada, Superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União.

Em 1965, afastou-se das lides jornalísticas cariocas para assumir a honrosa função de Adido Cultural junto à Embaixada do Brasil em Lisboa. Justo nessa ocasião, caidinho de amor por ela, concebeu o conto longo *A invenção da ilha da Madeira* de que nos ocuparemos mais adiante.

Desponta o ensaísta.

Odylo estreou nas letras ainda em plena adolescência, em 1934, aos vinte anos de idade, com a obra *Graça Aranha e outros ensaios*, saída com o selo da editora carioca Selma. Recorde-se que o maranhense Graça Aranha exigiu da Academia Brasileira de Letras de sua época uma profunda renovação, clamando: “Renove-se a Academia, ou morra a Academia,” fato que fascinou os jovens coevos com sua coragem. Suas obras pioneiras fizeram furor à época.

Em 1964, fez campanha pela revisão do sistema de amparo à criança abandona campanha que resultou na substituição do antigo Serviço de Amparo ao Menor (SAM) pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Infelizmente nem uma nem outra vêm conseguindo resolver esse grave problema nosso. Entre os paradoxos de nossos dias, um menor dezesseis anos tem o poder e a capacidade de eleger nossos representantes, mas continuam inimputáveis até os dezoito anos de idade, ao que parece, um contrassenso.

Namoros com Portugal.

Permanecendo por dois anos em Lisboa, entre 1965 e 1967, como adido cultural de nossa embaixada ali, além de colaborar com artigos em jornais e revistas portuguesas, editou seu romane *A faca e o rio*, acrescido do conto *A invenção da ilha da Madeira*. Note-se aqui a polissemia da palavra “invenção,” significando não só descobrimento, mas também “poesia” no sentido original grego de *poiesis*, isto é: tirar beleza de alguma coisa, provocar deslumbramentos a partir das palavras.

Ao tomar posse na Academia Internacional de Língua Portuguesa, proferiu uma oração de cujo final a editora lusitana Verbo fez uma edição limitada sob o título de *Retrato Desordenado e Declaração de Amor a Portugal*. Ali também, incentivado por seus amigos Manuel Bandeira e Rachel de Queiroz, editou com o selo da Livraria Moraes, sua obra poética *Tempo de Lisboa e Outros Poemas*.

Em 1973, no Rio de Janeiro, promoveu duas edições do romance *A faca e o rio*, a saber: a primeira, na coleção Sagarana, da José Olympio; a segunda, pela mesma editora, conveniada com o Instituto Nacional do Livro, uma adaptação daquele romance para a Mobral, com grande tiragem para servir de primeiro livro de leitura aos estudantes de primeiro grau.

Como não desejamos exaurir toda a produção odyliana, sugerimos

aos interessados nela acessar o site da Academia Brasileira de Letras onde encontrarão sua obra de corpo inteiro.

Em Lisboa, Odylo pôde aliviar um pouco a dor da perda do seu filho primogênito homônimo seu, ceifado da vida no verdor da adolescência por dois menores infratores no bairro de Santa Teresa, onde residia a família numerosa. São dele estas palavras confessionais: “Portugal foi a mão que cicatrizou minhas dores. Em cada lugar encontrei uma carícia” (p. 165)

A afeição e a simpatia demonstrada pelas coisas e pessoas de Portugal por Odylo e Nazateh foram recíprocas. Ali, saiu, em 1966, com o selo da editora lisboeta Moraes, seu livro de poemas *Tempo de Lisboa e outros Poemas*; e, no ano seguinte, pela Verbo, também lisboeta, *Retrato Desordenada e Declaração de Amor a Portugal*.

Eis o que ele diz:

Portuguesas, portuguesas, ai que não percebestes, e vos furtei silencioso como um ladrão na noite. Este brasileiro, em cujas veias corre o sangue de anônimos lavradores emigrados em busca das terras quentes do Norte do Brasil, vos furtou. Levo dentro de mim, para as horas de silêncio e solidão, uma cidade ideal [...] e de tûmulo a tûmulo no Mosteiro de Alcobaça a conversa suprema de Dom Pedro de Dona Inês, o amor vencendo a morte, o efêmero vingado pelo eterno, a vida transverberada em pedra, o segredo da própria imortalidade.” (p. 180).

Com tantas declarações poéticas de amor a Portugal, nosso avozinho, como esse pequeno trecho de um verdadeiro poema em prosa a Portugal, Odylo solidificou a sincera amizade dos nossos irmãos lusitanos.

A faca e o rio, um romance internacional

Segundo Wolfgang Kayser, há três tipos de romances, a saber: o de ação, o de personagem e o de espaço. Nessa perspectiva, essa obra é um romance de ação. Vejamos por quê:

João da Grécia, um negro simpático e atlético, foi para o Amazonas em busca de dinheiro, para se casar com sua amada Maria, linda espécimen da mesma raça, e dar-lhe uma vida regalada Chegou de lá cheio de ouro e diamantes, mas infelizmente (para ele) encontrou sua Maria com uma menina no colo.

Embora a mãe de Maria declarasse a João que a menina era uma “produção independente” da jovem e liberada Luísa, que deixou a criança com a velha, a fim de fazer a vida em liberdade, tão parecida era a criança

com a homônima amada dele, que também se chamava Maria, que João não acreditou nessa conversa, e creu ser a criança filha de sua Maria. Então João não titubeou: arquitetou matá-la para lavar sua honra. Eis por que *A faca e o rio* é um romance de ação.

Segundo E. M. Forster, há dois tipos de personagens, a saber: as simplesmente modeladas ou planas (flat characters) e as modeladas ou redondas (round characters). Nessa perspectiva, João da Grécia é uma personagem redonda, pois sua complexidade reside no fato de que sua paixão por Maria se transmuda em ódio, ao pensar que a menina que ela trazia ao colo era fruto do seu próprio ventre dela, gerada em sua ausência amazônica, e não filha de Luísa, como asseverava a mãe dela. Por sua refinada técnica narrativa, *A faca e o rio* é um das obras-primas da ficção nacional.

Segundo Hegel, “a narrativa define-se essencialmente por representar a totalidade dos objetos, vale dizer: uma esfera da vida real, com os aspectos, as direções, os acontecimentos, os deveres que ele comporta.” (p. 238). Em face disso, o romance de que nos ocupamos comporta e exhibe todos esses aspectos listados pelo célere filósofo alemão.

Daqui por diante, passaremos a ilustrar os conceitos exarados por Victor Manuel de Aguiar e Silva, em sua obra clássica *Teoria da Literatura* com alguns passos do romance odyliano:

“O romancista [...] sabe com o seu olhar sobre o mundo e sobre os homens jamais é distraído, perscrutando sempre por detrás dos rostos, dos gestos e dos hábitos, a vida secreta das almas [...]” (p. 242)

Ora, o que encontramos no romance em tela é justo o que aí consta. A busca de verossimilhança por parte de Odylo encontra na persona do seu próprio pai, juiz de Direito, de ilibado respeito e reputação, o personagem perfeito para orientar o comportamento dos actantes da estória. Por mais de uma vez, em sua obra, as referências aos próprios familiares seus se fez presente.

Segundo Wolfgang Kayser, há três tipos de romance, a saber: “o de ação ou de acontecimento, com princípio, meio e fim, cuja intriga é concentrada, como *A faca e o rio*, de Odylo, no qual João da Grécia não descansa, enquanto não mata sua amada Maria, tentando, ao seu juízo, lavar sua honra supostamente ultrajada em sua ausência amazônica.

Assim sendo, o anúncio que a gordalhuda quitandeira negra Ana leva ao juiz sobre as malélicas e assassinas intenções de João da Grécia em relação à sua amada Maria, leva o magistrado a chamar este último à sua presença para confirmas ou negar o que lhe confiou a velha Ana.

Na presença do juiz, porém, João da Grécia negou tudo, dizendo-lhe

que fora ao Amazonas enricar a fim de propiciar à sua amada Maria todo o conforto que dele ela merecia e esperava. Silenciou , todavia, sobre o que infelizmente jogou por terra suas boas intenções e lhe pôs a pulga atrás das orelhas foi a semelhança de Maria com a criança homônima.

Os dois outros tipos de ficção citados por Kayser são o de personagem e o de espaço. Neste último tipo, pode-se enquadrar seu conto longo *A invenção da ilha da Madeira*, concebido quando foi adido cultural junto à embaixada brasileira em Lisboa. No tipo de ficção conhecido por de personagem, proposto por Kayser, pode-se enquadrar *A história de seu Tomé meu Pai e minha Mãe Maria*, cuja edição à época circulou fora do comércio.

Conforme ainda nos ensina Hegel (apud Vitor Manuel e Silva, em sua obra *Teoria da Literatura*: “As personagens objetivadas num romance situam-se sempre em acontecimentos, em atos que se sucedem ou que se interpenetram numa história [...] e daí decorre necessariamente o caráter dinâmico do romance (p. 253)

Em *A faca e o rio*, o que alimenta e mantém o interesse no desfecho da obra é a curiosidade do leitor em relação ao que poderia ocorrer depois de João da Grécia amealhar uma pequena fortuna na extração e no beneficiamento do látex das seringueiras amazônicas durante os cinco longos anos que passou por lá a fim de poder cumulá-la de recursos pelo restante da vida; e a reação dele, ao retornar ao Maranhão, e encontrar sua amada Maria com uma criança ao colo. Segundo a mãe de Maria, essa criança era uma produção independente de Elisa, que a deixou para sua velha mãe criar, e poder correr mundo a fim de poder levar a vida libertina e desairada com que sonhou.

Retornando a E.M.Forster, há dois tipos de personagens, a saber: as simplesmente desenhadas ou planas, e as modeladas ou redondas. Por esse critério, podemos classificar João da Grécia como uma personagem redonda; e a alcoviteira da quitanda como uma personagem plana.

Ainda é Vitor Manuel que ensina:

A narrativa [...] representa a interação do homem e do meio histórico e social que a integra, e, por isso, [...] assume valor relevante a representação do ambiente, das coisas que constituem elemento da mediação da atividade humana (p. 244)

Ora, todos os actantes de *A faca e o rio* revelam suas carências e seus anseios nos labirintos da trama.

O romance em tela, escrito em 1965, aos cinquenta anos de idade por seu autor, foi traduzido para o inglês pelo Prof. Lawrence Keats, da

Universidade de Leeds; e, para o alemão, por Kurt Meyer-Clason; e adaptado para o cinema pelo holandês George Sluizer.

Além do conto supramencionado sobre a ilha da Madeira, que se prolonga no conto *História de seu Tomé meu Pai e minha Mãe Maria*, (este fora do comércio); em 1971, escreveu uma bela introdução ao livro de desenhos da pintora Renée Lefèvre, autora da obra *Maranhão: São Luís e Alcântara*.

A ética odyliana.

Convidada pelo crítico literário Wilson Martins para escrever uma biografia crítica de Odylo Costa filho, a ser incluída na coleção de Perfis do Rio, sua sobrinha, a jornalista Cecília Costa, no ano de 2000, brindou-nos, pela carioca Relume Dumará, com sua bela edição da obra *Odylo Costa, filho / o homem com uma casa no coração*.

Essa obra é um primor de estilo, fina ironia e clarividência que derrama luz sobre a operosa vida de seu tio ilustre, a qual, apesar de operosa, foi sempre ascensional. Bastará rastrear as epígrafes com que ela exornou cada capítulo de sua biografia, para conhecermos a fundo a atitude ética que norteou a vida de Odylo.

Sem o propósito de transcrever todas elas, pinçaremos as que nos parecem mais belas e inspiradas, no sentido de fazer entender nosso romancista de corpo e alma inteiros. Senão vejamos: no capítulo inicial intitulado “A casa aberta”, vejamo-lo em *self*, de braços abertos ao próximo:

Na verdade me prolongo e me encontro em meus amigos. Tenho amigos de mais de trinta e cinco anos. A amizade conta para mim. Necessito dos amigos como necessito dos sacramentos.” (p. 99)

Relembre-se que Odylo recebera, na infância e na adolescência, tanto no Maranhão quanto no Piauí, princípios cristãos católicos que o acompanharam por toda a existência.

No 2.º cap. da obra, este primor de paixão telúrica por suas raízes:

Mergulho no limo do passado – água, sangue, raízes – para reencontrar a pátria. Estou com ela – seu chão guarda meus mortos – nas mãos de Deus, para alegria recriar no vento e dessa inquietação gerar a aurora.” (p. 24)

Eis como revela liricamente o orgulho de haver gerado com sua amada Nazareth a numerosa prole no Soneto de Nossa Senhora do Bom Parto: “[...]”

nela havia tanta eternidade /que pôs Nossa Senhora do Bom Parto / nove bocas em torno à nossa mesa / e uma sombra perene em nosso quarto”. (p. 39)

No cap. intitulado “Uma redação com “*sprit de corps*”, esta declaração de princípios em defesa da liberdade de imprensa:

“Imprensa tem que ter independência de opinião, liberdade, coragem e exatidão de informação.” Nem poderia ser de modo diferente, não é mesmo, caros leitores?

Seus princípios éticos eram tão rijos, que até levaram alguns jornalistas de *Tribuna da Imprensa* colegas seus a escreverem uma marchinha carnavalesca que dizia assim: “Chora, doutor, chora / Eu sei que a vida de Odylo lhe apavora. / Eu sei que Odylo Costa vem aí / E muito analfabeto sai sair.” (p. 121)

A consciência que tinha da falibilidade humana transparece nestes versos de amor à ilha de São Luis do Maranhão, onde nasceu:

“Nasci numa cidade em frente ao mar/ seus azulejos me protegem no ar./ Nasci numa cidade em frente ao rio:/ água de barro varre em mim o frio./ Cidade de cidades, me fez homem/ entre os teus morros: anjo e lobisomem”(p.135)

Seu acendrado amor à sua esposa Nazareth faziam-no vê-la assim: “Assim ela viveu sua frágil vida, e tudo foi natural em seu sofrimento sem remédio, os amigos entravam, pousavam a mão em seus cabelos e ela sorria largo [...]” (p.149).

O orgulho de haver gerado o primeiro filho leva-o a confessar sem reboços: “Sou pai de meu filho. Essa autoridade moral do que qualquer prestígio intelectual que os pobres êxitos de uma vida inteira possam me ter dado.” (p.149).

No cap. *Tempos de Lisboa*, assim parafraseia Fernando Pessoa:

“Portugal foi a mão que cicatrizou minhas dores. Em cada lugar encontrei uma carícia. Minha pátria é a língua portuguesa. Qualquer lugar onde se fale português é minha pátria [...] Agradeço a Deus por falar português. (p.165).

Esta melancólica confissão é penhor de seu sincero arrependimento pelo que fez: “Casas tive na vida/ foram tantas, foram tantas.../ As casas de minha infância.../ E a casa que mais amei/ onde meus filhos brincaram,/ com as próprias mãos derrubei” (p.191).

Quando se trata de um texto poético, nunca se sabe se as palavras carregam seu sentido básico, ou se escondem o figurado. As horas doces que Odylo teve ao lado seu primogênito cruelmente assassinado no verdor dos anos fornecem matéria recorrente a seus versos. Ouçamo-lo neste trecho do longo poema *Companheiro*:

As árvores na estrada/ meu filho, meu filho/ As estrelas na noite e tuas
mãos geladas/ mas de repente somes/ levado pelo vento/ não tardas
a voltar/ sepulto num soluço/ que no pudor se esconde/ a presença
incorpórea/ tem cabelos e riso/ teus olhos me olham fundo/ de dentro
da escuridão/[...] Em todas a viagens/ - e muitas haverá/ até a derradeira/
ter-te a meu lado sempre/ meu filho, meu filho” (p.172/173).

Finalmente esse poema anafórico que faz lembrar o *logos heraclítico*:

Mergulhar no mar da vida/ e trazer sangue/ nas mãos rasgadas /em
ásperas pontas/ das rochas mais fundas/ mergulhar no mar da noite/
como um bicho ferido/ que se esconde do caçador/ e trazer no rosto/
sinal das estrelas/ mergulhar/ no mar da morte/ e trazer nas veias/ para
o chão das águas a esperança e a ressurreição”

As belezas e graças que o deslumbraram em Lisboa fizeram-no, em parte, mitigar a dor da irreparável perda do amado filho, assim:

Lisboa de gerânios na sacada/ das suas dores findas esfregada/ ficar leve
e branquinha de lavada/ de sol e não de lágrima lavada/ oh Lisboa das
flores pelo chão/ ervas e flores, rio e coração/[...] nasça de novo e0m ti.
Abre-se em rosa/ a rocha malferida, malferida e dolorosa.

Esse adjetivo *malferida* remete-nos a uma passagem de um dos mais belos sonetos da língua portuguesa, escrito por Machado de Assis quando a Parca arrebatou-lhe da vida a amada Carolina. Esse o título do soneto e esse o trecho a que me refiro:

Querida ao pé do leito derradeiro/ em que descansas desta longa vida/
aqui venho e virei pobre querida/ trazer-te o coração de companheiro. /
Pulsa-lhe aquele afeto verdadeiro / que, apesar de toda a humana lida, /
fez de nossa existência apeteçada / e num recanto pôs o mundo inteiro,
/ pois se trago nos olhos malferidos/ pensamentos de vida formulados/
são pensamentos idos e vividos.

Amor-amor

Assim como as lindas musas italianas Beatriz e Laura estavam para os grandes poetas italianos Francesco Petrarca e Dante Alighieri, assim também a maranhense Ana Amélia e a piauiense Nazareth, estavam para os maranhenses Antônio Gonçalves Dias, no séc. XIX e Odylo Costa Filho, no séc. XX.

Parafrazeando o Poetinha Vinicius de Moraes, “veja que coisa mais linda”, meu caro leitor e minha cara leitora, esta declaração de amor à eterna namorada de Odylo, à artista piauiense intitulado “Soneto do manto de Nazareth”:

Não te ameigasse nome de mulher/ serias flor, pantera ou vaga-lume/
grito do mar, força da natureza./ Bendita quem te pôs sob esse manto/
que invoca para a vida ou para a morte/ as mulheres e as mães dos
pescadores.

O grande prosador mineiro João Guimarães Rosa considerava o “Soneto da fidelidade” de Odylo, seu poema preferido. Diz assim esse soneto: “Não receies, amor que nos divida/ um dia a treva do outro mundo, pois/ somos um só que não se faz em dois/ nem pode a morte o que não pôde a vida”. Aqui, o paradoxo e as lindas antíteses odylianais aproximam-no do genial poeta português Luís Vaz de Camões.

Odylo sabia o alto preço das vigílias necessárias a burilar seus lindos sonetos. Dizia ele: “A dona Poesia é exigente. Não é só inspiração, pede trabalho, muita dedicação” (p.195). Cantou ele também a casa que fora o lar de seu amor eterno por Nazareth, deste modo:

O sobrado nasce/ renasce com o dia/ se as vidas humanas lhe dão alegria/
O sobrado morre/ nas ruínas sem dono/ se as vidas humanas/ lhe dão
abandono/ o sobrado é belo/ mas sua beleza/ sem vidas humanas/ só lhe
dá tristeza. E noutro passo à sua amada: “forte a noiva na manhã de Reis
/ ainda hoje o sois nos versos que componho/ sobrepondo-se à morte e à
dor secreta/ o amor feliz senhora, é o nosso fado...” (p.196).

Até o dia infante de 19/08/79, quando seu coração amante parou de bater, Odylo amou e cantou como poucos poetas o fizeram seu torrão natal. Escutemos seu poema *Ilha*:

Nasci numa ilha/ era meu destino/ numa ilha vivo/ desde pequenino, / a
estender os braços pelo mundo todo/ em busca dos traços que à terra me

liguem/ quero o continental/ não me deixem só/ não me quero ausente./
ninguém compreende essa busca ansiosa: tenho o mar comigo/ quero
ainda a roca. / Joguem fora a âncora !/ pois o amor achei/ meu anel de
amigos e a casa do rei/ trazem sede e fome / de mais terra e céu. / Por
Deus compreendam o quanto sou ilhéu! / [...] Meu amor me abraça /
porque sou ilhéu / ando só – na areia entre águas e céu.”

Depois de tudo aquilo que aqui se mostrou saído das mãos abençoadas de Odylo Costa, filho, podemos, sem dúvida alguma, concluir retornando à teoria dos sábios cientistas da Literaturas citados no início deste ensaio: “a Arte cria uma realidade muito mais do que a própria realidade.” Trocando em miúdos, a pessoa física de Odylo nos deixou órfãos de seus versos e de sua prosa, mas tanto aqueles como esta se projetam em direção à eternidade da pátria brasileira.

SUJEITO SINTÁTICO E REFERENCIAÇÃO INDETERMINADA

ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR (CPII)¹

RESUMO

Neste trabalho continuamos as reflexões de Santos Junior (2014) sobre as estruturas em língua portuguesa padrão em que ocorre a chamada indeterminação do sujeito. A partir da análise de textos do gênero entrevista, publicados na Revista Veja (seção ‘páginas amarelas’), apresentamos as principais características sintáticas, semânticas, pragmáticas e discursivas do sujeito indeterminado, a partir do caso da ‘referenciação genérica’. Admitindo que a linguagem permite ao homem interpretar o mundo em que vive, concebemos os mecanismos de indeterminação do sujeito como uma forma de referenciação indeterminada, o que faculta alarguemos o rol de construções de sujeito indeterminado para além do que delimita a maioria das gramáticas normativas de inspiração tradicional.

PALAVRAS-CHAVE: Indeterminação do sujeito. Referenciação. Sintaxe. Semântica. Discurso.

INTRODUÇÃO

A interação do ser humano com o mundo tem sido alvo de inúmeros estudos, em várias áreas do saber, desde há muito tempo. Sem dúvida, qualquer estudo que tente compreender a relação do homem com o meio que o cerca não pode prescindir de levar em consideração um atributo (ou antes, um apanágio) da humanidade: a linguagem.

É por meio da linguagem que o homem acessa o ‘mundo real’, ou melhor, é por meio dela que o homem constrói significados para o mundo – convertendo estímulos diversos e difusos em conceitos socialmente organizados. O estudo das formas por que a linguagem nos dá acesso ao mundo é chamado de referenciação. Entendemos a linguagem como construtora da lógica e da realidade; desse modo, o processo de referenciação não é a mera representação da realidade, mas antes o mecanismo por que a construímos. Segundo Pereira (2013, p.14)

A referenciação não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades

1- Colégio Pedro II – antoniusjose@yahoo.com.br

práticas e às ações em curso dos enunciadores.

Os processos de indeterminação do sujeito, como são tradicionalmente conhecidos, já têm sido alvo de diversos estudos. No entanto, há carência de estudos que o analisem sob a perspectiva da referenciação, integrando aspectos sintáticos, semânticos e discursivos.

Sabendo que as estruturas sintáticas formam sentidos, que são materializados em textos, elegemos *corpus* de língua portuguesa padrão, em registro próximo ao da oralidade, recorrendo às seções de entrevistas de revista de (grande) circulação nacional semanal - Revista VEJA- entre os anos de 1999 e 2010. (ver Santos Junior, 2014, p. 13)

Outra consideração importante é que neste trabalho não se explorará apenas o sentido produzido pela indeterminação, mas também a forma como esse sentido é produzido. Por conseguinte, analisamos dois aspectos distintos, porque complementares: a estrutura da oração e a estrutura do texto; logo, trataremos de análise sintática, semântica e discursiva, a fim de compreendermos o mecanismo de referenciação indeterminada construído a partir da posição sintática do sujeito.

Para tal fim, não pudemos prescindir de revisão bibliográfica, em gramáticas antigas e em contemporâneas do Português, sejam lusas ou brasileiras, visando encontrar o tratamento dado à indeterminação do sujeito. (ver Santos Junior, 2014, pp. 20-47)

Defendemos que a escolha das formas de indeterminar o sujeito em português depende de fatores pragmáticos, discursivos e gramaticais. Assim, a situação comunicativa é central para se analisar a indeterminação do sujeito (seja por intermédio da escolha do gênero textual, do suporte que o veicule, das relações interpessoais entre interlocutores, entre outros fatores). Igualmente, a análise de aspectos gramaticais é imprescindível, já que a língua detém estruturas morfossintáticas típicas para realizar a referenciação indeterminada do sujeito.

A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO

Ao se falar em “sujeito indeterminado”, é natural que se pense nos casos previstos pelas gramáticas tradicionais de cunho normativo, inspiradas na NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira). Um deles é (A) que se pode indeterminar o sujeito de verbos transitivos indiretos ou intransitivos,

flexionados na terceira pessoa do singular, apondo-lhes a partícula (ou pronome) SE, desde que não retomem nem antecipem gramaticalmente nenhum referente textual. Por exemplo: “Precisa-se de funcionários”; “Vive-se bem aqui”. Há gramáticas que defendem ainda que essa indeterminação com SE possa ocorrer com verbos de ligação (por exemplo, “Aqui se é feliz”) ou com verbos transitivos diretos com objeto direto preposicionado (por exemplo, “Comeu-se do bolo”). Outra forma ‘consagrada’ de realizar a indeterminação, consoante a descrição tradicional é (B) usar a terceira do plural, sem referência anafórica (ou catafórica) a qualquer item lexical expresso (ou a expressar). Por exemplo, “Acharam seus documentos lá na esquina”.

Destacamos que o caso (A) tem merecido muita atenção das nossas gramáticas, principalmente as escolares. Alertam elas que, em se tratando de verbo transitivo direto, não há indeterminação do sujeito, mas sim voz passiva sintética (doravante, VPS) ou pronominal. Por exemplo, “vendem-se casas”.

A POLÊMICA DA VPS

Ora, essa abordagem das gramáticas normativas pode deixar a desejar se o autor superpuser critérios para classificar estruturas análogas, realizadoras de sentidos muito semelhantes. Tanto em “precisa-se de funcionários” quanto em “vendem-se casas”, há noção de um agente humano que pratica a ação, oculto em sua identidade. Tanto é verdade que há inúmeros registros de autores consagrados e de falantes cultos em textos na variedade formal que não realizam a concordância da voz passiva sintética². Desnecessário falar da intuição dos falantes do português: exemplos das placas que se veem por nossa cidade, nas quais quase nunca se dá a concordância com a passiva sintética (difícilmente se veem: “vendem-se sacolés”, “fazem-se chaves”, “consertam-se geladeiras”, etc.).

A não concordância do verbo transitivo direto com seu ‘sujeito’, em estruturas de VPS, demonstra a supremacia da intenção indeterminadora (cf. Henriques, 2011, pp. 32-34), através de uma interpretação da estrutura como de ‘voz ativa com sujeito indeterminado’. Essa ressalva é importante porque o papel temático de agente da ação verbal também aparece em frases passivas (o mais forte exemplo é o agente da passiva), porém, fora do lugar sintático do sujeito. Por conseguinte, em que pese a construção com VPS ser verossímil, não é a forma preferida na língua oral do português brasileiro.

2- Observe-se que abonamos a concordância prescrita em registro padrão. Não estamos defendendo a ‘abolição’ da concordância, apenas estamos descrevendo um fato da língua contemporânea.

A intuição dos falantes em geral, considerando a VPS como estrutura de voz ativa com sujeito indeterminado, mostra a confusão de critérios de várias gramáticas. Muitas delas não definem o sujeito sob um prisma estritamente sintático; tampouco classificam a indeterminação como um conceito semântico. Ao se falar em sujeito indeterminado, aplica-se uma classificação semântica a um lugar sintático. É essa clareza de raciocínio que falta em muitas gramáticas.

Uma possível análise é defender que nessas estruturas de VPS, na língua padrão, há uma concordância atrativa à direita, seja esse termo à direita tomado como sujeito, seja ele tomado como objeto direto. Essa concordância, ressalte-se, só se dá, no português do Brasil, em registros formais ou ultraformais, sendo rara (mas não impossível) na fala (ou escrita) mais espontânea, menos monitorada.

Por fim, lembramos o professor Said Ali no artigo *O Pronome Se* do livro *Dificuldades da Língua Portuguesa*. Nesse trabalho, o grande filólogo defende não haver a chamada “voz passiva sintética”, classificando o pronome “se” como índice de indeterminação do sujeito. (ver Ali, 2008)

SEMÂNTICA DA INDETERMINAÇÃO: PAPÉIS TEMÁTICOS

Outro conceito muito importante é o de ‘papéis temáticos’ ou ‘papéis semânticos’. O sujeito é um lugar sintático que exerce determinado papel temático na oração; é dessa forma que ele emerge ao nível do discurso. O papel semântico do sujeito em português é, prototipicamente, o do agente. Note-se que trabalhamos com o conceito de protótipos (propriedades gerais e características que comumente ocorrem), não com a visão clássica de conceito (propriedades necessárias e suficientes) (ver Pontes, 1986).

Para examinar o fenômeno da indeterminação do sujeito sob uma perspectiva da referenciação, julgamos mais adequado pôr à parte o conceito de “sujeito indeterminado”, diferenciando-o dos demais critérios de classificação do sujeito (normalmente sintáticos). A indeterminação do sujeito é um procedimento sintático-semântico-discursivo, mas é, sobretudo, semântico, pois a ideia de ‘indeterminado’ diz respeito à significação e ao discurso, não à estrutura da oração.

Evidentemente, a sintaxe é imprescindível para a construção de significados através da língua, mas não se deve ter o critério sintático como cabal para que se classifique um sujeito como indeterminado. Haja ou não haja sujeito em uma oração, pode ocorrer o sentido de “indeterminação do sujeito”.

PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO

A ideia de indeterminação não deve, pois, ser rotulada como, muito menos reduzida a, um critério estrutural, sintático. Indeterminar aponta para sentido, para significado, ou seja, para semântica. A classificação tradicional pós-NGB tenta encampar um critério estritamente semântico em um terreno sintático (cf. Santos Junior, 2014, p. 32 et seq.).

É fora de dúvida que a descrição gramatical tradicional teve um grande mérito: reconhecer estruturas oracionais do português cujo verbo não possui sujeito explícito, nem retomável anafórica ou antecipável cataforicamente no texto. Essas estruturas referem-se sempre a sujeitos com o traço [+HUMANO] – o que é imposto pelo verbo – e referem-se de modo impreciso, ou mesmo genérico, a um sujeito ‘teórico’, ‘virtual’. Foi a partir dessa constatação que se descreveram os casos de sujeito indeterminado nas gramáticas: terceira pessoa do plural+SE, terceira pessoa do plural, ou o infinitivo (esquecido por muitos dos manuais).

Entretanto, o sentido de indeterminação do sujeito pode ser obtido com outras estruturas, inclusive com SNs sujeitos materializados na oração. Porém, esses sujeitos são rotulados nas gramáticas apenas como simples ou compostos, preterindo-se, nessa forma de analisar, seu potencial semântico de indeterminação. Logo, segundo defendemos, a indeterminação do sujeito se pode dar em orações em que exista ou em que não exista sujeito.

De modo a equacionar essa problemática, propomos que a classificação do sujeito em português considere primeiramente a existência ou não do sujeito (o sujeito dito oculto é existente, apenas está elíptico). Assim, as classificações simples, composto, oculto e indeterminado cabem no bojo dos sujeitos existentes; os sujeitos de verbos impessoais e alguns tipos de indeterminados (os tradicionalmente descritos nas gramáticas) pertencem ao rol das orações sem sujeito.

É de extrema importância que fique claro que estamos rompendo com o padrão inexistente-impessoal, ou seja, defendemos que a inexistência do sujeito NÃO implica impessoalidade. Um verbo pessoal pode não ter sujeito (indeterminação) (ex. *roubaram meu carro*). Note-se que relacionar a inexistência do sujeito à impessoalidade é mesclar conceitos sintáticos com semânticos. Propomo-nos relacioná-los, mas de forma com que eles tenham sua autonomia.

Á vista do exposto, defendemos que sejam sujeitos indeterminados todos os que se enquadrem num dos casos a seguir:

1) Subgrupo I – orações sem sujeito, com verbos pessoais:

a) o sujeito do infinitivo impessoal, desde que não cancelado (ex. *É fácil viver em um país organizado*);

b) o sujeito de verbo na terceira pessoa do plural, em referência genérica, sem sujeito expresso ou retomável – indeterminação por P6 (ex. *Chamaram o aluno na secretaria*);

c) o sujeito de verbo na terceira do singular junto ao pronome “se”, seja o verbo transitivo (direto ou indireto), intransitivo (ex. *Vende(m)-se ovos aqui*; *Precisa-se de motoristas*; *Vive-se bem aqui*), de ligação (ex. *Não se é feliz no Brasil*) ou mesmo verbo transitivo direto com objeto direto preposicionado (ex. *Bebeu-se do vinho*);

d) o sujeito de verbo na terceira do singular sem o pronome “se” (ex. *Aqui conserta máquinas de lavar*);

e) o sujeito de verbo na primeira do plural em referência genérica, sem ser possível retomá-lo – indeterminação por P4 (ex. *Vivemos em mundo muito dinâmico*);

f) O sujeito de verbo no gerúndio, desde que não cancelado (ex. *Estudando, tudo se consegue*);

2) Subgrupo II – orações com sujeito pleno (ou recuperável)

g) aquele em que o SN sujeito tenha um núcleo empregado em referência genérica, expresso formalmente, através de um substantivo, como, por exemplo, o pessoal, o cara, a pessoa, etc. (ex. *Se a pessoa não exige seus direitos, pode ser lesada*);

h) aquele em que o sujeito seja um pronome pessoal do caso reto em referência genérica, de ordinário, ‘nós’, ‘eles’ ou ‘eu’ (ex. *Nós precisamos participar mais da vida política de nosso país*; *Aqui é muito perigoso: eles estão roubando carros*; *Se eu não puder andar tranquilamente pelas ruas, não posso me sentir um verdadeiro cidadão*);

i) aquele em que o pronome ‘você’ esteja em referência genérica (ex. *se você compra um serviço, você tem direito a garantias*);

j) aquele em que a expressão ‘a gente’ esteja em referência genérica (ex. *Se a gente se organiza, a gente alcança nossas metas*);

k) aquele cujo núcleo seja um pronome indefinido (ex. *Ninguém vive aqui*);

l) aquele cujo núcleo seja um pronome antecedente relativo com demonstrativo em referência genérica (ex. *O Estado deve amparar aqueles*

que não podem trabalhar);

m) aquele em que o sujeito seja um substantivo abstrato, derivado de um verbo, podendo-se atribuir um agente à ação verbal nominalizada (‘A **construção** das passarelas começará amanhã’).

REFERENCIAÇÃO GENÉRICA

Dentre todos os casos citados, escolhemos a referenciação genérica como forma de demonstrar uma análise da indeterminação do sujeito sob o prisma da referenciação. Estudos atribuem o rótulo de “referência genérica” a sintagmas nominais (SNs) sujeitos que contenham os seguintes traços: [+HUMANO], [+GENÉRICO] (cf. Milanez, 1982 e Santos Junior, 2010). Azeredo (2008, p. 173-174) em bora não atribua o rótulo de “referência genérica”, reconhece o sentido indeterminados dessas estruturas. Por conseguinte, trata-se de processo de indeterminação de sujeito pleno, pois que o lugar sintático sujeito encontra-se preenchido. Atualizamos o conceito para ‘referenciação genérica’, tendo em vista os pressupostos teóricos citados anteriormente.

Esse processo de indeterminação é muito frequente e não é explorado pelas Gramáticas de Língua Portuguesa, muito menos pelos modernos(os) livros didáticos de língua portuguesa. É necessário saber que esse mecanismo sequer é considerado como de indeterminação do sujeito pela tradição gramatical.

A referenciação genérica se dá com um SN, podemos dizer que é de ‘inventário aberto’, sendo inumeráveis todas as possibilidades de realizá-lo. A referenciação indeterminada está fortemente vinculada ao LÉXICO da língua, explorando artifícios discursivos e pragmáticos para indeterminar. Limitar-nos-emos a citar algumas das principais ocorrências mais frequentes em nosso *corpus*. Isso porque em Santos Junior (2014, p. 176) encontramos um total de 4215 ocorrências de referenciação genérica.

Essa forma de indeterminar está intrinsecamente relacionada à escolha dos SNs sujeitos das orações. Trata-se de recurso identificável no texto, a partir da apresentação de informações pouco precisas sobre a identidade do sujeito, ou mesmo de generalizações, de falas hipotéticas ou exemplificativas. Pode ser mesmo um recurso de referenciação que expressa a não importância, a irrelevância ou mesmo o desprezo pela identidade do sujeito.

Entrevista: Eliana Cardoso, economista.

VEJA – A senhora elogiou o Banco Central. Isso soa meio sacrílego em um país onde o esporte nacional é colocar a culpa de tudo nos juros altos...

ELIANA – O responsável pelos juros altos no Brasil não é o Banco Central, mas a política fiscal. Se o governo [REF GEN] (1) gasta muito, o Banco Central [REF GEN] (2) não tem alternativa senão aumentar [INF - REF GEN] (3) os juros para cumprir [INF - REF GEN] (4) bem sua principal missão, que é controlar [INF - REF GEN](5) a inflação. O governo [REF GEN](6) gasta muito mais do que arrecada [P3 - REF GEN](7) e isso gera duas grandes distorções na economia. A primeira é que os juros altos necessários para combater a inflação inibem os investimentos que o setor privado [REF GEN](8) precisa fazer para aumentar [INF - REF GEN](9) sua capacidade de produção. A segunda é o aumento abusivo dos impostos. Se nós, brasileiros, não conseguirmos obrigar os governos a colocar [INF- REF GEN](10) um teto no volume de crescimento dos gastos públicos, estaremos condenados a taxas medíocres de crescimento. (Revista VEJA, 02/08/2006 ed 1967)

“O governo”, ocorrências (1) e (6), é usado acima no sentido de indeterminação do papel temático do sujeito. Percebe-se que ele é retomado por infinitivos (3), (4) e (5) e por P3 (7). Mais uma prova de que a compreensão dos fenômenos de indeterminação se dão no uso concreto da língua, manifestos nas relações de coesão textual.

A ocorrência frequente do SN O GOVERNO em referência genérica em nosso *corpus* demonstra sua produtividade nos mecanismos de indeterminação em estudo com um total de 105 ocorrências. Por trás (ou pela frente) dessa palavra se inclui todo um grupo de individualidades. No caso brasileiro, por se tratar de uma suposta democracia representativa, entende-se que ninguém governe sozinho; aliás, cumpre observar que o item lexical ‘governo’ costuma referir-se ao Poder Executivo (normalmente Federal, mas também possível Estadual ou Municipal). Entretanto, o próprio chefe do Poder Executivo não consegue governar isoladamente, não só porque a demanda de responsabilidades é enorme (e elas são delegadas a assessores), como também porque o Legislativo precisa aprovar muitas das medidas do ‘governo’ (caso contrário, viveríamos em uma Autocracia – apesar de mesmo os Absolutistas terem que compartilhar uma base de apoio e de assessores...). Cumpre observar que é na acepção do chefe do Executivo juntamente com todos os assessores, de todos os escalões, que tomaremos aqui o sentido do item lexical ‘governo’.

Por conseguinte, a palavra ‘governo’ se reveste de forte carga

ideológica, tanto por parte de seus integrantes (ou apoiadores), bem como por parte dos que lhe fazem oposição. Em nosso *corpus*, dificilmente sucede a ocorrência desse item lexical desprovido dessa carga ideológica, dificilmente aparece de forma ‘neutra’.

Destaque-se que os opositores ao governo impõem a esse item lexical, bastas vezes, um forte tom de denúncia (à guisa da indeterminação por P6). Já no caso de membros ou simpatizantes do governo, há um tom simétrico, de abono ou de defesa a ações do Executivo (aliás, aqui nessa declaração, “executivo”, embora não seja sujeito, traz consigo a ideia de indeterminação aplicável a governo, sendo como sinônimos).

Interessa ainda observar, nesse sentido, que por vezes, no *corpus* usa-se o nome do chefe do Executivo, em vez de ‘governo’. Tal estratégia deve ser analisada do ponto de vista pragmático e discursivo: ao enaltecer o governo federal, a base governista pode citar o nome do presidente; ao criticar esse mesmo governo, ou denunciar-lhe os desvios éticos, a oposição pode personificar tudo na figura de presidente. São estratégias ‘político-discursivas’, que cumpre se analisem em trabalhos outros.

Cabe ainda um questionamento: o porquê de arrolarmos ‘o governo’ como referência genérica e não como nominalização. Sem dúvida, o substantivo governo é abstrato, derivado do verbo governar. Todavia, parecidos que a noção de ‘ação daqueles que governam’ tem sido preterida à noção ‘aqueles que governam’. Nas nominalizações, o que se destaca é a noção de processo sobre seus agentes. Por isso se vê que nenhuma classificação, em se tratando de linguagem, deva ser absoluta, mas antes flexível e aberta à deriva própria das línguas; em outros termos, devemos priorizar as conceituações prototípicas em detrimento das conceituações clássicas.

Outra contribuição do excerto acima é o SN O BANCO CENTRAL, ocorrência (2). Um brasileiro de mediana (in)formação, já saberá que se trata de uma instituição pública e, possivelmente, que é o regulador de juros e câmbio, dentre outras atribuições. Entretanto, o exemplo do *corpus* atribui ao ‘banco central’ um ato deliberado, tipicamente humano, aumentar a taxa de juros para bem “cumprir sua missão” de controle da inflação. Nota-se, pois, que a referência à instituição, nesse contexto, não é à sua infraestrutura física, às suas paredes, aos seus computadores, às suas mesas, etc.; a referência é a seus integrantes [+humanos], que agem em nome da própria instituição. É uma forma de apagamento da identidade de todos os que participam, direta ou indiretamente, das decisões tomadas pelo BC. As instituições não fazem nada, senão por seus integrantes. Esse apagamento pode ter muitas utilidades pragmáticas e discursivas, como, por exemplo, legitimar uma decisão: não

se trata de técnico A ou B do BC que reduziram ou aumentaram os juros; foi o BC, a instituição. **Essa institucionalização dos agentes é recurso digno de nota em muitas das referências genéricas, constituindo-se em um tipo especializado – institucionalização.** O mesmo fenômeno se dá com STF (Supremo Tribunal Federal), CBF (Confederação Brasileira de Futebol), PT (Partido dos Trabalhadores), REDE GLOBO, etc.

A ocorrência (10) fala de ‘governos’. O saber enciclopédico nos aponta que há, efetivamente, vários governos no Brasil, pois que há três esferas de poder – federal estadual e municipal. Outrossim, poder-se-ia pensar apenas em uma alusão ao governo federal, no caso, aos sucessivos governos federais. De qualquer sorte, materializa-se o sentido de indeterminação.

Vejamos um caso bastante interessante de ‘mascarar’ uma coletividade, ou antes, uma tentativa de apagamento da noção de coletividade humana.

Entrevista: Raul Velloso

VEJA: Mas no mundo inteiro os governos decidiram aumentar os gastos públicos para combater a recessão econômica. Por que no Brasil o remédio deve ser o oposto?

RAUL VELLOSO: Porque, ao contrário de outros países, o Brasil [referência genérica - O BRASIL] (11) precisa lidar com o déficit nas contas externas e com a inflação. Se os gastos públicos crescerem ainda mais neste momento de escassez de dólares, haverá um aprofundamento do saldo negativo nas transações do país com o exterior. Isso enfraqueceria o real, e a alta do dólar seria repassada para os preços, pressionando a inflação. Haveria também o risco de um aumento na taxa de juros, desestimulando os investimentos privados e o consumo. **(Revista VEJA, 28/01/2009 edição: 2097)**

No excerto acima, vê-se a locução verbal “precisa lidar”. A primeira observação é a presença do verbo modal ‘precisar’, um forte orientador discursivo. A segunda observação, mais pertinente ao estudo deste artigo, se volta para o verbo principal ‘lidar’, caracterizado pelo traço [+humano], porque implica cognição e discernimento. “Lidar” não é um ato involuntário, mas sim fruto de uma reflexão, o que é atributo exclusivamente humano. Logo, dizer que o Brasil “precisa lidar” não pode ser associado à noção de Brasil como terra, extensão continental e marítima, tampouco à sua flora e

fauna; só pode ser associado, nesse caso, ao povo brasileiro. Por conseguinte, ocorre referenciação genérica pelo SN sujeito ‘o Brasil’, já que se trata de generalização que incide sobre a coletividade humana brasileira.

Enfatizamos que a referenciação genérica é uma forma de indeterminação do sujeito (e, pois, de referenciação indeterminada). O estudo da natureza verbal aqui deve ater-se tão somente ao traço [+humano] solicitado pelo verbo ao SN sujeito, não sendo necessárias classificações verbais mais estritas, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com as indeterminações do sujeito por SE e por VPS (cf. Santos Junior, 2014, pp. 152-156). O responsável por desencadear a referenciação indeterminada é o SN sujeito, sendo ele o protagonista nessa forma de indeterminar. A importância do verbo é atribuir o traço [+humano] ao sujeito.

A seguir outro exemplo de ‘mascarar’ coletividades, agora, com uma abrangência menos:

Entrevista: Delfim Netto

VEJA – Ninguém reclamou?

DELFIN – As duas únicas instituições que se recusaram a assiná-la foram o PT e o Roberto Campos. O PT [**referenciação genérica- O PT**](12) dizia que ela não era suficientemente socialista. O Roberto Campos dizia que não era suficientemente capitalista. O doutor Ulysses, com aquela forma elegante de combinar as coisas, acabou convencendo os dois: “Assinem que não tem consequência”. As consequências são as que estamos vivendo hoje.

VEJA – Se o objetivo do governo Lula é recuperar a confiança dos investidores, por que cancelou o leilão de novas concessões em rodovias e postergou a reforma da Previdência?

DELFIN – O governo [**referenciação genérica - O GOVERNO**] (13) não cancelou os leilões nem desistiu de fazer concessões ao setor privado. Essa ideia falsa foi criada por investidores que queriam introduzir volatilidade no mercado para ganhar dinheiro. Os leilões foram adiados para que as taxas de retorno dessas atividades se adaptem a uma nova realidade de juros mais baixos. Nada de mais. (Revista VEJA, 31/01/07 edição: 1993)

O que nos permite afirmar que o PT é [+humano] e exemplo de sujeito indeterminado acima? Nesse caso, a exemplo do que acontece com o SN o Brasil, pode-se ter característica humano ou não em PT. Porém, como se trata

de partido político, de uma agremiação de humanos, sempre se terá, em um grau qualquer, por menor ou mais discreto que possa ser, o traço [+humano]. Além disso, há o traço [+genérico], porquanto um partido político qualquer (em uma democracia) é uma reunião de pessoas. Corroborando nossa interpretação, o verbo dizer (verbo de comunicação verbal) se apresenta no discurso; desnecessário afirmar que é exclusivo para os seres humanos, salvo em linguagem figurada ou literária, o que não é o caso desta entrevista, nem propósito desta pesquisa.

Os casos acima exemplificados e discutidos não esgotam as referências genéricas; muito ao contrário, voltamos a insistir. Inicialmente, podemos perceber que elas ocorrem com Sintagmas Nominais no singular ou no plural. Outra observação pertinente é que esses SNs, em algumas ocorrências, não são conclusivos por si sós, sobre sua natureza humana ou não humana, sendo necessário, nesse caso, recorrer ao texto em busca de verbos que apontem a (im)possibilidade da característica necessariamente humana.

Essa busca pelo verbo é necessária, já que admitimos que ele é que atribui papéis temáticos ao sujeito, ou melhor, a todos os termos da oração; igualmente, é necessário realçar a importância do estudo da coesão textual, a dar-nos maior consciência do constante ir-e-vir no texto, da intrincada relação entre as palavras de um texto, que transmitem umas às outras traços semânticos e discursivos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: As discussões deste trabalho apontam para a necessidade de rever certos rótulos e certas análises gramaticais da língua portuguesa.

Primeiramente, convém notar a necessidade de separar os distintos planos da análise linguística, dentre os quais a sintaxe e a semântica interessam mais particularmente aqui. Outrossim, é de perceber que a expressão ‘planos distintos’ não é sinônima de ‘planos isolados’, visto que se pode perceber a imbricação sintático-semântica.

Desse modo, cumpre conceituar o sujeito de uma oração como um lugar sintático, dotado de certas propriedades semânticas e discursivas, conferidas por seu papel temático. Fazemos a ressalva, ainda, de que a própria noção de conceituar precisa ser revista nos domínios dos estudos linguísticos, preferindo-se uma conceituação por protótipos, em vez de uma conceituação clássica, que busque propriedades necessárias e suficientes.

A ideia de indeterminação do sujeito, tal qual preconizada pela tradição gramatical pós-NGB tem como mérito reconhecer aspectos semântico-discursivos (a indeterminação em si) realizados através de mecanismos

sintáticos (o sujeito, ou melhor diríamos de nossa parte, a inexistência do sujeito). Contudo, essa tradição deixou escaparem do rótulo de ‘sujeito indeterminado’ construções com sujeito pleno que realizem sentidos análogos no discurso (o que já tem sido apontado em vários trabalhos acadêmico).

Outro senão dessa linha de análise foi reservar o rótulo de ‘oração sem sujeito’ para aquela dotada de verbos impessoais, fazendo com que impessoalidade fosse sinônimo de inexistência do sujeito – novamente, uma confusão de critérios sintáticos e semânticos. De fato, a impessoalidade (aspecto semântico) se manifesta através de orações sem sujeito; no entanto, a indeterminação do sujeito também se dá, em muitas de suas ocorrências, em orações destituídas de sujeito (aliás, todos os casos previstos pela tradição pós-NGB são, a nosso ver, orações sem sujeito).

Entretanto não se pode deixar de ressaltar que a tradição gramatical reconheceu haver estruturas desprovidas de sujeito (impossível sequer de recuperar) que realizam o sentido de referência indeterminada. Ao dizer que essas orações não eram sem sujeito, tenham talvez intuído que precisavam de verbo com o traço [+HUMANO] e, como consideravam sinônimos impessoalidade e inexistência do sujeito, elencaram o sujeito indeterminado fora dos ‘sujeitos inexistentes’, reconhecendo, pois, a pessoalidade das construções em que ocorrem.

É preciso que se destaque a indeterminação do sujeito como um procedimento discursivo, textual e não estritamente sintático. Sem dúvida, a estrutura oracional é imprescindível para a análise do discurso, porém não é suficiente. Importa estabelecer elos, vínculos entre as partes de um texto, de modo a se apreender um sentido global, bem como as sutis ligações entre palavras e ideias, isto é, os mecanismos de coesão e de coerência textuais, respectivamente.

REFERÊNCIAS

- ALI, M. Said. *Dificuldades da Língua Portuguesa*. 7.^a Ed. Rio de Janeiro: ABL, Biblioteca Nacional, 2008.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 1. ed. São Paulo: Publifolha, 2008
- HENRIQUES, Cláudio Cezar. *Sintaxe – estudos descritivos da frase para o texto*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
- MILANEZ, Wânia. [Dissertação de mestrado] *Recursos de indeterminação do sujeito*. Campinas: UNICAMP, 1982.
- PEREIRA, S. F. R. *A referência e o mundo de nossos discursos: do sintagma nominal à construção das cadeias referenciais do texto escrito*. 2013. 198 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- PONTES, Eunice Souza de Lima. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática; (Brasília): INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
- SANTOS JUNIOR, Antonio José dos. *A indeterminação do sujeito em português: do verbo ao discurso*. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.
- _____. *Sujeito sintático e referência indeterminada*. 2013. 221 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

O FUTEBOL COMO PALCO EM NELSON RODRIGUES DER FUSSBALL ALS BÜHNE BEI NELSON RODRIGUES

MARCEL VEJMELKA¹

RESUMO

O futebol na obra de Nelson Rodrigues tem uma dramaticidade semelhante às peças de teatro ou narrações em prosa do escritor carioca. Ao escrever sobre jogos, times e *craques* nas suas crônicas futebolísticas, Nelson Rodrigues articula uma reflexão sobre a cultura e sociedade brasileira, principalmente através do mundo suburbano do Rio de Janeiro. Questões da identidade nacional brasileira aparecem em primeiro plano nas crônicas dedicadas ao caminho da seleção brasileira rumo ao tricampeonato mundial entre 1958 e 1970. *Craques* como Pelé e Garrincha servem como símbolos do jogo e da vida no Brasil, incorporando a situação atual da nação em lances e dribles destacados. Em todas essas modalidades, Nelson Rodrigues retrata o futebol brasileiro como espelho da sociedade, da mesma maneira que formula a sua crítica sociocultural através do futebol.

PALAVRAS-CHAVE: Nelson Rodrigues. Futebol. Crônica.

I. Die Dramatik des Spiels

Fußball ist in den Texten von Nelson Rodrigues nicht nur Gegenstand oder Thema, sondern strukturelles Element. Das Spiel wird dort literarisch wahrgenommen, gesteuert und erzählt, Spieler treten als Romanfiguren oder Poeten auf, Schriftsteller als Urväter von Taktiken und Spielweisen. Diese Verbindung von Literatur und Ballspiel geht über das rein Anekdotische hinaus und behandelt beides aus dem gemeinsamen kulturellen und historischen Kontext der sie begründenden Gesellschaft heraus. Denn Fußball ist nicht nur ein integraler Bestandteil des Werkes von Nelson Rodrigues, sondern auch des soziokulturellen Universums, das sein Schreiben in dessen verschiedensten Formen inspiriert und konstituiert.

Nelson Rodrigues besitzt in der brasilianischen Literatur des 20. Jahrhunderts vor allem als Dramatiker herausragende Bedeutung. Doch nicht

1- Prof. do Dept. de Espanhol e Português na Faculdade de Tradução, Linguística e Cultura, da Universidade de Mainz em Gernersheim, Alemanha - email: vejmelka@uni-mainz.de

geringer einzuschätzen sind seine Leistungen im Bereich der Kurzgeschichte und des Feuilletonromans sowie der für Brasilien so charakteristischen *crônica*, nicht zuletzt in deren spezifischer Ausformung als *crônica esportiva* bzw. *futebolística*, der Sport- bzw. Fußballkolumne. Das Gesamtwerk von Nelson Rodrigues bildet ein komplexes Netz aus Querbezügen, Wechselwirkungen und Intertexten zwischen diesen literarischen und journalistischen Gattungen. Gleiches gilt für die Thematiken und die Figuren, die frei zwischen Theater, Erzählung und Kolumne fluktuieren.

Am 21. September 1957 nutzt Nelson Rodrigues seine Fußball-Kolumne in der *Manchete Esportiva* als denkbar angemessenen Rahmen für einen Nachruf auf José Lins do Rego. Mit kritischem Blick auf das Selbstverständnis brasilianischer Intellektueller seiner Zeit kehrt er in der Erinnerung an den verstorbenen Freund die kulturellen Vorzeichen um und erhöht den berühmten Schriftsteller durch dessen Leidenschaft für den Verein Flamengo:

Geralmente, o bom escritor brasileiro não acredita em futebol, é um desconfiado do futebol. E conta-se o caso daquele poeta que, levado à força para um jogo, apontava o campo, aos berros: — ‘Que é aquilo? Que é aquilo?’. Foi socorrido e descobriu-se que ‘aquilo’ era a bola.

Zé Lins não pertencia a esse tipo de intelectual, de laranja, e fez-se íntimo do esporte que é paixão do povo. (Rodrigues 1994: 34)

Diese kurze Passage umschreibt sehr präzise das von José Lins do Rego und Nelson Rodrigues geteilte Verhältnis von Literatur und Fußball. Der Fußball ermöglicht es hier dem Intellektuellen, seine menschliche Dimension zu konkretisieren, sich tatsächlich „unter’s Volk“ zu mischen und während eines Spiels in der Kollektivität aufzugehen, die die Grundlage für die große symbolische Bedeutung des Fußballs in Brasilien bildet. Dieses Bild kann Nelson Rodrigues in seinem Nachruf umso deutlicher zeichnen, als José Lins do Rego mit Flamengo dem traditionellen Club der Massen, der einfachen und armen Leute anhing:

Havia entre ele e o torcedor anônimo, o torcedor pé-rapado, o torcedor de borra-botas, uma confiança, quase um carinho. Para a multidão, não era o „doutor“, nem mesmo o escritor, mas o Zé Lins. Era tratado pela torcida de igual para igual, como se fosse também um pé-rapado, também um borra-botas. E vamos e venhamos: — só se é grande homem quando se adquire familiaridade com o homem da rua, quando se é chamado de Zé Lins, simplesmente. (Rodrigues 1994: 35)

Fast mehr noch als bei José Lins do Rego bildet für Nelson Rodrigues das kulturelle Universum der „kleinen Leute“ die wichtigste Quelle der Inspiration und zentrale Referenz für die Analyse und Kritik der brasilianischen Gesellschaft. Die von Nelson Rodrigues im Nachruf anhand des Fußballs formulierte Kritik am Elfenbeinturm der „Hochkultur“ taucht in seinen Texten immer wieder auf. Am prägnantesten verkörpert wird sie vom Schriftsteller Otto Lara Resende – im wahren Leben ein sehr enger Freund –, der als literarische Figur für die Realitätsferne der Kulturschaffenden steht, deren Verständnis von „brasilianischer Kultur“ die Dimension der Populärkultur ausblendet. Otto Lara Resende, der laut Nelson „nichts von Fußball versteht“, wird aus genau diesem Grund immer wieder zitiert, um mit seinen Weisheiten das Spiel zu erhellen.

So berichtet Nelson Rodrigues 1962 in einer Kulturkolumne von „Ottos Hund“, der plötzlich zu miauen anfing, wohl um die Aufmerksamkeit möglicher Einbrecher und schlechter Schriftsteller auf sich zu lenken und sich von ihnen beißen zu lassen. Vom Hund kommt Nelson direkt auf das brasilianische Selbstbild zu sprechen: „O brasileiro seria capaz de miar, em vez de latir, para despistar um desafeto. Isso em todos os planos de vida e, em especial, no futebol.“ (Rodrigues 1996: 24)

Auslöser für dieses Verhalten ist laut Nelson Rodrigues die 1-2 Niederlage gegen Uruguay bei der Weltmeisterschaft 1950, auf die ich in der Folge noch ausführlich zurückkomme. Aus diesem nationalen Fußballtrauma sieht Nelson Rodrigues ein neues Selbstverständnis entstehen, ein Brasilien, das fußballerisch und als Nation nicht mehr miaut statt bellt, sondern sich selbstbewusst wehrt:

O Príncipe Etíope de rancho viu a pancadaria, tomou distância e correu. Depois, lançou-se. Ninguém mais leve, plástico, elástico. Tão leve que se fez incorporado. E, ao cair em cima do sururu, seus pés deflagraram dois coices rutilantes. E logo a grama se encheu de caras abatidas pelas patadas – as duas patadas feéricas de Didi. Vencemos na bola e no tapa. Nenhuma pusilanimidade no scratch brasileiro. E repito: – ninguém, ali (falo dos nossos), ninguém, era o cachorro do Otto. (Rodrigues 1996: 25)

Auch der Schreibstil von Otto Lara Resende wird bei Nelson Rodrigues (1999: 100-101) zu einer Versinnbildlichung der Spielweise seines Clubs Fluminense, die wie der penible Flaubertsche Stil des Schriftstellerfreundes tadellos und stilistisch anspruchsvoll sei, aber keine Tore erziele.

Die Kritik am eigenen beruflichen Umfeld ist nur eine von vielen

Schichten des Spiegels, den Nelson Rodrigues der brasilianischen Gesellschaft und ihrem widersprüchlichen Selbstverständnis vorhält. Im Bereich des Fußballs kreiert er eine Reihe charakteristischer Figuren, die diese Widersprüche in stark überzeichneter Genüßlichkeit bis zur letzten Konsequenz ausleben. Eine der bekanntesten ist die „Großdame mit den Nasenlöchern einer Toten“, die 1969 in einer Fußballkolumne ihren ersten Auftritt im Maracanã hat:

O que nós chamamos de ‘grã-fina’ é algo impalpável, atmosférico. Sem querer, saiu-me a palavra exata. Ela não é um vestido, uma jóia, um sapato ou uma lingerie. Tudo isso pode ser comprado e imitado. O que não se compra, nem se imita, é a atmosfera que a grã-fina tem. [...] Mas aquela grã-fina tinha, sim, um sinal exterior que a distinguia de tudo e de todos: – as narinas de cadáver. (Rodrigues 1991: 23)

Ausgehend von dieser in späteren Texten variierten Begegnung wird die vornehme Großdame zum Anlaß verschiedenster Überlegungen über die Natur des Fußballs auch jenseits des Spielfelds. Diese exemplarische Vertreterin der gehobenen Gesellschaft Rio de Janeiros symbolisiert die gesellschaftliche Bedeutung des Sports, die weit über sein Verständnis hinausreicht. So erscheint die vornehme Dame bei wichtigen Partien unvermittelt im Stadion und fragt unweigerlich ihren Mann oder ihre Sitznachbarn: “Quem é a bola?”, “Em qual time joga o Fla-Flu?” oder “O *corner* já chegou?” (Rodrigues 1999: 141). Nicht zufällig benimmt sie sich bei ihren Besuchen im Stadion genauso wie der als Gegenbild zum volksnahen und authentischen „Zé Lins“ zum Spiel gezwungene anonyme Schriftsteller im eingangs zitierten Nachruf. Und diese Zunahme des gesellschaftlichen Interesses für das Spiel besitzt für Nelson Rodrigues eine noch umfassendere Bedeutung, handelt sich hierbei doch um Fragen der Transzendenz des Nationalen:

Entre as minhas leitoras, muitas jamais entraram no Estádio Mário Filho, e suspiram: — ‘Eu não gosto de futebol’. Outras poderiam perguntar, como a grã-fina das narinas de cadáver: — ‘Quem é a bola?’. Todavia, há um momento em que todos entendem de futebol e gostam de futebol.

É quando está em causa o destino do escrete. Na hora da seleção, até a grã-fina das narinas de cadáver adquire uma súbita clarividência. (Rodrigues 1999: 142)

Diese Begegnung zeigt auch, welche Kondensierung das Stadion, und ganz spezifisch das Maracanã, im Kontakt zwischen den in der Wirklichkeit getrennten Schichten und Gruppen der Gesellschaft Brasiliens und somit für die Integration durch die Identifikation mit dem Fußball leistet. Die Anthropologin Adriana Facina nimmt den ersten Auftritt der Dame der besseren Gesellschaft im Maracanã zum Anlass, um die Repräsentation dieses Universums im Werk von Nelson Rodrigues stadthanthropologisch zu deuten:

O Maracanã aparece, portanto, como o cenário das diferenças sociais da sociedade brasileira, mas também da possibilidade de minimizá-las através da paixão compartilhada pelo futebol. Não se trata de uma utopia igualitária, já que, mesmo no Maracanã, o grã-fino que fica na tribuna de honra ou nas cadeiras mantém a sua superioridade na hierarquia social em relação aos trabalhadores pobres que frequentam a geral. Trata-se, sim, de uma perspectiva em que a desigualdade não obstrui a interação social entre desiguais e o compartilhar de valores comuns. (Facina 2004: 190)²

II. Der Fußball als Bühne der Nation

Der Literaturwissenschaftler Victor Hugo Adler Pereira bestimmt in allen Textformen des Werkes von Nelson Rodrigues das Prinzip der Theatralität als strukturgebendes Element:

[A]s crônicas e os romances folhetinescos que publicou testemunham da mesma 'teatralidade' que encontrou veículo privilegiado no palco; [...] a definição do que seja 'teatral' possa caracterizar manifestações artísticas de gêneros diferenciados, apresentadas em variados veículos, não se constituindo exclusivamente de um 'fato do palco'. (Adler Perreira 1999: 124)

2- Vor dem Hintergrund der Weltmeisterschaft 2014 in Brasilien gewinnt diese symbolische Bedeutung des Maracanã an neuer Brisanz. Hélio Sussekind beschrieb das Stadion 1996 noch als eigenständiges Wesen von grundlegender Bedeutung im kulturellen und sportlichen Leben Rio de Janeiro: „[O Maracanã] Era quase um personagem, um ente de vida própria que se abria para receber milhares de visitantes a cada partida.“ (Sussekind 1996: 30) Der Umbau dieses mythischen Stadions gemäß den von der FIFA vorgegebenen Standards sowie seine Privatisierung nach der WM haben zur Folge, dass der von Facina erwähnte Unterrang mit Sitzplätzen gefüllt wurde und nur noch Mittel- und Oberschicht sich den Eintritt zu den Spielen leisten können. Das „neue“ Maracanã wird somit zum Sinnbild der Probleme und Konflikte, die im Umfeld der WM 2014 Brasilien erschüttert und geprägt haben.

Diesem Verfahren liege die journalistische Schreibweise zugrunde, die Nelson Rodrigues bereits ab dem 14. Lebensjahr in den Zeitungen seines Vaters (*A Manhã*, *Alma Infantil*, für den Sportteil in *A Crítica*) ausübte. Diese Lehrzeit habe ihm die Techniken vermittelt, die seinen literarischen Stil prägen, vor allem die Verbindung von Journalismus und Dramaturgie. Adler Pereira hebt zwei Elemente daraus hervor: die Konstruktion der Figuren und die Beziehung der Texte zum städtischen Umfeld (Adler Perreira 1999: 134). In den im Alltagsleben Rio de Janeiros angesiedelten Theaterstücken von Nelson Rodrigues – den *tragédias cariocas* – bestehe somit die größte strukturelle, thematische und sprachliche Nähe und Verwandtschaft zu den Kolumnen und Erzählungen. Ein wichtiges verbindendes Element dabei ist nach Adler Pereira die Verwendung von Elementen der klassischen Tragödie und von Klischees, deren Sättigung und Übersteigerung, die ein verbales Deliriums voller Überraschungseffekte und Schockmomenten hervorrufen:

A tematização do universo familiar e de suas conexões com outros âmbito do social serve como combustível aos grandes delírios produzidos no teatro de Nelson Rodrigues. Pautado na ótica da ‘desrazão’, na crônica ou no romance, como vimos, a mesma teatralidade é acionada na criação das várias possibilidades de produção e funcionamento das subjetividades e das diversas famílias em que se conectam. (Adler Perreira 1999: 137)

Diese Deutung stützt sich auf die Lektüre von Flora Sussekind, die Nelsons Schreibtechnik mit dem Begriff des „doppelten Bodens“ charakterisiert, einer Strategie der Täuschung und Enttäuschung der Erwartungshaltung der Leser, ihrer Hinführung zu überraschenden Bedeutungsmöglichkeiten. Die Welten von Theater und Fußball durchdringen einander hier in Form der Äußerungen und der jeweils produzierten Bedeutungen in den Stücken und Kolumnen: „Um fato que chama atenção na obra de Nelson Rodrigues

é justamente sua diversificação por estes dois campos aparentemente tão semelhantes: o teatro e o futebol.“ (Sussekind 1977: 9) Beide verbindet das Element des Spektakels, der Außerhalbbedingtheit aus dem Alltagsleben, ihr begrenzter Raum und dessen Aufteilung als Bühne oder Spielfeld, Zuschauerraum oder Tribüne, die eindeutige Rollenverteilung und klare Zeitbegrenzung. Dabei folgt das Theaterstück einem Ablauf oder Text, während das Spiel sich spontan entwickelt. Bei Nelson allerdings sei auch der Fußball bestimmt von außerfußballerischen Gesetzen und Vorgaben wie der göttlichen Fügung, dem Schicksal oder der Vorbestimmung.³

Auf diese Weise, so Adler Pereira, wird im Theater von Nelson Rodrigues die Evidenz des Sichtbaren im Sinne Foucaults hinterfragt. Gleiches gilt auch für das Fußballspiel auf dem Platz. Unter diesem Gesichtspunkt erscheint der anekdotische Umstand, dass Nelson aufgrund seiner Kurzsichtigkeit kaum erkennen konnte, was konkret auf dem Spielfeld geschah (er soll sogar manchmal die falsche Mannschaft angefeuert haben, weil er nur Trikotfarben unterschied), in neuem Licht. Ein Spiel gesehen zu haben, ist eine Sache, ein Spiel zu erzählen, eine andere. Henry Thorau weist im Nachwort zur deutschen Ausgabe der Fußballtexte – ebenfalls unter Einsatz der Theateranalogie – darauf hin, dass es sich bei Nelson nicht um Spielberichte handelt, sondern darum, das zu erkennen, was hinter dem sichtbaren Spielverlauf auftritt:

[B]ei diesen “Crônicas” [handelt] es sich nicht um Fußballberichterstattung [...], dafür wäre Nelson Rodrigues ohnehin der falsche Mann gewesen; kurzsichtig wie er war, hätte er, wie bissige Kollegen versicherten, im riesigen Maracanã-Stadion gar nicht mitbekommen, was auf dem Rasen passierte. Also hat er die Spiele wie Theateraufführungen mit Haupt- und Nebendarstellungen, Charakter- und Charginrollen am Schreibtisch kommentierend nachinszeniert. (Thorau 1994: 171)⁴

3- In der Erzählung „Marido fiel“ aus der Sammlung *A vida como ele é...* spielt Fußball eine tragende Rolle, als Rosinha, von Ceci in ihrem Mißtrauen gegen den Ehemann Romário angesachtelt, diesen bei einem Spiel im Maracanã – zu dem er angeblich gegangen ist – ausrufen läßt. Romário taucht nicht auf, Rosinha ist zutiefst getroffen, Ceci wird beim Verlassen des Stadions von einem Bus überfahren, Rosinha ist erleichtert über diese „Strafe“ für ihrer Freundin (Rodrigues 2001: 144-148). Umgekehrt die Fußballkolumne „O grande dia de Otacilio e Odete“, die den Verlauf der Weltmeisterschaft 1958 mit einem Drama von Liebe, Eifersucht und Mißtrauen verwebt. Im Gegensatz zu den meisten seiner Erzählungen läßt Nelson diese Geschichte parallel zum Turnier glücklich enden (Rodrigues 1999: 177-179).

4- Nelson Rodrigues selbst definierte seine Sicht des Spiels unter anderem wie folgt: „Os idiotas da objetividade não vão além dos fatos concretos. E não percebem que o mistério pertence ao futebol. Não há clássico e não há pelada sem um mínimo de absurdo, sem um mínimo de fantástico.“ (Rodrigues 1994: 138).

Flora Sussekind illustriert ihre These zur Analogie von Theater und Fußball bei Nelson Rodrigues anhand des Stücks *A falecida – Begräbnis erster Klasse*, wo sie durch die Figur des Tuninho verkörpert wird. Sussekind verweist zugleich darauf, dass dieses Stück eine Ausnahme von der ansonsten überraschenden Abwesenheit des Fußballs im Theater von Nelson bildet (Sussekind 1977: 11). In *A falecida* repräsentiere der Fußball als Thema zusammen mit dem Poolbillard die Ränder der Gesellschaft. Fußball sei in seiner widersprüchlichen Natur ein wesentliches Element für die Konstituierung der nationalen Identität Brasiliens, das durch seine Unsichtbarkeit im Stück noch deutlicher hervor trete.

Ab *A falecida* besteht für Adler Pereira eine größere Verwandtschaft zwischen den Theaterstücken und der Sprache und Technik der journalistischen Arbeit in den *crônicas* bei Nelson Rodrigues. Alltagsorte und -situationen, Darstellung der allgemeinen Vorstellungswelt, Motive und Situationen wie in Journalismus und Sportkolumnen bilden das wesentliche Material der Texte. In diesem einen Stück nun reden die Figuren auch über Fußball; Tuninhos Absicht, beim bevorstehenden Spiel Vasco gegen Fluminense auf seinen Club Vasco zu setzen, wird über das ganze Stück hinweg immer wieder thematisiert. Die Dramaturgie des Stückes stützt sich auf Referenzen aus dem Alltagsleben der armen Schichten Rio de Janeiros und nähert sich den Regeln an, die auch das Fußballspiel und den Überlebenskampf der Bewohner der *subúrbios* und der *Zona Norte* bestimmen:

É sobre essas marcas delimitadoras da existência dos personagens, de suas máscaras e de suas possibilidades num espaço urbano determinado, a cidade do Rio de Janeiro, obedecendo e driblando as regras do jogo social, que incidirá o processo de desconstrução da linguagem, característico do discurso do autor. (Adler Perreira 1995: 140)

Nelson Rodrigues brach das Tabu des Fußballs als Sport und Kulturelement der Massen und der Unterklasse, als er die fanatische Leidenschaft der Hauptfigur Tuninho für Vasco zu einem tragenden Element der Handlung von *A falecida* machte und die Schlußszene des Stückes im Maracanã bei einem Spiel Fluminense gegen Vasco vor 200.000 Zuschauern inszenierte, wobei die Theaterbesucher an die Stelle der gegnerischen Fans treten und die letzten Worte den traditionellen Schlachtruf der Anhänger des Traditionsvereins Vasco da Gama bilden (Rodrigues 1993: 779).

Fußballmannschaften besitzen in der Sichtweise von Nelson Rodrigues ebenfalls den Status von Protagonisten. In erster Linie gilt dies für seinen

Herzverein Fluminense, aber auch für den Erzfeind Flamengo⁵ sowie für die weiteren Traditionsvereine Rio de Janeiros. Nicht zuletzt sind die Spieler die wichtigsten und faszinierendsten Figuren, allen voran Garrincha und Pelé, aber auch weitere *craques* wie Ademir (der in *A falecida* fast schon eine Figur in Abwesenheit darstellt), „der Besessene“ Amarildo, „der äthiopische Hüttenprinz“ Didi oder „der schwarze Diamant“ Leônidas da Silva.

Dieses Ensemble von Figuren bevölkert die Fußball-Kolumnen von Nelson Rodrigues, die in den Texten über die Weltmeisterschaften von 1950 bis 1978 ihren Höhepunkt erreichen. In diesem sehr eigenen Zeitdokument wird der Weg von der traumatischen Niederlage Brasiliens gegen Uruguay 1950 im eigenen Land bis zum Gewinn des dritten Titels 1970 in Mexiko zum Schicksal ganz Brasiliens, zum Kampf und Ringen eines jeden Brasilianers um seine Würde und Ehre. Jeder Sieg ist eine Überwindung der Unterentwicklung, jede Niederlage eine größere Katastrophe als die galoppierende Inflation. Brasilien erscheint hier als das „Land des Fußballs“, allerdings nicht in der Vorstellung vom naiven „Zauberfußball“, wie sie heute noch in den Köpfen vieler Europäer vorherrscht, sondern in der Hingabe und Begeisterung der Menschen für diesen Sport.

So ist die ständige Beschäftigung mit der nationalen Identität Brasiliens eine weitere grundlegende Dimension des fußballerischen Universums von Nelson Rodrigues. Es handelt sich dabei nicht um eine forcierte Konstruktion einer Wesensart oder um eine romantische Träumerei. Im Gegenteil sollen scheinbar maßlose und plakative Übertreibung bloßlegen, welche identitären Konflikte von den Zuschauern in einer Partie, im Stil eines Spielers oder in einem Spielzug ausgefochten werden und im engsten Wortsinne „auf dem Spiel stehen“.

Auch hier kann man die Natur des Literarischen zu der des Fußballs analog setzen: In den Stücken, Erzählungen und Kolumnen bilden die einfachen Menschen Rio de Janeiros einen urbanen Mikrokosmos, der gleichzeitig universelle menschliche Dimensionen und die Problematik nationaler Identität abbildet. Der Fußball ist Teil dieses Mikrokosmos. Und Fußball findet für Nelson Rodrigues in relevanter Weise nur auf zwei Ebenen statt: in

5- Dies gilt verständlicherweise fast ausschließlich *ex negativo* und niemals als Größe aus sich selbst heraus, aber z.B. durch die Kraft der absoluten Identifikation mit der eigenen Mannschaft. 1958 dreht Flamengo nach 0-2 Rückstand gegen Santos im Pacaembu in São Paulo das Spiel und gewinnt mit 3-2, Nelson sieht dahinter die transzendente Kraft des Trikots von Flamengo, das bei wichtigen Spielen seine Mannschaft über sich hinaus wachsen lässt (Rodrigues 1994: 39-40). Das schwarz-rot gestreifte Auswärtstrikot der deutschen Nationalmannschaft bei der WM 2014 (das unter anderem beim Halbfinale gegen Brasilien getragen wurde) war von Flamengo inspiriert und brachte ihr die liebevolle Bezeichnung „FLA-lemanha“ ein.

Rio de Janeiro und als Nationalmannschaft. So kondensieren sich für ihn alle Qualitäten und Eigenheiten des brasilianischen Fußballs, seiner Spielweise und der ihn umgebenden und stützenden Kultur in Rio de Janeiro, in einer ideologisch, ästhetisch und sozial ausdifferenzierten Konstellation, die im wesentlichen von den Vereinen Fluminense, Flamengo, Botafogo und Vasco da Gama besteht. Die Ligen und Turniere in anderen Regionen und Staaten Brasiliens interessieren ihn kaum, die einzige signifikante Ausnahme bildet nur Santos FC, der nach Nelsons Einschätzung ohnehin zu Rio de Janeiro gehörte. Denn Santos absolvierte in den 50er und 60er Jahren zahlreiche seiner internationalen Begegnungen im Maracanã und war die Mannschaft des Jahrhundertfußballers Pelé, der bis heute den bereits mythisch gewordenen dreifachen Gewinn der Weltmeisterschaft verkörpert (Rodrigues 1999: 114).

Der britische Autor Alex Bellos sieht die Bedeutung von Nelson Rodrigues für den brasilianischen Fußballjournalismus und darüber hinaus in großem Maße in dessen Weitsicht und Fähigkeit zum Erkennen grundlegender Wahrheiten aus seiner radikal subjektiven und irrationalen Sicht auf den Fußball heraus:

Nelson, without intending to, gave Brazilian football its clearest voice. [...] Nelson [...] articulated the hyperbolic passion of a fan. ‚I’m Fluminense, I always was Fluminense. I’d say I was Fluminense in my past lives.‘ He coined dozens of phrases that seem as relevant now as when he wrote them four decades ago. He described players like Pelé and Garrincha as transcendent icons – which no one had done before. Nelson was the first person to describe Pelé as royalty. (Bellos 2003: 249)

Mehr noch, der Status von Pelé und Garrincha als brasilianische Fußballmythen wurde nicht zuletzt von Nelson Rodrigues begründet und inhaltlich ausgefüllt. Er kürte den damals 17jährigen Pelé im Februar 1958 nach einem 5-3 von Santos gegen América, zu dem er alleine 4 Tore beigesteuert hatte, zum ersten Mal zum „Protagonisten der Woche“: „[V]erdadeiro garoto, o meu personagem anda em campo com uma dessas autoridades irresistíveis e fatais. Dir-se-ia um rei, não sei se Lear, se imperador Jones, se etíope.” (Rodrigues 1999: 42) Besonders beeindruckte Nelson Rodrigues dabei das enorme Selbstvertrauen des jungen Spielers: „O que nós chamamos de realza é, acima de tudo, um estado de alma. E Pelé leva sobre os demais jogadores uma vantagem considerável: – de se sentir rei, da cabeça aos pés.” (Rodrigues 1999: 42)

Diese frühe „Krönung“ des späteren „Athleten des Jahrhunderts“ und „größten Fußballers aller Zeiten“ ist auch Bestandteil der Nelson Rodrigues erklärten Vorahnung, dass die anstehende Weltmeisterschaft im selben Jahr

in Schweden endlich den ersehnten ersten Titel für Brasilien bringen würde. War Brasilien 1950 am Hochmut und 1954 am „Straßenköter-Komplex“ nach der traumatischen Niederlage gescheitert, so war nun mit einem König an der Spitze der Mannschaft der Titel zu gewinnen. Aus heutiger Perspektive handelt es sich um eine der unübertrefflichen Prophezeiungen des Nelson Rodrigues:

Por que perdemos, na Suíça, para a Hungria? Examinem a fotografia de um e outro time entrando em campo. Enquanto os húngaros erguem o rosto, olham duro, empinam o peito, nós baixamos a cabeça e quase babamos de humildade. Esse flagrante, por si só, antecipa e elucida a derrota. Com Pelé no time, e outros como ele, ninguém irá para a Suécia com o clima dos vira-latas. Os outros é que tremerão diante de nós. (Rodrigues 1999: 44)

Die größte Präsenz im Werk von Nelson Rodrigues hat jedoch Garrincha, der im Gegensatz zu Pelé nicht den vollkommenen, vielseitigen und lenkenden Spieler verkörperte, sondern nach Ansicht des Schriftstellers die Quintessenz des brasilianischen Spiels und in diesem Sinne auch des brasilianischen Wesens. Garrincha bildet im brasilianischen Fußballolymp bis heute den Gegenpol zum eher unnahbaren „König“ Pelé, wird als volksnaher Fußballheld verehrt und liebevoll „Mané“ genannt (vgl. dazu Castro 2002). Nelson Rodrigues pflegte und erhöhte das Bild Garrinchas als verwundbares, kindliches und in dieser verpielt-unschuldigen Genialität wahrhaft „brasilianisches“ Idol. Für ihn war Garrincha verantwortlich für die schönsten 3 Minuten in der Geschichte des Fußballs: Im Vorrundenspiel Brasilien gegen die UdSSR bei der WM 1958 in Schweden lebte Garrincha seine kindliche Unbekümmertheit aus, die nicht einmal theoretisch imstande gewesen wäre, vor dem Gegner Angst zu empfinden – und damals erschauerte die ganze Welt vor dem „wissenschaftlichen Sowjetfußball“. In der Deutung von Nelson Rodrigues war das Spiel – Endstand 2-0 für Brasilien – in dem Moment entschieden, als Garrincha das erste Mal den Ball an den Fuß bekam, einen langen Tanz durch die sowjetischen Abwehrreihen begann und den Ball gegen den Pfosten knallte (Rodrigues 1999: 53-54).

An der Kombination von Pelé und Garrincha – die brasilianische Nationalmannschaft hat nie verloren, wenn beide zusammen auf dem Platz standen –, ihrer gegensätzlichen Art zu spielen und zu leben, läßt sich die bewußt subjektive und polemische, darin aber auch so zeitlose und tiefgründige pische Erzählung festmachen, die Nelson Rodrigues vom Weg Brasiliens zum dreifachen Weltmeister 1950 bis 1970 liefert. Wie bereits anklang, war in

seiner Wahrnehmung das größte und einzige Hindernis für Brasiliens Triumph bei der Fußballweltmeisterschaft Brasilien selbst, sein fehlender Glaube an sich. Die „nationale Tragödie“ von 1950, das „brasilianische Hiroshima“, die „nationale Erniedrigung, die tausendmal schlimmer was als Canudos“ (Rodrigues 1996: 24) – profan gesprochen die 1-2 Niederlage gegen Uruguay im entscheidenden und letzten Spiel des Turniers⁶ im vollbesetzten und eigens für diesen erwarteten Sieg erbauten Maracanã am 16. Juli 1950 – wird von Nelson Rodrigues immer wieder analysiert und aufgearbeitet. Darin ist er keine Ausnahme, dieser nicht gewonnene Titel bringt bis zum heutigen Tag literarische, geschichtswissenschaftliche und verschwörungstheoretische Kreationen hervor. Und trotz mittlerweile fünf gewonnen Weltmeisterschaften scheint diese erste Wunde nicht zu verheilen.⁷

Es handelt sich aber erneut nicht nur um zum Schmunzeln geeignete Anekdoten einer von außen vielleicht übertrieben und naiv wirkenden Fußballleidenschaft. Die Dramatik der bis heute nicht abgeschlossenen Auseinandersetzung Brasiliens mit der Niederlage gegen Uruguay 1950 weist auf tiefer liegende Gründe, die das gesellschaftliche Gefüge und die nationale Identitätsbildung des Landes betreffen. Nelsons Bruder Mário Filho⁸ erklärt in seinem Standardwerk *O negro no futebol brasileiro*, dass die weißen und europäisch geprägten Eliten Brasiliens der Professionalisierung des Fußballs nur widerwillig zustimmten, insbesondere auch weil sie das Spiel unweigerlich

6- Der beim Turnier eingesetzte Modus sah kein Finale vor, Weltmeister wurde der Sieger der zweiten Gruppenphase. Brasilien hätte daher schon ein Unentschieden gegen Uruguay für den Titel gereicht, was das Ausmaß der Niederlage nochmals vergrößerte.

7- Siehe dazu unter anderen Moraes Neto (2000), Perdigão (2000) und Nogueira, Soares, Muylaert (1994). Es ist noch zu früh für längerfristige Beobachtungen und auch unterscheiden sich die soziohistorischen Hintergründe, doch war es bemerkenswert, wie selbstverständlich die brasilianische Sportpresse die 1-7 Niederlage Brasiliens gegen Deutschland im Halbfinale der WM 2014 mit der von 1950 kurzschloss und teilweise soweit ging, sich bei den Verlierern von 1950 für 64 Jahre voller Vorwürfe und Schuldzuweisungen zu entschuldigen. Der „Mineiraço“, wie diese Niederlage sofort getauft wurde, löste zumindest in der ersten Reaktion den historischen „Maracanaço“ als größte nationale Tragödie im Fußball ab und schreibt das Drama des „Scheiterns an sich selbst“ weiter.

8- Nelsons älterer Bruder Mário Filho war in den 30er bis 50er Jahren Brasiliens einflussreichster Sportjournalist und spann auch hinter den sportlichen Kulissen viele Fäden, z.B. bei der Strukturierung der bundesstaatlichen Liga von Rio de Janeiro. Mário Filho war einer der Hauptbetreiber für den Bau des Maracanã, das seit 1966 seinen Namen trägt (Estádio Jornalista Mário Filho). Auch das legendäre Lokalderby zwischen Flamengo und Fluminense wurde von ihm symbolisch aufgeladen und mit der Kurzform „Fla-Flu“ versehen. Das Lebenswerk Mário Filhos und die persönliche Nähe der Rodrigues-Brüder zu wichtigen Akteuren auf den Bühnen und hinter den Kulissen des Fußballs haben zweifelsohne Nelsons Wahrnehmung und Literarisierung des Spiels geprägt (vgl. Castro 1994: 221ff. und Bellos 2003: 124ff.).

für Spieler aus den unteren und armen Gesellschaftsschichten und damit auch für Farbige öffnete. Gerade diese farbigen Spieler waren es dann auch noch, die dem brasilianischen Fußball bei den ersten Weltmeisterschaften in den 30er Jahren internationales Ansehen und eine eigene Charakteristik verliehen. So war es kein Zufall, kritisiert Mário Filho, dass das 1-2 gegen Uruguay im „Endspiel“ von 1950 vorrangig den farbigen Nationalspielern angelastet wurde. Er verurteilt dieses Geschehen im Vorwort zur 2. Auflage seines Buches nochmals ausdrücklich:

Basta lembrar que a derrota do Brasil em 50, no campeonato mundial de futebol, provocou um recrudescimento do racismo. Culpou-se o prêto pelo desastre de 16 de julho. [...]

A prova estaria naqueles bodes expiatórios, escolhidos a dedo, e por coincidência todos prêtos: Barbosa, Juvenal e Bigode. Os brancos do escrete brasileiro não foram acusados de nada. (Filho 1964: o.S.)⁹

Diese erste Erschütterung eines von außen auferlegten übertriebenen Selbstvertrauens der Funktionäre und des Publikums, das im Grunde mit sich selbst nicht im Reinen war, brachte das schwache Identitätskonstrukt zum Aufbrechen und machte hinter der schlecht montierten sozialen und ethnischen Harmonie die Ressentiments und Ausgrenzungen sichtbar. Diesen Umstand beschreibt Nelson Rodrigues prägnant und bissig mit dem „Straßenkötter-

9- Siehe auch die Analyse des Spiels und seiner Auswirkungen in Filho (1964: 331-337) und weiterhin Miranda Pereira (2000: 332). Bemerkenswert ist hier die Analogie zur „Kreolisierung“ Brasiliens in den Sozialwissenschaften, wie sie Gilberto Freyre mit seinem Klassiker *Casa Grande e Senzala* (1933) vorangetrieben hat. Vgl. auch das Vorwort Freyres zu *O negro no futebol brasileiro* (Filho 1964: IX-XII), wo er dafür plädiert, endlich die kulturelle und ethnische Realität des Landes gerade in und durch den Fußball anzuerkennen, das produktive Potential darin zu entdecken und diese interne Differenz zu valorisieren. Entsprechend charakterisiert Freyre den brasilianischen Fußball als Tanz: „O desenvolvimento do futebol, não num esporte igual aos outros, mas numa verdadeira instituição brasileira, tornou possível a sublimação de vários daqueles elementos irracionais de nossa formação social e de cultura. A capoeiragem e o samba, por exemplo, estão presentes de tal forma no estilo brasileiro de jogar futebol que de um jogador um tanto álgido como Domingos, admirável em seu modo de jogar mas quase sem floreios - os floreios barrocos tão do gosto brasileiro - um crítico da argúcia de Mário Filho pode dizer que êle está para o nosso futebol como Machado de Assis para a nossa literatura, isto é, na situação de uma espécie de inglês desgarrado entre tropicais.“ (Filho 1964: X).

Ein solches neues Selbstbewußtsein unter Verweis auf die ethnische Heterogenität gerade durch den Fußball konnte allerdings erst ab 1958 erfolgen. Allgemein zur Geschichte des brasilianischen Fußballs und seinem Verhältnis zur Politik siehe auch Eisenberg (1997), insbesondere ihre „Einführung“ (1997: 7-21) und speziell zu Brasilien und der Rolle des Regimes von Getúlio Vargas für den Fußball Caldas (1997).

Komplex“:

Por ‘complexo de vira-latas’ entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Ist em todos os setores e, sobretudo, no futebol.” (Rodrigues 1999: 52)

Man erkennt unschwer, dass es bei Nelson Rodrigues unermüdlichem Anschreiben gegen diesen Komplex um mehr geht als nur Fußball und den Wunsch nach einem Sieg Brasiliens in der Zukunft, es geht ihm darum, wie das Land sich anhand seines wichtigsten kulturellen und sozialen Repräsentationselements zu sich selbst stellt. In diesem Sinne mutet es fast wieder prophetisch an, wenn man sein Gedankenspiel unmittelbar vor Beginn des Turniers 1958 in Schweden liest:

E, hoje, se negamos o escrete de 58, não tehamos dúvida: – é ainda a frustração de 50 que funciona. Gostaríamos talvez de acreditar na seleção. Mas o que nos trava é o seguinte: – o pânico de uma nova e irremediável desilusão. E guardamos, para nós mesmos, qualquer esperança. Só imagino uma coisa: – se o Brasil vence na Suécia, se volta campeão do mundo! ah, a fé que escondemos, a fé que negamos, reberitaria todas as comportas e 60 milhões de brasileiros iam acabar no hospício. (Rodrigues 1999: 51)

Vor diesem Hintergrund erst wird umfassend deutlich, welche mannigfaltigen Bedeutungen ein Spieler wie Garrincha für Nelson Rodrigues und für den brasilianischen Fußball besaß. Er hatte afrikanische und indigene Vorfahren, kam vom Lande, war kaum gebildet, besaß kein wirkliches Bewußtsein von der modernen Welt, die Brasilien und seinen Fußball prägte. Auch physisch war er kein Vorzeigeathlet, er hatte zwei krumme Beine, denen die Sportärzte absolute Untauglichkeit zum Fußball attestiert hatten. Weiterhin war da seine Art zu Leben, mit zahlreichen (auch unehelichen) Kindern, einer vernachlässigten und inoffiziell bereits verlassenen Frau, die fehlende Disziplin für Training und athletische Lebensweise, sein Hang zum Alkoholismus, schließlich seine wilde Ehe mit der Sängerin Elsa Soares. In all dieser Schwäche und Unvollkommenheit läßt Nelson niemals davon ab, Garrincha als die reinste Verkörperung der brasilianischen Fußballs – und dies ohne jede mythische oder überirdische Dimension – zu sehen und zu verteidigen.

Kurz vor der Weltmeisterschaft 1958 in Schweden erklärte Nelson Pelé zum „König“, Garrincha entdeckte er für sich als kindlich-unbekümmerten „seu Manuel“ spätestens ab dem Vorrundenspiel gegen die Sowjetunion. Durch das Zusammenspiel dieser beiden ungleichen und eigentlich

gegensätzlichen Elemente gewann Brasilien seinen ersten Titel und stellte sich der Welt endgültig als wahres Land des Fußballs“ mit einer ganz eigenen und überlegenen Art des Spiels vor. Nach dem glanzvollen 5-2 im Finale gegen das Gastgeberland ist der Komplex überwunden, hatte sich Brasilien durch den Fußball neu definiert:

O povo já não se julga mais um vira-latas. Sim, amigos – o brasileiro tem de si mesmo uma nova imagem. Ele já se vê na generosa totalidade de suas imensas virtudes pessoais e humanas. Vejam como tudo mudou. A vitória passará a influir em todas as nossas relações com o mundo. (Rodrigues 1999: 60)¹⁰

Die Verteidigung des Titels 1962 wurde zur großen Tat Garrinchas, da Pelé im ersten Spiel der Achtelfinalrunde verletzt aus dem Turnier ausschied. Mit Pelés Ersatzmann Amarildo, den Nelson sofort zum „Besessenen“ im Sinne Dostojewskys erklärte, führte Garrincha die Mannschaft von Sieg zu Sieg. Beim 2-0 gegen Spanien, ebenfalls in der Achtelfinalrunde, spielte Garrincha alleine die gesamte spanische Abwehr aus:

No fim, não havia mais ninguém para driblar, ninguém. E Mané, que no fogo mais infernal tudo vê e tudo sabe, passa para Amarildo. Mas não foi um passe qualquer. Nem a cabeça de São João Batista foi tão na bandeja como aquela bola de Garrincha. Estava lá Amarildo, o possesso Amarildo, o rútilo epiléptico. E então ele enfiou a sua cabeça mortal. Aquilo era o Brasil. (Rodrigues 1999: 88)

Ein einziger Spielzug mit erfolgreichem Abschluß ist in Nelsons Wahrnehmung und Erzählung fähig, die Essenz einer ganzen Nation auszudrücken. Und in identischer Weise ist es ein einziger Spieler, der in Nelsons Augen die Nation schließlich im Finale gegen die CSSR zum Titel führt. Garrincha verkörpert Brasilien als junge Nation gegenüber den Weltmächten, die sich wiederum in seinem kindlich-unbekümmerten Fußball ausdrückt und verwirklicht:

Se aparecesse, na hora, um grande poeta, havia de se arremessar, gritando: – ‘O homem só é verdadeiramente homem, quando brinca!’ . Num simples lance isolado, está todo o Garrincha, está todo o brasileiro, está todo o Brasil. E jamais Garrincha foi tão Garrincha, ou tão homem,

10- Es fehlt in diesem Zusammenhang auch nicht eine bissige Anspielung gegen Paulo Prados These vom „traurigen Volk“: „E vou mais além: – diziam de nós que éramos a flor de três raças tristes. A partir do título mundial, começamos a achar que a nossa tristeza é uma piada fracassada.“ (Rodrigues 1999: 61) Paulo Prados *Retrato do Brasil* von 1928 trägt bereits den Untertitel „Ensaio sobre a tristeza brasileira“ und beginnt mir dem Satz „Numa terra radiosa vive um povo triste.“ (Prado 2002: 29).

como ao imobilizar, pela magia pessoal, os onze latagões tchecos, tão mais sólidos, tão mais belos, tão mais louros do que os nossos. (Rodrigues 1994: 80)

Nelson Rodrigues nimmt diesen Moment des erneuten Triumphs und die überragende Art und Weise, wie er erreicht wurde, zum Anlass, den essentiellen Unterschied zwischen brasilianischem und europäischem Fußball – nun eindeutig positiv zugunsten der Brasilianer gedeutet – noch stärker zu markieren und an den menschlichen, den sozio-kulturellen Eigenschaften der Spieler festzumachen:

[O europeu v]inha certo, certo, da vitória. Havia, porém, em todos os seus cálculos, um equívoco pequeno e fatal. De fato, ele viria apurar que o forte do Brasil não é tanto o futebol, mas o homem. Jogado por outro homem o mesmíssimo futebol seria o desastre. Eis o patético da questão: – a Europa podia imitar o nosso jogo e nunca a nossa qualidade humana. [...] Para nos vencer, o alemão ou suíço teria de passar várias encarnações aqui. Teria que nascer em Vila Isabel, ou Vaz Lobo. Precisaria ser camelô no Largo da Carioca. Percisaria de toda uma vivência de boteco, de gafeira, de cachaca, de malandragem geral. (Rodrigues 1994: 80)¹¹

1966 in England stellt dann wieder eine schmerzhaft Zäsur für den brasilianischen Fußball und für Nelsons Wahrnehmung dar. Gleiches gilt auch für die Geschichte der Weltmeisterschaften, für die das Turnier in England einen neuen Abschnitt markierte: Das Spiel wurde härter, taktisch enger, stärker auf Raum und Mannschaftsspiel ausgerichtet, individuelles Können konnte sich nur noch schwer dagegen durchsetzen. Nicht zufällig wurde der Titel ab den Halbfinals unter europäischen Mannschaften ausgefochten. Auf diese neue Form des Spiels mußte auch der brasilianische Fußball reagieren.¹² Zunächst aber erregt Nelson, dass die Öffentlichkeit das frühzeitige Ausscheiden Brasiliens resigniert hinnahm und als verdient betrachtete. Er sieht darin den

11- Über das bereits auf das 19. Jahrhundert zurück verweisende Stichwort der „malandragem“ als typisch brasilianischem Wesenszug verbindet Nelson Rodrigues einmal mehr das Spiel auf dem Platz mit den kulturellen Elementen der brasilianischen Lebenswelt. Zur Bedeutung der „malandragem“ ausgehend von der sozio-kulturellen Entwicklung Rio de Janeiros als damaliger Hauptstadt des portugiesischen Kolonialreiches im frühen 19. Jahrhundert siehe den mittlerweile als Klassiker anzusehenden Essay von Antonio Candido, der den Roman *Um sargento de milicias* (1852) von Manuel Antônio de Almeida interpretiert (Candido 2004).

12- Für Brasiliens schlechtes Abschneiden 1966 war in weite Teile auch die Unfähigkeit der sportlichen Leitung von Fußballverband und Trainerstab mitverantwortlich. Siehe dazu den Text „A vergonha“ (Rodrigues 1999: 129-131), wo Nelson die sportliche Leitung aufgrund ihrer Dummheit zum „Protagonisten der Woche“ ernannt.

Ausdruck der Selbsterniedrigung des Unterentwickelten:

Amigos, o mínimo que se pode esperar do subdesenvolvido é o protesto. Ele tem de esperar, tem de subir pelas paredes, tem de se pendurar no lustre. Sua dignidade depende de sua indignação. Ou ele, na su ira, dá arrancos de cachorro atropelado, ou temos de chorar pela sua alma. (Rodrigues 1994: 126)

Die Engländer dagegen fänden mit dem natürlichen Zynismus einer entwickelten Industrienation und ehemaligen Kolonialmacht nichts daran, den Titel durch Hilfe der Schiedsrichter und überhartes Spiel vor allem gegen die Südamerikaner gewonnen zu haben. Und die brasilianische Presse gebe nun den Engländern Recht und verteidige nicht die brasilianische Mannschaft, deren Spielkunst brutal zerstört wurde:

Então eu vi que a tragédia do subdesenvolvimento não é só a miséria ou a fome, ou as cirnacinhas apodrecendo. Não. Talvez seja um certo comportamento espiritual. O sujeito é roubado, ofendido, humilhado e não se reconhece nem o direito de ser vítima. (Rodrigues 1994: 127)¹³

Der Komplex der Unterlegenheit ergreift 1966 das Land erneut, und dies gerade im Fußball, in dem Brasilien doch bewiesen haben sollte, dass es dem Rest der Welt mehr als ebenbürtig ist. Aber die Öffentlichkeit, die Presse, verfällt ins gegenteilige Extrem zur übertriebenen Euphorie und erklärt den eigenen Fußball für unzureichend. Eine absurde Einstellung, denn:

O futebol inglês, ou alemão, ou russo é de uma clara, taxativa, ululante mediocridade.

Trata-se de um retrocesso evidentíssimo. A grossura, a truculência, a deslealdade ou, numa palavra, o coice nunca foi moderno. É um futebol que se deveria jogar de quatro, aos relinchos, aos mugidos; e que também se devia assistir de quatro, com os mesmo relinchos e os mesmos mugidos. (Rodrigues 1994: 124)

Erneut könnte man versucht sein, Nelson Ausfälle als belustigende

13- Diese Analyse eines kolonisierten Bewußtseins anhand der Niederlage im Fußball greift der Sozialwissenschaftler Gilson Gil auf und zeigt, wie sich das negative Bild der übertriebenen und passiven Bescheidenheit, der *humildade*, quer durch das Werk zieht, sei es in Theaterstücken wie *Otto Lara Resende ou Bonitinha mas ordinária* oder in Romanen wie *O casamento e Nupcias de fogo*, in den Erzählungen oder in Kolumnen anderer Natur. Doch die zugespritzte Formulierung des Problems findet auch Gil anlässlich des Ausscheidens der brasilianischen Nationalelf in England 1966 (Gil 1998: 264).

Anekdote abzutun. Doch hinter seinem Wettern gegen den europäischen Fußball der 60er Jahre und die brasilianischen Meinungsmacher angesichts einer nicht gewonnen Weltmeisterschaft (nach zwei Titeln in Folge) rührt wieder an tiefere Befindlichkeiten, Grundhaltungen eines ganzen Landes, die er mit dem Status des „Unterentwickelten“ und des Straßenkötters“ benennt und bekämpft.

Estávamos esquecidos, sim, estávamos desmemoriados do nosso subdesenvolvimento. E, súbito, vem a frustração hedionda do tri. Ontem mesmo, eu vou para a cidade, no ônibus, com um confrade. Súbito, constato o seguinte: – o colega babava na gravata. E o pior é que não havia, ali, à mão, um guardanapo. Eu ia adverti-lo, quando descobri que todos, no coletivo, faziam o mesmo. Percebi tudo: - perdida a Copa, deu no povo essa efervescente salivação. Repito: – pende do nosso lábio a baba elástica e bovina do subdesenvolvimento. E o Otto Lara Resende bate o telefone para mim. Antes do bom-dia, disse-me ele: – ‘Voltamos a ser vira-latas!’ (Rodrigues 1994: 122)

Auch im Bereich der Fußballphilosophie beweist Nelson anlässlich des schmerzlichen Ausscheidens Weitsicht, als vorschnelle Experten die Umstellung der brasilianischen Spielweise auf reines Mannschaftsspiel fordern. Die größte Gefahr in solchen Forderungen liegt für Nelson im offenen Verzicht auf individuelle Genies, herausragende Spieler – *craques* – die Träger wunderbarer Momente im Spiel für Zuschauer und Fans:

Em futebol, como em tudo o mais, o craque é decisivo. Evidente que os onze são indispensáveis. Mas o que leva público e faz bilheteria é o craque. Eu diria que, no time de Pelé, só ele existe e o resto é paisagem. Em 62, os europeus já faziam o seu coletivismo. Pois bem. O nosso Mané, com um piparote, desmontou todo o coletivismo do inimigo. (Rodrigues 1994: 230)

Für den Soziologen Roberto DaMatta bildet sich dieser Wesensunterschied zwischen europäischem und brasilianischem Fußball nicht nur auf dem Feld ab, sondern auch daneben, bei Zuschauern und Fans. Aufgrund der auf individuelle Spielstärke und Spielwitz konzentrierten Art des Fußballs in Brasiliens diene dieser auch nicht für Kollektivierung des sich über ihn identifizierenden Publikums, sondern für individualisierte Projektionen eines jeden Einzelnen, die insbesondere durch herausragende Spieler, *craques*, kristallisiert werden. „Deste modo, o futebol é, na sociedade brasileira, uma fonte de individualização e possibilidade de expressão individual, muito mais do que um instrumento de coletivização ao nível pessoal ou das massas.“

(DaMatta 1982: 27)

1970 gelingt die notwendig gewordene Reaktion und Neuaufstellung des brasilianischen Spiels, Pelé führt eine *seleção* ins Turnier in Mexiko und zum dritten Titel, die nun unweigerlich den brasilianischen Fußball ins Herz der weltweiten Fußballfans spielt. Doch war dies nicht von Beginn an klar, vor allem nicht für die brasilianische Öffentlichkeit und Presse, die ihre Nationalelf beim letzten Testspiel in São Paulo mit Pfiffen verabschiedeten und ein erneutes Scheitern gegen die Europäer vorhersahen. Nur Nelson Rodrigues glaubt fest an die Qualitäten der Mannschaft und nutzt deren Einzug ins Halbfinale für eine Abrechnung mit den „Experten“, die fast nahtlos an die Tiraden von 1966 anschließt (Rodrigues 1994: 148). Die Dimension des Fußballs, die den Menschen, ja die ganze Nation erhöht und transzendiert, rückt wieder in den Vordergrund. Noch vor dem Halbfinale gegen Uruguay zieht er eine Bilanz des Turniers, des Weges zum dreifachen Titelgewinn und reflektiert über die Bedeutung dieses Triumphes. Das Land sei mit den Erfolgen seiner Auswahl zuversichtlich geworden, mit sich selbst versöhnt, fühle sich wieder gerne als Brasilianer. Und denen, die Fußball als reines Spiel und Nebensache abtun, hält er entgegen:

Meu Deus, não sejamos cegos. O escrete tem outras dimensões vitais decisivas. Por exemplo: – o gol contra a Inglaterra. Um lance perfeito, irretocável. Tostão driblou três ingleses, Pelé enganou mais três e Jairzinho loquidou o sétimo inglês. E naquele instante Tostão driblava por nós, Pelé enganava por nós, Jairzinho marcava por nós. Portanto, e aqui vai o óbvio: – o escrete realiza o brasileiro e o compensa de velhas humilhações jamais cicatrizadas. (Rodrigues 1994: 151)

Das Halbfinale gegen Uruguay gewinnt Brasilien mit 3-1. Nelson Rodrigues sieht Brasilien nun bereits als unbestrittenen Weltmeister, das Finale gegen Italien sei keine reine Formsache, aber angesichts der drückenden Überlegenheit des brasilianischen Spiels nicht wirklich notwendig, um den Sieger des Turniers zu ermitteln. Die Lektion von 1966 sei gelernt und produktiv umgesetzt worden, allerdings nicht im Sinne der „Experten“, die eine Europäisierung des brasilianischen Fußballs gefordert hatten, sondern durch die Vervollkommung der Qualitäten, die bis heute von Seiten vieler Fußballexperten dem europäischen Spiel zugeschrieben werden: Fitness, Ausdauer und Laufbereitschaft.

Os entendidos viviam atribuindo aos jogadores europeus uma saúde de vaca premiada. Os brasileiros não subiam três degraus de uma escada sem dispnéia pré-agônica. E vem a Copa e demonstra, inversamente,

que a saúde, a resistência, a vitalidade, estão com a gente. E a famosa e burríssima velocidade? Só os europeus sabiam correr, e o brasileiro levava meia hora para ir de uma esquina a outra esquina. Mentira, tudo mentira. Nós corremos muito mais. Apenas a nossa velocidade é mais inteligente e menos obtusa. Mas eu queria um favor dos entendidos, ou seja: – que admitissem a forma física dos nossos jogadores. E lançassem um manifesto, proclamando: – ‘As vacas premiadas somos nós!’ (Rodrigues 1994: 156)

Nelson Rodrigues sollte erneut Recht behalten. Die brasilianische Überlegenheit zeigte sich im Finale gegen Italien auf beeindruckende Weise. Das 4-1 gilt bis heute als einer der beeindruckendsten Endspielsiege in der Geschichte der Weltmeisterschaft. „Amigos, foi a mais bela vitória do futebol mundial em todos os tempos. Desta vez, não há desculpa, não há dúvida, não há sofisma. Desde o Paraíso, jamais houve um futebol como o nosso.“ (Rodrigues 1999: 191)

III. Fußball und Literatur im Doppelpass

Fußball und Literatur besitzen heute in Brasilien eine starke Verbindung, die sich gegenseitig befruchtet und mit Anschlüssen an weitere grundlegende Elemente der brasilianischen Kultur wie Karneval, religiösen Synkretismus, Massenmedien und Populärkultur ein schier unermessliches Feld an Phänomenen und Erkenntnissen eröffnet. Doch auch in Brasilien war das nicht immer so. Fußball begann in Brasilien als elitärer Sport. Den Weg zur seiner heutigen Bedeutung schlug er erst im Zuge einer Öffnung und Demokratisierung ein, die alles andere als harmonisch oder selbstverständlich erfolgte. Die Entscheidungsträger der jungen Sportart fügten sich nur widerwillig in die Öffnung für Spieler aus den ärmeren Gesellschaftsschichten und mit dunkler Hautfarbe, die vor allem von der steigenden Popularität des Spiels angetrieben wurde, welche ihrerseits den Druck zur Professionalisierung erhöhte. Die Vereine Bangu und Vasco da Gama waren darin Vorreiter.

Vor diesem Hintergrund war es für Vertreter von Bildung und Kultur zu Beginn des 20. Jahrhunderts nicht selbstverständlich, sich mit einem Sport zu identifizieren, dessen zunehmende gesellschaftliche Bedeutung einherging mit konfliktiven Entwicklungen in eben dieser Gesellschaft. Der Mitbegründer der brasilianischen *Academia de Letras* Henrique Maximiano Coelho Neto (1864-1934) bildet in dieser Hinsicht und zu seiner Zeit eine Ausnahme. Er war nicht nur begeisterter Anhänger von Fluminense, er übte dort auch tragende Funktionen aus und setzte sich für den Sport mit seinem

Gewicht als angesehener Intellektueller ein und schrieb den Text für die erste Vereinshymne. Es soll sogar die erste verbürgte Stürmung eines Spielfelds in Brasilien angeführt haben. Genau für dieses enge Verhältnis zum eines Schriftstellers unwürdigen Ballspiel aber wurde Coelho Neto auch heftig kritisiert, und kein geringerer als Lima Barreto war federführend in einer Kampagne gegen gegen den Fußball, die sich insbesondere auch gegen Coelho Neto richtete.¹⁴

In Hélio Sussekinds kurzer literarischer Geschichte des brasilianischen Fußballs und seiner Mythen wird sehr prägnant dargestellt, welche fundamentale Rolle die Wechselwirkung zwischen Fußball, Literatur und Journalismus bis heute spielt. Für Hélio Sussekind ist dabei der Beitrag von Nelson Rodrigues von entscheidender Bedeutung. Er verleihe dem Fußball durch seine Kolumnen eine Metaphysik und mythische Strahlkraft, die jedes Spiel, jedes Turnier über sich selbst hinaus lebendig halte und wirksam mache. Heute, so konstatiert Sussekind für Brasilien, und sicherlich läßt sich dies auf die allgemeine Darstellung des Spiels in den Medien übertragen, fehle dem Fußball genau diese mythische und irrationale Aura, weil es den Berichterstatern, Kommentatoren und inflationär gewordenen „Experten“ an Vorstellungskraft und Mut zu Subjektivität und Übertreibung fehle:

Só ele [Nelson Rodrigues] era capaz de, em plena década de 70, voltar a um Fla-Flu de 1919 e dedicar toda uma crônica a algo que acontecera há 56 anos. Era como, a seu modo, mantinha presente a face épica do futebol. Isso sem estar preocupado com a exatidão, mas com uma certa interpretação filosófica de fatos que começavam no futebol para se transformar em considerações sobre a alma nacional ou sobre o ser humano. Nelson conseguiu a proeza de fundar uma metafísica do futebol que se encerrou com a sua morte. (Sussekind 1996: 84)

Entscheidend dabei ist die untrennbare Verbindung zwischen dem Fußball als Spiel und dem Fußball als Erzählung. Denn der Fußball bildet eine Geschichte, die erzählt werden muß, so auch Hélio Sussekind, der die Schreibweise von Nelson Rodrigues mit dem Erleben des Zuschauers im Stadion und der Repräsentation des Spiels in den Massenmedien verbindet:

Mas o fato é que comparecer aos campos de futebol foi sempre o veículo de transmissão das experiências acumuladas. A história oral do futebol e a rememoração dos grandes jogos e ídolos se faz no trajeto de casa para o campo e nos momentos que antecedem as partidas, já no estádio. É esta forma de transmissão via narrativa oral que está ameaçada.

14- Siehe dazu die Sozialgeschichte des Fußballs in Rio de Janeiro von Miranda Pereira (2000).

O risco está no fato de que o futebol é uma história que precisa ser narrada e renarrada todo o tempo. Já se viu que esta narração obedece a um sentido épico e a outro romanesco. A extinção de uma destas dimensões por certo contribuirá para enfraquecer o esporte. (Sussekind 1996: 84)

Die Präsenz und Zukunft des Sports lebt von der Aktualisierung und Rückschau der Vergangenheit, in endlosen Wiederholungen und Variationen. Dies entspricht genau der narrativen Technik von Nelson Rodrigues in den verschiedenen Textgattungen und im Rekurs auf die nur scheinbar haltlose Übertreibung und Überhöhung der Tatsachen und Geschehnisse:

Amigos, o gostoso, na irradiação de futebol, é a fantasia delirante. O confrade do microfone está sempre descrevendo um lance que não houve. Ou por outra: — ele apanha um fato e o retoca, transfigura e, numa palavra, enfeita o fato como um índio de carnaval. Cada jogo tem três versões sem a menor semelhança entre si: — a do rádio; a do videoteipe e a do torcedor. [...]

Para meu gosto, a imagem mais fidedigna dos jogos vem, justamente, do rádio. Alguém dirá que os locutores são meio delirantes. Mas aí que está: — é pelo delírio que se chega à essência de tudo. Com uma imaginação de Tartarin, o speaker faz de um simples e reles arremesso lateral um ato de vertiginosa transcendência. (Rodrigues 1996: 26)

Es sei noch einmal an Flora Sussekinds Analogie zwischen Fußball und Theater bei Nelson Rodrigues erinnert, in der sie unter anderen Faktoren die Gemeinsamkeit der zeitlichen und kontextuellen Regeln erwähnt, welchen beide Modalitäten des Spiels folgen. Daran anschließend kann man eine fußballerische Lektüre des Werks von Nelson Rodrigues im Lichte der Gedanken des Soziologen Roberto DaMatta ansiedeln, der über eine gesellschaftlich eingebettete Analyse des Spiels als „zwei Seiten einer Medaille“ (DaMatta 1982: 23) einen Erkenntnisgewinn hinsichtlich der brasilianischen Gesellschaft selbst aufzeigt.

Es ist sicherlich kein Zufall, dass mit DaMatta ein Soziologe sich daran macht, das Spiel „zu lesen“, der zuvor über die Beziehung von Karneval und Gesellschaft geforscht hat. Die große Wesennähe von Karneval und Fußball in der brasilianischen Kultur wurde nicht zuletzt deutlich, als Mário Filho 1934, damals Chefredakteur der Sportzeitung *Mundo Esportivo* – der Legende nach in Ermangelung sportlicher Nachrichten während der Karnevalsfeiern – das Wettbewerbsprinzip auch auf den Karneval der Stadt übertrug (eine Form von gestaffelten Ligen, der Bestimmung eines Siegers durch eine Reihe von

zu bewertenden Elementen in den Umzügen), der in dieser Form heute zu den weltweit bekanntesten kulturellen Veranstaltungen zählt. Im Gegenzug beförderte Mário Filho auch eine Art von Karnevalisierung des Fußballs, insbesondere über informelle Wettbewerbe zwischen den verschiedenen Fangruppen, die sich mit Farbgestaltung, Verkleidung, Musik und Aktionen auf den Tribünen gegenseitig an Kreativität übertreffen sollten (vgl. Bellos 2003: 124).

Und auch der Soziologe greift in diesem Zusammenhang auf den Begriff des „Dramas“ zurück, um das Element zu beschreiben, das die gemeinsame Analyse von Spiel und Gesellschaft ermöglicht: „Estudando o futebol e o esporte como um drama, pretendo analisar essas atividades como modos privilegiados através dos quais a sociedade se deixa perceber ou ‘ler’ por seus membros.“ (DaMatta 1982: 23) Der Begriff des „Lesens“ bringt die soziologische Methode der „Lektüre des brasilianischen Gesellschaftssystems durch den Fußball“ (DaMatta 1982: 23) wieder der des Literaturwissenschaftlers näher, der über den Weg der Textlektüre auf seine Art eine Lektüre der gesellschaftlichen Realität unternimmt. Auch in dieser Hinsicht ist DaMattas Auffassung von der Verflechtung zwischen Fußball und Gesellschaft erhellend, denn er sieht gerade in diesem Sport und seiner Wahrnehmung in der brasilianischen Gesellschaft die Analogie zwischen dem biographischen, individuellen Drama der Menschen und dem der von ihnen begleiteten Mannschaften und Spieler:

[O] jogo de futebol demarca com nitidez uma interação complexa entre as regras universais (as regras do jogo) e vontades individuais (das equipes e jogadores, em confronto). O resultado disso, como vitória ou derrota, é uma boa metáfora para o jogo como destino e biografia, tema básico da própria sociedade brasileira. (DaMatta 1982: 31)

Über diese semiotische Verbindung kann bei Nelson Tuninho in *A falecida* mit seinem verzweifelten Schrei für Vasco das existentielle Drama des betrogenen Ehemannes und trauernden Witwers ausdrücken, kann ein Pass oder Dribbling oder Torschuß die Geschichte ändern, können Sieg und Niederlage der Nationalmannschaft grundsätzliche Probleme oder Konflikte der brasilianischen Wirklichkeit abbilden, verändern, lösen.

IV. Nachspielzeit

1965 erlebte Brasilien eine tiefe und umfassende Depression. „Was war der Auslöser?“, fragt sich Nelson Rodrigues und gibt selbst die Antwort: Nicht die steigende Inflation, sondern die Abwesenheit Garrinchas von der

Nationalmannschaft nach dem Titelgewinn 1962: „O Brasil andava triste porque nos faltava Garrincha. Como pode o brasileiro rir, ou sorrir, sem o Mané?” (Rodrigues 1994: 97). Das erste Spiel unter erneuter Beteiligung Garrinchas gewinnt Brasilien mit 5-0. Doch es ist nicht die Rückkehr eines einfachen Spielers in eine Mannschaft, es ist Lazarus, der im Freundschaftsspiel gegen Belgien im Maracanã von den Toten aufersteht und das ganze Land beglückt. Erneut reicht Nelson Rodrigues ein kurzer Moment im Spiel, um die Gemütslage der brasilianischen Nation zu erfassen:

No momento em que ele e Pelé fizeram, num canto do Maracanã, um olé solitário, solitário e perfeito como um canto de cisne, até a inflação bateu palmas. E todo esse povo sentiu-se quase onipotente. (Rodrigues 1994: 97)

REFERÊNCIAS

- ADLER PEREIRA, Victor Hugo (1995): „Nelson Rodrigues: Dramático cronista.” In: Beatriz Rezende (Hg.): *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio/CCBB, S. 131-150.
- ADLER PEREIRA, Victor Hugo (1999): *Nelson Rodrigues e a obs-cena contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- BELLOS, Alex (2003): *Futebol. The Brazilian Way of Life*. London: Bloomsbury Publishing.
- CALDAS, Waldemyr (1997): “Brasilien.” In: Christiane Eisenberg (Hg.): *Fußball, soccer, calcio. Ein englischer Sport auf seinem Weg um die Welt*. München: DTV, S. 171-184.
- CANDIDO, Antonio (2004): “Dialética da malandragem.” In: *O discurso e a cidade*. 3a edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, S. 17-46.
- CASTRO, Ruy (1994): *O anjo pornográfico. A vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CASTRO, Ruy (2002): *A estrela solitária. Um brasileiro chamado Garrincha*. 9. Aufl., São Paulo: Companhia das Letras.
- DAMATTA, Roberto (1982): “Esporte na sociedade. Ensaio sobre o futebol brasileiro.” In: (Hg.): *Universo do futebol. Esporte e Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Pinakotheka, S. 19-42.
- EISENBERG, Christiane (1997) (Hg.): *Fußball, soccer, calcio. Ein englischer Sport auf seinem Weg um die Welt*. München: DTV.
- FACINA, Adriana (2004): *Santos e canalhas. Uma análise antropológica da obra de Nelson Rodrigues*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- FILHO, Mário (1964): *O negro no futebol brasileiro*. Segunda edição, ampliada em forma definitiva. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- GIL, Gilson (1998): “Reflexões ordinárias sobre a brasilidade. O homem brasileiro segundo Nelson Rodrigues.” In: *Ciência & Trópico* (Recife) XXVI, 2, S. 261-272.
- MIRANDA PEREIRA, Leonardo Affonso de (2000): *Footballmania: Uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- MORAES NETO, Geneton (2000): *Dossiê 50. Os onze jogadores revelam os segredos da maior tragédia do futebol brasileiro*. São Paulo: Perspectiva.
- NOGUEIRA, Armando / Soares, Jô / Muylaert, Roberot (1994): *A copa que ninguém viu e a que não queremos lembrar*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PERDIGÃO, Paulo (2000): *Anatomia de uma derrota*. Rio de Janeiro: L&PM Editores.
- PRADO, Paulo (2002): “Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira”. In: Silvano Santiago (Hg.): *Intérpretes do Brasil*, vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, S. 25-104.
- RODRIGUES, Nelson (1991): *O reacionário. Memórias e confissões*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RODRIGUES, Nelson (1993): “A falecida.” In (ders.) *Teatro completo*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, S. 731-780.
- RODRIGUES, Nelson (1994): *A pátria em chuteiras*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RODRIGUES, Nelson (1996): *O remador de Ben-Hur. Confissões culturais*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Rodrigues, Nelson (1999): *À sombra das chuteiras imortais*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RODRIGUES, Nelson (2001): *A vida como ela é.... O homem fiel e outros contos*. 10. Auflage. São Paulo: Companhia das Letras.
- SUSSEKIND, Flora (1977): *Nelson Rodrigues e o fundo falso*. I Concurso Nacional de Monografias do Serviço Nacional de Teatro – 1976. Brasília: MEC.
- SUSSEKIND, Hélio (1996): *Futebol em dois tempos. Incluindo uma breve história do futebol carioca e uma ficção: crônica póstuma inédita de Nelson Rodrigues*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- THORAU, Henry (2006): “Nachwort“. In: Nelson Rodrigues: *Gooooooooo! Brasilianer zu sein ist das Größte*. Aus dem brasilianischen Portugiesisch von Henry Thorau. Frankfurt am Main: Suhrkamp, S. 169-172.

INTERTEXTUALIDADE E LEITURA CRÍTICA: PROPOSTA DE REFLEXÃO A PARTIR DA LEITURA DO CONTO MACHADIANO “O CÔNEGO”

(MARIA ANGÉLICA FREIRE DE CARVALHO - UFPI)

(RAIMUNDO JOSÉ RODRIGUES DE MOURA (UFPI))

RESUMO

Este artigo apresenta uma leitura comentada do conto *O Cônego* de Machado de Assis, revelando um funcionamento intertextual no discurso, exemplificado com o seu diálogo com narrativas bíblicas. Um dos objetivos é observar a construção de sentidos proposta na relação enunciador e coenunciador, a partir de operações dialógicas entre a narrativa e textos bíblicos. A partir dessas operações dialógicas, demonstra-se como a intertextualidade é própria do universo discursivo, não se constituindo apenas no plano da materialidade textual, mas em uma perspectiva de diálogo sob o plano discursivo, sendo o leitor um parceiro ativo e o elo na constituição do intertexto na narrativa, praticando uma ação subjetiva na qual suas leituras, sua memória discursiva, será fundamental para o desenvolvimento do processo intertextual.

PALAVRAS-CHAVE: intertextualidade; construção de sentido; enunciador; coenunciador; leitura crítica.

Introdução

Os estudos atuais sobre leitura relacionam os elementos constitutivos do processamento de sentidos: autor, texto e leitor, sem enfatizar algum deles nos processos de leitura. O leitor desempenha um papel ativo na enunciação, atua nos contextos interativos contribuindo com suas experiências, compartilhando e dialogando a partir da ativação de sua memória discursiva nas relações comunicativas. Neste artigo, esses diálogos múltiplos com os quais o leitor estabelece no ato comunicativo serão comentados sob uma perspectiva crítica, seguindo como exemplificação o conto “O cônego”, de Machado de Assis.

O recurso da intertextualidade será apresentado teoricamente a partir do ponto de vista do dialogismo bakhtiniano, será feita a identificação de como ela é empregada para compreender como as vozes no conto em estudo se cruzam e dialogam. Pretende-se não apenas demarcar o que é *palavra do outro* dentro do texto machadiano, mas apontar como este intertexto é manobrado pelo enunciador, visando um leitor e sua projeção de sentidos.

Parte-se do pressuposto bakhtiniano de que todo texto se constrói em um diálogo com outros textos que o precederam e com outros ainda que lhe seguem em resposta. A intertextualidade, nesse sentido, é vista como um processo que se dá interativamente, desenrola-se no plano discursivo e se completa, momentaneamente, na leitura com um papel preponderante do leitor, que será tratado como coenunciador do texto.

De acordo com Koch, Bentes e Cavalcante (2008, p.17) a intertextualidade “... ocorre quando, em um texto, está inserido outro texto (intertexto) anteriormente produzido, que faz parte da memória social de uma coletividade ou da memória discursiva [...] dos interlocutores”.

Assim, esse texto apoia-se, também, na sua concepção de intertextualidade como um fenômeno de polifonia, mas considerando que aquela é apenas uma parte desta (Koch, 1997). Procurar-se-á sempre buscar a interligação entre a presença do intertexto no seu novo contexto e a narrativa machadiana onde ela foi inserida, considerando esta relação do ponto de vista do dialogismo entre os textos. Isto é, buscar compreender como o texto bíblico invocado se relaciona com a narrativa e como ele é transformado seja pelo enunciador, seja pelo seu novo contexto enunciativo

Baseado no que foi dito, convém ressaltar, por sua vez, que a simples presença de um fragmento de um texto dentro de outro texto não caracteriza intertextualidade, pois como bem explicam Bentes, Koch e Cavalcante (2008), para que se constitua um caso de intertextualidade, é necessário que este texto faça remissão a outros textos ou fragmentos de outros textos anteriormente produzidos, e com os quais ele mantenha algum tipo de relação textual-discursiva. É preciso, portanto, que haja um propósito nessa citação para que não se tornem enunciados sem nexos, incapazes de produzir sentido.

Ainda de acordo com as autoras, o termo *intertextualidade* foi cunhado pela crítica literária francesa Julia Kristeva no final da década de 60 do século passado e é um tema comum à Linguística Textual, à Análise do Discurso e à Teoria Literária, no meio da qual ele surgiu. Este fenômeno é recorrente não apenas em textos escritos, mas pode ser também frequentemente encontrado em músicas, propagandas, filmes, obras de arte etc.

Foi analisando o dialogismo bakhtiniano que Kristeva chegou ao conceito de ‘intertextualidade’, pois Bakhtin (2000, p. 298) considera que:

A obra é um elo na cadeia da comunicação verbal; do mesmo modo que a réplica do diálogo, ela se relaciona com outras obras-enunciado: com aquelas a que ela responde e com aquelas que lhe respondem, e, ao mesmo tempo, nisso semelhante à réplica do diálogo, a obra está separada das outras pela fronteira absoluta da alternância dos sujeitos falantes.

Para o mestre russo, não existe uma obra isolada e autossuficiente em si mesma. Ela é ‘um elo na cadeia da comunicação verbal’, o que significa que ela não é nem a primeira e nem a última, pois há outras obras que a precederam e que sobre ela exerceram alguma influência e haverá igualmente outras que a seguirão como resposta, dela discordando ou com ela concordando. Para Perrone-Moisés (1979, p.217): “A primeira condição da intertextualidade é que as obras se deem por inacabadas, isto é, que permitam e peçam para ser prosseguidas”. Este é o princípio básico do “elo” de Bakhtin: a continuidade das obras, que não tem nem um princípio nem um fim absoluto.

Embora Bakhtin não se tenha utilizado do termo ‘intertextualidade’, ele forneceu o arcabouço teórico para que Júlia Kristeva, conforme já foi referido acima, pudesse chegar a este conceito. Ao tratar da alteridade, da relação dialógica e do discurso do outro, Bakhtin permitiu que Kristeva vislumbrasse na sua teoria geral da polifonia um caso específico que ela denominou de **intertextualidade**, mas que não é nada que já não estivesse presente no escopo teórico bakhtiniano.

Para falar de intertextualidade na literatura tem-se como suporte teórico Jenny (1979) e Samoyault (2008). Para Jenny (1979, p. 5) “fora da intertextualidade, a obra literária seria muito simplesmente incompreensível, tal como a palavra de uma língua ainda desconhecida”. Esta citação dá uma ideia da dimensão exata da intertextualidade dentro da literatura: não é possível compreender uma obra literária isolada de outras obras literárias. Seria algo ininteligível e estéril ao intelecto do coenunciador.

Isto corrobora o que Bakhtin (2000) falou sobre cada obra literária ser um elo na cadeia da comunicação verbal. Cada obra é continuação de outras obras, seja como réplica ou como estilo, mas ela sempre estará ligada às obras que a precederam. Assim, o Arcadismo é uma réplica ao estilo do Barroco, enquanto o Romantismo é uma réplica ao objetivismo dos arcades e, por sua vez, foi contestado pelo Realismo, assim como o Modernismo surge em oposição ao Parnasianismo.

O próprio Jenny (1979, p. 22) diz que “a intertextualidade fala uma língua cujo vocabulário é a soma dos textos existentes”. Como afirma Samoyault (2008, p. 20): “A noção de alteridade é decisiva para estabelecer esse movimento dos textos, esse movimento da linguagem que carrega outras palavras, as palavras dos outros”.

Por isso Jenny (1979) observa o desafio que representa para a intertextualidade fazer com que os vários textos se estruturam juntos sem se autodestruírem, mas preservando a unidade sintagmática e semântica do texto e ele cita três princípios norteadores: a verbalização (as marcas tipográficas

que destacam o texto citado _negrito, aspas, itálico, recuo em relação à margem); a linearização (ler o intertexto em consonância com o texto, ou seja, compreender que se trata de um texto e não de dois textos independentes, pois caso contrário já nem seria mais intertextualidade, seria paratextualidade, na acepção de Genette) e o engaste, unificação da forma e substância do conteúdo por meio de processos que permitem que os intertextos se tornem gramaticais e plausíveis.

Para isso, a intertextualidade possui figuras próprias de construção dentre as quais Jenny (1979) destaca: a **paronomásia**, que é um jogo feito entre os sons e a grafia que altera o sentido do texto. Exemplo: *Quem dá ao pobre, empresta. Adeus! A elipse*, que é a repetição truncada de um texto ou arquitexto, sendo que a relação entre o intertexto e o texto parece duvidosa; a **amplificação**, que é a ampliação de um texto original, como o conto *Na Arca*, de Machado de Assis, onde o enunciador amplia o intertexto bíblico além do que diz a Bíblia, narrando fatos que não estão no texto original, como os filhos de Noé brigando pela posse da futura terra que eles deveriam repovoar.

Tem-se ainda a **hipérbole**, que é a transformação de um texto por superlativação de sua qualificação, como o pastiche, e a **intersversão**, que não é uma figura, mas um conjunto de processos que alteram os elementos textuais, como o *enunciador, os personagens, o esquema da narrativa ou as significações do novo texto*. No primeiro caso, a intersversão da situação enunciativa, mantém-se o teor do intertexto, mas se procede a uma substituição do locutor. O enunciado é o mesmo, mas o sujeito da enunciação é estilisticamente substituído.

A intersversão de qualificação, segundo Jenny (1979), é um processo intertextual em que os personagens do intertexto são mantidos, mas sofrem uma desqualificação em relação ao contexto original.

Ainda segundo Jenny (1979), na intersversão da situação dramática o esquema da narrativa citada sofre uma alteração, que pode ser positiva ou negativa.

Por fim, tem-se a intersversão do nível simbólico onde, de acordo com Jenny (1979), os símbolos elaborados no intertexto são retomados com significação oposta ao texto original. Todos estes processos possuem valor estilístico, pois como afirma Jenny (1979, p. 43):

É, com efeito, bastante raro um texto literário ser recuperado e citado tal e qual. O novo contexto procura, em geral, uma apropriação triunfante do texto pressuposto. Ou essa finalidade permanece escondida, e o trabalho intertextual equivale a uma maquilagem, tanto mais eficaz quanto o texto aproveitado tiver sido mais sabiamente transformado.

Vê-se, pois, que a intertextualidade não consiste em um processo de colagem, mas de reelaboração estilística sobre um texto pertencente a uma determinada comunidade linguística. O engaste, tal como proposto aqui por Jenny (1979) pode ser observado nos contos machadianos, em especial o conto *Adão e Eva*.

Ainda para Samoyault (2008), a intertextualidade não deve ser vista apenas como um recurso à disposição de quem escreve, mas também como um desafio para quem lê, pois como ela observa:

A intertextualidade apresenta de fato o paradoxo de criar um forte liame de dependência do coenunciador, que ele provoca e incita sempre a ter mais imaginação e saber, cifrando de modo suficiente, elementos para que um deslocamento apareça entre a cultura, a memória, a individualidade de um e as do outro.

Logo, de acordo com a autora, a intertextualidade é uma mensagem cifrada que oferece pistas ao coenunciador para que este, através da memória e de suas leituras passadas possa acumular mais conhecimento. É aqui que entram o conhecimento de mundo e o conhecimento textual do coenunciador.

A intertextualidade se manifesta de várias maneiras e cada teórico elenca formas diversas de apresentação de um intertexto. Samoyault (2008) elenca a citação, a referência, a alusão, o plágio, a paródia e o pastiche. Ver-se-á resumidamente cada um deles.

Para Samoyault (2008, p. 49) a *citação* “é identificável graças ao uso de marcas tipográficas”. A autora cita as aspas, o itálico e a separação do texto citado como recursos marcadores da citação e classifica a citação em marcada, quando além das marcas tipográficas há a menção da fonte, e não marcada, quando além das marcas tipográficas não há menção da fonte.

Por *referência* Samoyault (2008) entende um intertexto que não expõe o texto citado, mas a este remete através de um título, um nome de autor, de personagem ou a exposição de uma situação específica. Neste caso não se tem a transcrição de um intertexto, mas uma referência a ele que ativa a memória do coenunciador e o remete ao texto-fonte.

A *alusão* é outra forma de intertextualidade não marcada, “porque se cogita que o coenunciador possa compreender nas entrelinhas o que o enunciador deseja sugerir-lhe sem expressar diretamente” (KOCH, BENTES E CAVALCANTE 2008, p. 127). Como a referência, a alusão também apela à memória do coenunciador, mas com a diferença, segundo Samoyault (2008, p. 51) de que:

A alusão depende mais do efeito de leitura que as outras práticas intertextuais: tanto pode não ser lida como pode o ser onde não existe.

A percepção da alusão é frequentemente subjetiva e seu desvendamento raramente necessário para a compreensão do texto.

A *paródia*, segundo Samoyault (2008, p. 53) “transforma uma obra precedente, seja para caricaturá-la, seja para reutilizá-la, transpondo-a”. De acordo com Koch, Bentes e Cavalcante (2008) pode ter uma função humorística, crítica, poética etc., mas sempre mantém um laço com um texto canonizado.

O *pastiche*, por sua vez, ainda segundo Samoyault (2008, p. 55) “também deforma, mas imitando o hipotexto, enquanto a paródia o transforma”. Tanto pode ser lúdico como sério, podendo mesmo ser uma forma de homenagear um determinado autor. Por fim tem-se o *plágio*, que é uma forma ilícita de apropriação de uma obra, uma citação direta que, por não ser marcada, constitui-se em um “roubo intelectual, pela omissão proposital e desonesta da autoria...” (KOCH, BENTES E CAVALCANTE 2008, p. 128).

Para Samoyault (2008), a intertextualidade não deve ser vista apenas como um recurso à disposição de quem escreve, mas também como um desafio para quem lê, pois como ela observa:

A intertextualidade apresenta de fato o paradoxo de criar um forte liame de dependência do coenunciador, que ele provoca e incita sempre a ter mais imaginação e saber, cifrando de modo suficiente, elementos para que um deslocamento apareça entre a cultura, a memória, a individualidade de um e as do outro.

Logo, de acordo com a autora, a intertextualidade é uma mensagem cifrada que oferece pistas ao coenunciador para que este, através da memória e de suas leituras passadas possa acumular mais conhecimento. É aqui que entram o conhecimento de mundo e o conhecimento textual do coenunciador.

Nos *Cânticos* com Matias: interversões para ativar a memória

O conto selecionado, *O Cônego*, de Machado de Assis, foi publicado em 1896 como parte do livro *Várias Histórias*. Trata-se de um conto que se passa quase todo na mente do enunciador. O cônego Matias tem quarenta anos e vive próximo de Gamboa. Certo dia, ele é solicitado a fazer um sermão para uma festa que se aproxima, mas que não é identificada no conto. A princípio, o cônego rejeita por estar muito envolvido na leitura de uma grande obra eclesialística, mas depois de algumas insistências ele aceita a incumbência.

Enquanto escreve o sermão não consegue encontrar um adjetivo que

seja adequado a certo substantivo que ele acabou de utilizar e que não se identifica na narrativa. Aí começa o drama do cônego. Por mais que ele se esforce, não consegue encontrar o tal adjetivo. O coenunciador é convidado pelo enunciador a penetrar no cérebro do religioso e de lá acompanha todo o drama da busca de uma parceira para o tal substantivo. O religioso, em sua ânsia para encontrar o adjetivo desejado, repassa mentalmente o livro bíblico dos *Cânticos* como fonte de inspiração para ativar uma memória que, conforme o coenunciador pode observar na mente do religioso, está repleta de textos bíblicos e latinos.

Nesta busca aparece, então, na mente do religioso, o *Cântico dos Cânticos* de Salomão que, no conto machadiano, é apresentado na voz do substantivo e do adjetivo, os quais se encontram personificados na narrativa. As referências ao texto bíblico são diretas, mas com recortes, havendo, portanto, uma alteração na ordem estrutural, mantendo a apresentação lexical.

Antes de se iniciar a análise das ocorrências de intertextualidade com o texto bíblico presentes neste conto, é importante localizar a obra que será invocada pelo enunciador. O *Cântico dos Cânticos* é um pequeno livro que faz parte do cânone dos livros sagrados da Bíblia e sua autoria é creditada ao rei Salomão, filho do rei Davi. Como seu título sugere, é um livro em forma de cânticos onde um namorado e uma namorada se procuram, enquanto cantam os encantos um do outro. Seus nomes não aparecem e o livro se refere a eles como o “amado” e a “amada”, “noiva” e “esposo (a)”. O livro tem a estrutura semelhante de uma ópera, em que uma história é contada e cantada ao mesmo tempo. Além destes dois personagens, há um coro (as *Filhas de Jerusalém*) que também participa da “opereta” dirigindo perguntas à noiva.

Para realizar a comparação entre a presença intertextual nos contos machadianos e o texto bíblico utilizar-se-á o texto em português da Bíblia Sagrada, protestante, traduzida diretamente do hebraico e do grego por João Ferreira de Almeida, edição revista e atualizada da Sociedade Bíblica do Brasil. Será usada também a Bíblia Sagrada, católica, tradução da Vulgata latina feita pelo Padre Antônio de Figueiredo, de 1821, por ser a que mais provavelmente tenha sido empregada pelo enunciador. Quando se fizer necessário dirimir alguma dúvida sobre o texto bíblico analisado, recorrer-se-á à Bíblia Sacra Vulgata (em latim), tradução de São Jerônimo, publicada pela Deutsche Bibelgesellschaft, bem como a Bíblia Hebraica Stuttgartensia (em hebraico), igualmente publicada pela Deutsche Bibelgesellschaft.

O conto machadiano é todo feito em harmonia com o livro bíblico e começa, sem nenhum preâmbulo, com duas citações diretas do texto bíblico que transcrevemos abaixo:

Vem do Líbano, esposa minha, vem... as mandrágoras deram o seu cheiro. Temos às nossas portas toda casta de pombos...”

“Eu vos conjuro, filhas de Jerusalém, que se encontrardes o meu amado lhe façais saber que estou enferma de amor... (ASSIS 2008, p.528).

Depois de fazer as duas citações acima transcritas é que o enunciador começa a oferecer as pistas ao coenunciador, pistas que vão se graduando ao longo do conto: primeiro, ele as chama de “drama de Judá”; depois, diz que são palavras das “Escrituras” e, finalmente, cita duas vezes o nome de “Cânticos”, evitando a segunda parte do nome (“dos Cânticos”). Aos poucos, o enunciador leva o coenunciador a fazer parte do drama do religioso para encontrar um adjetivo à altura de certo substantivo e nesta procura, as palavras bíblicas são agora colocadas na voz do substantivo e do adjetivo que estão personificados, e até receberam nomes próprios: Sílvio (o substantivo empregado pelo cônego) e Sílvia, o adjetivo que o cônego não consegue encontrar. Mas por que o livro dos *Cânticos*? A resposta nos é dada pelo próprio enunciador:

E fala assim, pois está em cabeça de padre; se fosse qualquer pessoa do século a linguagem seria a de Romeu: “Julieta é o sol”... “ergue-te, lindo sol”. Mas em cérebro eclesiástico, a linguagem é a das Escrituras. Ao cabo, que importam fórmulas? Namorados de Verona ou de Judá falam todos o mesmo idioma, como acontece com o thaler ou o dólar, o florim ou a libra que é tudo o mesmo dinheiro. (ASSIS 2008, p.530).

O enunciador oferece ao coenunciador uma pista para construção de sentido: sendo um religioso deve-se falar em termos de Escritura (Bíblia) e não esperar outra coisa. Pode ser lido como uma preparação do coenunciador para a recorrência de tantos cruzamentos com o texto bíblico, como se ele dissesse ao coenunciador: *Você queria o quê? É cabeça de padre, não espere cultura secular.*

Os textos estão citados literalmente, mas são recortados pelo enunciador de partes diferentes do texto bíblico para poderem montar um texto único na voz do adjetivo e do substantivo. Por exemplo, a primeira citação é uma montagem com os seguintes versículos bíblicos retirados do livro dos Cânticos:

Vem do Líbano, Esposa minha, vem comigo do Líbano, vem: serás coroada do alto d’Amaná, do cume de Sanir e d’Hermon, das cavernas dos leões, dos montes dos leopardos” (Cânticos 4:8).

As mandrágoras dêrão o seu cheiro. Nós temos às nossas portas toda casta de pomos: eu tenho guardado para ti, Amado meu, os novos e os velhos.” (Cânticos 7:13).

Pelos textos grifados acima pode-se ver como o enunciador montou seu enunciado, havendo pequenas divergências entre as traduções aqui utilizada e aquela que foi utilizada pelo enunciador e que não foi possível identificar. Convém notar que o enunciador empregou reticências para assinalar ao coenunciador o ponto onde o texto bíblico foi interrompido.

Neste primeiro texto, a expressão “toda casta de pomos” presente no texto machadiano no lugar de “toda casta de pomos” do texto bíblico da tradução aqui utilizada tem uma explicação: trata-se, provavelmente, de um erro de transcrição da Bíblia pelo enunciador ou de um erro de tipografia, pois a Vulgata (a tradução da Bíblia feita por São Jerônimo no final do século IV para o latim) diz:” *mandragorae dederunt odorem; in portis nostris omnia poma, nova et vetera, dilecte mi, servavi tibi*” (“as mandrágoras deram odor; em nossas portas há todos os frutos, novos e velhos, meu amado, que guardei para ti”). O substantivo *poma* (acusativo plural de *pomum*, *i*) que segundo Ferreira (1981) significa *fruto*, foi confundido com pombo. O texto hebraico em que os Cânticos foram escritos usa a palavra *m’gadim* (plural de *meqed*) que, segundo Hatzamri (1995), significa *doçura*. Não se pode descartar, no entanto, a possibilidade de ser uma reescritura feita pelo enunciador, um *détournement* por substituição, embora não tenhamos elementos textuais para solidificar esta interpretação.

Não é possível dizer se o enunciador utilizava uma versão em português ou se, pelo contrário, se utilizava diretamente do texto latino. Seja como for, o texto não está sendo apenas reconstruído por meio de corte e colagem, pois o enunciador tem um propósito com a montagem deste diálogo que é expressar a ânsia do religioso em encontrar um adjetivo que estivesse à altura do substantivo que ele empregou, além de ocorrer também uma alternância não assinalada de locutores.

No livro dos *Cânticos*, a primeira parte do enunciado (*Vem do Líbano, esposa minha, vem...*) é de autoria do noivo e se encontra no meio do livro, enquanto que a segunda parte (“*As mandrágoras exalam seu perfume*”...) são pronunciadas pela noiva já quase no final do livro bíblico. Para Jenny (1979, p.39) tem-se aqui uma figura da intertextualidade denominada *elipse* (que apesar da semelhança, não deve ser confundida com a figura de linguagem do mesmo nome; trata-se aqui de uma categoria intertextual dentro da tipologia apresentada por Jenny), a qual consiste em uma “repetição truncada dum

texto ou dum arquitexto”. O enunciador recortou passagens dos *Cânticos* e as montou ou justapôs para produzir o sentido almejado: a busca do adjetivo que esteja à altura do substantivo empregado pelo cônego.

Aqui, as reticências possuem duplo propósito: marcar as citações incompletas para o coenunciador e, ao mesmo tempo, indicar a hesitação do religioso em relação à escolha que este precisava fazer quanto ao adjetivo adequado. As duas leituras são permitidas pelo texto se o coenunciador levar em consideração a função da reticência (que tanto servem para indicar que um enunciado está inacabado como para indicar hesitação do falante) bem como pela comparação do texto citado com o texto bíblico.

De acordo com Jenny (1979), trata-se de uma interversão tanto dos locutores como da situação enunciativa. No livro bíblico, os locutores são o Amado e a Amada. Os termos são aqui escritos com letra maiúscula porque, não sendo seus nomes indicado na narrativa bíblica, eles são sempre invocados com estes termos, que serão tomados aqui como codinomes. Se tomarmos *amado* e *amado* como categorização dos personagens bíblicos, tem-se na narrativa machadiana uma relação de amor entre o substantivo e o adjetivo procurado pelo religioso que levam o coenunciador a conceber uma relação muito intensa, mais que uma simples relação gramatical. Isto considerando o coenunciador que, no final do século XIX, quando o conto foi publicado, ainda não se tinha a Linguística como ciência e que o enunciador, muito provavelmente, tivesse em mente a gramática tradicional, onde o substantivo e o adjetivo possuem uma forte dependência um do outro em termos de gênero e número.

Deve-se também ter em mente que o livro bíblico *Cântico dos Cânticos* apresenta uma trama muito amorosa: a narrativa bíblica mostra um casal que expressa um forte desejo de se encontrar e se amar em todos os sentidos, tanto espiritual como carnal: “*Sustentai-me com passas, confortai-me com maçãs, porque desfaleço de amor*” (Ct 2:5) diz a Noiva, enquanto o Noivo diz: “*Que belo é o teu amor, ó minha irmã, noiva minha! Quanto melhor é o teu amor que o vinho...*” (Ct 4:10).

No conto eles são substituídos por um adjetivo e um substantivo os quais até recebem nomes próprios, Sílvio e Sílvia, como já foi mencionado acima. Antes o enunciador já preparara o coenunciador para esta interversão ao dizer que as palavras possuem sexo, sendo os substantivos masculinos e os adjetivos femininos, registrando ele esse fato como uma descoberta sua. E não apenas possuem sexo, mas também amam e casam. Mesmo as palavras dos amados do *Cântico* aparecem na boca de ambos: “*Quem é esta que sobe do deserto, firmada sobre o seu amado?*”, pergunta Sílvio (o substantivo)

palavras que no Cântico são pronunciadas pelo coro em louvor da Amada; ao que Sílvia, o adjetivo, responde: “*É o selo do seu coração*”, e que “*o amor é tão valente como a própria morte*”. A pergunta feita por Sílvia, o substantivo, é retirada de Cânticos 8:5 e se encontra repetida *ipsis litteris*. A resposta que é dada por Sílvia, o adjetivo, é retirada de forma truncada de Cânticos 8:6. Ou seja, o enunciador salta o versículo 5 e vai para o versículo 6 para poder montar seu diálogo: um exemplo de emprego da figura de intertextualidade que Jenny (1979), como já falamos anteriormente, denomina de *elipse*.

Para criar sua narrativa, o enunciador recorta enunciados que se encontram dispersos no *Cântico* e monta um diálogo que, no texto bíblico, não acontece: por exemplo, a pergunta que é feita pelo substantivo (*Quem é esta que sobe do deserto, firmada sobre o seu amado?*), no conto machadiano, no texto original é feita pelo coro que faz uma espécie de trio com os dois enamorados. O enunciador transportou estas palavras para outro contexto como estratégia de montar um diálogo imaginário coerente com sua narrativa. Ao mesmo tempo, a resposta do adjetivo que aparece aqui (*É o selo do seu coração e o amor é forte como a morte*), no texto bíblico é pronunciada pelo Amado. Eis o texto original pronunciado pelo Amado:

Põe-me como selo sobre o teu coração, como selo sobre o teu braço, porque o amor é forte como a morte, e duro como a sepultura o ciúme; as suas brasas são brasas de fogo, são veementes labaredas” (Cânticos 8:6).

Comparando-se os dois textos, pode-se observar que as citações são truncadas pelo enunciador para poder produzir um diálogo dentro do conto. Temos, então:

Põe-me como selo sobre o teu coração (Bíblia) \geq É o selo do seu coração (ASSIS 2008, p.531).

Porque o amor é valente como a morte (Bíblia) \geq o amor é tão valente como a própria morte (ASSIS 2008, p.531).

Emprega-se aqui o signo \geq equivalendo à ideia de que o texto foi modificado adquirindo um formato que não é uma citação literal, mas também não ficou tão diferente de modo que se possa comprometer sua identificação por parte do coenunciador.

Esta costura de citações faz lembrar as célebres palavras de Kristeva (1974, p. 64) de que “todo texto se constrói como um mosaico de citações,

todo texto é absorção e transformação de outro texto”. Pelo menos neste caso específico, o enunciador absorveu e transformou um texto em outro contexto enunciativo, com um projeto de construção de sentido junto ao coenunciador. Ele fez isso citando as palavras do texto bíblico literalmente, mas recortando-as e costurando-as em situações diversas para poder obter um diálogo que ajudasse o cônego a ativar sua memória para encontrar uma palavra perdida em algum recanto de sua mente.

Além da interversão dos locutores, outra interversão acontece na situação enunciativa: enquanto no livro bíblico é uma história de amor entre dois amados que se buscam e não se encontram, no novo contexto temos uma dificuldade expressa na tentativa de um religioso encontrar um adjetivo que se adeque a certo substantivo e, nessa ânsia da busca, ele se utiliza do texto bíblico como inspiração. As palavras bíblicas são estrategicamente inseridas em uma nova situação enunciativa e, com isso, o enunciador manipula o intertexto para oferecer ao coenunciador uma ferramenta para produção de sentido.

O desfecho do conto também é uma interversão, pois no texto bíblico trata-se de uma obra aberta, onde não há um desfecho. Os amados se buscam, mas a obra chega ao fim e não se fala de um encontro entre eles. O drama bíblico está na busca e não no encontro. Já no conto machadiano ocorre sim o encontro dos novos amados para suprema felicidade do religioso:

Nisto, o cônego estremece. O rosto ilumina-se-lhe. A pena cheia de comoção e respeito completa o substantivo com o adjetivo. Sílvia caminhará agora ao pé de Sílvio, no sermão que o cônego vai pregar um dia destes, e irão juntinhos ao prelo, se ele coligir os seus escritos, o que não se sabe. (ASSIS 2008, p.532).

Portanto, ao contrário do livro bíblico onde não há um encontro dos amados que se buscam em toda a obra, na nova cena enunciativa há um desfecho favorável ao religioso que tanta dificuldade encontrou para ‘casar’ um adjetivo com um substantivo em seu sermão.

Podem-se esquematizar didaticamente estas interversões produzidas pelo enunciador com o quadro a seguir:

VARIÁVEIS	TEXTO BÍBLICO	O CÔNEGO
Locutores	O Amado e a Amada	Sílvio e Sílvia
Lugar	Israel	A mente do cônego

Época	Reinado de Salomão, século X AC.	Final do século XIX
Namorados	Um homem e uma mulher	Um substantivo e um adjetivo
Desfecho	Os dois não se encontram	Os dois se encontram

Observa-se por este quadro que o enunciador, para produzir seu próprio texto, provocou interversões em cinco variáveis no texto bíblico que ele se inspirou e isso não contando os enunciados elípticamente postos nas vozes do substantivo e do adjetivo. Isso mostra como o processo da intertextualidade não consiste apenas em copresença textual, mas mais do que nisso: é um jogo cujo tabuleiro é o texto e no qual o enunciador e o coenunciador medem suas habilidades (as jogadas) para construção de sentido, com base nas pistas textuais (peças para o jogo) que o enunciador fornece para construção de sentidos, dialogicamente com o coenunciador.

Considerações finais

“A intertextualidade é, pois, máquina perturbadora” diz Jenny (1979, p.45). Pode-se confirmar isto na análise do conto machadiano: para além de encontro de materialidades textuais, constata-se que se trata de um processo diversificado de produção de sentidos. Nele entram diferentes categorias intertextuais que exigem mais ou menos do coenunciador, conforme seu repertório textual. Tem-se, pois, citação, alusão, plágio, referência, interversão, amplificação etc., sendo cada uma dessas categorias uma estratégia diferente de se trabalhar as palavras do outro.

Ficou evidente neste trabalho de associação e diálogo entre textos que o coenunciador é convidado a penetrar no jogo intertextual com sua sagacidade e memória de leituras prévias, que sem essa memória, o trabalho de construção de sentido, em relação à presença da intertextualidade, ficará comprometido. Não se trata de qualquer leitor, mas de um coenunciador que estabeleça uma comunicação com o código linguístico, ativando seu plano discursivo deixando transparecer a rede intertextual; tal como, aqui, apresentada neste estudo.

E neste trabalho com a intertextualidade, o enunciador dispõe de muitos recursos para operar com e nas palavras do outro: a alusão, a amplificação, a qualificação, a elipse e outros mais, que lhe possibilitam mais que reproduzir as palavras do outro, mais ainda enriquecer este trabalho intertextual com

sua própria leitura do intertexto. Não apenas copiar e colar, mas, como em um palimpsesto, projetar sobre o texto citado um discurso que marca a subjetividade do enunciador por entre as linhas do intertexto.

Em cada categoria de intertextualidade analisada no conto selecionado pode-se identificar como o enunciador trabalhou como um artífice na inserção do intertexto no seu próprio texto, de maneira que, ao final, este acrescentasse uma nova leitura de um texto que, de tanto conhecido, poderia ser visto como obsoleto.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Joaquim Maria Machado de: *Obras Completas em Quatro Volumes*; Editora Aguilar; Rio de Janeiro, 2008.

BAKHTIN, Mikhail: *Marxismo e Filosofia da Linguagem*; Editora Hucitec, 14ª Edição, São Paulo, [1929] 2010.

___ *Estética da Criação Verbal*; Martins Pontes Editora, São Paulo, [1929] 2000.

Bíblia Hebraica Stuttgartensia, 5.ª edição, Deutsche Bibelgesellschaft, Stuttgart, Alemanha, 2007.

Bíblia Sagrada, tradução de João Ferreira de Almeida; Edição Revista e Atualizada; Sociedade Bíblica do Brasil, São Paulo, 2008.

Bíblia Sagrada, tradução do Padre Antônio Figueiredo; Londres, Inglaterra; 1821.

Bíblia sacra Vulgata, 5.ª edição, Deutsche Bibelgesellschaft, Stuttgart, Alemanha, 2007.

CULIOLI, Antoine e NORMAND, Claudine: *Onze rencontres sur le langage et les langues*; Ed. Ophrys; Paris, 2005.

FERREIRA, Antônio Gomes: *Dicionário de Latim-Português*; Editora Porto, Porto, Portugal, 1981.

GENETTE, Gerard: *Palimpsestos-La literatura en Segundo Grado*; Taurus, Madrid, 1989.

HATZAMRI, Abraham e Shoshana More: *Dicionário Hebraico-Português*; 3.ª edição, Editora Sêfer, São Paulo, 2004.

JENNY, Laurent: *A estratégia da Forma*; in Intertextualidades, Poétique, número 27; Editora Almedina, Lisboa, 1979.

KOCH, Ingedore; BENTES, Anna Cristina e CAVALCANTE, Mônica Magalhães: *Intertextualidade-Diálogos Possíveis*; Editora Cortez, 2.ª edição, São Paulo, 2008.

KOCH, Ingedore G.V. *Desvendando os segredos do texto*- São Paulo:Cortez,

2002.

KRISTEVA, Julia: *Introdução à Semanálise*; Editora Expectativa; São Paulo, 1974.

POMERANTZ, Ori: *A História Sagrada do Noelismo*, disponível em 22 de julho de 2013.

PERRONE-MOSÉS, Leyla: *A Intertextualidade Crítica*; in *Intertextualidades*, Poétique, número 27; Livraria Almedina, Coimbra, 1979.

SAMOYAUULT, Tiphaine: *A Intertextualidad*; Editora Hucitec; São Paulo, 2008.

SANT'ANNA, Afonso Romano de: *Paródia, Paráfrase e Companhia*; Editora Ática, Série Princípios, São Paulo, 2007.

SILVA, Marcio Renato Pinheiro da: *A Aporia do Sentido - Uma Leitura da Intertextualidade nos Contos de Dalton Trevisan*; FAPESP, Anna Blume, São Paulo, 2007.

TOPIA, André: *Contrapontos Joycianos*; in: *Intertextualidades*, Poétique, número 27; Livraria Almedina, Coimbra, 1979.

ENTREVISTAS

Nesta seção, costumamos apresentar entrevistas com autores de livros. A primeira neste número é a que Antenor Nascentes concedeu a um matutino carioca, que já não circula: *O Diário de Notícias*. Por acompanhar o trabalho do excepcional mestre, desde quando fui seu aluno na antiga UEG, em 1960, guardei o recorte de jornal, cuja entrevista transcrevo na íntegra.

O assunto é polêmico, mas, por considerarmos a entrevista um documento de grande importância histórica, reproduzimos o trabalho do tradicional órgão da imprensa carioca.

Manoel P. Ribeiro

ENTREVISTA

NASCENTES: CARIOCA FALA O MELHOR PORTUGUÊS DO PAÍS

(DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24.4.1966)

É um filólogo renomado quem diz: O carioca fala o melhor português do Brasil. Ninguém de outro estado pode querer igualar-se, muito menos na gíria. São duzentos anos de cultura (Manchete da entrevista ao *Diário de Notícias*).

Setenta e nove anos, amigo de infância de Manuel Bandeira, cinco filhos, dez netos e uma bisneta, o professor emérito do Colégio Pedro II, Antenor Nascentes, disse ontem ao *Diário de Notícias* que, embora os cariocas falem o melhor português do Brasil, qualidade pretensamente reivindicada por outros estados, são os maiores mestres de uma língua à parte: a gíria.

Homem atualizado que afirma ser o triste um “burro”, o professor Nascentes revelou encontrar nos sambas, nas crônicas sociais, nas expressões usadas por seus alunos e nos jornais e revistas o material necessário a seus estudos da gíria carioca da qual considera mais características as expressões “fofoca” e “desmilinguidos”, responsáveis pelos verbos *fofocar* e *desmilinguir*.

Linguagem de malandro

É difícil determinar-se a origem da gíria – disse – pois ela existe por si

mesma, sendo por sua expressividade de fácil incorporação à linguagem das elites, embora tenha vindo dos morros onde era falada pelos malandros, como um dialeto ininteligível à policia e aos estranhos.

Entretanto – continuou – dá-se o nome de gíria à linguagem especial das classes profissionais, como, por exemplo, a classe médica e estudantil, a qual foi, aos poucos, transmitida às famílias. Um termo de gíria tem força durante uns dois ou três anos, quando desaparece, ou, como é o caso de algumas terminologias antigas, ajunta-se ao vernáculo. Como gíria antiga e ainda viva, o professor cita a expressão “estou boiando no assunto”, que significa “Não entendi. Repita, por favor”.

A fuzarca da língua

Da conversação coloquial, diz o professor Nascentes, a gíria carioca passa ao rádio, à televisão e as jornais, sendo transmitida aos estados vizinhos. Ouvi no Ceará e no Recife excelentes músicas regionais, desconhecidas na Guanabara a qual impunha àqueles estados sua própria música, na mesma época.

Por outro lado, tira material do próprio léxico ou cria seus próprios termos, por exemplo “fuzuê” (barulho, briga) e “fuzarca” (alegria, bagunça).

Pretensão

Há, porém, nas palavras do professor Nascentes, uma pretensão de outros estados, cada qual se julgando possuidor do português mais bem falado do Brasil, mérito exclusivamente dos cariocas.

Disse ele: “Pelo amor de Deus, não me digam que os cariocas falam um dialeto do português, como querem alguns. Essa não! O português do Rio de Janeiro é o melhor do Brasil, pois fomos capital do país por mais de 200 anos, quando aqui tivemos três cortes imperiais e, por conseguinte, as melhores escolas, tribunais e a melhor imprensa, que desenvolveram em nossa terra uma linguagem inimitável por outros”.

“O que os cariocas não sabem – continuou - é dar valor à própria personalidade. É um povo inteligente, por isso, invejado, cujo humor só é igualado pelos colombianos. Considero pretensão de outros estados que não tiveram a primazia da melhor cultura por 200 anos, como a tivemos, desejarem para si a honra de mais bem falar o idioma pátrio”. O professor Nascentes é carioca da gema.

Dicionários

Autor de um dicionário sobre a gíria brasileira, cuja segunda edição prepara atualmente, o professor Antenor Nascentes, que leciona português desde 1902, ano em que se formou no Pedro II, tem para seu uso particular um fichário com anotação dos termos de feitiçaria usados no Brasil, não pensando, porém, em publicá-lo.

**ENTREVISTA DE ROBERTO ACÍZELO DE SOUZA
(UERJ E UFF)
A FRANCISCO VENCESLAU DOS SANTOS (UERJ E ABRAFIL)**

**(Pequeno resumo biográfico-intelectual)
(Obras principais)**

Roberto Acízelo de Souza é licenciado em letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, instituição onde é professor titular de literatura brasileira, tendo também lecionado teoria da literatura na Universidade Federal Fluminense, de 1976 a 2002. Doutor em teoria da literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com estudos de pós-doutorado na Universidade de São Paulo, entre seus principais trabalhos publicados figuram: *Teoria da literatura* (1986 [10. ed. em 2007]), *Formação da teoria da literatura* (1987), *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista* (1999), *Iniciação aos estudos literários: objetos, disciplinas, instrumentos* (2006) e *Introdução à historiografia da literatura brasileira* (2007). Organizou ainda duas edições anotadas de trabalhos do historiador e crítico romântico Joaquim Norberto — *História da literatura brasileira* (2002) e *Crítica reunida: 1850-1892* (2005; em colaboração com José Américo Miranda e Maria Eunice Moreira) —, uma edição dos ensaios sobre história literária nacional de Fernandes Pinheiro — *Historiografia da literatura brasileira: textos inaugurais* (2007) — e uma coletânea em dois volumes sobre os primórdios da historiografia literária nacional: *Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores (1825-1888)*. É também o organizador de duas antologias de textos seminais para os estudos literários: *Uma ideia moderna de literatura* (2011) e *Do mito das musas à razão das letras* (2014).

1 - De que trata a obra *Historiografia da Literatura Brasileira: Textos Fundadores (1825-1888)* (Rio de Janeiro: Caetés/Faperj, 2014)?

O livro consiste em edição anotada, antecedida de um ensaio introdutório, de textos que, no período que vai de 1825 a 1888, constituem as primeiras manifestações de uma disciplina fadada a muita influência, sobretudo depois de sua consolidação, em fins do século XIX: a História da Literatura Brasileira. Sabemos da importância que essa disciplina adquiriu no século XX, como principal representação da Literatura Brasileira no âmbito do ensino, tanto médio quanto universitário, bem como sabemos também das contestações de que vem sendo objeto, a partir mais ou menos da década de 1980. Por isso,

me pareceu uma contribuição pertinente disponibilizar o conjunto de textos que se encontra nos primórdios da formação da disciplina – muitos deles hoje raros e de acesso difícil –, como subsídio para pesquisas e questionamentos. Acredito que, se o inventário não é exaustivo, não há de estar longe de sê-lo.

2 - A repercussão do livro, na área dos Estudos de Historiografia literária, está correspondendo às expectativas do ambiente universitário?

Não disponho de muitos elementos para responder à pergunta, mas, pelo menos da parte de vários colegas que já o examinaram, tenho recebido manifestações de aprovação do trabalho. Se não for resultado de gentileza e generosidade, diria que tais manifestações indiciam que a obra poderá prestar os serviços que se propôs.

3 – Os dois volumes de *Historiografia da Literatura Brasileira: Textos Fundadores (1825-1888)* reúnem praticamente a totalidade dos textos em questão. A obra assim constitui uma espécie de História Literária do século XIX, no Brasil. Poderia mencionar revistas, periódicos e coletâneas que marcaram a fisionomia cultural do País, neste período?

Sim, acho que, como já disse, se o conjunto de textos reunidos não é exaustivo, não deve estar longe disso. Mas não se trata de “uma espécie de História Literária do século XIX, no Brasil”, dado que a História Literária constitui um gênero de formato muito característico e facilmente reconhecível, que não se encontra no livro. Consiste a obra, isto sim, na composição de um repertório coeso e organizado, que disponibiliza os materiais com que se pode escrever uma história da Historiografia Literária no Brasil dos Oitocentos.

“Revistas, periódicos e coletâneas que marcaram a fisionomia cultural do país, neste período”: bem, o período é extenso, e, pois, diversificado, mas podemos dividi-lo, esquematicamente, e tendo em vista os marcos cronológicos com que trabalhamos – 1825 / 1888 –, em três momentos: o pré-romântico (1825-1835), o romântico (1836-1874) e o pós-romântico (1875-1888). “A fisionomia cultural do País”, naturalmente, foi mudando conforme a sucessão desses períodos, claro que com superposições e sem a nitidez linear da periodização referida. Podemos, então, indicar algumas publicações representativas desses períodos, todas de alguma forma contempladas na nossa edição. Do momento pré-romântico, citemos os fascículos do *Parnaso brasileiro*, publicados por Januário da Cunha Barbosa de 1829 a 1832; do romântico, os periódicos *Niterói* (1836), *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (editada desde 1838, sem solução de continuidade, até hoje), *Minerva Brasiliense* (1843-1845), *O Guanabara* (1850-1856), *Revista Popular* (1859-1862); e do

pós-romântico, a *Revista Brasileira* (na sua segunda fase, que vai de 1879 a 1881).

4 – Como a Universidade compreende hoje a Historiografia Literária? Você acha que existe uma relação consistente, no momento atual, entre Historiografia Literária e vida literária?

Em geral, as nossas Universidades, hoje, não têm apreço pela Historiografia Literária, à medida que se valorizam muito mais outros ângulos para o estudo da literatura: a Teoria da Literatura e os Estudos Culturais (não vou falar do contencioso entre esses dois ângulos, o que seria outra questão).

A segunda parte da pergunta receio não ter entendido bem. Posso dizer, contudo, que o que se chama “vida literária”, ou seja, o convívio entre os escritores de determinada época, a interação deles com as demais instâncias da sociedade, o movimento editorial, as instituições que direta ou indiretamente dão respaldo social à produção e à circulação da literatura, etc., todos esses elementos que, em suas relações com as obras literárias – isto é, os *textos* –, constituem o chamado *contexto*, interessam muito especialmente à Historiografia Literária, e não só à de hoje, mas à de todos os tempos. Pois, como sabemos, o trabalho do historiador da literatura se concentra muito mais na reconstituição de contextos do que na análise crítico-descritiva dos textos.

5 – Pode resumir alguns aspectos da biografia intelectual dos três mais importantes historiadores da Literatura Brasileira, no século XIX? E destacar a sua importância para a disciplina, no Brasil?

Bem, sem pensar muito, diria que os mais importantes foram Joaquim Norberto, Sílvio Romero e José Veríssimo. O primeiro, claro, é muito menos conhecido. Foi um trabalhador intelectual incansável, mas seu trabalho no campo da literatura se prejudicou demais por um extremado nacionalismo. Tem, no entanto, o mérito do pioneirismo em matéria de História Literária, pois sua inacabada *História da literatura brasileira*, publicada de 1859 a 1862, devemos considerar como a primeira contribuição no gênero. Era fluminense e viveu de 1820 a 1891. Sílvio Romero, por sua vez, consolidou o gênero, com sua *História da literatura brasileira*, de 1888. Sergipano, nasceu em 1851 e morreu em 1914. Por fim, José Veríssimo, como em geral era projeto dos grandes estudiosos da literatura no século XIX, legou-nos também uma *História da literatura brasileira*, publicada já no século XX, em 1916, mas refletindo a formação oitocentista do seu autor. Comparada com a de Romero, onde domina um ponto de vista sociológico, a *História* de José Veríssimo é mais receptiva para com os aspectos propriamente textuais e estéticos das

obras literárias. Veríssimo nasceu no Pará, em 1857, e morreu em 1916.

6 - A publicação do seu livro é contribuição inestimável aos estudos voltados para a História da Literatura Brasileira, no século XIX. Com esta matéria-prima, novos interesses de pesquisa poderão delinear-se nos campos dos estudos culturais, da história da vida intelectual brasileira, da história da nossa vida literária. Que tipo de contribuição, no campo da pesquisa de acervos, seu trabalho apresenta?

Bem, acham-se no livro itens bastante óbvios e encontradiços – quero dizer, do ponto de vista do acesso material aos textos –, como o ensaio arqui-famoso de Machado de Assis “Instinto de nacionalidade: notícia da atual literatura brasileira”. Por outro lado, quem já leu, do campo dos estudos literários, por exemplo, um livro da singular figura que foi o general Abreu e Lima, de 1835 e jamais reeditado, em que ele dirige críticas severas ao que chama “o atraso intelectual do Brasil”? Ou uma nota de Odorico Mendes à sua tradução da *Égloga X* de Virgílio, onde ele faz uma observação por assim dizer premonitória sobre os rumos da Literatura Brasileira? Ou os discursos de Paula Meneses sobre o ensino da Literatura Brasileiro, documentos do forte enlace observável no seu tempo entre o desenvolvimento das letras e a formação do estado nacional brasileiro? Bem, todos esses textos, e muitos outros pouquíssimo conhecidos, integram o repertório reunido no livro; assim, acho que se pode esperar que a leitura de materiais dessa espécie possa suscitar interesse por pesquisar autores e obras virtualmente esquecidos, o que não me parece apresentar contraindicação: diminui o âmbito da nossa ignorância, ao mesmo tempo que amplia as fronteiras do que desconhecemos.

RESENHA

SOUZA, Roberto Acízelo de (org.). *Historiografia da Literatura Brasileira: textos fundadores (1825-1888)*. Rio de Janeiro: Caetés / Faperj, 2014. 2 v.

(Coisas que juntas se acham raramente.)

Marcos Pasche

(Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Notável professor e eminente ensaísta, Roberto Acízelo de Souza confirma a imprescindibilidade de sua atuação no campo das Letras como extraordinário pesquisador. Disso dão prova, dentre outros, os livros *Uma ideia moderna de literatura (1688-1922)* (Argos, 2011) e *Do mito das musas à razão das letras (século VIII a.C. – século XVIII)* (Argos, 2014), volumes que ele organizou, congregantes de “textos seminais para os estudos literários”, conforme indica o subtítulo comum aos dois. Nestes, reitera-se um propósito central das reflexões do estudioso – o levantamento de terminologias, conceitos e bibliografias em seus momentos inaugurais –, propósito esse também verificado nos livros por ele redigidos, como ilustram os títulos *Formação da Teoria da Literatura* (1987) e *Iniciação aos estudos literários* (2006).

Não se pretende aqui o despejo de adjetivos desbragados, tampouco de elogios previsíveis que esvaziam a intervenção crítica. Ocorre que as pesquisas de Roberto Acízelo têm caráter colossal, e a quantidade do que se arrola nos volumes derivados de suas investigações faz par com a grande importância do material coligido. *Uma ideia moderna* e *Do mito às musas* valem por dezenas de cursos, específicos ou amplos, da área de Literatura, e sua relevância é aumentada pelo desdobramento do propósito acima referido: disponibilizar a estudantes e profissionais da área e de áreas afins coleções de textos fundamentais, que sem essa via talvez não fossem acessados com a coesão propiciada pelos livros. Assim, o trabalho universitário cumpre de modo

distinto uma de suas mais nobres atribuições: sistematizar o conhecimento e torná-lo passível de alcance.

Nessa vertente de pesquisa inscreve-se outro trabalho de grande extensão e de aguda relevância: *Historiografia da Literatura Brasileira: textos fundadores (1825-1888)* (Caetés / Faperj, 2014), que tem como justíssima epígrafe dois versos tomados a Luís de Camões: “[...] aqui vereis presente/ coisas que juntas se acham raramente”. A obra, também publicada neste ano, reúne em dois volumes textos que no século XIX reivindicaram, esboçaram ou efetivaram a escrita da história da literatura brasileira, cuja formação como disciplina “se processa no período que se estende de 1805 a 1888” (p. 15), segundo informa, no primeiro tomo, a “Introdução”. Em seguida, informa-se ainda que as datas correspondem, respectivamente, à publicação de *História da poesia e da eloquência portuguesa*, parte da obra *História da poesia e da eloquência desde o século XIII*, de Friedrich Bouterwek, na qual a presença de autores oriundos do Brasil é embrionária (restringindo-se a Antônio José da Silva e Cláudio Manuel da Costa), e ao lançamento de *História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero. Entre esses dois marcos, diz Roberto Acízelo, “aparecem diversas contribuições, de importância e natureza variadas, devidas a autores nacionais e a estrangeiros” (p. 16, v. I), e não é outro o fato comprovado por este seu novo trabalho. Embora pautadas por matéria comum, as contribuições têm finalidades tão diversas que são divididas pelo organizador em sete categorias, indo de simples introitos a antologias de poesia a elaborados “ensaios que contêm verdadeiras declarações de princípios para a instituição de uma literatura brasileira autêntica e emancipada, que em alguns casos se conjugam a projetos para a elaboração de sua história ou a sínteses historiográficas do seu desenvolvimento” (p. 18, v. I).

Quando se comenta a historiografia literária brasileira da ancestralidade, são comuns as referências exclusivas aos nomes de Araripe Jr., José Veríssimo e Sílvio Romero, como se apenas eles tivessem se ocupado de tal matéria. Entretanto, afeitos à ideia de que o estudo das Letras deveria associar-se ao conhecimento da história nacional – sobretudo num país em estado nascente –, dezenas de homens letrados dedicaram-se a historiar textos produzidos no Brasil. Com isso, intentavam construir o discurso grandioso de uma civilização com passado e futuro: “Um povo que não tem uma literatura chegará dificilmente a ser uma nação; porque a nacionalidade rebenta do sentimento vivo de sua glória passada, e das tradições de seus maiores, cujos nomes e preciosos trabalhos a literatura, como um eco imortal, repetirá até as mais remotas gerações da terra!” (p. 283, v. I), exclama o niteroiense Francisco de Paula Meneses. Dentre os letrados envolvidos com a tarefa historiográfica,

aparecem nomes destacados como estudiosos, a exemplo de Januário da Cunha Barbosa, Joaquim Norberto e Sotero dos Reis, e outros notabilizados como escritores *stricto sensu*, casos de Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e José de Alencar.

Deste último, têm especial destaque no livro as *Cartas sobre “A confederação dos Tamoios”*, com as quais o ainda jovem autor de *O Guarani* analisa a composição poética de Gonçalves de Magalhães, dirigindo severa crítica à maneira como o poeta imprime a imagem do índio brasileiro em seus versos. Some-se a isso a presença de Machado de Assis, cujo ensaio “Instinto de nacionalidade: notícia da atual literatura brasileira” faz corajosa advertência a determinada vertente do Romantismo brasileiro, que confundia literatura nacionalista com expressão de nacionalidade. Essas duas referências dão prova de que no século XIX a história da literatura brasileira não foi “apenas” escrita ou tomada como mero objeto de furor localista, e provam ainda que o período em questão também abrigou reflexões e debates acurados, sinalizando a presença de efetiva atividade crítica no Oitocentos.

Tais debates – especialmente marcados pela conceituação de brasilidade e da própria literatura – estenderam-se ao século XX, e nele ganharam maiores desdobramentos. O século XX investiu profundamente na revisão de valores consagrados na centúria precedente, não sendo raras as reivindicações de completa abolição do que se passava a entender como ultrapassado. A crítica literária do século XX também se deu ao revisionismo, mas é interessante perceber que, em alguns de seus momentos de plenitude reformadora, a crítica pretérita emitia inegáveis sinais de presença. Penso na divergência – aludida por Roberto Acízelo no texto de apresentação – conceitual e metodológica envolvendo Antonio Candido e Afrânio Coutinho, que, entre as décadas de 1950 e 1960, polarizaram o debate acerca do autêntico início da literatura nacional e acerca do método mais apropriado para se estudar tal literatura. Em considerável medida, essa divergência reedita as antíteses ocorridas, décadas antes, entre José Veríssimo e Sílvio Romero, a respeito das quais Roberto Acízelo de Souza, ao traçar breve registro biográfico do crítico paraense, formula a seguinte conclusão: “Considerando as concepções distintas que os orientaram – ainda que convergissem na atitude pós-romântica e na interpretação de nosso processo literário –, usualmente se estabelece um paralelo entre esses dois críticos, que os apresenta como paradigmas antagônicos: Romero exemplifica a diretriz sociológica; Veríssimo, a maior sensibilidade a valores propriamente estético-literários” (p. 403, v. II). No caso específico das diretrizes, troquemos os nomes de Romero e Veríssimo pelos de Candido e Coutinho, respectivamente, e a conclusão preservará o

mesmo ou muito do sentido que exprime.

E quanto ao século XXI? Haverá alguma relação da historiografia da literatura brasileira com os estudos literários hodiernos? E, além, será ainda possível ou pertinente a produção de obras voltadas para o relato histórico das letras nacionais? Ao fechar a introdução pensando em questões dessa natureza, Roberto Acízelo de Souza demonstra reserva, e chega mesmo a fazer previsões desanimadoras (p. 22, v. I), ao tomar como referência de obra historiográfica lançada no presente século a *História da literatura brasileira* (2007), de Carlos Nejar. Porém – diz ainda o organizador –, talvez mais do que nunca seja preciso conhecer a ancestralidade da historiografia, porque, de acordo com Antonio Candido, o que somos é feito do que fomos, e também porque um trabalho dessa natureza pode oferecer a alunos e professores de Literatura a oportunidade de conhecer aquilo que via de regra já repelem convictamente.

HOMENAGENS PÓSTUMAS

ANTENOR NASCENTES

OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA – UERJ E ABRAFIL

Faleceu, a 6 de setembro, com oitenta e seis anos, Mestre Antenor Nascentes.

Luto nacional – luto na cultura do Brasil.

Muitos lhe poderão recordar, como valioso exemplo, a figura do gramático, do professor, do autor daquele revolucionário “O IDIOMA NACIONAL”, que – na dedicatória que lhe fez nosso colega Rocha Lima – são “páginas pioneiras”, responsáveis pela diretriz gramatical de excelente geração, hoje repetidora de muitas de suas lições.

Poderão outros exaltar o romanista, o cultor das línguas clássicas, o dicionarista – que o melhor, nesse assunto, é ainda o que lá está no seu “DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO”.

Ainda outros farão justiça à precisa intuição de suas observações dialectológicas; ou às traduções; ou às investigações onomasiológicas; ou ao conhecimento da evolução das ideias linguísticas, que as dominava todas, até as mais recentes, com espantosa atualização...

Mas Nascentes foi Homem, e aí estava a força de sua consagração.

Vontade férrea, segura determinação em tudo aquilo que encetava, Nascentes era, ainda agora, já octogenário, um ponto alto de resistência física e moral. Guardou, através dos anos, a persistente e teimosa obstinação do garoto – ainda uma criança – que durante muitos dias, exatamente trinta, dispensou o ambicionado capilé diário, poupando avarentamente um tostão por dia, até conseguir o que mais desejava naquele período: comprar um livro de três mil réis.

Conservou, durante toda a vida, esplêndido sentimento de solidariedade humana que o levava diariamente indefectivelmente amigamente à cabeceira do aluno que o destino maldoso vitimara no trem da Central; ou que o fez cumprir o dever do magistério de colega vitimado pelas circunstâncias políticas, garantindo ao amigo o suado pão de cada dia.

Manteve a hercúlea determinação, o que fez vencer “o único pé-
-rapado entre alunos da turma Pedro II”, expressão que lhe repito agora, com grande reverência: vencer com muito esforço e pertinácia. Lembrou-me de que até as suas “blagues” se escudavam na verdade do temperamento; disse-me, quando vivíamos no auge das lutas e solicitações dos famosos “excedentes dos exames vestibulares: “para mim, estaria resolvido o problema – eu jamais seria excedente”.

Homem que há pouco tempo ainda andava apressado e com passo firme, “sem unha encravada nem calos”, pronto para viagens (“ah” como se entusiasmava com viagens!) – tinha-se a impressão de que nada preocupava aquele espírito verdadeiramente jovem; de que a morte lhe chegaria como às árvores: colhendo-o de pé. Diferentemente, ter-lhe-á sido angústia indescritível parar, adoecer, obrigar-se ao leito, abdicar da independência de energia; angústia que pressentiu – e abominou – quando acompanhou o sofrimento do colega de bancos escolares, o terno Sousa da Silveira.

Enfim, Nascentes morreu transformado em símbolo; não morreu de pé, mas lhe concedeu o Criador mostrar que a árvore tomba, sim, mas cumpre inexoravelmente o belo destino de – no chão – pôr mais perto de nós seus frutos e a espessa multiplicação dos ramos.

(*Apud* FREITAS, Horácio Rolim, *a OBRA DE OLMAR GUTERRES DA SILVA*, Metáfora, 1996, pp. 267-8).

MEMÓRIA

Nesta seção, ressaltamos, inicialmente, a contribuição de Ana Maria da Silva, funcionária do Colégio Pedro II, em São Cristóvão, uma das grandes responsáveis pela preservação do acervo de Antenor Nascentes.

ASPECTOS BIBLIOGRÁFICOS DE ANTENOR NASCENTES

ANA MARIA DA SILVA – MESTRE EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (IBICT/UFRJ), BIBLIOTECÁRIA DOCUMENTALISTA DO COLÉGIO PEDRO II

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar aspectos biobibliográficos da trajetória de Antenor de Veras Nascentes, professor emérito do Colégio Pedro II, e seu acervo construído durante sua vida como pesquisador/cientista, assim como a criação do Centro de Estudos Linguístico e Biblioteca, resultado da doação do conjunto de sua obra por sua família ao Colégio Pedro II.

Palavras-chave – Antenor Nascentes – linguista - filólogo

Introdução

No Rio de Janeiro, ainda no século XIX, nasce em 17 de junho de 1886, Antenor de Veras Nascentes. Afrodescendente, neto e filho de escravos, teve como avó paterna uma jovem escrava: Catarina, pertencente a uma fazenda no interior da Província do Rio de Janeiro em Paracambi, de propriedade de Nascentes Pinto, e, como avô, Adão Gutmam descendência alemã, amigo do proprietário que periodicamente frequentava a fazenda. O pai de Nascentes, Dácio Nascentes, nasceu da relação entre Catarina e Adão e recebeu o sobrenome do dono da fazenda, como era costume na época.

Mais tarde, seu pai, Dácio Nascentes, casou-se com Paulina de Veras Nascentes que tinha como profissão lavadeira. Na fazenda, Dácio fazia pequenos trabalhos no interior da casa. Posteriormente foi trabalhar na Alfândega. Portanto as condições econômicas da família eram mínimas.

Formação escolar e acadêmica

Antenor Nascentes iniciou sua vida escolar no ensino primário na escola

Frazão, no Rio de Janeiro. A Rede Primária de Ensino oferecia oportunidade aos alunos que se destacavam ao término do curso em ingressar no Colégio Pedro II, após passarem por rigorosos exames em diversas matérias. Assim sendo, Antenor Nascentes foi incentivado por Dona Amália, uma professora que já percebia sua inteligência nata e sede em aprender. Acreditamos que se origina daí sua ascensão cultural e profissional. Com excelente aproveitamento, Antenor Nascentes teve acesso ao Colégio Pedro II, através de uma bolsa de estudos, pois o então Colégio era não gratuito, atendia a jovens de família com boas condições econômicas e sociais, conforme relata Revista Internato (1953, p. 129-142). Após matrícula no Ginásio Nacional, então Pedro II, como aluno bolsista, Antenor Nascentes passa a conviver com jovens de camadas sociais diferentes da sua como, por exemplo, Manuel Bandeira que se tornou colega de turma e amigo pessoal por toda sua vida, e Souza da Silveira dentre outros. Teve como mestres Nerval de Gouveia, Paulo de Frontin, Said Ali, Fausto Barreto. Recebeu o prêmio Pantheon por ser destaque como aluno. Tornou-se Bacharel em Ciências e Letras no Colégio II e também cursou a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro que na época era sediada no Colégio, formando-se em 1908.

Formação profissional

Antenor Nascentes foi funcionário concursado dos Correios e Telégrafos, também do Ministério da Justiça, como terceiro oficial. Retorna ao Colégio Pedro II como professor, aprovado em primeiro lugar com a apresentação da Tese “Um Ensaio Fonético Diferencial Luso-brasileiro dos Elementos Gregos que se encontram no Espanhol”. Foi professor de Aurélio Buarque de Hollanda, Antonio Houaiss, Wilson Choeri, Aloysio Jorge dos Rios Barbosa, Celso Cunha, Sousa da Silveira, Manoel Pinto Ribeiro, Evanildo Bechara, dentre outras personalidades, especialmente da área da filologia e linguística. Além da cadeira de Espanhol, lecionou Português.

Foi professor na Faculdade Lafayette, UEG – Universidade do Estado da Guanabara hoje UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UFF- Universidade Federal Fluminense, e UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Paralelamente à carreira de professor, foi consultor de revistas, enciclopédias, dicionarista (elaborou entre outros o etimológico), músico, tradutor, bibliotecário, filólogo romanista, lexicógrafo, pesquisador na área de linguística e dialetologia, escritor, parecerista em diversas revistas nacionais e estrangeiras, conferencista, pioneiro em estudos na área de turismo no Brasil (realizou diversas pesquisas na área a convite do governo). Poliglota e apaixonado por viagens, além do Brasil percorreu durante toda sua vida os

quatro continentes, como sempre afirmava. Em uma de suas viagens sofreu um acidente aéreo em Trinidad e Tobago que fez várias vítimas fatais. Como bom atleta, nadou por longo tempo e conseguiu sobreviver (BLOCH, 1962).

As características marcantes do perfil de Antenor Nascentes são ressaltadas por Cunha (1990, p. XXIII a XXVIII), Rocha Lima (1990, p.V) Z, Hamperjs (1990, p.VII):

Perfil intelectual, referencial para estudiosos, pesquisadores e acadêmicos que tem nos trabalhos a essência da informação e comunicação; perfil profissional de investigador: trabalhos em prol da sociedade.

Em 06 de setembro de 1972, aos 86 anos, faleceu, vítima de trombose, na cidade do Rio de Janeiro, o Mestre Antenor de Veras Nascentes.

Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes:

Nascentes manifestou interesse em doar para o Colégio Pedro II seu acervo com o objetivo de criar um grande Centro de Estudos Linguísticos e Filológicos na instituição que considerava o maior Centro de Humanidades do Brasil, o que sempre causou a ele imenso orgulho. Através de um termo de doação assinado em 21 de setembro de 1990 (BARBADINHO NETO, 1992), os filhos de Antenor Nascentes concretizaram seu sonho. O Colégio passa a ser o depositário final de seu acervo, sob responsabilidade de seus ex-alunos Wilson Choeri e Aloysio Jorge dos Rios Barbosa. Em 25 de agosto de 1992 foi inaugurado o Centro de Estudos Linguísticos em São Cristóvão, com a presença de membros da Academia Brasileira de Filologia, Academia Brasileira de Letras, dentre outras personalidades. Hoje o Centro de Estudos encontra-se subordinado ao Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II, instituído através da portaria 4231, de 4 agosto de 2014, assinada pelo Magnífico Reitor Oscar Halac, e objetiva “resgatar, organizar, conservar, digitalizar e divulgar o acervo manuscrito, iconográfico, bibliográfico e documental da história do Colégio Pedro II. Atualmente o acervo encontra-se em processo de digitalização, trabalho realizado pelo Laboratório de Digitalização do Acervo Histórico – LADAH; também integrante do Centro de Documentação e Memória juntamente com o Núcleo de Documentação – NUDOM; Biblioteca Histórica, Coleções Especiais e Museu que, sob a coordenação da Comissão de Memória Histórica do Colégio Pedro II, planejam políticas pertinentes à área. Quanto à composição do acervo específico de Antenor Nascentes, encontramos manuscritos, cartas nacionais e internacionais passivas, livros, artigos de periódicos, livros prefaciados, artigos de jornais, teses, livros nacionais e estrangeiros de outros autores que contaram de alguma maneira com o parecer de Nascentes, acervo iconográfico e de postais raros, relatórios

de estudos na área de turismo, relatórios de viagens, resultados de congressos, simpósios etc.

Considerações finais

Destacamos o quanto a presença de Antenor Nascentes é viva no cenário acadêmico brasileiro e como suas ideias projetadas ainda no século XIX e início do século XX, como, por exemplo, “estudos do som” e “a origem da linguagem”, fazem parte de pesquisas inovadoras na área da linguística, na busca de descobertas no campo científico em diversos países. Outro destaque a ser apontado foi a sua preocupação com a “metodologia de ensino” refletida em seu perfil de professor/pesquisador, atento em fazer seus discípulos aprender da forma mais simples possível, característica esta que desagradava sobremaneira a alguns “clássicos” da época. Após 42 anos passados de sua morte, podemos considerar o conjunto de sua obra ainda hoje, um verdadeiro “laboratório de pesquisas a serviço da comunidade acadêmica”.

REFERÊNCIAS

- BARBADINHO NETO Raimundo (Org.). *Cadernos de Estudos Filológicos*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1990. Série 2, 2v., 1992 série 3 1v.
- BLOCH, Pedro. Antenor Nascentes. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, n.25, nov. 1962.
- COLÉGIO PEDRO II. Professor Antenor Nascentes. *Revista Internato*, Rio de Janeiro, n.3, p. 129-142, 1953.
- CUNHA, Celso. Presença de Antenor Nascentes. In: BARBADINHO NETO, Raimundo (org.). *Cadernos Avulsos da Coleção da Biblioteca do Professor do Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2. série, p. XXIII-XXVIII, 1990.
- HAMPEJS, Zdenek. Três aspectos da obra de Antenor Nascentes. In: BARBADINHO NETO, Raimundo (Org.). *Cadernos Avulsos da Coleção da Biblioteca do Professor do Colégio Pedro II*, Rio de Janeiro, 2. série, p. VII-VX, 1990.
- NASCENTES, Antenor de Veras. Entrevista. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, 1962.
- ROCHA LIMA, C. H. Simples (mas emocionada) apresentação. In: BARBADINHO NETO, Raimundo (Org.). *Cadernos Avulsos da Coleção da Biblioteca do Professor do Colégio Pedro II*, Rio de Janeiro, 2. série, p. V, 1990.

SILVA, Ana Maria da. *Itinerários da produção intelectual de Antenor de Veras Nascentes na comunicação científica*. Rio de Janeiro: IBICT, 2012. (dissertação de mestrado).

FAUSTO CARLOS BARRETO – O REFORMADOR DOS ESTUDOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

ANTÔNIO NUNES MALVEIRA (ABRAFIL E COLÉGIO PEDRO II)

Este artigo foi escrito, primeiramente, para constar da história dos grandes mestres do Colégio Pedro II. Aqui, ele é reproduzido como uma homenagem a Antenor Nascentes, discípulo de Fausto Barreto.

APRESENTAÇÃO

TITO URBANO DA SILVEIRA (Colégio Pedro II)

Presta-nos um grande serviço o Professor Antônio Nunes Malveira ao desencavar do olvido as teses do Professor Fausto Barreto, hoje raríssimas. Mais do que a recuperação de trabalhos fundamentais de metodologia do ensino de Português, iguala-se, no sentido, à homenagem que faz ao mestre filólogo tanto quanto ao Colégio Pedro II.

Todos nós, egressos deste secular estabelecimento – ex-alunos que somos –, nos sentimos devedores de Fausto Barreto, quer pelo magistério continuado de seus reconhecidos discípulos reverentes, quer pela importância e influência de sua obra.

A minha geração, e outras tantas, conviveu com os textos clássicos da famosa ANTOLOGIA NACIONAL (1.^a ed.: 1895), que Fausto Barreto e Carlos Laet selecionaram e anotaram, para ilustração de seus alunos e exercício dos seus métodos inovadores no campo da Gramática e Filologia, e da História e Análise da Literatura do Brasil e de Portugal. Creio mesmo que até o título da obra já era uma sugestão inovadora.

Quantos, por esse Brasil afora, nas capitais e cidades do interior, em serões esticados ou tertúlias de café, não estenderam toda uma atividade docente extraclasse que aqueles dois professores promoveram? Mas isto é história das antologias e do seu papel na educação nacional, que não se restringiu somente ao ensino da língua. Foi muito mais. É um capítulo da politização do cidadão brasileiro.

Trata-se, neste CADERNO AVULSO, de se reeditarem as duas teses de Fausto Barreto – ARCAÍSMOS E NEOLOGISMOS (1879) e TEMAS

E RAÍZES (1883) -, e mais alguns documentos da lavra do insigne mestre. A eles, juntou o Professor Malveira uma introdução com as informações e comentários precisos, a quem a Direção do NOVO-VELHO PEDRO II agradece, pelo esforço de recuperação de um legado cultural, que explica porque esta Instituição, às vésperas de seu sesquicentenário, continua a ser uma constante sempre presente na vida da cultura nacional.

FAUSTO CARLOS BARRETO - O REFORMADOR DOS ESTUDOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Quem viaja pela região dos Inhamuns, uma das mais secas do Ceará, palco de lutas sangrentas entre famílias pela posse das terras, não poderá imaginar que ali nasceu Fausto Carlos Barreto, que mais tarde seria o reformador dos programas de Português do Colégio Imperial – o Colégio de Dom Pedro II. O professor Fausto Barreto veio à luz na pequena cidade, no famoso sertão dos Inhamuns, em 19 de dezembro de 1852. Era filho de Antônio Carlos Barreto e de dona Maria José de Oliveira Barreto. Seu pai, um homem dedicado ao trabalho, de energia e caráter, procurou transmitir ao filho todos esses predicados. Fazendo-lhe ver a importância da moral e do amor na estabilidade da vida social. Os pais, católicos convictos, educaram-no dentro dos princípios religiosos, ensinando-lhe a obedecer aos superiores, respeitando a verdade, a sinceridade, a palavra empenhada, e, sobretudo, o bem público: esse foi o seu lema ao longo da existência.

Logo cedo, em 1865, aos 12 anos de idade, o menino deixou a casa paterna com destino a Fortaleza, tendo apenas rudimentos de ler, escrever e cantar adquiridos na escola pública no alto sertão. Na capital matriculou-se no Ateneu Cearense, onde completou o curso primário.

Em 1866, ingressou no seminário de Fortaleza, destacando-se nos estudos de latim, português e francês; ali permaneceu até 1867, saindo, pelo fato de não sentir vocação para a carreira sacerdotal.

Sua recusa, aliás justa, de não abraçar as funções de clérigo, causou tristeza aos pais que almejavam ter um filho padre. Durante o ano de 1868, ele ficou no Ceará, porém, em 1869, na primeira metade, projetou-se a vinda de Fausto Barreto para a corte. Naquele tempo, no interior do Nordeste, só havia duas opções para um jovem de família pobre instruir-se bem: o seminário e a carreira militar. Além disto, só estudava quem descendesse de pais abastados.

O pai não tinha condições de mantê-lo na corte, mas não desejava vê-lo frustrado nas suas aspirações intelectuais, uma vez que ele sempre revelou aptidões para os estudos.

No entanto, os amigos da família, os avós do menino, liderados pelo padre Alexandre Ferreira Barreto, vigário de Tauã, organizaram uma subscrição, comprometendo-se todos a darem uma quantia anual, destinada a custear os estudos de Fausto no Rio de Janeiro.

Em junho de 1869, ele ausentou-se do velho sertão, demorando-se alguns dias em Fortaleza, onde recebeu palavras de carinho do Bispo Dom Luís Antônio Santos que lhe deu uma carta de recomendação para o monsenhor Fonseca Lima, diretor do Colégio São Salvador, situado na rua de São Cristóvão. Chegando ao Rio, recomeçou seus estudos, já quase dois anos interrompidos. No colégio encontrou seu colega de curso primário, o cearense Lourenço Pessoa, fato que lhe causou uma sensação de prazer, já que não conhecia ninguém na capital do Império: um estranho na própria pátria. O colégio passou a ser sua residência, e poucos os passeios pela cidade, vivia como que internado num clausto, o que para ele não era novidade, pois se habituara ao silêncio do seminário da Prainha. Caminhadas raras, era uma espécie de insulação social. Nos momentos de solidão, dedicava-se ele à leitura dos clássicos; sem saber, preparava-se para a grande missão a que estava destinado. Por causa de sua conduta exemplar, de seu apego aos livros, logo angariou a simpatia de seus superiores, e, assim, foi eleito por eles para tomar conta de classes suplementares, orientá-las nos estudos, inspecionar alunos no recreio e dormitórios, tal seu proceder no ambiente colegial.

O diretor do estabelecimento, com seu poder de observação, percebeu que o educando tinha profundo amor aos estudos, além do mais, capacidade de apreensão, inteligência penetrante, por isso resolveu dispensá-lo da contribuição escolar, o que deixou o estudante profundamente sensibilizado, sobretudo grato. Imediatamente, ele comunicou aos pais no Ceará a decisão de seu diretor, pedindo-lhes que não mais lhe enviassem a contribuição costumeira, porque ele sabia quão imenso era sacrifício de seus pais e amigos para sustentá-lo na Corte. Apesar de não receber pagamento pelo trabalho no colégio, tinha tudo grátis, o suficiente para manter-se. Mesmo assim o pai continuou a mandar-lhe pequenas quantias mensais, destinadas aos passeios efêmeros do filho.

Em 1872, ele começou a lecionar no próprio colégio, percebendo a quantia de trinta mil reais por mês. Era o primeiro ordenado que recebia

na vida, acontecimento que produziu nele grande emoção. Era a vitória na Corte; e logo comunicou ao pai o êxito de seu esforço, manifestando seu contentamento.

Em 1874, Fausto Barreto deixou de ser estudante e empregado do colégio ao qual se dedicaria de corpo e alma. A saída do colégio o pôs em contato direto com o mundo exterior do Rio de Janeiro que não lhe era muito familiar. E uma permanência constante no interior do estabelecimento afastou-o dos tropeços e da realidade social que ele teve de enfrentar, sentindo pela primeira vez o peso da carência alimentar. E para prover as necessidades crescentes que o atormentavam, começou a lecionar em cursos preparatórios, ministrando aulas de latim, português, francês e inglês, com eficiência tal, que, em pouco tempo, alcançou notoriedade como mestre. Matriculou-se ainda em 1874, na Escola de Medicina, concluindo o 4.º ano, e abandonou o curso por motivos de saúde, levando-o a dedicar-se ao magistério, seu verdadeiro pendor. A nação perdeu um médico, mas, em compensação, ganhou um exímio cultor do vernáculo, um filólogo.

Durante o período em que esteve na Faculdade de Medicina, nunca se afastou dos estudos linguísticos, sua paixão, mais tarde comprovada através de concursos públicos. O que fez com afinco, buscando inovações, procurando emancipar o ensino das antiquilhas gramaticais. Foi o primeiro que refletiu aqui as ideias de Bopp. Imbuído das ideias de Max Muller, e outros, Fausto Barreto concebia a língua como organismo vivo. Foi o primeiro entre nós a querer aplicar o método positivo das ciências biológicas ao estudo da língua. Aliás, essa maneira de comparar a biologia e a linguística, vamos encontrá-la em Schleicher (1863) que afirmava serem as línguas organismos naturais, portanto nascem, crescem, envelhecem, morrem, de acordo com leis determinadas.

Em 1870 Adolfo Coelho publica em Lisboa *Teoria da Conjugação Verbal*, trabalho que Fausto Barreto anotou pacientemente, o que não faria se não estivesse a par dos estudos linguísticos, e ao mesmo tempo familiarizado com autores como: Max Muller, Frederico Diez, Bréal, Gaston Paris, Littré, Bopp, Darmesteter etc., e com toda evolução linguística de sua época. Suas concepções avançadas da linguagem afastaram-no dos métodos da escola clássica logicista que imperavam na gramática, antes de sua reforma. Duas eram as correntes então dominantes; uma a dos que, sem nítida compreensão, preconizavam a escola do Sotero, e a outra a dos que se enfileiravam sob o comando do Coruja. Para esses dois grupos ainda não havia amanhecido

o salutaríssimo método histórico ou comparativo aplicado ao ensino das línguas.

Em 1879, o decreto n.º 7247 de 19 de abril, do doutor Carlos Leôncio de Carvalho, Ministro e Secretário de estado dos negócios do império, ordenou, no artigo 20, parágrafos 19 e 20, que os lugares de lentes catedráticos, como os de substitutos, fossem preenchidos por meio de concurso público. A determinação do Ministro teve efeito moralizador, porque as vagas do magistério estavam sendo providas interinamente pela política, que se utilizava dos cargos da educação pública para atender aos interesses eleitorais. Entre as cadeiras disponíveis no Colégio Imperial, estava a de professor substituto de Português e Literatura Geral. E Fausto Barreto que sempre esteve atento às pesquisas da língua achava-se realmente preparado para disputar a vaga e exercer as funções de professor no cobiçado Colégio.

Abertas as inscrições, apresentaram-se os seguintes candidatos: Filipe José Alberto, Rubem Júlio Tavares, Boaventura Plácido Lameira de Andrade e ele, Fausto Barreto, que apresentou a tese: *Arcaísmos e Neologismos* (I), com a qual conquistou o primeiro lugar; sua nomeação foi um triunfo. Depois de 100 anos, a tese do nosso filólogo, ainda pode ser lida com bastante proveito, apesar do desenvolvimento dos estudos linguísticos. Não nos parece que seu valor seja meramente histórico; e mesmo que o seja, depois de um exame cuidadoso do texto, percebe-se que, na época, o autor estava sempre mergulhado em exaustivas pesquisas da língua.

Em 1883, Fausto Barreto submeteu-se a novo concurso no Colégio Imperial, dessa vez para a cátedra – 4 anos depois. Nova tese: *Temas e Raízes*. Oitos foram os pretendentes à vaga de português: Bernardo Teixeira de Carvalho, João José Pereira de Azurara, José Júlio da Silva Ramos, Manoel Cyridião Buarque, Sebastião Pinto Neto dos Reis, Antônio Estêvão da Costa e Cunha, Eugênio Guimarães Rebelo e Fausto Barreto. A comissão julgadora era composta de Antônio Herculano de Souza Bandeira Filho, Inspetor Geral da Instrução Pública, Antônio Henriques Leal, Reitor do Internato, Manoel Olímpio da Costa, juiz.

A comissão examinadora compunha-se de: José Maria Velho da Silva, Carlos Maximiano de Laet.

A comissão examinadora elaborou os seguintes pontos: (1) Teoria das formas divergentes; (2) Sinônimos, homônimos e parônimos; (3) Teoria de

acento tônico; (4) Flexão pessoal e numérica do infinito em português; (5) Tendências hodiernas para a alteração do idioma nacional; (6) Morfologia e sintaxe histórica do particípio; (7) Do português no século XVI ¹ - suas alterações fonéticas, morfológicas e sintáticas; (8) Temas e Raízes (ponto sorteado); (9) Da negativa em português; (10) Idiotismo e construção invertida da língua portuguesa.

Fausto Barreto escreveu um belo trabalho sobre temas e raízes, tese de filólogo, onde demonstrou grandes conhecimentos de grego e latim. A própria relação de pontos elaborada pela banca examinadora exigia dos candidatos uma boa formação clássica, a fim de que o resultado fosse concreto e científico. Mais uma vez, o cearense dos Inhamuns conquistou o primeiro lugar, mas em todo o país. Suas teses tornaram-se bastante difíceis, raras, nunca as vi expostas à venda. No Pedro II, temos *Arcaísmos e Neologismos* incompleta, a outra, não a localizamos no Colégio. Percorremos então algumas bibliotecas públicas sem resultado. Na Nacional, as duas, mas não nos permitiram xerografá-las. Encontramos, portanto, *Temas e Raízes* no Real Gabinete Português de Leitura, na seção de obras raras, mas, graças à compreensão do seu presidente Comendador Antônio Rodrigues Tavares, permitido nos foi tirar uma xerox do trabalho. Quando à outra, *Arcaísmos e Neologismos*, ainda mais difícil, recorremos ao neto do filólogo, Dr. Antônio Mário Barreto que, gentilmente, pôs a tese à nossa disposição e mais dados materiais, inclusive o retrato do filólogo, inédito; poucos, além dos parentes, o conhecem.

Em 1886, em março, foi nomeado professor interino da Escola Normal da Corte, onde empolgou o público feminino com sua presença comunicativa e eloquência didática. Benjamin Constant ali matriculou sua filha, e não raro comparecia como ouvinte às aulas do nosso filólogo com o objetivo talvez de haurir, de ampliar os conhecimentos vernáculos, ou homenageá-lo com a sua presença. Um republicano, o outro monarquista.

Em 1887, a pedido do Dr. Emídio Vitório, diretor da instrução pública, coube a Fausto Barreto a glória de organizar o programa de português que seria adotado nos exames gerais de preparatórios. Aceitando o convite, estruturou uma reforma de cunho científico – era um homem prático e dotado de poderoso dinamismo. O que foi este programa, afirma o Dr. Maximino Maciel, a influência que exerceu, o efeito que produziu pela orientação que paleava, desviando o alvo do curso das línguas, agitando questões a que se achavam alheios muitos docentes, é mister assegurarmos-lo: assinalou nova

1- Na tese *Arcaísmos e Neologismos*, p. 24, ele cita o Dr. Antônio Limoeiro.

época na docência das Línguas e, quanto à vernácula, a emancipava das retrógradas doutrinas dos autores portugueses que esposávamos (Gramática Descritiva, 8.^a edição, p. 502).

Depois dessa reforma, todas as gramáticas tiveram que se lhe adaptar. Lameira de Andrade e Pacheco da Silva Junior fizeram a primeira gramática com base na reforma de Fausto Barreto; e no prefácio da 1.^a edição, 1887, diziam:

- Tínhamos empreendido escrever uma gramática completa da língua portuguesa, rompendo em luta a tradição, e fazíamos fundamento de entregá-la em breve à publicidade. O novo programa para os exames gerais de preparatórios, porém, veio fazer-nos mudar do propósito. É que muitos dos pontos nele exigidos para os exames de português não se encontrando nas gramáticas que por aí correm impressas, e os alunos não tendo fontes onde possam haurir a instrução de que carecem, resolvemos vir ainda uma vez em auxílio da mocidade estudiosa. Não apresentamos esse trabalho como merecedor de gabos de excelente, nem no intuito de nos revelarmos professores de ciência jubilada. O tempo urgia: bosquejamos apenas o assunto.

Nem sempre o nosso parecer coincidiu com a indicação do programa oficial, seguimos, todavia, para maior segurança dos viajantes novéis, o roteiro apresentado pelo governo. A única dificuldade e não pequena com que tivemos de pleitear foi a dosagem.

Júlio Ribeiro, em 1887², tecendo elogios sobre a reforma, diz que foi científica: não há negar; é este um programa organizado cientificamente, sobre as bases largas sólidas da ciência da linguagem. De uma parte, lexicologia, isto é, as palavras consideradas em si fonológicas, morfológicas taxionomicamente; de outra, a sintaxe, as palavras constituindo expressão de juízo, formando sentenças (Procellarias, p. 92). Como se vê, Fausto Barreto tornou-se o centro de onde se irradiaram os delineamentos gerais, o trabalho de síntese das novas aquisições filológicas adscritas ao ensino da língua vernáculo. Seria forte, afirma, que teria introduzido os estudos filológicos no Brasil, no entanto assimilou, divulgou e incentivou as teorias linguísticas.

Deveria ter escrito mais sobre a língua, mas nem por isso deixou de doutrinar grande número de discípulos, entre eles Souza de Silveira e Antenor Nascentes; este sempre nos disse nas aulas de filologia que Fausto Barreto havia sido seu professor, seu mestre. Fausto Barreto tinha imensa dedicação

2- Júlio Ribeiro oculta o nome de Fausto Barreto como autor da reforma.

aos estudos clássicos e dominava as línguas neolatinas, ao lado dos vastos conhecimentos do alemão. O próprio Mário Barreto, seu ilustre filho, o filólogo, lamentava faltar-lhe os conhecimentos de alemão de que seu pai era portador, o que o impedia de consultar obras filológicas no original.

Ainda em 1887, Fausto Barreto, em colaboração com seu colega Vicente de Souza, publicou Seleção literária de alguns dos principais escritores de língua portuguesa do século XVI ao XIX. Esta obra ele e Carlos de Laet refundiram-na mais tarde, dando-lhe o título de Antologia Nacional; livraria de J.G. de Azevedo, editor, rua Uruguaiana, 33, Rio, 1895.

No final de 1888, ele entrou para a redação da Tribuna Liberal jornal político sob a direção do Visconde de Ouro Preto, escrevendo ao lado de Carlos de Laet, Gama Rosa, Prado Pimentel e outros.

Em 1889 foi um dos representantes do partido liberal na capital do império e no 7 de junho do mesmo ano foi nomeado presidente do Rio Grande do Norte, o último do sistema, uma vez que no dia 15 de novembro caía a monarquia. Sendo monarquista, afastou-se da política e dedicou-se ao magistério e com isto ganhou a educação um *excelsus magister* que com sua cultura clássica e sólida, aliada a tudo que havia de moderno na linguística de seu tempo, preparou gerações destacando-se discípulos os continuadores de sua obra. Em 1892 foi nomeado lente de gramática história do Colégio Militar. E, em 1893, fundou com um grupo de amigos a Escola Normal *Livre*, da qual foi diretor honorário. Na entrevista, dada à Galeria Cearense, em 19 de dezembro de 1896, número 13, órgão que circulava sob a direção do Dr. Antônio Augusto de Vasconcellos, há uma passagem em que revela ter Fausto Barreto guardado, na gaveta, diversos escritos gramaticais, dependentes de melhor estado de saúde do autor para coordenação e polimento.

Em 1898, foi eleito paraninfo pelos alunos que colaram grau de agrimensor, no Colégio Militar. Um belíssimo discurso onde ele faz apologia da cultura clássica e sua necessidade ao lado das ciências exatas. Não o pronunciou; e não encontramos os motivos. Esta peça oratória encontra-se no Real Gabinete Português de Leitura, na seção de obras raras. Poucos a conhecem.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 29 de maio de 1915, e neste ano residia na rua Real Grandeza. À beira do túmulo falaram vários oradores exaltando sua figura; dentre eles se destacou Carlos de Laet, seu fiel amigo e colega de cátedra. Disse o orador: “- Seus melhores trabalhos não foram nem as lúcidas

teses, nem os seus vibrantes artigos políticos, nem essa contínua apologia do português que foi o seu magistério em tantas dezenas de anos... Sua obra prima é o filho, o Sr. Dr. Mário Barreto, catedrático, também de português, no Colégio Militar e que em três livros, primores de paciente estudo e talentosa originalidade, já definitivamente assegurou a sua posição entre os bons sabedores do vernáculo. O fim da educação é, afinal, esse mesmo: preparar para o futuro condignos seguidores do presente. Fausto, o exímio educador, assim também nisto preencheu a sua função. Morrer é o acidente terminal para o individuo, mas não para a ordem de ideias que ele representa. Fausto continua no filho”³.

Este discurso foi publicado depois em O País, primeiro de setembro de 1915, em forma de artigo.

ENFIM, O PEDRO II E FILOLOGIA

O primeiro titular da cadeira de português foi Gabriel de Medeiros, nomeado em 1838, segundo o saudoso mestre Antenor Nascentes (Est. de Filologia, p. 90). Deve ter lecionado até 1870, porque deste ano data a nomeação do Mestre em Artes José Manuel Nunes Garcia, a quem se refere Maximino Maciel na Gramática Descritiva. Diz ele: “Certo que por esse tempo já Pacheco Junior publicara os seus primeiros trabalhos, as primícias do seu talento, e no Pedro II sobrelevava, na cátedra de português, o Sr. José Manuel Nunes Garcia que, embora de renome, nada nos legou, salvo trabalhos de compilação, excertos de pouco valor, coletâneas de escritos clássicos, sem quaisquer anotações nos quais não se descobriria o menor espírito de sistematização da língua portuguesa, pois não contribuíram para lhe nortear o ensino” (Gramática Descritiva, p. 500, 8.^a edição, 1922).

No Pedro II se encontravam, incontestavelmente, os mestres da língua. Em 1879, ali já estava Pacheco Júnior com seus conhecimentos linguísticos. Em 1878, Antônio Mendes Limoneiro defendeu tese para uma das cadeiras de Português e Literatura Geral (de Ariosto a Tasso), tendo entre seus concorrentes Manuel Pacheco da Silva Junior e Vicente Ferreira de Souza. Como se vê, trabalho de literatura e não de língua propriamente dita. No mesmo ano, 1878, Franklin Doria também defendeu tese para o Externato sobre Retórica, Poética e Literatura Nacional, um belo estudo sobre o assunto, e que ainda hoje se lê com deleite, mas nada de filologia.

3- Este discurso foi publicado depois, em O País, primeiro de setembro de 1915, em forma de artigo.

Naquele ano, 1878, Aureliano Pereira Correa Pimentel fez um brilhante concurso para a cadeira de Latim, porém, só em 1886, ele escreveu sua tese sobre Morfologia e colocação dos pronomes pessoais, enveredando pelos caminhos filológicos. No entanto, a tese de Fausto Barreto para a cátedra, *Temas e Raízes*, data de 1883, portanto anterior. Aliás, foi ele um dos examinadores de Aureliano Pimentel no concurso de Português. Quanto a Pacheco da Silva Junior, autor de *Estudos Filológicos, Noções de Semântica, Fonologia Portuguesa* etc., não encontramos em nossas pesquisas nenhuma tese de língua portuguesa para a cátedra do Colégio Imperial, mas isto não desmerece seu valor de filólogo que sempre teve. De acordo com os dados apresentados, tudo indica que cabe a Fausto Barreto a glória de ser o fundador da cátedra de Português do Colégio Pedro II, levando-se em conta a excelência do concurso, e, além disso, a exigência, sua obrigatoriedade imposta pela lei 7.247, a não ser que apareçam provas documentais adversas. É exagero nomear-se Fausto Barreto fundador dos estudos filológicos no Brasil, mas foi no Pedro II onde eles nasceram e se consolidaram.

Tornara-se o Colégio Imperial o centro de que se ia irradiando a nova orientação cujos albos se vislumbavam nos concursos de línguas a que afluíam candidatos a quem eram familiares as doutrinas de Max Muller, Bréal, Gaston Paris, Darmensteter, Frédérick Diez, Bopp, Adolfo Coelho e outros. Como vimos, foi Fausto Barreto o divulgador e o incentivador das teorias linguísticas. Além do mais, sua reforma teve enorme repercussão na elite cultural da Corte. Todas as instituições do ensino público e particular foram obrigadas a mudar seus currículos e adaptá-los ao novo método de ensino do vernáculo. Os Liceus das Províncias converteram-se como que sendo a continuação do Pedro II, uma vez que estavam obrigados a seguir os programas elaborados pelo Colégio Padrão. Pelo velho casarão passaram líderes políticos, estadistas civis e militares, diplomatas, poetas, filólogos, escritores famosos, enfim; ali se tornou o aréopago dos estudos linguísticos e da cultura nacional. A Fausto Barreto, hoje quase esquecido, o Brasil muito deve o seu labor intelectual. Basta que lembremos seus discípulos, os dois sábios filólogos brasileiros: **Antenor Nascentes** e **Sousa da Silveira** que, por sua vez, formaram seus seguidores, atuantes hoje nas cátedras universitárias. À sombra desse raciocínio que nos parece lógico, Fausto não morreu, ele vive, permanece entre nós, resistindo a inovações que não tenham a sansão do tempo e o abono de felizes resultados.

NOTICIÁRIO

SESSÃO DE 29.3.2014

O Vice-Presidente, Prof. Manoel P. Ribeiro fez o lançamento da revista XIII, em homenagem a Gladstone Chaves de Melo, com 256 páginas, o maior número até a presente edição. Houve colaboração de quatro colegas da Universidade Federal do Acre, um da Universidade Federal do Piauí e um da Universidade Estácio de Sá. A seguir, o Prof. Manoel entrevistou o professor Domício Proença Filho, perguntando-lhe como situava o livro O RISCO DO JOGO, lançado há poucos meses, na sua produção poética. O Professor Domício informou que há dezoito anos não publicava livro sobre poesia, que é um gênero mais difícil, tendo afirmado que recebeu crítica de Wilson Martins, mas disse que isso é próprio da crítica especializada. Depois de diversos comentários sobre sua obra, o professor Domício respondeu a indagações feitas por Antônio Martins de Araújo sobre os livros anteriores O CERCO DO AGRESTE e DIONÍSIO ESFACELADO. O acadêmico respondeu ainda a perguntas sobre seus livros de literatura, além de ensaios e roteiros de cinema. O Mestre Domício publicou também preciosos livros sobre o ensino fundamental e médio, alguns em coautoria com Maria Helena Marques da Silva. O ilustre confrade espera publicar novos livros e transmitiu sua visão atual da teoria literária e da crítica. Finalizou salientando a importância da Academia Brasileira de Filologia e a necessidade de se engajar em outros projetos.

ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA

Em 3.5.2014, foi eleita a nova diretoria da academia Brasileira de Filologia, para o biênio de maio de 2014 a maio de 2016, que ficou assim constituída: Antonio Martins de Araújo - **Presidente**, Deonísio da Silva - **Vice-presidente**, Amós Coêlho da Silva – **Primeiro Secretário**, José Geraldo Paredes – **Segundo Secretário**, Agostinho Dias Carneiro – **Tesoureiro**, Claudio Cezar Henriques – **Relações Públicas**, Francisco Venceslau dos Santos – **Bibliotecário**.

HOMENAGEM A ACADÊMICO

Logo após a eleição, o professor Manoel P. Ribeiro homenageou o acadêmico Antônio Nunes Malveira, realçando alguns dados biográficos do

ilustre colega, natural de Limoeiro do Norte, no Ceará, e que estudou Letras Clássicas e Direito na antiga Universidade do Estado da Guanabara. Em 1963 casou-se com Luíza Azevedo Malveira, carioca. Professor de português na prefeitura do Rio de Janeiro, e de latim no Colégio Pedro II, ambos os cargos, exercidos através de concurso de provas e títulos. No Pedro II, participou da banca examinadora de latim, na gestão do ilustre mestre Antônio José Chediak; cooperou na revista *Studia* e na publicação dos *Cadernos de Cultura*, onde publicou dois trabalhos sobre os professores David Perez e Fausto Barreto. O professor Malveira é, ainda, autor de mais de uma dezena de livros, principalmente sobre histórias ouvidas no Ceará. Outros trabalhos: *Teses de Concurso*, Comentários e anotações, caderno n.º 4, RJH, 1984; *Formação de um Historiador* (Capistrano de Abreu, revista *Studia*, n.º 10 separata, Pedro II, 1980). O professor Malveira, bastante emocionado, agradeceu a homenagem. A seguir, o Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva ministrou a palestra *O DICIONÁRIO NAS ENTRELINHAS DE PESQUISAS*, mostrando a importância do estudo dos radicais e outros elementos latinos e gregos. Ressaltou a história das palavras e os retratos extraídos do “real”. Mencionou ainda os epítetos e os simbolismos contidos numa expressão poética como *imago mundi* e a palavra como relato mítico. Os acadêmicos Deonísio da Silva e Francisco Venceslau dos Santos fizeram questionamentos importantes sobre a palestra, tendo o professor Amós respondido, com grande interesse, às indagações dos colegas.

ESTUDOS DE LÍNGUA E LITERATURA III

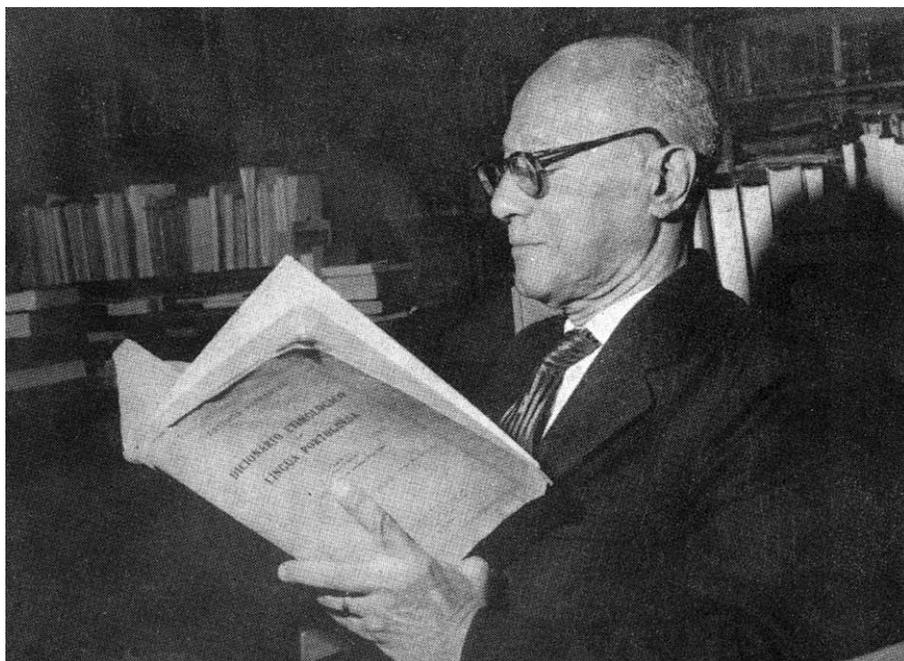
Sob a coordenação do Prof. Manoel P. Ribeiro, será realizado na UERJ, nos dias 23, 24 e 25.7.2014, o evento **Estudos de Língua e Literatura III**. Participarão do encontro os professores Evanildo Bechara, Antônio Carlos Secchin, José Carlos Azeredo, Claudio Cezar Henriques, Agostinho Dias Carneiro, Luiz César Saraiva Feijó, Gilberto Mendonça Teles, Walmírio Macedo, Roberto Acízelo de Souza, Antônio Martins de Araújo.

HOMENAGENS A ANTENOR NASCENTES

Pela excepcionalidade de sua obra acadêmica, o Prof. ANTENOR NASCENTES é homenageado neste número da revista da ABRAFIL.

Na foto abaixo, o Mestre aparece lendo seu *Dicionário Etimológico*, obra de grande importância até hoje nos estudos filológicos.

Esta foto faz parte das homenagens prestadas pela livraria São José pelo 80.º aniversário natalício do filólogo e Prof. Emérito do Colégio Pedro II,



em 17 de junho de 1966. Diz a legenda: A livraria São José homenageia com esta tiragem de sua fotografia, lembrando de sua larga produção intelectual alguns marcos importantes para o Brasil na didática do português, na pesquisa dialectológica, na erudição filológica:

1920 – Método prático de análise lógica

1922 – O linguajar carioca

1926 – O idioma nacional – I volume

1927 – O idioma nacional - II volume

1928 - O idioma nacional – III volume

1929 – O idioma nacional – IV volume

1932 – Dicionário etimológico da língua portuguesa- I volume

1952 – Dicionário etimológico- II volume.



Professores Evanildo Bechara, Antenor Nascentes e um colega, em reunião no Colégio Pedro II.



Antenor Nascentes e alunos do Colégio Pedro II, na década de 1950.



Ao fundo, no centro, sentados, o general Jonas Correia Filho e, ao seu lado, o professor Antenor Nascentes.



Antenor Nascentes, ao centro, com dois colegas.

TERMO DE DOAÇÃO

COLÉGIO PEDRO II
Fls. 02

A família do Professor Antenor Nascentes, representada por seus filhos Olavo Aníbal Nascentes, Célio Olympio Nascentes, Elsa Elvira Gomes, Aída Nascentes da Silva e Therezinha Nascentes Alves, na qualidade de seus herdeiros únicos, resolve doar ao Colégio Pedro II, sem ônus, o acervo bibliográfico, incluindo as fichas de pesquisa filológica, arquivos e correspondência mantida com insignes vultos da ciência e das letras (do Brasil e do exterior), constantes na biblioteca do referido Professor, em obediência às seguintes condições:

- I - o não desmembramento da biblioteca e da documentação citada;
- II - o acervo restrito a pessoal técnico-especializado e pesquisadores de reconhecida capacidade intelectual;
- III - vir a constituir a base inicial de núcleo de pesquisa filológica, o qual levará o nome do Professor Nascentes;
- IV - a documentação contida nos arquivos e a correspondência poderão ser publicadas livremente pelo Colégio Pedro II, após exame e seleção procedida por equipe de professores devidamente credenciados, mantida a indispensável unidade metodológica e acadêmica;
- V - os direitos autorais da publicação do material doado pertencerão ao Colégio Pedro II, revertendo para o núcleo de pesquisa filológica.

A família do Professor Antenor Nascentes, ao fazer essa doação, abrenuncia de qualquer vantagem pecuniária da venda do acervo acima indicado, procura concretizar a vontade que ele sempre demonstrou em vida: que o Colégio Pedro II passasse a ser o depositário final do seu material de trabalho acadêmico.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1990.

- 1 - Olavo Aníbal Nascentes Olavo Aníbal Nascentes
- 2 - Célio Olympio Nascentes Célio Olympio Nascentes
- 3 - Elsa Elvira Gomes Elsa Elvira Gomes
- 4 - Aída Nascentes da Silva Aída Nascentes da Silva
- 5 - Therezinha Nascentes Alves Therezinha Nascentes Alves

Testemunhas:

- 1 - Raimundo Barbadinho Neto Raimundo Barbadinho Neto
- 2 - Aloysio Jorge do Rio Barbosa Aloysio Jorge do Rio Barbosa
- 3 - Wilson Choeri Wilson Choeri

Documento de 21.9.1990, enviado pelo Colégio Pedro II, com a doação de todo o acervo de livros de Antenor Nascentes, incluindo direitos autorais sobre as obras.

Assinam o documento: Olavo Aníbal Nascentes, Célio Olympio Nascentes, Elsa Elvira Nascentes, Aída Nascentes da Silva, Therezinha Nascentes Alves.



Placa na entrada da sala com biblioteca e Centro de Estudos Linguísticos, em homenagem ao professor Antenor Nascentes, situada no Colégio Pedro II, seção de São Cristóvão, no Rio de Janeiro.



Evanildo Bechara e Antenor Nascentes, em primeiro plano.



Fotos de Antenor Nascentes em entrevista à Revista Manchete, 25 de maio de 1961.



**I CONGRESSO DE LÍNGUA E LITERATURA
I. E. G. - 3 a 17/07/69 - GUANABARA**

Da esquerda para a direita: Professores Hamilton Elia,
Olmar Guterres da Silveira, Antenor Nascentes,
Jairo Dias de Carvalho, Leodegário de Azevedo Filho (Presidente),
Layla da Silveira Thomas e Fernando Barata.
Mesa que dirigiu os trabalhos do I Congresso de Língua e Literatura.



Antenor Nascentes ainda jovem.

DIAGRAMAÇÃO:
DANILO VILLELA
danilo_villela@yahoo.com.br
98149-5478

IMPRESSÃO
INGRÁFICA EDITORIAL
Tel.: 2290-1121 – 9644-30595
ingrafica@ediarte.com.br